

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

Gabriel Schmitt

**A CONFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO SISTEMA  
FINANCEIRO CATARINENSE (1983-2002): Um estudo das redes de  
relações constituídas**

Dissertação de Mestrado

Florianópolis  
2007

Gabriel Schmitt

**A CONFORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO SISTEMA  
FINANCEIRO CATARINENSE (1983-2002): Um estudo das redes de  
relações constituídas**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política da Universidade  
Federal de Santa Catarina como  
requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Sociologia  
Política

Orientador: Prof. Ary César Minella, Dr.

Florianópolis  
2007

Aos meus pais, Urbano e Maria da  
Graça, e irmãs, Mariana e Maria Luiza:  
maiores amigos de minha jornada.

## Agradecimentos

Aos meus pais, Urbano e Maria da Graça, sempre presentes em meus desafios e alegrias.

A Mariana e Maria Luiza, irmãs carinhosas que destinaram, inclusive, auxílio na coleta de dados e configuração do trabalho.

A Roséles, pelo afeto e ajuda na busca de fontes de pesquisa.

Ao Prof. Ary César Minella, meu orientador neste trabalho, pela seriedade profissional dedicada e disponibilidade continuamente concedida.

A Albertina e Fátima, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela Bolsa concedida ao longo de doze meses.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), universidade pública, de qualidade e um espaço importante para o engrandecimento da cidadania.

Ao Besc, nas pessoas de Maria Helena Scalvi, Assessora de Relacionamento Acionistas e Conselhos, e Clóvis Wagner, Secretário Geral Adjunto.

Ao Badesc, na pessoa de Aldo Mário Schneider, Secretário Geral.

À Codesc, na pessoa de Raquel Búrigo (Secretária Geral) e Eliane Gamba (Diretora de Benefícios).

A Adenor Piovesan, assessor parlamentar, por ter agilizado o acesso às instituições do Sistema Financeiro acima relacionadas.

Ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Santa Catarina, nas pessoas de Patrícia e também do pessoal da Secretaria de Informática e Eleições desta instituição (Gonsalo, Cláudia e Karine). Ivete Ana Araldi, do TRE, também prestou sua colaboração.

Aos colegas Ivandro e Valdir, pelos momentos de conversa que tivemos.

A todos os personagens que, neste palco da vida, contribuíram com sua parcela de esforço para a concepção de mais esta obra de arte.

Muito Agradecido !

## Resumo

Desde que o Brasil era colônia de Portugal, já se iniciavam propostas para a implementação e constituição de sistemas financeiros em território nacional.

O surgimento de instituições financeiras isoladas, principalmente localizadas em redutos mais privilegiados política e economicamente, aos poucos foi dando lugar à disseminação e fortalecimento de estabelecimentos de crédito públicos e privados nas várias unidades da federação.

Prioritariamente, o estudo que ora se oferece é resultado de uma busca de compreensão acerca dos mecanismos relacionais que permeiam um espaço de tempo específico do contexto sócio-político barriga-verde. Este espaço de tempo principia em março de 1983 e termina em dezembro de 2002.

Dentro deste período, a organização administrativa do estado é liderada por Esperidião Amin (dois mandatos), Pedro Ivo Campos, Vilson Kleinübing e Paulo Afonso Vieira. O Sistema Financeiro Público catarinense (SFP), nestas respectivas gestões políticas mencionadas, protagoniza estratégias condizentes com os planejamentos estruturais demandados. Por sua vez, a composição das principais esferas de funcionamento do SFP é preenchida por indivíduos que expressam variadas formas de configuração do aparelho governamental estadual.

## **Abstract**

Since Brazil was a Portuguese possession, at once started suggestions for the implementation and continuation of financial systems in the national territory.

The appearance of isolated financial systems mainly located in certain places more privileged political and economically, by inches was giving place to the dissemination and strengthening of establishments of public and private credits in the several unities of the federation.

In first place, the research that is offered by now is resulted of one search of comprehension circa of the relational mechanisms that permeates from one space of specific time in the “green-belly” social-political context. This space of time initiates in March 1993 and ends in December 2002.

Inside this period, the administrative organization of the state is led by Esperidião Amin (two mandates), Pedro Ivo Campos, Wilson Kleinübing and Paulo Afonso Vieira. The Public Financial System (in Portuguese: Sistema Financeiro Público, SFP) of Santa Catarina, in those respective political managements, does suitable strategies with structural planning required. By the way, the composition of the mainly spheres of functioning of the SFP is fulfilled by individuals that expresses varied ways of configuration of the governmental apparatus of the State.

## Sumário

Indicação de Quadro.....	p. 9
Lista de Reduções.....	p. 9
1 INTRODUÇÃO.....	p.11
2 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO E A ESTRUTURAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NA HISTÓRIA FEDERATIVA DO PAÍS .....	p.13
3 A CRIAÇÃO DE BANCOS ESTADUAIS E SUAS RESPECTIVAS RELAÇÕES POLÍTICAS.....	p.31
4 BANCOS EM SANTA CATARINA.....	p.39
5 A TRAJETÓRIA DAS ELITES CATARINENSES E SUAS RELAÇÕES COM O SISTEMA FINANCEIRO.....	p.46
6 ANTES E DEPOIS DE 83: REARTICULAÇÕES EMPRESARIAIS E CONTINUIDADE DA CULTURA POLÍTICA DE USO DO SISTEMA FINANCEIRO PÚBLICO (SFP) CATARINENSE.....	p.70
7 1983/1987: O SFP CATARINENSE NO GOVERNO ESPERIDIÃO AMIN (PDS).....	p.77
8 1987/1991: O SFP CATARINENSE NO GOVERNO PEDRO IVO/CASILDO MALDANER (PMDB).....	p.88
9 1991/1994: O SFP NO GOVERNO KLEINÜBING/KONDER REIS (PFL/PDS).....	p.97
10 1995/1998: O SFP NO GOVERNO PAULO AFONSO VIEIRA (PMDB) ... .....	p.104
11 1999/2002: O SFP NO SEGUNDO GOVERNO AMIN (PPB).....	p.115
12 CONCLUSÃO.....	p.126
REFERÊNCIAS.....	p.128

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Integrantes do SFP e Administrações Catarinenses (1983-2002) ..... p. 134**

**APÊNDICE B – Integrantes do SFP, representantes da cúpula do SFP, atividades/profissões e eleições. .... p. 140**

## **ANEXOS**

**ANEXO A – Membros da Diretoria Executiva (DIREX) da Codesc, entre 1983 e 2002**

**ANEXO B – Membros do Conselho de Administração (CONAD) da Codesc, entre 1983 e 2002**

**ANEXO C – Membros do Conselho Fiscal (CONFIS) da Codesc, entre 1983 e 2002**

**ANEXO D – Composição dos Conselhos de Administração (CONAD) e Fiscal (CONFIS) do Badesc, entre 1983 e 2002**

**ANEXO E – Composição das Diretorias do Badesc entre 1983 e 2002**

**ANEXO F – Composição do Conselho de Administração (CONAD) do Besc, entre 1981 e 2002**

**ANEXO G – Composição do Conselho Fiscal (CONFIS) do Besc, entre 1981 e 2002**

**ANEXO H – Composição da Diretoria Executiva (DIREX) do Besc, entre 1981 e 2002**



## Indicação de Quadro

**Quadro: Candidatos eleitos em 1982 para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e suas relações profissionais/empresariais. . . . . p.72/73**

## Lista de Reduções

### Siglas

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BACEN: Banco Central

BADESC: Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e Agência  
de Fomento do Estado de Santa Catarina

BESC: Banco do Estado de Santa Catarina

CADE: Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CASAN: Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CODESC: Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

CONAD: Conselho de Administração

CONFIS: Conselho Fiscal

DIREX: Diretoria Executiva

ESAG: Escola Superior de Administração e Gerência

FIESC: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina

FURB: Fundação Universidade Regional de Blumenau

PAN: Partido dos Aposentados da Nação

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PDC: Partido Democrata Cristão  
PDS: Partido Democrático Social  
PDT: Partido Democrático Trabalhista  
PFL: Partido da Frente Liberal  
PGT: Partido Geral dos Trabalhadores  
PL: Partido Liberal  
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN: Partido da Mobilização Nacional  
PPS: Partido Popular Socialista  
PRN: Partido da Reconstrução Nacional  
PROCAPE: Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas  
PRTB: Partido Renovador Trabalhista Brasileiro  
PSB: Partido Socialista Brasileiro  
PSC: Partido Social Cristão  
PSD: Partido Social Democrático  
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira  
PSDC: Partido Social Democrata Cristão  
PSL: Partido Social Liberal  
PSN: Partido da Solidariedade Nacional  
PST: Partido Social Trabalhista  
PT: Partido dos Trabalhadores  
PT do B: Partido Trabalhista do Brasil  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
RAET: Regime de Administração Especial Temporária  
SFP: Sistema Financeiro Público  
STO: Secretaria de Transportes e Obras  
TRE: Tribunal Regional Eleitoral  
UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina  
UDN: União Democrática Nacional  
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

## Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

A construção de uma gestão governamental não se faz somente com concreto e obras materiais, mas, igualmente, ela se faz presente a partir de relações de interesses entre os membros participantes dos grupos políticos constituídos.

E, quando o período considerado não se refere a uma única gestão de governo, esta construção se mostra mais complexa e repleta de “engenharias” que expressam as nuances dos mais variados objetivos políticos e econômicos colocados em jogo.

É no intuito de possibilitar a visualização de uma fração destas construções que este trabalho se apresenta e, ao mesmo tempo, se propõe a contribuir com uma reflexão mais cuidadosa acerca dos processos de composição de um determinado setor de governo em uma das unidades da federação brasileira. Fala-se aqui, então, do Sistema Financeiro Público de Santa Catarina (SFP), composto pelas instituições que lhe diz respeito (Besc<sup>1</sup>, Badesc<sup>2</sup> e Codesc<sup>3</sup>) e as respectivas relações políticas e sociais que permeiam estas entidades no período que começa em março de 1983 e termina em dezembro de 2002.

Justifica-se a escolha deste período pelo motivo de que este é um momento de contínua alternância política e administrativa dos grupos que controlam o aparelho governamental catarinense. Ou seja, nenhum dos governantes (e seus partidos) que dirigem o estado entre março de 1983 e dezembro de 2002 consegue fazer seu sucessor.

As gestões administrativas que estão incluídas neste recorte de tempo referem-se aos mandatos de Esperidião Amin Helou Filho, pelo PDS (1983-1987), Pedro Ivo Campos/Casildo Maldaner<sup>4</sup>, pelo PMDB (1987-1991), Wilson Kleinübing, pelo PFL (1991-1994), Paulo Afonso Vieira, pelo PMDB (1995-1998), e novamente Esperidião Amin, pelo PPB (1999-2002).

Ainda que os propósitos desta obra estejam voltados à delimitação anteriormente mencionada, este trabalho percorre uma trajetória histórica que se inicia em uma contextualização nacional onde, desde a criação do primeiro Banco do Brasil até o

---

<sup>1</sup> Banco do Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

<sup>4</sup> Pedro Ivo Campos falece em 27 de fevereiro de 1990, completando então seu mandato o vice-governador Casildo Maldaner.

último ano considerado (2002), estrutura-se uma cultura específica de instrumentalização política das instituições financeiras. (Cap.1).

Logicamente que esta cultura também se ajusta aos traços peculiares das várias regiões que acabam comportando seus próprios bancos, casas de créditos, cooperativas financeiras e, enfim, quaisquer tipos de instituições financeiras. (Cap. 2).

Santa Catarina, por ser uma unidade da federação brasileira, possuir seu próprio conjunto de instituições financeiras e desenvolver suas próprias características sócio-políticas, vai aos poucos configurando interesses específicos e que são advindos das forças dominantes constituídas. Pelo fato de ser um espaço privilegiado de recursos e dinamização das mais variadas obras públicas e privadas, as instituições financeiras de Santa Catarina são também, então, historicamente visadas de uma maneira especial pelos grupos que controlam o poder político e econômico. (Cap. 3 e 4).

Adentrando em delimitações temporais diferenciadas ao longo do processo de desenvolvimento do estado catarinense, percebe-se certos contrastes e semelhanças, discontinuidades e continuidades relacionadas às estruturas governamentais que vão sucessivamente preenchendo as esferas de representação no ambiente estatal. (Cap. 5).

Finalmente, situando todo um período específico (1983-2002) de encaminhamento dos assuntos planejados e executados no âmbito do SFP catarinense, detalhar-se-á como se dinamizaram as relações sócio-políticas a partir dos principais integrantes do Besc, do Badesc e da Codesc. (Cap. 6, 7, 8, 9 e 10).

## Capítulo 2 – O Sistema Financeiro brasileiro e a estruturação de instituições financeiras na história federativa do país

Desde a época do “Brasil Colonial” existe uma relação bastante estreita entre as instituições financeiras e de crédito e os representantes públicos e privados dos mais variados setores da sociedade.

Em 1808 D. João criou o primeiro Banco do Brasil que, embora tendo os mais importantes comerciantes da Corte como subscritores de suas ações, foi controlado por pessoas indicadas pelo rei. Os inúmeros favores concedidos à instituição explicam o aparente absurdo de tal situação.

Em 1829 essa instituição acabou sendo liquidada.

Visconde de Mauá, em 1852, engendrou o funcionamento de um novo Banco do Brasil. Se o primeiro contava com a vinculação às figuras e favores aristocráticos e imperiais, este “segundo Banco do Brasil” encontrava em Mauá uma relação de estreitos interesses com a iniciativa empresarial, industrial e política.

Esta instituição funde-se em 1853 com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Discorrendo acerca do envolvimento de personagens influentes no que diz respeito ao funcionamento de bancos ou casas de crédito daquela época, torna-se relevante constatar que o Banco Comercial do Rio de Janeiro havia sido fundado em 1838 por François Ignace Ratton.

Fazem parte da série de acontecimentos que marcam a vida de Ratton o fato de, na primeira metade do século XIX, ter contribuído em comissões que estudavam o sistema monetário. Todavia, o que se faz interessante observar, sobremaneira, é que este banqueiro, já em 1839, participou como concessionário de um contrato com o Governo Imperial, a fim de conservar e melhorar a “Estrada de Botafogo”, no Rio de Janeiro.

No sentido de continuar destacando a dinâmica de interesses públicos e privados como um aspecto relevante e que acompanha os processos de criação e estruturação das instituições financeiras no Brasil desde as suas origens imperiais, salienta-se aqui a atuação de um personagem público do “Brasil Imperial” que acabou por preencher um espaço notadamente singular: o “Visconde de Itaboraí”.

Advindo de uma das famílias mais abastadas da província do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, acumulou em seu currículo cargos que vão desde senador pela província carioca, deputado por três vezes,

presidente da província do Rio de Janeiro, Ministro da Marinha, da Fazenda, Presidente do Conselho de Ministros em duas oportunidades, membro do Conselho de Estado e, evidencie-se bem, presidente do Banco do Brasil.

Centrando um pouco mais detidamente nossas atenções diante das ações dos três sujeitos anteriormente destacados, Mauá, Rattón e Itaboraí, relacionemos às nossas análises um diagnóstico de uma das primeiras redes de interesses que, já na incipiente estruturação do sistema financeiro brasileiro, contribuíram com o estabelecimento de conexões importantes entre as esferas políticas e empresariais.

Objetivamente falando, referimo-nos então à fusão, no ano de 1953, do Banco do Brasil de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, de Rattón. Fusão esta que se dá sob a direção dos trabalhos do Visconde de Itaboraí.

Segundo Carneiro (2002, p. 28),

por meio do Decreto 683, de 5 de julho de 1853, fundiram-se o Banco do Brasil e o Banco Comercial do Rio de Janeiro, por iniciativa do Ministro da Fazenda, o Visconde de Itaboraí, ocasião em que foi estabelecido o monopólio de emissão em favor do Banco da República do Brasil. Essa faculdade foi transferida para o Tesouro Nacional em 1896. Daquela fusão, surgiu o atual Banco do Brasil, criado pelo Decreto 1.455, de 30 de dezembro de 1905.<sup>5</sup>

Itaboraí, integrante do Partido Conservador e pessoa altamente influente no império brasileiro, é protagonista, então, de um processo do qual fazem parte dois dos mais eminentes empreendedores da época: Mauá e Rattón.

Verifica-se, através deste estabelecimento, que os processos de concentração e centralização bancárias são situações antigas no contexto espacial brasileiro. Assim como não é nova a importância que se concede ao sistema financeiro como sendo um *locus* privilegiado de poder e de potencialização de influências econômicas e sociais.

Como nos traz Falci e Melo (2002, p. 20),

Com ligações comerciais com o visconde de Itaboraí, é natural que Joaquim José realizasse seus negócios com essa casa bancária. Essa relação também explica a rede de atuação desse banco no vale do Paraíba, onde a família

---

<sup>5</sup> CARNEIRO, Eduardo Victor Pontes. **Impactos da Regulamentação do Art. 192 da Constituição Federal sobre o modelo institucional do Banco Central do Brasil**. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

Teixeira Leite era muito influente. Esses vínculos permaneceram com as herdeiras de Joaquim José, e esse banco foi uma das instituições de crédito utilizadas por elas para manutenção de seus negócios.<sup>6</sup>

Logicamente que ao pensarmos em uma instituição financeira pública ou privada, hoje ou no passado, apercebemo-nos diante de uma organização que, por si só, não reflete nenhuma qualidade ou juízo de valor próprio. Todavia, o que se faz de fundamental interesse, a partir de uma perspectiva sócio-política, é a constatação referente ao modo de gestão pública ou privada dos recursos financeiros e à rede de relações políticas que se constitui nos meandros de uma instituição financeira.

Neste sentido é que, continuando nossa visualização histórica acerca da constituição das demais instituições de crédito em solo imperial, veremos que continua sendo “lugar comum”, naquele período, a junção de fortes interesses políticos e sociais que encontravam-se em jogo.

Exemplo disso é que a Caixa Econômica e o Monte de Socorro do Rio de Janeiro, criados em 1861 e prenunciadoras da posterior fundação da Caixa Econômica Federal, passaram a ter congêneres provinciais que “tiveram motivação mais social e política do que propriamente econômica, pois era restrito o âmbito de sua atuação como entidade de crédito”<sup>7</sup>.

É assim que, sucessivamente, surgem as “Caixas” e os “Montes de Socorro” em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, Maranhão, Ceará, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Alagoas, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Norte, e Minas Gerais.

Ainda que houvesse um panorama favorável de direcionamento das “Caixas” à esfera social, para elas, segundo Granemann (2001, p. 74), “(...) estavam afluindo as poupanças e depósitos de todas as classes sociais (...)”<sup>8</sup>

Caracteriza muito bem esta situação um discurso do Presidente da Província de Santa Catarina, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, quando, em 1876, fala da instalação da Caixa Econômica e Monte de Socorro em solo catarinense:

---

<sup>6</sup> FALCI, Miridan Britto Knox e MELO, Hildete Pereira de. **Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite**. Uma análise de gênero. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

<sup>7</sup> COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos Oficiais no Brasil**: Origem e aspectos de seu Desenvolvimento. Banco Central do Brasil: Brasília, 2004, p. 13.

<sup>8</sup> GRANEMANN, Roney de Oliveira. **Inadimplência na área de habitação da Caixa Econômica Federal, no âmbito do escritório de negócios institucional de Florianópolis**: um estudo de caso. – Dissertação – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, UFSC, 2001.

é com prazer que vos anuncio a instalação desses estabelecimentos, no dia 1º de janeiro do corrente ano. Já era sensível o retardamento de semelhante instituição, que com o duplo fim humanitário e econômico, auxilia, principalmente, as classes operária e industrial.<sup>9</sup>

Aparentemente, através das Caixas Econômicas e Monte de Socorro, o Estado brasileiro exercia uma função fundamental em relação ao “manejo” do “mercado financeiro”. Contudo, entre os anos de 1852 e 1880, mais de 75% da moeda manual esteve fora dos bancos, do Estado e do controle de suas agências. Neste sentido, Fragoso (2002, p.14) afirma que essa informação “sugere que apesar da interferência do Estado na economia e do crescimento das casas bancárias no crédito, continuavam a persistir outros mecanismos de controle sobre a “poupança nacional”. Entre eles, talvez, os capitalistas no sentido tradicional do termo (...)”<sup>10</sup>

No sentido do exposto anteriormente, constata-se, ainda, que a “classe empreendedora” encontrava-se sempre perto das agências de financiamento governamentais. Ou seja, “(...) parte dela participava das diretorias das últimas e, ao fazer isso, não abandonava seus negócios particulares (...)”<sup>11</sup>

Fragoso ainda descreve uma metamorfose na elite econômica do Rio de Janeiro, principal praça do país na época. A “nova” elite econômica “começava a deixar o grande comércio para outros segmentos do empresariado e procurava se especializar nos empréstimos”.<sup>12</sup> Supõe-se que tenha se tornado fator fundamental para esta elite sua proximidade com as agências econômicas do Estado.

Fragoso fala, por exemplo, de um “seleto grupo de 26 eleitores” que, se não bastassem suas grandes riquezas, “estavam presentes em, pelo menos, duas casas bancárias, sendo a principal o BB, e em seguradoras”.<sup>13</sup>

No sentido do que já relatamos a respeito do surgimento do Banco do Brasil de 1853, torna-se importante perceber que foram as diretorias de dois bancos aquelas que se uniram para formar o Banco do Brasil e que passaram a gerenciar esta entidade.

---

<sup>9</sup> SANTA CATARINA, Presidente, 1875-1876 (Mello Filho). **Fala do Presidente da Província**: 1º de março de 1876. p. 118. In.: SCHMITZ, Sérgio. **Bancos Privados e Públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense**. São Paulo: USP/FFLCH, 1991, p. 28.

<sup>10</sup> FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 29, p. 14, 2002.

<sup>11</sup> idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Ibidem, p.15.



Desta forma, as diretorias das antigas instituições lideradas por Mauá e Raton controlavam agora a liquidez e o crédito tanto da Corte quanto do país. “Fato que era reforçado por estarem em outras agências tuteladas pelo Estado, como a Caixa Econômica e Monte Socorro do Rio de Janeiro”.<sup>14</sup>

Mauá, aqui, uma vez mais aparecendo como eixo de importantes decisões políticas e econômicas adotadas na época, representa, nas instituições financeiras que participava, determinadas forças advindas de poderosos interesses constituídos no império.

O historiador Carlos Gabriel Guimarães, por exemplo, constrói toda uma rede de relações pessoais que, centralizada em Mauá, desemboca na visualização de determinados bancos.<sup>15</sup>

Em 1837 Mauá torna-se diretor da Carruthers & Company, firma inglesa que na década de 1840 liga-se ao tráfico negreiro. Esta firma, por sua vez, tinha ligações com o negreiro Manuel Pinto da Fonseca, que era sócio da “Sociedade Bancária Mauá, MacGregor”. Relata Guimarães que Manuel Pinto da Fonseca

(...) foi expulso do Brasil em 1852 por causa do contrabando e tinha como um dos testamenteiros um sócio e amigo pessoal do Mauá, o José Antônio de Figueiredo Júnior, pai do futuro Visconde de Figueiredo, que no final do Império, foi o organizador do Banco Nacional.<sup>16</sup>

Curiosidade trágica é que Mauá e o pai do Visconde de Figueiredo uniam-se em um dos “negócios” lucrativos do momento, o “comércio de carne humana”, ou seja, o tráfico negreiro.

Útil se faz salientar que, ainda em 1856, foi organizado o Banco Mauá & Cia, que estabelecia-se como principal banco e emissor de notas no Uruguai. Comportando “filiais” desta instituição na Argentina e na Província do Rio Grande do Sul, o barão de Mauá era, então, contemplado pela política externa do Império.

E quando se fala em política externa, Guimarães afirma que “Mauá estava coladinho com o projeto de expansão do Império brasileiro na Região do Rio da Prata.

---

<sup>14</sup> *ibidem*, p.15.

<sup>15</sup> Cf. **Entrevista com o historiador Carlos Gabriel Guimarães**. Disponível na Internet: <[www.revistatamaliivre.com](http://www.revistatamaliivre.com)>. Acesso em 22/08/2006.

<sup>16</sup> *idem*.

Quando se pagavam as tropas do Brasil na Guerra do Paraguai era o Banco Mauá que fazia.”<sup>17</sup>

Mauá falece em 1889, ao final do período imperial, quando a atividade bancária brasileira convergia principalmente ao Rio de Janeiro.

Em 1888, em todo o país, havia 68 agências bancárias, sendo que o Rio de Janeiro concentrava 80% dos depósitos bancários, e detinha uma agência para cada 22.573 habitantes, enquanto em todo o resto do país existia somente uma agência para cada 232.558.<sup>18</sup>

Independente destes diagnósticos contextuais, o fato é que, proclamada a República, assiste-se ao desenvolvimento de uma política financeira que continua espelhando interesses de conciliação entre o “público” e o “privado”. Neste sentido, mesmo que o regime institucional e os personagens fossem outros, prevalecia no interior do Estado brasileiro a cultura de se “tirar proveito” das conveniências políticas referentes ao grupo que se encontrava no poder.

Diante disto, Rui Barbosa e o Conselheiro Mayrink, sujeitos contemporâneos do início da era republicana brasileira, são ilustres exemplos das considerações acima expostas:

A política financeira dos ministros da Fazenda do marechal Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa e Barão de Lucena, provocou uma euforia especulativa, chamada de encilhamento, em analogia à preparação dos cavalos antes da corrida. Rui Barbosa autorizou, em 17 de janeiro de 1890, os bancos privados a emitirem dinheiro, dando início a uma série de decretos que foi modificando ao longo de sua gestão. As medidas trouxeram inflação galopante, desconhecida no país desde a década de 1820, com desvalorização da moeda, especulação com títulos e papéis, abertura e fechamento de empresas fantasmas. Diversos contemporâneos de Rui criticaram o decreto como um ato escandaloso de favorecimento às empresas do Conselheiro Mayrink, que recebia não só privilégios bancários como inúmeras facilidades para negócios com terras públicas e contratos de

---

<sup>17</sup> *idem.*

<sup>18</sup> COSTA NETO, Yttrio Corrêa da, *op. cit.*, p.15.

construção. O banco de Mayrink passou a ostentar, a partir do final de 1890, o nome muito significativo de Banco da República (...)<sup>19</sup>

De maneira geral, e aqui neste momento que principia o período republicano brasileiro não é diferente, evidencia-se uma estreita relação entre as ações de Estado e os objetivos daqueles sujeitos que detinham poder político ou acesso facilitado ao mesmo.

Não é à toa que,

Foi no bojo do Encilhamento, período de intensa expansão creditícia e de especulação bursátil, resultante do plano original de Rui Barbosa e dos sucessivos incrementos no número de entidades emissoras e dos limites de emissões, que surgiram os elementos que, mais tarde, já no século XX, induziram o envolvimento direto do Estado brasileiro na atividade bancária.<sup>20</sup>

Contudo, torna-se relevante perceber que o Brasil encontra-se, ainda na década de 1920, com um sistema financeiro precário e concentrado regionalmente e empresarialmente.

Posteriormente à Primeira Guerra Mundial é que cresce o número de bancos comerciais. Exemplos deste período são o Banco da Lavoura de Minas Gerais e o Banco Boavista.

Antes limitados à Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí, São Paulo e Paraíba, somente na metade dos anos 20 é que começa a se espalhar nacionalmente a fundação de bancos comerciais estaduais.

Como nosso estudo busca perceber a presença do Estado na atividade bancária e as ações decorrentes dos sujeitos envolvidos nesta dinâmica, faz-se importante evidenciar que

Embora originalmente criados para o financiamento à produção agrícola, não se pode dissociar a criação dos bancos estaduais de um movimento de progressiva participação do Estado na atividade econômica que começava a configurar-se na década de 1930. Conforme destacam Baer e Bang (2002, p.

---

<sup>19</sup> VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha e a República**. Revista *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, (p. 275-291), 1996, p. 281.

<sup>20</sup> COSTA NETO, Yttrio Corrêa da, op. cit., p.16.

2-3), é de fato neste momento que, inicialmente como resposta à Grande Depressão e mais tarde como uma estratégia de desenvolvimento explicitamente estabelecida, inicia-se o processo de Industrialização por Substituição de Importações que seria marcado pelo reconhecimento da incapacidade do setor privado em fazer os investimentos requeridos para a industrialização do Brasil, especialmente nos setores industriais de base.<sup>21</sup>

O discurso político advindo do governo federal constituído na época reflete a importância deste setor que, acima de tudo, receberá ainda mais prioridade governamental: a indústria.

Por este motivo é que Fonseca (2003, p.10) declara que “já em 1931, Vargas afirmava a necessidade de protecionismo deliberadamente para proteger a indústria nascente (...).”<sup>22</sup>

Mais adiante, ao relacionar de forma mais íntima a questão industrial com as concepções estatais da época, o autor afirma que

Nesta época associava-se a indústria ao *progresso econômico*. Em meados da década, este será substituído por *desenvolvimento econômico*, como no discurso pronunciado a 7 de setembro de 1936: “Atingimos elevado estágio de desenvolvimento cultural, institucional e econômico. (...) Já não somos um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais” (Vargas, 1938: v. 4, p. 182).<sup>23</sup>

Se formos observar atentamente o contexto de surgimento do Governo Vargas, constataremos que ele aparece em um momento histórico crítico, onde a crise econômica mundial limita fortemente os locais de consumo de nossa produção direcionada à exportação. Da mesma forma, acentua-se o declínio das importações, causando uma apreciável diminuição no consumo.

Este acontecimento, contudo, serve como combustível à produção interna e dinamiza uma reconstituição da estrutura econômico-financeira brasileira.

Segundo Oliveira (1996, p.81),

---

<sup>21</sup>CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Sistema financeiro no Brasil: uma breve análise de sua evolução**. Revista *BAHIA ANÁLISE & DADOS*, Salvador, v. 12, n. 3, (p. 199-210), 2002, p. 202.

<sup>22</sup>FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930**. Disponível na Internet:

<<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/maringa2.pdf>> Acesso em 29/08/2006.

<sup>23</sup>idem.

Apesar da crise e das dificuldades de toda ordem, cresceu a produção brasileira voltada para o consumo interno e foi no setor industrial que essa evolução se fez mais sensível.

Tais ocorrências implicaram, naturalmente, numa remodelação modesta mas significativa do sistema bancário, à época composto praticamente, apenas, do Banco do Brasil (banco oficial), de bancos nacionais privados e de poucos bancos estrangeiros. Procurou-se modernizar esse sistema com grande participação do Estado, apesar das tendências teóricas liberais dos ministros da Fazenda do período que se estuda (José Maria Whitaker, Oswaldo Aranha e Souza Costa).<sup>24</sup>

Mais adiante, ao falar que a carência de capitais estrangeiros, o papel pouco relevante dos bancos estrangeiros e o pequeno desenvolvimento do mercado de títulos resultaram na geração de uma fortíssima pressão sobre o sistema bancário, o autor afirma que

O sistema bancário teve de evoluir a fim de atender a essa procura adicional de recursos, num país e numa época de baixo nível de renda e poupança com relação a maioria esmagadora da população. Tanto Vargas como os demais gestores governamentais foram sensíveis ao problema e nunca ocultaram em qualquer oportunidade sua preocupação com o crédito à produção que sempre consideravam uma das principais malas do desenvolvimento industrial.<sup>25</sup>

Tanto em nível federal quanto estadual, o investimento começava a ser seriamente observado como um eixo determinante da taxa de crescimento econômico. Diante disto, o que se solicitava apresentar na pauta de discussões era o tema dos recursos necessários à sua efetivação.

Este tema concretizou, então, um amplo debate acerca da insuficiência da poupança nos países subdesenvolvidos, da idéia de círculo vicioso da pobreza e do bloqueio encontrado na falta de meios adequados de financiamento do investimento.

Neste sentido, segundo Saes (2001, p.85), “pode-se dizer que a principal referência nos estudos sobre financiamento no Brasil a partir de 1950 foi a adequação

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Expansão do Crédito e Industrialização no Brasil; 1930-1945.** Boletín de Fuentes América Latina em la História Económica, México DF, n. 6, (p. 81-90), julho-dezembro de 1996, p. 81.

<sup>25</sup> ibidem, p. 82.

dos instrumentos financeiros existentes às necessidades de financiamento da economia brasileira”.<sup>26</sup>

Neste contexto podemos então visualizar a presença, a partir de dezembro de 1950, da “Comissão Mista Brasil – Estados Unidos”. Esta foi organizada como sendo uma integração de técnicos brasileiros e americanos que se dispunham a estudar projetos que seriam objeto de financiamento. Estes projetos estariam vinculados aos programas de crescimento econômico e orientados para o solucionamento de deficiências infra-estruturais, notadamente energia elétrica e transporte.

Tal lógica definidora de ações públicas deste período faz notar alguns dados, relevantes da disposição política voltada para a industrialização, que são trazidos a partir da constituição do BNDE, em 1952. Tudo isto levando em conta que os antecedentes diretos do BNDE encontram-se nas tarefas levadas a cabo pela “Comissão Mista Brasil – Estados Unidos”.

Considerando esta discussão, Costa e Deos (2002, p.9) asseveram que o BNDE

(...) surge como gestor do Fundo de Reaparelhamento Econômico, que contaria com recursos de um adicional de 15% sobre o imposto de renda, um percentual de 25% das reservas técnicas das seguradoras e um empréstimo de US\$ 600 milhões do Eximbank. Esse empréstimo, a propósito, foi suspenso por motivos explicitamente políticos, em resposta a duas medidas de cunho nacionalista: a “campanha do petróleo” e a adoção do regime de câmbios múltiplos, que visava “hierarquizar” as importações. Mesmo que esses recursos de natureza fiscal e outros, resultantes de “poupança compulsória”, não fossem suficientes, havia a decisão política de manter o apoio financeiro governamental ao esforço de desenvolvimento via emissão monetária.<sup>27</sup>

A década de 50 foi um período de profunda intensidade do embate entre diferentes concepções a respeito do assunto “desenvolvimento econômico brasileiro”. Ilustra esta situação o reforço que recebe o debate, já iniciado na década de 40, entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín, através dos temas “intervencionismo estatal” e “planejamento econômico cepalino”.

---

<sup>26</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A moeda, o crédito e o financiamento da produção**. Revista *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 41, (p. 77-90), Jan./Apr. 2001, p. 85.

<sup>27</sup> COSTA, Fernando Nogueira da & DEOS, Simone Silva de. **Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira**. Texto para discussão IE/UNICAMP, Campinas, n. 109, abr. 2002.

Segundo Saretta (2001, p.116)

(...) após a grave crise política que culminou no suicídio de Vargas, o novo presidente Café Filho nomeou Gudin para o Ministério da Fazenda (...). A nova equipe assumiu dentro de um quadro econômico em que se conjugavam uma inflação crescente e um pesado desequilíbrio externo. A breve gestão de Gudin à frente do Ministério da Fazenda significou um forte programa ortodoxo de combate à inflação, o que teria desagradado sobretudo aos interesses do empresariado paulista, que conseguiu afastá-lo do Ministério decorridos pouco mais de oito meses.<sup>28</sup>

Voltando um pouco no tempo, torna-se importante lembrar que em 1944 Gudin foi selecionado delegado brasileiro na Conferência Monetária Internacional, em Bretton Woods, EUA. Esta Conferência foi a que resolveu por constituir o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird).

Além do relato de Saretta acerca do contexto de ocupação de Gudin no Ministério da Fazenda, chama atenção o fato de que, em sua passagem por esta pasta, decretou a Instrução 113, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Esta “Instrução” tinha por propósito facilitar os investimentos estrangeiros no país, sendo que o governo de Kubitscheck utilizaria amplamente tal amparo.

Aliás, evidencia-se no governo de Kubitscheck uma presença ainda maior de pessoas e estratégias compatíveis com os interesses de vinculação do sistema financeiro com as necessidades de dinamização do desenvolvimento nacional.

São nestes termos que neste período identifica-se, por exemplo, a participação do banqueiro Walter Moreira Salles como o embaixador do Brasil nos EUA.

Tendo ocupado esta função na gestão Kubitscheck entre julho de 1959 e fevereiro de 1961, Moreira Salles já tinha exercido o mesmo cargo na “Era Vargas” entre os meses de junho de 1952 e agosto de 1953.

Evidencia-se, na pessoa de Moreira Salles, um misto de fortes influências familiares, privilegiado acesso às esferas político-governamentais e continuidade estratégica na intensificação do poder financeiro privado no Brasil.

Assim é que podemos percebê-lo, em 1933, como sócio da “Casa Bancária Moreira Salles”, instituição fundada por seu pai. Este seria o estabelecimento que,

---

<sup>28</sup> SARETTA, Fausto. **Octavio Gouvêa de Bulhões**. Revista Estudos avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, (p. 111-125), Jan./Apr. 2001, p. 116.

através de sucessivas fusões e aquisições, e sempre contando com a relevante liderança de Moreira Salles, originaria em 1975 o Unibanco. Neste entremeio, identificando algumas tarefas políticas executadas, além das funções de embaixador anteriormente relatadas, este personagem exerceu os encargos de Ministro da Fazenda no gabinete parlamentar de João Goulart. Ainda antes, durante as gestões de Vargas, JK e Jânio, Moreira Salles foi um dos negociadores da dívida externa brasileira.

Entre as funções públicas exercidas por Moreira Salles, Markowitz (2004, p. 23) destaca que

(...) em 1948 é nomeado diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil. Quando Vargas é eleito em 1950, este lhe indica como superintendente da SUMOC (superintendência de moeda e crédito, embrião do futuro Banco Central) onde organiza o departamento econômico e de fiscalização.<sup>29</sup>

Mais adiante, ao trazer o Unibanco como um eixo de importantes relações políticas e econômicas estruturadas, a autora afirma que

(...) na comparação das diretorias do banco de 1970 e 2003 (...), o conselho do grupo Moreira Salles é composto por sócios e amigos de João e de Walther Moreira Salles, pessoas que lhes ajudaram a consolidar suas carreiras e fundar o Unibanco. São essas pessoas que sempre dirigiam a instituição e representavam o empresário junto a associações políticas. Em geral, Moreira Salles não comprava outros bancos, mas se fundia a eles, e seus controladores passavam a ocupar posições na nova diretoria, ou mais comumente como grandes acionistas no conselho. Aos poucos, o grupo Moreira Salles tornava-se acionista majoritário.<sup>30</sup>

Chegando então na contextualização social brasileira caracterizada pelo regime militar, observa-se a aprovação de reformas bancárias que visavam incentivar fusões, concentrações e melhores condições de fazer com que os bancos pudessem diversificar os seus serviços.

Minella (1988, p. 31), em exame que comportou análises políticas referentes ao setor bancário desta época, considera que

---

<sup>29</sup> MARKOWITZ, Michele Andrea. **Bancos e banqueiros, empresas e famílias no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>30</sup> *ibidem*, p. 26.



(...) os estudos sobre o sistema bancário brasileiro consideram a Reforma Bancária, implantada a partir de 1965, como resultado natural de estudos técnicos, cuja elaboração final foi feita pelo governo Castelo Branco. Entretanto, as “soluções técnicas” tinham, na verdade, um significado muito mais amplo, pois vinculavam-se a determinados projetos políticos e continham um sentido de classe social, em geral, não mencionado.<sup>31</sup>

Em paralelo a essas discussões e definições políticas mais gerais, desenvolviam-se negociações e disputas entre as principais instituições financeiras privadas e seus respectivos líderes.

Segundo Costa (2002, p. 17),

Chegou a haver negociações de Amador Aguiar com Walter Moreira Salles, para fundir o Bradesco ao Unibanco, em 1972. Diante da diretoria do Unibanco, composta por executivos com formação universitária, Aguiar não resistiu a falar dos “meninos” do Bradesco: – “Meus diretores têm curso primário. O único que fez ginásio não está conosco. Ele se licenciou para ser governador”. Referia-se a Laudo Natel, duas vezes governador de São Paulo. O projeto de fusão foi arquivado. A justificativa acabou sendo o “choque cultural”.<sup>32</sup>

E, por falar em Bradesco e seu dono, Amador Aguiar, torna-se interessante perceber que este banqueiro também esteve prestes a se unir com um dos criadores do Banco Nacional Imobiliário (BNI), o carioca Octávio Frias de Oliveira. Ao contrário da “quase negociação” com Moreira Salles, pois Aguiar acabou se negando a entrar em um acordo com o Unibanco, consta em uma passagem da “Folha Online” que “Aguiar admitiria que o único erro na vida foi não ter se unido à Frias”<sup>33</sup>, do BNI.

A presença de Octávio Frias no empreendedorismo bancário encontra, inclusive, fortes relações familiares, pois, segundo o mesmo jornal online anteriormente citado, o próprio Frias descende do Visconde de Itaboraí que, no tempo do Brasil império,

---

<sup>31</sup> MINELLA, Ary C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: ANPOCS, 1988.

<sup>32</sup> COSTA, Fernando Nogueira da. **Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI**. Texto para Discussão, IE/UNICAMP, Campinas, n. 106, mar. 2002.

<sup>33</sup> VASCONCELOS, Frederico. **O empreendedor que apostou no pluralismo e criou a Folha moderna**. Disponível na Internet: <[www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81323.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81323.shtml)>. Acesso em 15/05/2006.

chegou a ser presidente do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda. Para relembrar, foi o Visconde de Itaboraí, pessoa com enorme influência política e econômica em seu tempo, quem teve a iniciativa de fundir as duas das mais importantes instituições financeiras do império: o Banco do Brasil, do Barão de Mauá, e o Banco Comercial do Rio de Janeiro, de Ignace Ratton.

O descendente de Itaboraí, Octávio Frias de Oliveira, além de destacar-se no setor bancário, dedicou-se posteriormente à atividade jornalística, sendo um dos propulsores do jornal “Folha de São Paulo”. Na década de 90, Luís Frias, filho de Octávio, torna-se presidente do grupo Folha de São Paulo.

Igualmente contemporânea das instituições financeiras privadas de Amador Aguiar, Moreira Salles e de Octávio Frias, apresenta-se o Banco Meridional da Produção (Bamerindus), empreendimento de propriedade de José Eduardo de Andrade Vieira.

Da mesma forma que Frias, o parentesco de Vieira com alguém que foi intimamente ligado ao setor bancário representou um acontecimento importante para a inserção ascendente deste personagem no “mundo das finanças”.

Na caso de Andrade Vieira, seu próprio pai, Avelino Antônio Vieira, foi seu grande antecessor nos desafios que o mercado bancário impunha.

Segundo Pereira (2006, p.140),

Avelino Antônio Vieira nasceu em 1905, em Tomazina, nesta mesma época também nasceram Amador Aguiar, em 1904, José de Magalhães Pinto, em 1909, e Walther Moreira Salles, em 1912.

Avelino mais tarde foi estudar em Curitiba e, ao voltar, em 1919, foi trabalhar como vendedor e escriturário numa casa comercial em “Patrimônio do Café”. Tempos depois foi para Brazópolis, para atuar na seção bancária da casa comercial do Coronel Felipe M. de Carvalho, um rico fazendeiro e importante político na região, que chegou a comandar o executivo municipal de Tomazina. Na seção bancária do seu armazém, chegou a representar o “Banco Francês e Italiano, Banco do Brasil, Banco de Curitiba e Noroeste do Estado de São Paulo” (ANDRADA, 1982, p. 19).<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. **Bancos e Banqueiros, Sociedade e Política: O Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994)**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), UFSC, Florianópolis, 2006.

O próprio Avelino Vieira apresenta-se, mais tarde, em 1969, diretor presidente do Bamerindus. “Na sua gestão, o Bamerindus consolidou sua estrutura nacional promovendo, a partir de 1970, o processo de fusão das filiais estaduais buscando criar um único banco. Para tanto, Avelino Vieira designou José Eduardo como encarregado da operação”<sup>35</sup>.

Efetivamente, José Eduardo de Andrade Vieira assume a gestão do grupo Bamerindus entre 1981 e 1994. Em 1990 ele acabou chegando a ser eleito senador (pelo PTB<sup>36</sup> do Paraná), sendo que licenciou-se do seu mandato em 1993 para assumir o Ministério da Indústria e Comércio e Turismo e também o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Em seu importante estudo a respeito do Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira, Pereira (2006, p.207) ainda destaca que

Através da história do Bamerindus podemos verificar a formação, crescimento e declínio de grupos de capitalistas que se reproduziram ao longo do século XX através de complexos arranjos entre famílias tradicionais e elites emergentes, envolvendo conexões através de casamentos, novas empresas, partidos políticos e cargos públicos. A família Andrade Vieira, por exemplo, é resultado da união de capitalistas emergentes (Antun/Vieira) com uma família que tinha longa tradição de atuação política em Minas Gerais e nacionalmente (Andrade).<sup>37</sup>

Todavia, nem a tradição bancária familiar e nem tampouco a enorme influência política de Andrade Vieira conseguiram impedir que o Banco Central decretasse liquidação extrajudicial do grupo Bamerindus, em março de 1998. Todo este processo, enfim, possibilitou que o banco estrangeiro HSBC adquirisse o Bamerindus.

Com um desfecho semelhante ao ocorrido com Andrade Vieira e o seu Bamerindus, apresenta-se o desenrolar das ações que determinaram o fim do Banco Econômico, de Ângelo Calmon de Sá.

Em agosto de 1995, o Banco Central havia intervindo no Banco Econômico, instituição que já chegara a ser o sexto maior banco privado do país e que simultaneamente fizera de Calmon de Sá, seu controlador, dono de um patrimônio

---

<sup>35</sup> ibidem, p. 182.

<sup>36</sup> Partido Trabalhista Brasileiro.

<sup>37</sup> ibidem, p. 207.

milionário e financiador de candidaturas políticas, sendo que ele próprio chegou a ser Ministro da Indústria e do Comércio do presidente Ernesto Geisel, do regime militar.

Igualmente assemelhado à Andrade Vieira, Octávio Frias e Moreira Salles, no que concerne ao parentesco com personalidades do “mundo dos banqueiros”, Calmon de Sá é bisneto de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, comerciante que, na época do Brasil imperial, liderou a criação da Caixa Econômica da Cidade da Bahia.

Ao se falar em “atuação de banqueiros no meio político”, aspecto comumente observado em relação aos personagens apresentados até o momento, não se pode ignorar a participação, neste quesito, de mais um distinto sujeito do mundo das finanças: José de Magalhães Pinto.

Magalhães Pinto, antes mesmo de ser dono do Banco Nacional S/A, assinou em 1943 o “Manifesto dos mineiros contra o Estado Novo” e, por este motivo, foi demitido do “Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais”, seu antigo trabalho. No ano seguinte, em 1944, Magalhães Pinto e um grupo de empresários contrários ao Estado Novo criaram o Banco Nacional de Minas Gerais.

Saliente na participação político-partidária, Magalhães Pinto assume até 1960 a presidência da UDN<sup>38</sup>. Em seu currículo político ainda constam suas passagens pela Assembléia Constituinte de 1946 (como deputado), Secretário de Finanças de Minas Gerais no governo Milton Campos, governador do estado entre 1961 e 1966<sup>39</sup>, incentivador do golpe militar de 1964, Ministro das Relações Exteriores no governo Costa e Silva e deputado federal por dois mandatos. Em 1985, deixou a política devido a problemas de saúde.

Quanto ao Banco Nacional, sua marca principal no mercado bancário, este irá se fortalecer de forma especial no momento imediatamente posterior à tomada do poder pelos militares, em 1964, período em que a fortuna de Magalhães Pinto se multiplica de uma maneira extraordinária. Tanto que o próprio Banco Nacional, a partir da iniciativa de Magalhães Pinto, incorpora seis instituições financeiras no ano de 1972<sup>40</sup>.

A trajetória final do Banco Nacional de Magalhães Pinto não se distingue muito dos “últimos suspiros” produzidos pelo Banco Econômico (de Calmon de Sá) e pelo Bamerindus (de Andrade Vieira). Prestes a falir no ano de 1994, o Banco Nacional sofre

---

<sup>38</sup> União Democrática Nacional.

<sup>39</sup> Ocasão em que criou o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais.

<sup>40</sup> Curiosidade que vale a pena registrar é o fato de que o Banco Nacional foi um dos primeiros e mais duradouros patrocinadores do Jornal Nacional da Rede Globo. Justamente por causa deste patrocínio é que este jornal carrega o nome de “Nacional”.

intervenção do Banco Central, sendo que seus ativos se transferem para o Unibanco e seus passivos para o Banco Central.

De forma geral, ainda que certas particularidades históricas distingam todos os grandes banqueiros entre si, existe especificamente um momento brasileiro que se apresenta comum a todos eles no sentido de se mostrar profícuo aos interesses do forte empresariado financeiro. Este momento é o período relacionado ao regime militar ditatorial que se estendeu de 1964 até 1985. E aqui, então, insere-se especialmente um último personagem e sua respectiva instituição a ele vinculada: Olavo Setúbal e o seu Itaú.

Prefeito nomeado de São Paulo (1975-1979), Setúbal viveria na “era militar” um início de glórias econômicas sem precedentes, sendo que a década de 70, por exemplo, seria marcada pela intensa expansão e consolidação do seu Itaú, uma instituição financeira nacional que aos poucos adotaria um perfil de agressividade marcadamente singular.

Este foi um período em que o Itaú América, antiga denominação do atual Banco Itaú S.A., incorporou o Banco Aliança, o Banco Português do Brasil e o Banco União Comercial. Feitas estas incorporações, e adotada a denominação atual, o Itaú já se encontrava entre os 500 maiores bancos do mundo.

Em 1971, com campanhas como “Ajude o Itaú a ser o primeiro”, observa-se o início da utilização cada vez mais forte do marketing como um instrumento de dinamização das instituições financeiras. Logicamente que o que estava prioritariamente implícito nas linguagens publicitárias como esta era o interesse de aprofundar os processos de concentração e centralização bancárias já em curso.

Terminada a década de 70 e iniciando a “distensão lenta, gradual e segura” anunciada pelos militares, Setúbal e o Itaú continuam fortes e estreitamente afinados com o processo de progressiva flexibilização econômica e liberalização dos mercados nacionais e internacionais. Setúbal chega inclusive a participar, em 1985, do governo de José Sarney como Ministro das Relações Exteriores.

Posteriormente, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, no final da década de 90, começou a executar um programa de privatizações de bancos estaduais, fato que favoreceu consideravelmente a expansão ainda maior do Itaú. A partir deste processo, o Itaú alcançou a aquisição do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) e Banco do Estado de Goiás (BEG).

O Itaú, no início do século XXI, é uma das poucas instituições financeiras privadas que ainda encontra um prognóstico positivo de ocupação de fatias de mercado bancário nacional e internacional, já que a lógica das relações financeiras globalizadas da atualidade intensificou sobremaneira os mecanismos de concentração e centralização bancárias.

Adotada, pois, uma abrangência geral acerca das conformações nacionais que contribuíram para o aparecimento de instituições financeiras comumente relacionadas a interesses particulares, faz-se necessário, agora, comportar uma reflexão centrada em aspectos próprios das relações existentes entre as unidades da federação e seus eventuais bancos que surgem a partir dos mais variados interesses sociais e políticos.

### Capítulo 3 – A criação de bancos estaduais e suas respectivas relações políticas

Até os princípios da década de 30 do século XX a agricultura era a principal atividade econômica nacional. Sendo este o eixo fundamental do padrão de acumulação do Brasil, “há que se considerar a identidade entre o desejo de imprimir maior amplitude ao crédito agrícola e o interesse pelo maior desenvolvimento da produção nacional”.<sup>41</sup>

Neste sentido é que, visando atender aos resultados gerados pela produção cafeeira, emerge, no ano da Proclamação da República, em 1889, o primeiro banco estadual: o Banco de Crédito Real de Minas Gerais.

Esta instituição apresenta-se como parte da síntese da intensificação das formas de acumulação do capital agrário da região onde se localizava.

Transformado em 1919 no Banco de Crédito Real de Minas Gerais/CREDIREAL, percebe-se que toda a sua história encontra-se permeada pela ocupação, em certos cargos e funções, de pessoas que representavam fortes influências políticas e econômicas.

Assim é que se fazem presentes neste Banco personalidades como:

\* José Joaquim Monteiro Silva (Barão de Santa Helena), que foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, tendo chegado ao posto de vice-presidente da Província de Minas Gerais e Senador do Império. No Banco de Crédito Real de Minas Gerais ocupou o cargo de Presidente;

\* O jornalista e advogado Fernando Lobo, personagem que passou pelos períodos imperial e republicano ocupando cargos de Ministro (das Relações Exteriores, do Interior, da Justiça e Negócios Interiores), Vice-Presidente do Banco do Brasil e, no caso da instituição em foco, ocupou o cargo de Presidente;

\* José Procópio Teixeira Filho, diretor da instituição e que, mais tarde, chegou a ser prefeito de Juiz de Fora;

\* Tancredo de Almeida Neves, que passou pelo Banco como Diretor e que, em sua carreira política chegou a ser vereador, deputado estadual, federal, senador, Ministro da Justiça e Negócios Interiores (no último governo Vargas), secretário de finanças e

---

<sup>41</sup> COSTA NETO. Yttrio Corrêa da, op. cit., p. 23.

governador de Minas Gerais, primeiro-ministro e eleito Presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 1985.

\* Maurício Chagas Bicalho, que exerceu a Presidência do banco em questão e que, antes disso, ocupou cargos como o de assistente de presidente do Banco do Brasil, diretor das Centrais Elétricas de Minas Gerais, secretário do Interior e chefe de polícia deste estado, presidente de sindicato e Ministro Interino da Fazenda. Ainda antes da ocupação do cargo de presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, curioso se faz notar que Bicalho foi diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional, entre 1960 e 1966, representando o Brasil, a Colômbia, o Peru, o Panamá e a República Dominicana.

No mesmo sentido do que aconteceu em relação ao CREDIREAL, e também em 1919, outro banco que teve seu capital controlado por um governo estadual foi o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo.

Advindo de instituição originada em 1911, o “Banco do Espírito Santo” contempla em suas raízes as iniciativas de firmas constituídas por capital francês.

Entre os anos de 1909 e 1911, estas mesmas firmas foram as responsáveis pela fundação do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo e do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. Tudo ocorrendo em um contexto de expectativas fortemente positivas no que concerne à indústria do café.

Neste sentido, relacionando estes aspectos históricos regionais às dimensões políticas nacionais, Pereira (1998, p.50) assegura que

Com Prudente de Moraes e Campos Sales estabeleceu-se hegemonicamente, até a década de 20, os interesses “liberais” e exclusivos da classe de proprietários rurais, cafeicultores, predominantemente, e paulistas, sobretudo, no exercício da política nacional.<sup>42</sup>

Os alicerces políticos que constituem a presença e o desenvolvimento destas primeiras instituições financeiras estaduais circunscrevem-se, então, no desenrolar do período conhecido como República Velha. Este momento, que abrange a trajetória que se inicia com a Proclamação da República e que vai até a ascensão de Vargas em 1930, salienta-se especialmente por encontrar no fator político um eixo fortemente

---

<sup>42</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. **O Municipalismo de Washington Luís em sua Atuação em Batatais** (1893-1900): Aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha. Dissertação (Faculdade de História, Direito e Serviço Social), UNESP, Franca, 1998.



influenciado pelos interesses da oligarquia cafeeira de alguns dos espaços regionais estabelecidos.

São Paulo, por exemplo, a partir de 1909, com o aparecimento do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (futuro Banespa) teve um espaço inigualável de potencialização do financiamento da cafeicultura paulista. Conseqüentemente, o domínio político estadual, que por sua vez tinha suas ramificações no plano nacional, e que simultaneamente era vinculado à cultura do café, foi eficientemente favorecido com tais situações.

Da mesma forma com o ocorrido nos Bancos Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo e de Minas Gerais, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo teve inicialmente capital estrangeiro, de origem francesa.

Apenas a partir de 1926 é que sua denominação foi alterada para Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Esta mudança de nome já era resultado do processo de domínio de 89,6% do capital do Banco pelo Tesouro Estadual e o Instituto do Café.

Importante ilustrar aqui que o primeiro presidente do BANESPA foi Altino Arantes Marques, personagem que, pouco tempo antes de assumir a gestão nesta instituição financeira, ocupava o cargo de Presidente do Estado<sup>43</sup> de São Paulo (1916-1920). Retratando a biografia completa de atuação política de Altino Arantes Marques, percebe-se que ele chegou a ser secretário paulista do Interior, Interino da Fazenda e da Agricultura, deputado federal por quatro mandatos e deputado constituinte em 1946.

Torna-se importante registrar que, anteriormente à sua atuação no BANESPA, quando ainda era Presidente do Estado, Altino Arantes conseguiu um empréstimo do governo federal para apoiar a lavoura do café paulista. Este apoio consistiu na compra do estoque encalhado dos produtores que, na ocasião, estavam sem mercado por motivos relacionados à Primeira Guerra Mundial.

Igualmente fez parte das ações executivas de Altino Arantes a nacionalização, no ano de 1919, do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo.

Seria esse, então, o banco que, mais tarde, transformar-se-ia no Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) e que encontraria no próprio Altino Arantes Marques seu primeiro presidente.

---

<sup>43</sup> “Presidente de Estado” era a denominação recebida pelos governantes da unidade paulista da federação brasileira entre 1889 e 1930.

Conclui-se, mais uma vez, que o Banespa encarna, desde suas origens, uma forte preocupação com o estreitamento de suas relações com peças-chave da política e da economia cafeeira.

Enfim, dentro de um panorama cronológico de criação dos bancos estaduais oficiais, as primeiras instituições a aparecerem em cena são os já mencionados Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1919), Banco do Espírito Santo<sup>44</sup> (também em 1919) e o Banco do Estado de São Paulo (1926).

Levando em conta que duas das três primeiras instituições financeiras estaduais/oficiais estabeleciam-se em estados onde transcorriam as negociações da “política do café-com-leite”, São Paulo e Minas Gerais, fortalece-se ainda mais a noção de que os bancos eram também, simultaneamente, reflexo e instrumento das conjunturas sociais do momento.

Há que se recordar que os precedentes históricos desta política de revezamento do poder executada por São Paulo – produtor de café e, economicamente, o mais poderoso – e Minas Gerais – produtor de leite e, eleitoralmente, o maior pólo do país – eram derivados da concentração de forças representadas pelos grandes proprietários de terra.

Essa concentração de forças oligárquicas, reinstituídas no país através da formação do primeiro governo civil republicano, visaram garantir a cooperação dos credores estrangeiros como um dos primeiros compromissos administrativos. Por sua vez, o conhecido acordo da dívida externa da época foi quitado através do aumento de impostos, abandono ao incentivo à indústria nacional e estagnação de obras públicas.

É muito significativo o que nos traz Andrade e Jafelice (2005, p. 243) acerca da descrição geral de espaços de poder ocupados por mineiros e paulistas, inclusive em Bancos Estaduais:

Os paulistas e os mineiros ocupavam os cargos de Presidente da República e os ministérios da Justiça, das Finanças, da Agricultura, Vice Presidência etc. Nos Estados as famílias oligárquicas ocupavam os cargos de Governador do Estado, e as Secretarias das Finanças, da Educação e Saúde, a Prefeitura da Capital, a Chefia de Polícia Estadual, a Diretoria da

---

<sup>44</sup> Importante considerar aqui é que o status de “banco oficial” do Banco do Espírito Santo perdura somente durante 5 anos (entre 1919 e 1924). Foi neste último ano que o banco do Espírito Santo teve 60% de seu capital vendido ao Banco Pelotense. O Banco Pelotense, por sua vez, acabou sendo liquidado em 1931.

Imprensa Oficial, a presidência dos Bancos Estaduais e da Assembléia Legislativa.<sup>45</sup>

Seguindo a trajetória de surgimento dos bancos comerciais estaduais que possuem controle administrativo e de capital da instituição bancária pelo Estado, encontramos-nos diante da fundação do Banco do Rio Grande do Sul/BANRISUL. O ano de sua fundação é 1928 e, a despeito de não fazer parte do eixo “café-com-leite”, o BANRISUL também nasce, assim como o BANESPA e o CREDIREAL, em resposta às reivindicações dos grandes proprietários de terra.

Considerando este momento, deve-se frisar que o BANRISUL foi constituído durante o período de administração de Getúlio Vargas à frente do governo rio-grandense. Sua gestão, que foi de 1928 a 1930, imprimiu proposições voltadas às necessidades das classes dominantes e, ao mesmo tempo, às solicitações das classes econômicas emergentes. Desta forma, assumindo um caráter intervencionista, Vargas procura instrumentos que permitam a atuação direta nos setores produtivos de seu estado. E um dos resultados práticos deste esforço é a própria criação do BANRISUL. Dentre as iniciativas consideradas economicamente relevantes pelo governo Vargas, o BANRISUL, então, se sobressai.

Em sua política de expansão, o Banco do Rio Grande do Sul incorpora, em 1931, o Banco Pelotense, instituição essa que sete anos antes tinha comprado 60% do capital de um banco oficial: o Banco do Espírito Santo.

Relatando aspectos da relação entre o Banrisul, o Banco Pelotense e o governo estadual de Getúlio Vargas, o historiador José Fachel (2006) assegura que

Resgatar os saldos do estado para o Banrisul não foi uma ação intempestiva. O projeto getulista tinha características estatizantes, tanto no Rio Grande do Sul como, depois, no Brasil. Há a postura de o estado intervir na economia. No caso do Pelotense, o estado não foi padrasto como colocam, basta ver a situação dos sócios do banco após a quebra. Ninguém ficou na miséria. Talvez o estado não tenha sido tão complacente como gostariam.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> ANDRADE, Adriano Soares e JAFELICE, Rosana Sueli da Motta. **A História do Café no Brasil**. Publicação FAMAT em Revista, Uberlândia, n. 4, (p. 241-253), abril de 2005.

<sup>46</sup> FACHEL, José. Apontamentos encontrados em GUIMARÃES, Álvaro. **Um banco brota do charque**. Disponível na Internet: <[www.reginahelena.com/ler.php?id\\_materia=51&id=3](http://www.reginahelena.com/ler.php?id_materia=51&id=3)>. Acesso em 07/08/2006.

Certamente o historiador acima se refere a personagens como Alcebiades de Oliveira, um dos primeiros presidentes do BANRISUL que, anos antes, havia sido funcionário e diretor do Banco Pelotense. Nesta última instituição, mantendo contatos com Getúlio e sendo simpático a ele, Oliveira acabou sendo visado para o convite de dirigir, mais tarde, o recém fundado BANRISUL.

Posteriormente, ao completar dez anos em 1938, o BANRISUL aparece destinando a maioria das suas aplicações aos setores da pecuária, agricultura, indústria agrícola, pastoril e têxtil.

Estes elementos econômicos, que se relacionam às características das atividades nacionais mais desenvolvidas da década de 30, refletem também as conexões políticas que norteiam as práticas de financiamentos voltadas para este mesmo tipo de economia.

E, ao falarmos nesta rede de influências econômicas e políticas situadas nos contextos estaduais, os Bancos Públicos Estaduais foram exemplos *sui generis*, então, tanto no que diz respeito às estratégias de financiamento social quanto no que se refere à instrumentalização de interesses das classes sociais que ora ocupavam espaços de representação e influência nestas mesmas instituições financeiras.

Seguindo a cronologia de criação dos bancos estaduais, surge em novembro de 1928 o BANESTADO (Banco do Estado do Paraná). As motivações sócio-políticas que propiciam mais este empreendimento derivam de condições econômicas muito semelhantes àquelas observadas nos estados anteriormente relatados (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Ou seja, levando em conta o contexto expansionista do café, que no Paraná realizava-se no norte deste estado, o BANESTADO também prestou-se a dar suporte à lavoura e à incipiente dinamização da indústria e do comércio.

Anteriormente à criação do Banestado, o que se sucedia é que, além do Paraná não possuir um banco genuinamente paranaense,

Um grupo de bancos paulistas, gaúchos e europeus que atuavam na Região Norte do Estado, provocava uma desenfreada evasão de rendas. Ao mesmo tempo, o Norte era desvinculado do Sul e os elos de ligação com a capital, Curitiba, eram frágeis. Toda a produção agrícola ia para São Paulo. Diante desta realidade, um dos primeiros atos do novo governo do presidente do Paraná, Afonso Alves de Camargo, e de seu secretário da Fazenda,

Lysímaco Ferreira da Costa, foi decretar a criação de um banco para estancar a evasão de rendas e apoiar a economia estadual.<sup>47</sup>

Efetiva e legalmente instituído, o banco logo “foi ampliando sua atuação em vários municípios do Estado, primeiramente em cidades da região norte, como Jacarezinho, Andirá, Bandeirantes, Cambará, chegando a abrir portas em quase todos os 399 municípios do Paraná”<sup>48</sup>.

Pontuando elementos condizentes com o ambiente político preponderante no Paraná a partir daquele período, Marson (2002, p. 234) considera que,

Fazendo uma rápida genealogia dos governantes do Paraná durante a primeira metade do século XX, observamos que o poder executivo estadual pertencia a uma mesma classe ou família. Neste cenário o governador Affonso Alves de Camargo (1916/20) pertenceu a uma família de latifundiários dos Campos de Guarapuava; entre 1921/28 governa, por duas gestões, Caetano Munhoz da Rocha ligado ao grupo de ervateiro; de 1928/31 retorna Affonso Alves de Camargo ao governo; natural dos Campos Gerais, Manoel Ribas governou o Paraná entre 1932/45, por 13 anos seguidos, pertencente à oligarquia daquela região; em 1947/50 governou Moysés Lupion, filho de latifundiários ligado ao setor madeireiro nos Campos Gerais, próximo a Castro e foi considerado herdeiro político de Manoel Ribas; entre 1951/55 governou o Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, filho de Caetano Munhoz da Rocha e genro de Affonso Camargo; entre 1956/59 retorna ao governo Moysés Lupion; em 1961 Ney Braga, genro de Bento Munhoz da Rocha Neto, se torna governador.<sup>49</sup>

Retornando o foco à instituição financeira paranaense anteriormente mencionada, em síntese, levando em conta que dois dos cinco primeiros bancos estaduais a surgirem no contexto brasileiro são oriundos da região Sul, ou seja, o Banrisul e o Banestado, somente Santa Catarina é que ainda será o único estado desta

---

<sup>47</sup> PEDRO, Luiz Antônio. **A Contribuição da Intranet para a Construção do Conhecimento** – Uma análise em uma empresa do setor financeiro paranaense, baseado no modelo de Nonaka e Takeuchi. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), UFSC, 2001, p. 97.

<sup>48</sup> idem.

<sup>49</sup> MARSON, Elzio dos Reis. **Historiografia paranaense na metade do século XX: o “Paraná tradicional” e o “Paraná moderno”**. (p. 227-236). In: ARIAS NETO, José Miguel; DE BONI, Maria Ignês Mancini; SOUZA, Silvia Cristina Martins de (Orgs.). **150 anos de Paraná: História e historiografia; Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004. Disponível na Internet: <<http://www.anpuh.uepg.br/anpuh/Anais2002b.pdf>>. Acesso em 05/08/2006.

região a permanecer durante um longo período sem seu banco voltado ao incremento econômico estadual.

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina só irá figurar em seu contexto de atuação a partir de 1962. Até este ano ainda apareceriam em cena, e se constituiriam nas suas respectivas unidades da federação, as seguintes instituições financeiras: Banco do Estado da Paraíba (PARAIBAN), criado em 1930; Banco Mineiro do Café (BEMGE), criado em 1934; Banco do Rio Grande do Norte (BANDERN), criado em 1936; Banco de Crédito Rural e Agrícola do Espírito Santo (BANESTES), criado em 1937; Banco do Estado do Maranhão (BEM), criado em 1939; Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (BEMGE), criado em 1944; Banco da Prefeitura do Distrito Federal (BANERJ), criado em 1945; Banco de Crédito do Estado do Rio (BANERJ), criado em 1950; Banco do Estado de Goiás (BEG), criado em 1955; Banco do Estado do Amazonas (BEA), criado em 1958; Banco Comercial e Agrícola do Piauí (BEP), criado em 1958; Banco de Fomento do Estado da Bahia (BANEB), criado em 1960; e Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), criado em 1961.

## Capítulo 4 – Bancos em Santa Catarina

Em agosto de 1854, um Conselho Fiscal que havia se constituído cinco meses antes, requereu a aprovação de estatutos para que fosse criada uma “Caixa Econômica na Província de Santa Catarina”. Um ato de 6 de setembro de 1854 efetivou sua aprovação estatutária marcando, então, o princípio da existência legal da Caixa Econômica de Santa Catarina.

Esta instituição, todavia, não era dotada de garantia oficial.

Os principais nomes da fase inicial desta entidade foram os de Thomaz Silveira de Souza e José Joaquim Lopes.

Thomaz Silveira de Souza foi o primeiro presidente da diretoria da Caixa Econômica da Província de Santa Catarina. Souza, além de comendador, era dono de escravos e possuía tendência política conservadora.

José Joaquim Lopes, na qualidade de Secretário da Caixa, era um político conservador. Na Assembléia Legislativa Provincial conseguiu o intento de eleger-se deputado por quatro vezes: em 1850, 1852, 1854 e 1862. Publicava periódicos de tendência conservadora e foi o fundador de vários jornais como “O Conservador” (1851-1855), “O Argos da Província de Santa Catarina” (1856-1862), “Bota-fogo” (1858), “Santelmo” (1858) e “O Despertador” (1863 – 1885).

Um sistema de Caixas Econômicas Federais foi criado pelo governo imperial em 18 de abril de 1874.

Em declaração baixada na época encontramos a seguinte passagem:

Convindo estender às Províncias os benefícios que se tem colhido da Caixa Econômica e do Monte de Socorro, fundados nesta Corte, em conformidade da Lei n. 1083, de 22 de agosto de 1860. Hei por bem, de acordo com o pensamento da citada Lei de 1860 e a de n. 1057, de 26 de setembro de 1867, em seu art. 36, § 1º, criar nas Capitais das Províncias Caixas Econômicas e Montes de Socorro, observando-se, para esse fim, o Regulamento que com este baixa, assinado pelo Visconde do Rio Branco (...)<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina**: a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: USP/FFLCH, 1991, p. 31.

Pois bem. José Maria da Silva Paranhos, o “Visconde do Rio Branco” era, na época, detentor de importantes funções e cargos como “Conselheiro do Estado, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tesouro Nacional.”<sup>51</sup>

Assim como os personagens catarinenses que participaram da formação da primeira diretoria da Caixa Econômica da Província de Santa Catarina, o Visconde do Rio Branco foi uma figura destacada no enredo do Partido Conservador. Da mesma forma, enquanto José Joaquim Lopes publicava periódicos de linha conservadora e fundava vários jornais, Rio Branco colaborou na imprensa política e literária de seu tempo. Os jornais “O Novo Tempo”, “Correio Mercantil”, “Jornal do Commercio” e “O Maribondo” refletem esta colaboração.

São Paulo, em 25 de janeiro de 1875, teve a primeira entre as Caixas Provinciais instaladas.

Quanto à instalação da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, sua efetivação somente se dá em janeiro de 1876.

Posteriormente, esta instituição dividiu-se em dois setores:

O primeiro chamava-se Depósitos Populares, recebendo depósitos e os emprestando aos clientes; o segundo era constituído pelo “Monte de Socorro”, que realizava operações de empréstimos à classes menos favorecidas, sob penhor. Este, mais tarde, é extinto, permanecendo, entretanto, como seção de penhores.<sup>52</sup>

Quanto ao contexto sócio-político pelo qual passava Santa Catarina, percebe-se que o momento de instalação e desenvolvimento desta instituição oficial catarinense se dá no interior de um processo de intermitente sucessão no cargo de Presidente da Província.

Desde janeiro de 1876, ocasião da instalação da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, até 1889, ano da Proclamação da República no Brasil, passam pelo cargo de Presidente da Província de Santa Catarina os seguintes personagens:

(...) João Capistrano Bandeira de Melo Filho (1875-76), Alfredo d’Escagnolle Taunay (1876-77), José Bento de Araújo (1877-78), Lourenço

---

<sup>51</sup> ibidem, p. 31 e 32.

<sup>52</sup> ibidem, p. 34 e 35.



Cavalcanti de Albuquerque (1878), Antônio de Almeida Oliveira (1879-80), João Rodrigues Chaves (1880-82), Ernesto Francisco de Lima Santos (1882), Antônio Gonçalves Chaves (1882-83), Teodoreto Carlos Faria Souto (1883), Francisco Luiz da Gama Rosa (1883-84), José Lustosa da Cunha Paranaguá (1884-85), Antônio Lara de Fontoura Palmeiro (1885), Francisco José da Rocha (1885-88), Augusto Fausto de Souza (1888-89) e Luiz Alves Leite de Oliveira Belo (1889).<sup>53</sup>

Este foi um período em que Santa Catarina começou a expandir-se politicamente de uma forma mais homogênea. A criação das comarcas de Tubarão (1875), Joinville (1883) e Blumenau (1886) representam, também, que esta nova distribuição política aliou-se à ascendência econômica destas mesmas regiões.

A Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, enfim, surge em um momento em que se conjugam fatores locais como o intenso fluxo migrante europeu, as transformações institucionais no país, a formação de uma agricultura diversificada e a estruturação das primeiras indústrias instaladas em solo barriga-verde<sup>54</sup>.

No término do período imperial e durante os primeiros quarenta e cinco anos da República, a Caixa de Santa Catarina praticamente não foi alterada em relação às suas funções e regulações mais fundamentais. Neste período, em nível nacional, o Brasil começa a ter o seu primeiro surto industrial.

Em Santa Catarina, as pré-condições à industrialização eram muito distintas das do eixo Rio-São Paulo, em que as lavouras e a comercialização do café geraram excedentes que se transferiram para o setor industrial, financiando a primeira fase do desenvolvimento. Aqui os excedentes comerciais eram insuficientes para viabilizar a implantação de empreendimentos de médio e grande portes. Daí, o fato de os primeiros empreendimentos terem sido em sua maioria pequenos, resultado das poucas economias dos imigrantes recém-chegados e, principalmente, do conhecimento que traziam.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina – 1739/1993: 254 anos da história catarinense.** SC Império: Presidentes ficavam pouco no cargo. Florianópolis: RBS Jornal, 25.11.93, p. 10.

<sup>54</sup> O nome *barriga-verde* deriva de aspectos relacionados a trajes utilizados por soldados catarinenses antes da Proclamação da República brasileira, sendo que atualmente esta também é uma denominação concedida às pessoas nascidas no Estado de Santa Catarina.

<sup>55</sup> **FIESC 50 anos: uma história voltada para a industrialização catarinense.** Florianópolis: Expressão, 2000, p.22.

Neste contexto estadual, um empreendimento especificamente se sobressai no sentido de ser a maior organização empresarial da primeira fase desta época e, ao mesmo tempo, participar de dinâmicas próprias ao setor financeiro. Fala-se aqui, então, da Cia. Industrial Catarinense.

Este empreendimento nasce em 1890, a partir da atividade de beneficiamento da erva-mate em Joinville. Crescendo rapidamente nos anos posteriores, a Cia. Industrial Catarinense chega a efetivar o monopólio do mate em sua especialidade.

O título de “maior organização empresarial do Estado” se dá quando a Cia. Industrial despende forças no sentido de diversificar atividades, instalar armazéns em pontos estratégicos, investir em variados meios de transporte e, enfatize-se bem, controlar o Banco Comercial e Construtor do Paraná.

Anteriormente a este controle, Joinville já havia recebido, em 1891, como primeira agência bancária instalada, uma filial desta instituição, que estava sediada em Curitiba.

E, falando então no limite norte de Santa Catarina, há que se apreciar em pleno limiar do século XIX para o século XX, o surgimento da primeira multinacional de caráter capitalista presente em solo estadual: a serraria da Lumber. Esta serraria fazia parte dos empreendimentos da Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da construtora da ferrovia São Paulo - Rio Grande, a Brazil Railway. O investimento em todos estes negócios estava sob o controle do empresário estadunidense Percival Farquhard.

Com o auxílio de vultosos créditos de banqueiros do exterior, Farquhard executou projetos empresariais de norte a sul do Brasil, sendo responsável, entre outros, por ações nas áreas de gás, iluminação, telefonia, hotelaria, frigorífico (o primeiro do Brasil), madeireiras, sistemas aduaneiros, cais de portos, ferrovias, serviço de bondes, indústrias de papel, aquisição de latifúndios, hotéis e loteamentos.

Especificamente em Santa Catarina e no Paraná, a Lumber, de Farquhard, contribuiu inclusive com a protagonização da Guerra do Contestado ao desorganizar a produção local relacionada ao setor madeireiro.

Toda esta situação relacionada à Lumber e aos empreendimentos de Farquhard demonstram que, antes mesmo da existência de um sistema financeiro implantado em Santa Catarina, esta unidade da federação já experimentava as influências do investimento de banqueiros. Neste caso, banqueiros estrangeiros.

Aliás, a falta de uma estrutura de crédito propriamente dita no território catarinense propiciava que o comerciante, mais conhecido como vendeiro, fizesse as vezes de um operador quase-bancário. Os vendeiros chegavam, então, a emprestar dinheiro, geralmente aos trabalhadores rurais, para que estes pudessem construir suas casas, comprar terras e adquirir animais.

Diante disso, e como forma de oficializar um procedimento de acesso ao crédito, encontramos que

(...) em 6 de janeiro de 1903, o Decreto do Poder Legislativo nº 979, posteriormente regulamentado pelo Decreto 6.532, de 20 de junho de 1907, permitira aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou de consumo, sem qualquer detalhamento do assunto (...)<sup>56</sup>

É assim que encontra base legal de fundação o estabelecimento que foi pioneiro no que diz respeito às instituições financeiras genuinamente locais. Este estabelecimento foi a Caixa Econômica e de Empréstimos de Blumenau.

Com sua inauguração no ano de 1907, esta instituição estava vinculada, então, ao Sindicato Agrícola da cidade.

Funcionando nos moldes de uma cooperativa, a Caixa financiou a construção de casas na cidade durante a década de 20. Um dos principais empreendedores da instituição foi Alwin Schrader, que teve ampla participação em vários empreendimentos na região, entre eles, a Cremer. Como político tornou-se uma liderança no Estado (...)<sup>57</sup>

Foi depois do período de inauguração da Caixa Econômica e de Empréstimos de Blumenau que Alwin Schrader consolidou-se como político e alcançou importantes espaços representativos e de poder. Foi prefeito de Blumenau entre 1903 e 1914, período que compreendeu três gestões administrativas.

---

<sup>56</sup> PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito – História da Evolução Normativa no Brasil**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2006, p. 30. Disponível na Internet: <[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cooperativas\\_credito\\_2007.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cooperativas_credito_2007.pdf)>. Acesso em 06/12/2006.

<sup>57</sup> **FIESC 50 anos**, op. cit., p. 34.

A tese de doutorado de Gaertner (2004, p. 50), trazendo narrativas de Lothar Schmidt, faz referência às dimensões sócio-geográficas implicadas durante as administrações de Schrader à frente do município de Blumenau:

Ele governava, naquela época, uma região que hoje compreende, mais ou menos, de 45 a 48 municípios. Blumenau ocupava uma extensa área de terra que ia até Taió, Salete, Ituporanga. Rio do Sul pertenceu a Blumenau até 1931, quando foi emancipado pelo governador Aristiliano Ramos.<sup>58</sup>

No âmbito político, Schrader ainda ocupou o cargo de deputado em três ocasiões: no Congresso Representativo do Estado (1904-1906) e, posteriormente, na 11ª Legislatura estadual (1922-1924) e 12ª Legislatura estadual (1925-1927).

Farhat (1999, p. 125)<sup>59</sup>, ao retratar a história do Hospital Santa Catarina, de Blumenau, percebeu Alwin Schrader como sendo um dos membros da diretoria da comunidade evangélica da época. Diretoria esta que deu parecer favorável à proposta de construção do hospital. Após a inauguração do hospital, que se deu em 27 de julho de 1920, Alwin Schrader estava entre os membros eleitos que compunham o conselho diretor da instituição.

No ramo empresarial, além de sua participação na Caixa Econômica e de Empréstimos de Blumenau, Schrader ainda foi diretor-presidente da Empresa Industrial Garcia S/A, estabelecimento do ramo de tecelagem, e diretor-presidente da Cremer S/A, a primeira produtora de gaze medicinal na região da América do Sul.

Por fim, quanto ao estabelecimento financeiro do qual Schrader teve relevante participação, torna-se importante constatar que “até 1928, a Caixa de Blumenau funcionava dentro da loja de Schrader, que permaneceu na presidência da instituição até 1939. Em 1936, ela foi convertida no Banco Agrícola de Blumenau, que resistiu no mercado financeiro até a década de 60.”<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> GAERTNER, Rosinete. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968:** da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 2004.

<sup>59</sup> FARHAT, Eleide Margarethe Pereira. **Inovações tecnológicas de gestão e as transformações decorrentes do seu uso em um hospital geral privado de médio porte.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas, Área de Concentração: Avaliação de Inovação Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

<sup>60</sup> FIESC 50 anos, op. cit., p. 34.

Através de várias publicações produzidas ao longo do tempo, transparece a certeza de que Alwin Schrader era um personagem ativo da elite política e econômica catarinense de sua época.

Época, portanto, em que o conceito de elite estadual começa a receber contornos fortes e marcantes de determinados tipos de instituições socialmente constituídas: as instituições financeiras.

## Capítulo 5 – A Trajetória das elites catarinenses e suas relações com o Sistema Financeiro

Além do fato de ser um dos principais representantes do primeiro estabelecimento financeiro catarinense, Alwin Schrader participou ativamente das decisões políticas locais e estaduais de seu tempo e, em nível empresarial, desenvolveu variados empreendimentos.

Estas características, por sua vez, fazem deste personagem um integrante da elite de Santa Catarina do início do século XX.

Primeiramente, todavia, resgatando um estudo histórico a respeito do conceito de “elite”, torna-se necessário situar algumas definições do que se compreende com este termo.

Desta forma, Bobbio (2004, p. 385) afirma que

Por teoria das Elites ou elitista – de onde também o nome de elitismo – se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância.<sup>61</sup>

Ao recortar um estudo da doutrina da classe política, o intelectual italiano do pensamento político, Gaetano Mosca, foi o pioneiro na demarcação da “Teoria das Elites”.

Juntamente a Mosca, a “Teoria das Elites” obteve importantes contribuições de Vilfredo Pareto, com seu estudo da “circulação das elites”, e de Robert Michels, através de uma compreensão da “lei de ferro da oligarquia”.

---

<sup>61</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8ª. Ed., Brasília: Editora da UnB, 1995.

O sociólogo norte-americano Charles Wright Mills desenvolveu uma relevante análise a respeito da “elite do poder”. Em sua obra “A Elite do Poder”, Mills declara que

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências. Se tomam ou não tais decisões é menos importante do que o fato de ocuparem postos tão fundamentais: se deixam de agir, de decidir, isso em si constitui frequentemente um ato de maiores conseqüências do que as decisões que tomam. Pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem.<sup>62</sup>

Considerando, enfim, que estas caracterizações do conceito de elite se adequam às diferentes esferas de organização sócio-política de uma determinada coletividade, há que se retornar às dimensões estaduais inicialmente relatadas e que, especificamente, dizem respeito ao estado de Santa Catarina.

Levando em conta esta discussão referente ao entendimento a respeito de “elites” e considerando o percurso delineado pelos estabelecimentos bancários catarinenses desde o aparecimento de Alwin Schrader, ilustra-se a forma como, através do controle de uma instituição financeira, existe a possibilidade de aglutinação e instrumentalização dos poderes econômico e político.

Assim é que, ao se visualizar os grupos que dominavam política e economicamente o Estado de Santa Catarina desde o início de sua história, pode-se observar que alguns personagens são especialmente destacados pelo fato de integrarem a elite, ou as elites, barriga-verdes.

E quando começam a surgir em solo catarinense os primeiros estabelecimentos bancários, fonte simultânea de convergências financeiras e dinamização econômica, intensificam-se as forças e interesses sócio-políticos oriundos dos grupos que representavam as elites da época.

---

<sup>62</sup> MILLS, Charles Right. **A elite do poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 12.

Os primórdios desta realidade podem ser reconhecidos a partir da identificação dos primeiros personagens que, isoladamente ou de forma associada, empreenderam ações pioneiras em prol de acordos para facilitação de compra e venda de produtos agrícolas.

Nesta direção, em seu estudo acerca da colonização e indústria no Vale do Itajaí, Hering (1987, p.67 e 68) fala que

Como primeiro passo ao auxílio econômico das atividades coloniais foi fundado, em 1º de janeiro de 1869, o Konsumverein Kolonie Blumenau (Sociedade de Consumo da Colônia Blumenau). Tratava-se de uma sociedade por ações, a 10 mil-réis cada, cuja criação deveu-se ao madeireiro e comerciante de origem alemã Luiz Sachtleben, e sua finalidade era dar condições mais fáceis aos colonos para a colocação e compra de mercadorias.<sup>63</sup>

Além de madeireiro e comerciante, Luiz Sachtleben exerceu, posteriormente, o cargo político de vereador pelo município de Blumenau. Aliás, Sachtleben integrou a primeira câmara de vereadores constituída neste município e foi também um dos sócios fundadores da “Associação Comercial de Blumenau”.

No ramo econômico, Sachtleben ainda adquiriu o controle da Empresa Industrial Garcia, uma fábrica de tecidos de Blumenau que, inicialmente, era de propriedade de Gustav Roeder. A título de menção das relações pessoais em jogo, Roeder era ex-sócio de Johann Karsten que, juntamente com Heinrich Hadlich, foram os fundadores da empresa “Roeder, Karsten & Hadlich”, futuramente conhecida como “indústria têxtil Karsten”, de Blumenau.

A época era o final do século XIX e o sujeito conhecido como “vendedor” tornava-se eixo importante das principais transações econômicas que os agricultores efetuavam naquele momento.

A venda era, então, um estabelecimento onde se realizava o comércio em que o colono agricultor permutava os seus produtos pelos bens de que necessitava e que não podia produzir dentro de sua economia de subsistência. Progressivamente, o vendedor deixou de ter no comércio apenas um suplemento da agricultura, passando a ser basicamente

---

<sup>63</sup> HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento.** Blumenau, Ed. da Furb, 1987.



comerciante. Este comerciante dominava a economia da região. Era ele quem assegurava o intercâmbio com o exterior em geral. A venda, entre suas funções, passou a exercer a de “banco”, onde o juro era pago não pelo vendeiro, mas pelo depositante, que não tinha outra forma de assegurar suas economias.<sup>64</sup>

A respeito do processo de dependência e de progressivo desenvolvimento de uma atividade “bancária” entre o “vendeiro” e o colono, Waibel (1948, p. 182) destaca que este

A fim de utilizar o excesso de suas safras, cria porcos, e vende a banha ou os porcos vivos, em troca de alguns artigos que necessita e não produz. Tem ligação com o mundo exterior apenas por uma picada ou por estradas primitivas, e vive em grande isolamento. O seu contato principal é com o ‘vendista’, o vendeiro da vizinhança, que engorda e enriquece, enquanto os laboriosos colonos vegetam numa existência miserável.<sup>65</sup>

Neste contexto, quanto às negociações de empréstimo,

(...) os vendeiros também emprestavam dinheiro aos agricultores, desde que tivessem condições de resgatar a dívida, cobrando juros que variavam de 6 a 12% sobre a importância cedida para financiamento de construção de casas e engenhos, até a compra de terras e animais de carga.<sup>66</sup>

A figura do vendeiro também aparece destacada como alguém “apossado de um ambiente territorial favorável”, desferindo “os primeiros passos no sentido da

---

<sup>64</sup> SCHMITZ, Sérgio. **O sonho acabou**: o caso Inco. Trabalho apresentado ao Concurso de Professor Titular de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1993. p. 53.

<sup>65</sup> WAIBEL, Leo. **A Teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização de terra**: sua aplicação à Costa Rica. In.: BAVARESCO, Paulo Ricardo: **Os Ciclos Econômicos do Extremo Oeste Catarinense**: modernização, progresso e empobrecimento. Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2003, p. 54.

<sup>66</sup> SCHMITZ, Sérgio, op. cit., p. 54.

estruturação da urbe” e negociando “com o colono o excedente de sua produção, em espécie e em recursos financeiros”<sup>67</sup>.

A extensão das relações que encontravam no vendeiro um impulsionador da economia regional, fazia deste um empreendedor que controlava fluxos importantes da renda catarinense ao longo do território estadual.

Por este motivo é que

Esses vendeiros concentravam também o controle sobre o comércio de importação e exportação, tendo alguns inclusive participação em companhias de navegação que faziam o transporte até o porto de Itajaí distante 40 km de Blumenau e 38 km de Brusque, e também com o porto de Desterro que ficava a pouco mais de 100 km. Os vendeiros, pela confiança depositada pelos colonos, começaram também a criar dispositivos de crédito aos colonos, através de conta-correntes, empréstimos, funcionando como instituições de crédito.<sup>68</sup>

Pode-se perceber que a complexificação das relações econômicas através dos vendeiros, levava-os a encarnarem a função de agentes bancários.

Este processo acontecia em sintonia com os interesses dos imigrantes que aqui chegaram ao longo do século XIX, sendo que os vendeiros que mais se destacavam em suas atividades foram justamente aqueles que, de uma forma ou de outra, começavam a criar certos dispositivos de crédito e, simultaneamente, impulsionar seus investimentos pessoais: “Krieger, Buettner, Bauer e Renaux formavam as casas tradicionais de comércio e dessa forma conseguiram acumular capital proveniente da lavoura e do comércio e investiram na industrialização, mais especificamente na indústria têxtil”.<sup>69</sup>

Os sujeitos acima, vendeiros localizados na região de Brusque, juntavam-se a outros comerciantes de outras localidades do estado que, entre suas funções, situavam-se aquelas que diziam respeito ao papel de “agenciadores” das finanças locais.

---

<sup>67</sup> POLEZA, Maristela Macedo. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983**. Dissertação (apresentada ao Colegiado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau), Blumenau, 2003, p. 49.

<sup>68</sup> SANTOS, Norma Ely Silva. **Utilização da análise de “Filière” com a variável ambiental “efluentes líquidos e estações de tratamento” no estudo de comportamento das indústrias têxteis do Vale do Itajaí - SC**. Dissertação de Mestrado, PPGEP/UFSC, 1996, p. 45.

<sup>69</sup> idem.

Assim é que encontramos personagens como os “(...) Thienann, Dohller, Bohem, Stein [...] Tilp [...] Hackratt, [...] Gaertner, [...] Hering (...)”.<sup>70</sup>

Geralmente era o sobrenome pessoal um fator que emprestava distinção e reconhecimento ao vendeiro e conseqüentemente a todo o seu empreendimento comercial e até mesmo político.

E, quando este sobrenome era caracterizado por ser originário de ascendência européia, conquistava-se ainda mais o prestígio de uma sociedade que, àquela época, buscava diferenciar famílias a partir da idealização de um *status* advindo de aspectos étnicos e culturais.

Desenvolvendo um estudo acerca dos elementos étnicos e políticos presentes no contexto da participação dos imigrantes germânicos no Brasil do século XIX e início do século XX, Seyferth (1999, p.68), considera que

Os principais “vendeiros” eram alemães estabelecidos nos núcleos urbanos — Blumenau e Brusque alcançaram a condição de vila, respectivamente, em 1880 e 1882, atribuída no ato legislativo que elevou as duas colônias a municípios. Ali estavam concentradas as atividades administrativas, as associações recreativas e beneficentes, algumas escolas, as igrejas (evangélica-luterana e católica), muitas das atividades artesanais e o comércio. Por outro lado, as duas vilas tornaram-se atrativas para aquela parcela de imigrantes assentados em lotes coloniais, mas que não vinham de uma tradição agrícola.<sup>71</sup>

Mais adiante, ao retratar um fragmento do contexto sócio-político de Santa Catarina da transição dos séculos XIX e XX, Seyferth declara, em relação às questões urbanas, que

(...) de modo diverso da área rural, ali se produziu uma estratificação social mais evidente, destacando-se uma pequena elite formada, principalmente, por comerciantes, alguns dos quais estabeleceram as primeiras indústrias têxteis da região no final do século XIX.<sup>72</sup>

---

<sup>70</sup> SCHMITZ, Sérgio, op. cit., p. 54 e 55.

<sup>71</sup> SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, Política e Ascensão Social: um exemplo teuto-brasileiro**. Revista MANA, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, (p. 61-88), outubro de 1999.

<sup>72</sup> ibidem, p. 68 e 69.

Encontra-se aqui, então, um início de nexos importantes entre o conceito de elite e aqueles indivíduos que acabaram conquistando a reputação de serem grandes empreendedores e políticos no estado catarinense ao longo de sua história. E, considerando o período referente à citação anteriormente exposta, a orientação do crédito e de mecanismos de investimentos aos colonos integrava-se às funções desta mesma elite que se configurava naquele momento a partir dos “vendeiros”.

Considerando este enfoque, May (1988, p.18-19), ao falar dos laços de amizade e de negócios que fizeram surgir uma “rede política” em Santa Catarina, enfatiza que

(...) a participação dos empresários junto à esfera política não é um fenômeno novo no Estado. Sua origem remonta ao início do período republicano brasileiro, ocasião em que houve a intensificação do comércio, surgindo, em Santa Catarina, as primeiras manufaturas, tendo ocorrido, paralelamente, a ampliação das casas de crédito. Toda esta gama de novas atividades econômicas foi acompanhada pelo fortalecimento de uma classe de comerciantes, banqueiros e industriais, ligados entre si por laços de parentesco e cooperação nos negócios.

Não tardou para que esta nova elite, organicamente vinculada, passasse a se articular junto à esfera política, compondo uma rede que sedimentou um importante alicerce do Partido Republicano Catarinense, o PRC.

O Vale do Itajaí foi o cenário destas primeiras manifestações do poder empresarial em Santa Catarina, envolvendo, as cidades de Itajaí, Blumenau e Brusque.<sup>73</sup>

Além do fato de que “os excedentes econômicos advindos da produção agrícola camponesa acumulou-se nas mãos dos vendeiros”, esses comerciantes “acumularam capital suficiente para investir na atividade industrial.”<sup>74</sup>

O imigrante Carlos Renaux foi o primeiro personagem a espelhar, de forma destacada, esta nova realidade.

Deixando a Alemanha em 1882, Renaux era

Procedente de uma família proprietária de hospedaria na cidade de Loerrach, no vale do Wiese, onde se desenvolvera a indústria têxtil, pertencia à pequena classe média, o que lhe permitiu completar o curso comercial e

---

<sup>73</sup> MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)**. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 1998.

<sup>74</sup> SEYFERTH, Giralda, op. cit., p. 69 e 70.

fazer um estágio como caixa de banco da cidade, o Kreis-Hipothekbank Loerrach.<sup>75</sup>

Ainda quanto às suas origens, torna-se interessante observar que, vindo do Grão-Ducado de Baden, na Alemanha, Carlos Renaux trazia consigo

(...) pelo lado materno, a tradição do artesanato. A família Ludin, a qual pertencia sua mãe, era de huguenotes franceses que, fugindo às perseguições religiosas, estabeleceram-se em Baden, onde mantiveram suas tradições. A maioria destes franceses era de industriais e banqueiros.<sup>76</sup>

Inclusive, “Carlos Renaux trouxe consigo para o Brasil diploma e certificado de que trabalhara no banco de sua cidade natal”.<sup>77</sup>

Em 1892, portanto dez anos após chegar ao Brasil, Renaux já alcançava suficiente soma de capital para a aplicação de investimentos na fundação de uma fábrica de tecidos.

Considerando que uma das primeiras funções de Renaux baseava-se nas responsabilidades próprias de um “vendeiro”, e o estabelecimento de um “vendeiro” era definido como “venda”, então, quanto à fábrica de Renaux,

Se o capital acumulado na venda foi suficiente para a instalação da fábrica, o déficit desta nos primeiros anos de existência (mais exatamente até a Primeira Guerra Mundial) não poderia ser coberto apenas com o rendimento comercial. O vendeiro, então, recorreu a outras formas de obter capital que permitisse a ampliação e melhorias na fábrica, a fim de possibilitar melhor lucro.<sup>78</sup>

Desta forma

Foi a alguns colonos mais prósperos que o vendeiro solicitou empréstimos para sua fábrica. A acumulação individual de dinheiro de cada um desses colonos era insignificante, mas no conjunto o capital formado alcançava

---

<sup>75</sup> HERING, Maria L. R., op. cit., p. 74.

<sup>76</sup> HERING, Maria L. R., op. Cit. p. 110.

<sup>77</sup> HERING, Maria L. R., op. Cit. p. 111.

<sup>78</sup> SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim**. Blumenau, Editora da Furb, 1982, p. 128.

uma soma razoável e bem aplicado podia se tornar rendoso para o vendeiro. Os colonos é que recebiam juros muito baixos.<sup>79</sup>

Quanto à questão dos empréstimos de grande monta recebidos por Renaux, destacam-se dois deles que, em 1900, propiciaram a instalação da primeira indústria de fiação de Santa Catarina.

Os empréstimos foram obtidos através de instituições da Alemanha, sendo que um deles se deu entre Carlos Renaux e Paul Hoepcke. Ocorre que, anteriormente à esta negociação de empréstimo, Renaux e Hoepcke já somavam grandes forças em vista da consecução de seus interesses:

Em 1892 Paul e Augusto Klappoth fizeram uma sociedade com um imigrante alemão de Brusque chegado à então colônia Itajaí em 1882. A sociedade era para instalar a primeira fábrica de tecidos na região.

O colono chamava-se Carlos Renaux, que algum tempo depois passou a tocar sozinho a empresa, a qual mais tarde muito desenvolvimento trouxe à região e que hoje é uma das mais importantes fábricas do Brasil no setor têxtil.<sup>80</sup>

Esta relação entre Renaux e Hoepcke comprova a existência de laços e redes pessoais e institucionais entre personagens que representavam relevantes influências econômicas e políticas em suas regiões de abrangência.

Em relação ao capital relacionado às parcerias iniciais realizadas por Carlos Renaux, Gomes (2001) chama atenção para o fato de que

O capital era proveniente da sociedade realizada inicialmente com um agricultor de Brusque, de nome Augusto Klappoth, que possuía também uma cervejaria no centro. Também fazia parte da sociedade Paul Hoepcke, comerciante de Desterro que, com a morte de Augusto Klappoth, assumiu o capital deste, ampliando a tecelagem para 56 teares e instalando uma tinturaria a vapor.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> *idem*.

<sup>80</sup> REIS, Sara Regina Poyares dos. **Carl Hoepcke – A marca de um pioneiro**. Florianópolis, Insular, 1999, p. 99.

<sup>81</sup> GOMES, Mônica Chirstien Rihl. **Imigração, Educação e Mudança Tecnológica: estudo de caso nas indústrias de Blumenau**. Dissertação em Educação em Políticas Públicas e Sistemas Educativos da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001, p. 70.

Assim, além do vendeiro tomar forma de um “agente quase-bancário”, também o financiador pessoal aparecia como personagem que preenchia parcialmente a ausência de instituições financeiras em Santa Catarina.

Por isto é que Hoepcke, em relação à Renaux, serve para ilustrar simultaneamente o aparecimento de duas situações de grande relevância em Santa Catarina: primeiro, o aparecimento de um processo de dependência cada vez maior entre financiamento e produção; segundo, a constituição de interesses políticos que visavam integrar e influenciar mais do que nunca os representantes do comércio, agricultura e indústria às conjunturas vivenciadas pelo estado barriga-verde.

Necessário se faz dizer que Paul Hoepcke era irmão de Carl Hoepcke, uma das personalidades de Santa Catarina mais prestigiadas no início do período republicano. Os irmãos Hoepcke foram inclusive associados de uma firma de comércio no final do século XIX, sendo que “Carl Hoepcke transformou a antiga sociedade na maior empresa comercial catarinense”.<sup>82</sup>

Enfim, a “Casa Carl Hoepcke”, como ficou mais conhecida esta empresa comercial, expressa a existência de uma intensa rede de relações familiares, econômicas e políticas entre muitos dos personagens catarinenses de sua época.

Tamanho foi sua importância que a Casa Carl Hoepcke chegou até mesmo a determinar o aparecimento de um estabelecimento de crédito: a “Casa Bancária Hoepcke Ltda”.

Funcionando como correspondente de bancos estrangeiro, foi uma empresa importadora e exportadora que ampliou suas atividades econômicas através do potente capital comercial, financiando as demais diversificações econômicas, como a indústria.<sup>83</sup>

Levando em conta a trajetória de desenvolvimento destas instituições, o significado das mesmas e o entrelaçamento de influências políticas e econômicas que as constituíram ao longo da história, Hering constata que

Na Segunda Guerra, a perseguição movida contra os alemães fez com que o controle acionário da firma passasse à família de Aderbal Ramos da Silva, casado com Ruth Hoepcke, futuro governador do Estado (1946), e sobrinho

---

<sup>82</sup> HERING, M. L. R., op. cit., p. 61.

<sup>83</sup> SCHMITZ, Sérgio, op. cit., p. 70.

do Interventor, no tempo do regime instaurado por Getúlio Vargas, Nereu Ramos. Todos estes alemães citados acima, ligados à Casa de Carl Hoepcke que, por sua vez, através do colono pioneiro no Vale do Itajaí, Pedro Wagner, tinham relações de parentesco com as famílias Hering e Renaux, mantiveram estreitos laços de amizade e negócios com as famílias de Blumenau e Brusque.<sup>84</sup>

Este também foi o momento de revelação e progressiva ascensão de outro conjunto de famílias que, por sua vez, possuíam ocupações importantes nos setores comerciais, industriais e bancários de Santa Catarina. Situa-se, então, nesta circunstância, a presença dos “Konder” e dos “Bornhausen”.

A história dos Konder começa com Marcos Konder Sênior. Barreto (2003, p.168-169), ao descrever a trajetória das “elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX” declara que

O primeiro Konder a imigrar para Itajaí foi Marcos Konder (sênior) que chegou a esta cidade para ser professor dos filhos do comerciante Nicolau Malburg. Passou a ser procurador deste e com o vir dos anos casou-se com Adelaide Flores (filha de José Henrique Flores – Superintendente – 1865-1876, e grande proprietário de terras) e montou sua própria firma. (...) É possível afirmar, cruzando algumas fontes, que o capital necessário tenha sido conseguido através de “boas relações” e bastante crédito, pois Marcos Konder (sênior) obteve empréstimo com Fernando Hackrad<sup>85</sup>, que também ajudou Carlos Renaux.<sup>86</sup>

Segundo Hering (1987, p.63), “além de organização importadora e responsável pela exportação dos gêneros coloniais, a firma Konder montou escritório de comissões e despachos e tornou-se agente do Banco Nacional do Comércio e do Banco Alemão Transatlântico”.<sup>87</sup>

Elisabeth, uma das filhas de Marcos Konder Sênior, casaria com Oswaldo Reis, sendo que desta relação nasceria Antônio Carlos Konder Reis (governador catarinense entre 1975 e 1979).

---

<sup>84</sup> HERING, M. L. R., op. cit., p. 61.

<sup>85</sup> Fernando Hackradt era vice-cônsul alemão, tio de Carl Hoepcke e colaborador da Casa Hoepcke em Florianópolis.

<sup>86</sup> BARRETO, Cristiane Manique. **Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX**. In.: RAMPINELLI, Waldir José. **História e Poder**. Florianópolis, Editora Insular, 2003.

<sup>87</sup> HERING, M. L. R., op. cit., p. 63.



Marieta, mais uma das filhas de Marcos Konder Sênior, casou-se com Irineu Bornhausen. Deste casamento, nasceria Jorge Konder Bornhausen (governador catarinense entre 1979 e 1982).

Irineu Bornhausen, assim como seu sogro Marcos Konder Sênior, dedicou-se a empreendimentos em variados setores de mercado, sendo que um destes setores foi o ramo bancário.

Sobre este fato, Barreto (2003, p.173-174) ressalta que

É verdade que alguns destes projetos fracassaram e outros prosperaram, enriquecendo determinadas famílias. Mas, o interessante de se relatar, neste caso, são as relações criadas para o nascimento de algum novo empreendimento. O Banco INCO (Banco da Indústria e do Comércio) nasceu destas estreitas relações. Foi fundado em Itajaí em 1935, por Irineu Bornhausen e Otto Renaux (filho de Carlos Renaux).<sup>88</sup>

Apresentando notável desenvoltura desde que se originou, o Inco nasceu incorporando em sua estrutura várias caixas locais. Em 1942 chegou até mesmo a incorporar o Banco Agrícola e Comercial de Blumenau, instituição sucessora das caixas agrícolas e do Sindicato Agrícola de Blumenau, entidade essa que pertencia ao já mencionado empresário e político Alwin Schrader.

Como toda esta contextualização é percebida dentro de um enredo de situações onde os interesses econômicos encontram-se constantemente imbricados com os objetivos políticos dos grupos analisados, o Inco não fica isento de também estar incluído neste processo de recíproca influência. Ainda mais se for levado em conta que os sistemas regulatórios e fiscalizadores do Estado, em relação às instituições financeiras, ainda não encontravam sofisticações técnicas suficientes para que fossem adotados procedimentos mais profissionais de gestão bancária.

No caso do Inco, o papel político que esta instituição financeira cumpriu foi tão robusto que na década de 40 houve uma nítida vinculação entre este banco e as eleições transcorridas.

Leoberto Leal, em entrevista publicada no jornal “O Estado” em 08/03/87, pronunciava que o Inco havia sido transformado em um “instrumento de compressão econômica e propaganda política e das filiais daquele estabelecimento de crédito, um

---

<sup>88</sup> BARRETO, Cristiane Manique, op. cit., p. 173-174.

verdadeiro balcão de consciências entregue ao mais escancarado aliciamento de votantes”.<sup>89</sup>

De qualquer forma, Irineu não consegue seu intento, que era o de se eleger governador já em 47 e com o auxílio-chave do Inco. Contudo, nota-se que pelo menos dois integrantes da diretoria desta instituição são eleitos neste período em seus respectivos municípios: Hercílio Deeke (ocupante de cargos de diretoria e gerência da filial do Inco em Blumenau) que foi escolhido vereador<sup>90</sup> e Genésio Miranda Lins (sócio-proprietário e diretor máximo do Inco), escolhido vereador em Itajaí<sup>91</sup>.

Se Bornhausen não vence, o fato é que curiosamente Aderbal Ramos da Silva (PSD<sup>92</sup>), que é o eleito para governar o estado entre 1947 e 1951, também possuía forte vinculação com uma instituição bancária: a Casa Bancária Hoepcke.

Considerando as disputas políticas entre os Ramos (PSD) e os Bornhausen (UDN), Banco Hoepcke X Banco Inco, Carreirão (1990, p. 44-45) percebe que

(...) as quedas nas proporções (sobre o total dos saldos do Tesouro) depositadas no Banco Inco antes de 1950 ocorreram justamente em anos eleitorais (1945; 47 e 50). Além disso, e mais importante, surge em 1949, como depositário do Tesouro, a Casa Bancária Hoepcke – vinculada a qual estava Aderbal Ramos da Silva, então governador do Estado (1947-51). Em 1950 quase 20% do saldo do Tesouro do Estado estarão depositados nesta Casa. Este percentual cai rapidamente nos anos seguintes. Em 1953 a Casa Bancária Hoepcke não aparece mais como depositária do Tesouro.<sup>93</sup>

E isto se sucede justamente pelo fato de que o controle das decisões políticas e financeiras do Estado, entre 1951 e 1956, estaria nas mãos de Irineu Bornhausen, governador deste período e um dos proprietários do Inco.

Por sua vez, antes disso, o contexto de situações que encaminhou Irineu a obter o resultado almejado na campanha de 1950 para governador, foi conseqüência, em partes, de uma articulação mais forte e eficiente que envolveu o Banco Inco. Desta

---

<sup>89</sup> LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960)**. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985. p. 143. In.: CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979**. Florianópolis, Ed da UFSC, 1990. p. 42.

<sup>90</sup> Deeke ainda foi presidente do Diretório Municipal da UDN, no período 1951-1952 e 1960-1961, prefeito de Blumenau em duas administrações (1951-1956 e 1961-1966), deputado federal (1955-1956) e Secretário de Estado da Fazenda entre 1956 e 1960.

<sup>91</sup> Genésio Miranda Lins ainda foi membro do Diretório Regional da UDN entre 1955 e 1957 e deputado estadual (ARENA) entre 1966 e 1971.

<sup>92</sup> Partido Social Democrático.

<sup>93</sup> CARREIRÃO, Yan de Souza, op. cit., p. 44-45.

forma, mais intensamente do que em 1947, a campanha de Irineu foi “organizada de forma que a máquina do Banco Inco foi colocada a todo vapor na cabala de votos para Irineu Bornhausen e os candidatos udenistas (...).”<sup>94</sup>

Enfim, como bem resume Lenzi (1983, p. 264), “o PSD e a UDN (esta sempre mais ligada a militarismo-golpista) funcionavam na base das ligações junto aos grupos financeiros estaduais e ao poder rural local mandonístico”.<sup>95</sup>

A origem de um primeiro banco estadual público em Santa Catarina, ocorrida cinco anos após o término do governo Irineu, ainda se encontra dentro de um contexto de disputas políticas e medição de forças pelo poder a partir das mesmas famílias anteriormente citadas (Ramos e Bornhausen). Ou seja, quando o “Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina” surge, em 1961, tem-se embutido nele mais uma possibilidade de potencializar a ocupação de espaços e, conseqüentemente, o predomínio de comando das estruturas de poder do estado.

Assim é que, depois de dezoito dias da publicação da “lei do banco novo” que se criara, quando Celso Ramos se apresenta à frente do executivo estadual, nomeia-se a Comissão Fundadora do BDE<sup>96</sup>, futuro Besc, e integram esta comissão alguns dos mais ilustres políticos e empresários catarinenses: Geraldo Wetzel, que chegou a assumir a prefeitura de Joinville em 1947 e, também no governo Celso Ramos nos anos de 1961 e 1962, ocupou a Pasta de Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda; Guilherme Renaux, pertencente à tradicional família Renaux (do ramo têxtil) de Brusque, vereador daquela cidade (1947-1950) e um dos primeiros proprietários da Rádio Araguaia, também de Brusque<sup>97</sup>; Haroldo Soares Glavan, um dos donos das Lojas Irmãos Glavan, de Florianópolis<sup>98</sup>; Oscar Schweitzer, exerceu atividades como pecuarista, industrial, presidente da Associação Comercial e Industrial de Lages, da “Rádio Clube” desta cidade e, ainda por Lages, foi escolhido vereador em três legislaturas consecutivas (1951 até 1962)<sup>99</sup>; e, por fim, Plínio de Nez, fundador do grupo Chapecó e personagem que, mais tarde, passará também a compor importantes funções nas outras duas instituições financeiras públicas de Santa Catarina: o Badesc, tendo sido seu presidente

---

<sup>94</sup> LAUS, S. P., op. cit., p. 184. In.: CARREIRÃO, Yan de Souza, *ibidem*, p. 42.

<sup>95</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1983.

<sup>96</sup> Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

<sup>97</sup> Posteriormente, Guilherme Renaux teve papel de destaque ao assumir por duas gestões a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC – (1962/1964 e 1964/1966).

<sup>98</sup> Haroldo Glavan ainda chegou a ser presidente da Fecomercio (Federação do Comércio de Santa Catarina).

<sup>99</sup> Como vereador, Schweitzer ocupou a presidência do Poder legislativo de 1956 a 1957.

entre 1976 e 1979 e a Codesc, fazendo parte de seu Conselho Consultivo um ano após esta companhia ser criada<sup>100</sup>.

Não esquecendo o aspecto político que, operacionalmente, sempre corre em paralelo às questões técnicas das estruturas governamentais, Celso Ramos

Como estratégia do novo governo de reduzir o poder econômico do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A, o Inco, e deter o controle direto sobre uma instituição bancária própria do Estado, cria uma agência financeira oficial, “necessidade” que parecia não haver sentido a UDN.<sup>101</sup>

Também deve se enfatizar a rede de alianças empresariais e políticas que se vai tecendo anteriormente ao período analisado por este trabalho (1983-2002) quando, ainda no início da década de 60, como é acima considerado, cria-se uma Comissão Fundadora do BDE, que é representada, praticamente em sua totalidade, por membros advindos de setores políticos e empresariais conservadores de Santa Catarina.

Situando então os Ramos e os Bornhausen como poderosos homens públicos e simultaneamente controladores de instituições financeiras locais (Casa Hoepcke, Banco Inco, BDE), Costa (1998, p.46) fala em “oligarquias” e salienta que

Estas duas oligarquias encabeçando e confundindo-se com os dois maiores partidos catarinenses até 1965, PSD e UDN, estarão se revezando no poder estadual durante a maior parte deste século. Vale ressaltar, essa divisão *não significa* uma diferença no caráter ideológico dos componentes das famílias ou dos partidos, de perfil conservador, mas sim uma luta por espaço e poder no âmbito estadual.<sup>102</sup>

É esta luta por espaço e poder, e que no capítulo posterior dirá respeito às disputas políticas do período 1983-2002, que ganha com o SFP um local a mais para ser preenchido por pessoas afinadas com os objetivos e interesses dos “donos do poder”.

---

<sup>100</sup> Foi o primeiro Conselho Consultivo que a Codesc teve.

<sup>101</sup> SCHMITZ, Sérgio, op. cit., p. 217.

<sup>102</sup> COSTA, Rogério Santos da. **Sistema Financeiro Público Estadual: A trajetória da Codesc** (poder, espaço público e ciclo institucional). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

E, ao se falar em “donos do poder”, título da obra de Raimundo Faoro, grande expoente do estudo relacionado ao domínio político, cabe aqui exibir alguns elementos acerca do que este autor fala sobre algumas características das oligarquias:

O coronelismo, o *compadrazgo* latino-americano, a “clientela” na Itália e na Sicília participam da estrutura patrimonial. Peças de uma ampla máquina, a visão do partido e do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública, privatização originada em poderes delegados e confundida pela incapacidade de apropriar o abstrato governo instrumental (Hobbes) das leis. O patrimonialismo pulveriza-se, num localismo isolado, que o retraimento do estamento secular acentua (...). O coronel utiliza seus poderes públicos para fins particulares, mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios.<sup>103</sup>

Desta forma, no bojo da disputa oligárquica entre os Ramos e os Konder-Bornhausen “é que vão se constituindo instrumentos e formas de ocupação de espaços sociais e de espaços públicos, processos com grande influência na formação do Sistema Financeiro Público (...).”<sup>104</sup>

Como visto anteriormente, o BDE<sup>105</sup> é a primeira das instituições que comporão o SFP, sendo fundado em 1961, no governo da oligarquia Ramos. Já denominada de Besc, ao longo do tempo esta instituição seria completada com uma reunião de empresas que formaria o SFBESC<sup>106</sup>: Besc Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos Bescredi; Besc Turismo – Bescstur; Besc Corretora de Seguros e Administradora de Bens – Bescor; Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A – Bescval; Besc S.A. Corretora de Títulos, Valores e Câmbio – Bescam; Besc S.A Crédito Imobiliário – Bescri; Fundo de Pensão Multipatrocinado Besc – Fumbesc; Besc S.A. – Arrendamento Mercantil; Companhia Catarinense de Assessoria e Serviços S.A.; Santa Catarina Seguros e Previdência S.A.; Santa Catarina Administradora de Fundos Ltda.

Nos anos 70, logo na década seguinte à criação do Besc, surgiriam as outras duas instituições que ofereciam complemento ao Sistema Financeiro Público Catarinense: a Codesc e o Badesc.

---

<sup>103</sup> FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2001, p.718.

<sup>104</sup> COSTA, Rogério Santos da, op. cit., p. 47.

<sup>105</sup> Em 29 de abril de 1969, para adequar-se às novas leis, altera-se a denominação do BDE: a partir de então ele viria a se chamar BESC (Banco do Estado de Santa Catarina).

<sup>106</sup> Sistema Financeiro Besc.

A Codesc (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) foi criada em 30 de abril de 1975 para ser a holding do sistema financeiro público catarinense, coordenando o mesmo, sendo que no passar dos anos diversas tarefas lhe foram incumbidas pelas estruturas governamentais, já que sua qualificação jurídica lhe concede uma mobilidade maior para o alcance de deliberações.

O Badesc (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), apesar de ser criado pela Lei 4950, de 11 de novembro de 1973, só será efetivamente instalado em 1º de agosto de 1975 e seu alvo a ser atingido foi fundamentado na busca da promoção do desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina. Este objetivo se faria realidade por meio da destinação de recursos financeiros na esfera específica de sua competência.

Enquanto o Besc surge no governo da oligarquia Ramos, o Badesc e a Codesc são instalados no governo de Antônio Carlos Konder Reis, primo de Jorge Konder Bornhausen. Cabe aqui lembrar que a atividade bancária remonta às tradições familiares dos Konder e dos Bornhausen, fazendo dos mesmos razoáveis conhecedores dos mecanismos técnicos e políticos da gestão de uma instituição financeira.

Apesar de que as outras duas instituições do SFP catarinense, Codesc e Badesc, surgiriam no desenrolar do mandato de Konder Reis, Santa Catarina já vivia, neste período, a era do bipartidarismo entre ARENA<sup>107</sup> e MDB<sup>108</sup>. Assim sendo, tanto os Konder, os Bornhausen e os Ramos encontrariam-se encastelados no interior da mesma sigla partidária, a ARENA, vistos que suas ideologias e os interesses políticos e econômicos os congregariam no mesmo campo de luta.

Considerando a dimensão nacional, Nascimento (2000, p.44) afirma que, logo após o início do regime militar, ao se criar o bipartidarismo entre ARENA e MDB, “o objetivo era mascarar a ditadura, haja vista na maioria dessas ditaduras, sequer é permitido partido de oposição”.<sup>109</sup>

De qualquer maneira, em escala estadual, este momento sócio-político serve para comprovar que as tradicionais “amarras” e princípios que norteavam as ações dos grupos historicamente constituídos pelos Ramos e os Konder-Bornhausen eram essencialmente idênticos em suas concepções sobre “como proceder” para com os aspectos públicos e governamentais de comando. E o SFP, por ser um *locus*

---

<sup>107</sup> Aliança Renovadora Nacional.

<sup>108</sup> Movimento Democrático Brasileiro.

<sup>109</sup> NASCIMENTO, Durbes Martins. **A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia**. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Pará: UFPA, 2000.

fundamental de instrumentalização para as ações administrativas do estado, era priorizado sobremaneira pelos grupos que dirigiam Santa Catarina.

Perceba-se, então, quem são e quais as principais relações referentes aos primeiros presidentes do Besc, Badesc e da Codesc.

O primeiro presidente do Besc foi Alcides Abreu. Abreu foi um verdadeiro intelectual orgânico do grupo político ligado aos Ramos. Seu currículo espelha uma trajetória de doutorado em Direito, além de ser economista, pós-graduado na Sorbone e colaborador do “O Estado”, “A Gazeta”, “Diário da Tarde” e “Jornal de Santa Catarina”. Também bacharelou-se em Filosofia e atuou como professor universitário. Foi promotor público em 1953 e, além de primeiro presidente do Besc, participou no governo de Celso Ramos como Secretário Geral do Plano de Obras e Equipamentos<sup>110</sup>.

Lenzi (1983, p.331), destacando a importante presença assumida por Alcides Abreu nos meandros governamentais, fala que

A expressiva vitória do pessedista Celso Ramos, no pleito de 1960, fez aparecer no seu governo, um novo estilo político-administrativo. Poucos acreditavam que o antes desprojetado irmão de Nereu Ramos, pudesse assimilar e por em prática um novo quadro de administração liderado por Alcides Abreu, na realização de um dos governos mais proficuos que Santa Catarina já experimentou.<sup>111</sup>

Não foi sem motivos, portanto, que a Convenção do PSD que escolheria o postulante ao governo do Estado nas eleições de 1965 teria Alcides Abreu como o candidato preferido do governador Celso Ramos.<sup>112</sup>

Confirmando seu trânsito privilegiado ao longo do tempo e de vários governos com os quais colaborou, ainda encontra-se Alcides Abreu sendo aproveitado intelectualmente aos 73 anos, logo no início da segunda gestão de Amin como governador, em 1999. Asseverando esta realidade, em matéria de 29/08/99, traz o jornal “A Notícia” que “intelectual de inteligência privilegiada, Alcides Abreu hoje atua como

---

<sup>110</sup> Ainda a respeito de Alcides Abreu, o portal do Tribunal de Conta de Santa Catarina diz que ele foi “Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina (1971). (...) Presidente da Telesc. Autor de vários livros nas áreas do direito, administração, economia e política. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e da Academia Catarinense de Letras. Nomeado conselheiro do TCE em 01/12/72 pelo Governador Colombo Machado Salles. Tomou posse em 07/12/1972. Aposentou em 28/04/1977” (Disponível na Internet: <[www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)> Acesso em 02/12/2006).

<sup>111</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira, op. cit., p. 331.

<sup>112</sup> Todavia, o candidato escolhido pela referida Convenção foi Ivo Silveira.

conselheiro do governador Esperidião Amin (PPB), na definição das mais variadas políticas de desenvolvimento”.<sup>113</sup>

Quanto ao Badesc, o primeiro presidente foi Renato Ramos da Silva.

O Badesc originou-se em meados da década de 70, durante o governo de Konder Reis, sendo porém relevante salientar que Renato adveio da oligarquia Ramos, ocupando a Pasta da Secretaria da Educação de Celso Ramos<sup>114</sup>. Na administração de Celso, pode-se observar uma forte conexão de Renato não somente com seu grupo familiar, mas também com o já apresentado Alcides Abreu, primeiro presidente do Besc.

Vale lembrar que o governo Celso Ramos deu certo porque estava alicerçado num trio eficiente e competente, como recentemente recordou o empresário César Gomes: Alcides Abreu planejava, Annes Gualberto executava e Renato Ramos articulava.<sup>115</sup>

A fundação do Badesc no governo Konder Reis, tendo Renato Ramos da Silva como seu primeiro presidente, assegura ainda mais a certeza de que os alicerces das vantagens auferidas pelos Ramos, os Konder e os Bornhausen, ex-figurantes de uma rivalidade pitoresca, estavam agora aglutinados na ARENA, o partido que sustentava o regime ditatorial brasileiro.

Para completar esta reflexão sobre o conjunto das relações sócio-políticas que envolvem as origens do SFP catarinense, revela-se como primeiro presidente da Codesc Jorge Konder Bornhausen. O primeiro vice-presidente será Renato Ramos da Silva, o mesmo que inaugurou a presidência do Badesc no início do mandato de Konder Reis no governo de Santa Catarina.

Em 16 de março de 1976, após reunida a Assembléia Geral de Constituição da Codesc, foi aprovado o estatuto social, constituição definitiva da sociedade, além da eleição da primeira diretoria e dos conselhos consultivo, de administração e fiscal.

Ainda antes de se encarregar da missão de presidir a Codesc em seu período inicial de vida institucional, Jorge Bornhausen já havia aceitado preencher o cargo de presidente do Besc a partir de 20 de março de 1975, cinco dias após Konder Reis

---

<sup>113</sup> A NOTÍCIA. **Amanhã o Besc pode voltar a ser público**. Joinville: A Notícia, 29/08/99.

<sup>114</sup> Suplente do senador Atilio Fontana (grupo Sadia), Renato Ramos da Silva exerceu mandato no Senado federal entre 1964 e 1967. Segundo o site [www.weblages.com/noticias](http://www.weblages.com/noticias) (acesso em 13/10/2006), Renato Ramos da Silva, antes de ser o primeiro presidente do Badesc, “presidiu a comissão de constituição e estruturação” deste banco.

<sup>115</sup> A NOTÍCIA. **Tripé**. Joinville: A Notícia, 26/04/03.



assumir o governo do Estado. Assim, presidindo o Besc até maio de 78, Bornhausen estará a frente simultaneamente desta instituição e da Codesc e, conseqüentemente, será o principal protagonista do SFP neste período.

Nesta época, as outras funções de Jorge Bornhausen no aparelho financeiro foram de suplente da junta de administração do BRDE<sup>116</sup> e participante do conselho de administração do PROCAPE<sup>117</sup>.

Aprovado o nome de Jorge Bornhausen como primeiro presidente da Codesc e ocupante de outras funções nas demais instituições anteriormente citadas, consolidaria-se ainda mais a força política de sua agremiação (a ARENA)<sup>118</sup>, as estratégias que gradualmente levariam-no ao posto de próximo governador do estado e, por fim, o próprio SFP seria fortalecido como espaço privilegiado de instrumentalização dos principais interesses econômicos e políticos envolvidos.

Importante salientar que, antes mesmo de ocupar os referidos espaços no SFP catarinense, Jorge Bornhausen exerceu o cargo de chefe do Departamento Jurídico<sup>119</sup> (1962-67) do Banco Inco, fundado por seu pai, o ex-governador Irineu Bornhausen.

Ainda em 1967 aconteceria um episódio que contribuiria intensamente para impulsionar os rumos de Bornhausen na carreira política.

Em janeiro de 1967, em pleno processo de cassação do regime militar, no período de “caça às bruxas” iniciado em julho de 1966 com o AI-2 e a extinção do pluripartidarismo, Jorge Bornhausen foi eleito indiretamente pelo poder legislativo catarinense, vice-governador do estado, para substituir o vice-governador cassado Francisco José Dall’Igna, cargo que ocupou de 10.03.1967 a 15.03.1971.<sup>120</sup>

---

<sup>116</sup> Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (envolve Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul). O BRDE foi criado em 15/06/1961. Em Santa Catarina, o governador na época era Celso Ramos. Um dado importante para acrescentar a esta rede de relações que envolvem as tradicionais oligarquias catarinenses ao sistema financeiro é que o primeiro catarinense a ter cargo na Diretoria do BRDE foi Aderbal Ramos da Silva (governador entre 1947 e 1951), “justamente no período em que o seu tio, Celso Ramos, governava o Estado catarinense” (Cf. A NOTÍCIA. **História**. Joinville: A Notícia, 11/09/99).

<sup>117</sup> Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas. Este programa, instituído pela Lei nº 5159, de 4 de novembro de 1975, aprovou cerca de US\$72,6 milhões entre 1975 e 1983.

<sup>118</sup> Agora com o apoio dos integrantes da antiga oligarquia que no passado lhe faziam oposição, os Ramos.

<sup>119</sup> Jorge Konder Bornhausen é formado advogado desde 1960.

<sup>120</sup> SILVA, Valdir Alvim da. **Poder político e políticas públicas**: Inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma História de dominação de classe. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1996, p. 253-254. Um detalhe importante deste fato é que Jorge Bornhausen tinha apenas 25 anos de idade quando assumiu o cargo de vice-governador, embora a constituição estadual permitisse somente que o pleito se desse com candidatos que tivessem acima de 35 anos. Para transpor este obstáculo, uma manobra política foi realizada no governo Ivo Silveira para se alterar a Constituição.

Considerando que Bornhausen se mostrou exemplarmente eficiente em suas funções executadas no SFP nas décadas de 60 e 70, e levando em conta a forte articulação incrementada através da cultura oligárquica que com ele se intensificava em direção aos grupos políticos e empresariais que lhe davam sustentação, confirma-se seu nome como o preferido do regime ditatorial a suceder Konder Reis, seu primo.

Resgatando este curso de acontecimentos, o jornal “Diário Catarinense” expressa que

Em 1978 o processo de eleição para governador era indireto – o voto não era dado pelo povo mas pelos seus representantes na Assembléia Legislativa do Estado – e a eleição se processava entre a direção nacional da ARENA (ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL) e o presidente da República. O nome de Jorge Bornhausen foi indicado por toda a bancada estadual e mais de 90% dos diretórios municipais do partido em Santa Catarina. Seu nome também passou pelas mãos do presidente Ernesto Geisel e pelo de seu sucessor já escolhido, general João Batista Figueiredo. Ambos o apoiaram.<sup>121</sup>

Ao referir-se a um dos pontos fortes de Jorge Bornhausen, o sistema financeiro, o mesmo jornal discorre que o próprio governador recebeu apoio, em seu governo, de dirigentes de instituições bancárias públicas federais, destacando

(...) a cooperação do presidente do Banco do Brasil, doutor Oswaldo Colin, o do Bndes (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Luis Sade, e o da CEF (Caixa Econômica Federal), Gil Macieira, que possibilitaram a concretização para as construções de grandes obras de infraestrutura.<sup>122</sup>

E, quando o assunto é infra-estrutura, começa a aparecer em cena e a se colocar cada vez mais evidência o dono da Pasta responsável por estas mesmas “grandes obras” durante o mandato de Jorge Bornhausen. Seu nome é Esperidião Amin Helou Filho.

---

<sup>121</sup> DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina: 1739/1993**. 254 anos da história catarinense. Eleito com apoio quase total da ARENA. Florianópolis: RBS Jornal, 25.11.93, p. 102.

<sup>122</sup> idem.

Eleito pela ARENA como o candidato a deputado federal mais votado na eleição de 1978, licencia-se da Câmara dos Deputados no ano seguinte para assumir, então, os encargos de Secretário dos Transportes e Obras do governo Bornhausen.

Obviamente que os trabalhos relacionados às estradas, portos e aeroportos muitas vezes dependem de dispêndios muito grandes de volumes financeiros liberados por instituições bancárias locais, nacionais e internacionais. Todavia, uma prévia do contato direto do Secretário Amin com o Sistema Financeiro já havia sido oferecido pouco tempo antes, quando, em 1975, assumiu a função de diretor financeiro do Badesc.

Afigura-se como uma realidade constante ao longo da história política de Santa Catarina que no currículo de algumas das principais personalidades governamentais do Estado foram acrescentadas suas colaborações na ocupação de espaços, em algum momento, em instituições financeiras. Possuir um certo conhecimento dos mecanismos técnico-burocráticos de um banco e estar incluído na organização política de uma ou mais instituições financeiras, públicas ou privadas, consolidaram, ao longo do tempo, um dos requisitos potenciais para se traçar uma carreira política exitosa e inclusiva nos enredos da elite local. Foi assim que aconteceu com integrantes da família Ramos, Konder, Bornhausen, com Esperidião Amin e tantos outros que diuturnamente perseguiam prestígio e poder, econômico e político.

No caso de Amin, corroborando a concepção de que o desenvolvimento de sua biografia é resultado e prolongamento da maneira de se administrar a coisa pública no estado desde os primeiros tempos de vida política catarinense, observa-se que ele próprio

Perguntado sobre que protótipo de governador inventaria se pudesse absorver as principais qualidades de alguns ex-governantes de Santa Catarina, resumiu assim: “Ele teria a capacidade de empreendimento, o horizonte de Hercílio Luz e do Gustavo Richard, a capacidade política de Aderbal Ramos da Silva, do Irineu e do Jorge Bornhausen, o zelo pela coisa pública do Nereu Ramos e do Antônio Carlos Konder Reis (...)”<sup>123</sup>

No mês de dezembro de 1979, modificada a legislação partidária e restabelecido o pluripartidarismo, abre-se espaço para a transformação da ARENA em PDS (Partido Democrático Social) e a resultante inserção de Amin neste partido. Assim, aos poucos,

---

<sup>123</sup> DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina: 1739/1993**. 254 anos da história catarinense. Destaque ficou para transportes. Florianópolis: RBS Jornal, 25.11.93, p.113.

Amin vai se credenciando no interior desta sigla como um “candidatável” às eleições para o governo do estado em 1982.

Levando em conta que Amin ocupava na administração Bornhausen a STO<sup>124</sup>, um dos principais núcleos táticos deste governo, Aguiar (1995, p. 86) manifesta que

Não seria errado de todo afirmar que a STO não só permitiu a consolidação definitiva da candidatura de Amin dentro de seu próprio partido, como também possibilitou a enorme margem de manobra por parte do candidato junto ao eleitorado e prefeituras comandadas pelo PDS.<sup>125</sup>

No entanto, ao se falar das influências políticas que cercam o encaminhamento dos propósitos de Amin e do PDS, nada melhor para referir-se às estratégias de governo do que citar o Besc e o PROCAPE.

Iniciando-se a legislatura de 1983, são constituídas a CPI do Besc e a do PROCAPE para que fossem apuradas denúncias de vinculação entre as eleições de 1982 e os procedimentos que estas duas instituições tiveram anteriormente ao pleito deste ano.

As conclusões mais gerais a que chegou a CPI do Besc foram as seguintes: expansão desordenada de agências abertas sem que houvesse qualquer planejamento, estudo de viabilidade ou necessidade efetiva<sup>126</sup>; contratação exacerbada de pessoal sem concurso público; e empréstimos de cunho partidário.

Quanto ao PROCAPE, os mais importantes elementos conclusivos de sua respectiva CPI foram: liberação financeira para empresas em estado insolvente; gastos, que não seriam necessários, voltados a tornar conhecidos outros setores de governo; empréstimo para empreendimentos concordatários ou em regime falimentar; e investimentos em projetos que acabaram não sendo executados<sup>127</sup>.

O fato é que Amin é confirmado candidato a governador em 1982, vence a mesma e, diante da diferença de votos entre o candidato do PDS e o candidato do

---

<sup>124</sup> Secretaria de Transportes e Obras.

<sup>125</sup> AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral**: Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau, Editora da Furb, 1995.

<sup>126</sup> Cf. relatório final da CPI do Besc, p.8. Diário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 26/09/1984, p. 4-15.

<sup>127</sup> Segundo o Relatório da CPI do PROCAPE, este órgão teve participação acionária em numerosas empresas, considerando que o “exercício de 1982, foi o que teve o maior número de participações, vale destacar os meses (pré-eleitoral) que abundou as operações”. Cf. Relatório da CPI do PROCAPE, pronunciamento do relator deputado Neuto de Conto (p. 14-15) realizado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina no dia 21 de agosto de 1984.

PMDB (Jaison Barreto)<sup>128</sup>, leva-se a crer que as situações descritas acima e relacionadas ao Besc e ao PROCAPE tenham contribuído significativamente com os resultados obtidos naquela eleição.

---

<sup>128</sup> Amin obteve 838.150 votos e Barreto 825.500 votos.

## Capítulo 6 – Antes e depois de 83: rearticulações empresariais e continuidade da cultura política de uso do Sistema Financeiro Público (SFP) Catarinense

Antes mesmo do início do período recortado pelo estudo, pode-se perceber que o Besc, o Badesc e a Codesc contemplam em suas estruturas de conselhos e diretorias importantes representantes do empresariado local.

Neste quesito a Codesc chama especial atenção já que para a constituição dos nomes escolhidos para integrarem a primeira nominata de conselheiros e diretores, logo após a fundação da empresa, aparecem personagens como os empresários Ivan Oreste Bonato<sup>129</sup> e Saul Brandalise<sup>130</sup> (ambos pertencentes ao grupo Perdigão), Plínio Arlindo de Nez (grupo Chapecó), Aderbal Ramos da Silva (grupo Hoepcke), Atílio Fontana (grupo Sadia), Genésio Miranda Lins (Banco Inco), Curt Monich (Cia Catarinense de Rádio e Televisão), Ingo Hering (grupo Hering), Egon João da Silva (Weg) e Paulo Konder Bornhausen (grupo Atlântica-Boavista). A maior parte dos demais componentes pioneiros dos conselhos e da diretoria da Codesc também é de empresários e/ou políticos que já haviam ocupado cargos governamentais, como é o caso dos ex-governadores Celso Ramos e Aderbal Ramos da Silva (ambos do Conselho Consultivo da Codesc). Jorge Bornhausen (do primeiro Conselho de Administração e presidente da Diretoria Executiva da Codesc) veio a ser governador de Santa Catarina, como visto anteriormente.

Outra constatação que merece consideração, em relação aos mesmos personagens pioneiros, refere-se ao fato de que alguns deles já haviam ocupado funções em outras instituições financeiras, como é o caso de Eduardo Santos Lins e Genésio Miranda Lins<sup>131</sup> (Banco Inco) e Aderbal Ramos da Silva (Casa Bancária Hoepcke). Outros, como Ivan Bonato, Rui Ferreira Borba Filho e Paulo Konder Bornhausen, terão participação em outros bancos privados. Bonato será presidente e Borba Filho diretor do Banco Tecnicorp S.A. e da Tecnicorp Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Bornhausen participará da Bradesco Seguros S/A e do Banco Araucária.

---

<sup>129</sup> A Codesc foi fundada no governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-79). Durante todo este governo, Bonato também ocupou o cargo de Secretário de Estado da Fazenda. Posteriormente, ao longo dos governos de Jorge Bornhausen e Esperidião Amin, Ivan Bonato continuou participando da Codesc. Sua participação posterior se deu como membro do Conad.

<sup>130</sup> Saul Brandalise é sogro de Ivan Bonato.

<sup>131</sup> Juntamente com Irineu Bornhausen, pai de Jorge Bornhausen.

Necessário se faz afirmar que o grande prestígio empresarial de alguns dos integrantes da primeira estrutura de conselhos e diretoria da Codesc se dá em função da própria participação dos mesmos na fundação de suas empresas: Atilio Fontana foi o fundador da Sadia, Brandalise um dos fundadores da Perdigão, Egon João da Silva, um dos fundadores da Weg<sup>132</sup>, e Plínio de Nez, fundador do grupo Chapecó.

Ainda que a Codesc se destacasse neste momento precedente àquele período prioritariamente analisado, o Besc e o Badesc também apresentam em seus quadros anteriores a 1983 alguns empresários vinculados aos mais diversos setores da economia catarinense. Assim é que se volta a encontrar, nestas duas últimas instituições, dois dos já citados grandes empresários que foram observados na Codesc: Plínio Arlindo de Nez e Paulo Konder Bornhausen. O primeiro presidiu o Badesc entre 1976 e 1979 e o segundo presidiu o Conad<sup>133</sup> do Besc no ano de 1982.

Situando-se a composição do SFP catarinense logo no contexto de retorno das eleições diretas para governador, no início dos anos 80, começava a sobressair novas esperanças de que as instituições e organizações públicas, em sua generalidade, democratizassem seus espaços de funcionamento e participação popular.

Nesta época, para as forças políticas catarinenses com maiores chances de eleger seus representantes no executivo e no legislativo estadual, este “clamor social” não significava preterir de seus objetivos os grupos empresariais e seus respectivos interesses de classe.

Assim é que PMDB e PDS barriga-verde, cada qual a seu modo, começam a traçar suas estratégias eleitorais contando com o prestígio, carisma e principalmente a influência econômica de nomes salientes do empresariado local.

Para se ter uma idéia da extensão da representação empresarial tanto no PDS quanto no PMDB catarinense, principais partidos que disputavam os cargos eletivos a partir dos anos 80 em Santa Catarina, observe-se, conforme descrito no Quadro adiante, os candidatos eleitos no pleito da eleição estadual de 1982:

---

<sup>132</sup> Curioso se faz notar que um dos primeiros trabalhos de Egon João da Silva foi como office-boy no Banco Inco, em Jaraguá do Sul. Mais tarde, chegou à gerência do mesmo.

<sup>133</sup> Conselho de Administração.

Quadro: Candidatos eleitos em 1982 para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina e suas relações  
profissionais/empresariais

DEPUTADO (PDS)	PROFISSÃO/ ATIVIDADE	DEPUTADO (PMDB)	PROFISSÃO/ ATIVIDADE
Nagib Zattar	Sócio da Cia Catarinense de Rádio e Televisão (de Joinville)	Edison Andrino	Varejista, distribuição de combustíveis e derivados de petróleo
Cláudio Ávila da Silva	Grupo Portobello	Francisco de Assis Küster	Técnico em edificações
Francisco de Assis Filho	Engenheiro Civil	João Manoel de Borba Neto	Advogado
Ivan Ranzolin	Advogado, professor, e sócio da “Rádio Araucária” (de Lages)	Gentil Battisti Archer	nd
Aldo Pereira de Andrade	nd	Irai Zílio	nd
Ruberval Francisco Pilotto	Grupo Freitas	Dércio Knop	economista
Heitor Luiz Sché	Advogado	João Norberto Coelho Neto	Advogado
Pedro Bittencourt Neto	Advogado	Martinho Herculano Guiso	Médico
Jarvis Gaidzinski	Acionista da “Eliane Revestimentos Cerâmicos”	Roland Harold Dornbusch	Dono da “Indústria Têxtil Cyrus S.A.”
Amílcar Gazaniga	Engenheiro	Neuto Fausto de Conto	Diretor, contador e Sócio Fundador da “Distribuidora de Veículos Granzotto Ltda.”; Diretor e Sócio Fundador da “Auto Divegal Ltda.”; Diretor e Sócio Fundador da “Transportadora Oeste Ltda.”; Diretor e Sócio Fundador da “Distribuidora de Veículos Santa Fé Ltda.”
Antônio Henrique Bulcão Viana	Servidor Público	Jorge Gonçalves da Silva	nd



Otávio Gilson dos Santos	Economista	Roberto João Motta	Advogado
Neudi Primo Massolini	Advogado	Cid Caesar de Almeida	Construtor
Otair Becker	Grupo Oxford	Pedroso	
Salomão Antônio Ribas	Jornalista e advogado	Geovah José de Freitas	Administrador de empresas
Júnior		Amarante	
Vasco Furlan	Grupo Sadia	Admir Áureo Bortolini	nd
Octacilio Pedro Ramos	Inspetor escolar	Stélio Cascaes Boabaid	Médico
Júlio César	nd	Jair Girardi	nd
Eloy José Ranzi	Advogado	Álvaro Correia	Jornalista
Marcondes Marchetti	Advogado	Lauro André da Silva	Delegado de polícia
Moacir Bértoli	nd		

O retrato desta eleição, portanto, demonstra que não houve uma hegemonia de alguma empresa ou organização específica no que se refere à escolha dos candidatos eleitos. Todavia, há que se atentar para o fato de que 27% dos escolhidos<sup>134</sup>, ou seja, mais de um quarto dos eleitos ao pleito estadual, advinham da esfera empresarial.

Outra evidência apontada pelos dados acima é de que, apesar do PDS possuir uma representação empresarial um pouco maior que o PMDB<sup>135</sup>, ambos os partidos conseguem eleger deputados advindos de fortes grupos empresariais. Empreendimentos como a Portobello, grupo Freitas, Eliane, Oxford, Sadia, Cyrus, distribuidoras de veículos e combustíveis e, enfim, outras empresas de menor porte, deixam presentes “um dos seus” no parlamento catarinense que se iniciara em 1983.

Verifica-se que, entre os deputados estaduais eleitos em 1982, quatro deles<sup>136</sup> terão um envolvimento direto com funções de gestão do sistema financeiro neste mesmo mandato ou em administrações posteriores.

Francisco de Assis Filho (PDS) participa, ainda na primeira administração Amin, do Conselho Fiscal (Confis) do Badesc. Membro efetivo do Confis do Badesc, ele ocupa esta função entre 1983 e 1986<sup>137</sup>.

Nagib Zattar (PDS), outro aliado da base de sustentação do governo Amin, também preencherá um cargo de membro efetivo do Confis do Badesc. Entretanto, isto se dá entre 1999 e 2001, ou seja, durante o segundo mandato de Amin como governador.

Neuto de Conto (PMDB), deputado de oposição à Amin, responsabiliza-se por funções no SFP durante o governo Paulo Afonso. Nos anos de 1995 e 1996 ele será presidente do Conad do Besc, do Badesc e da Codesc.

---

<sup>134</sup> 11, dos 40 deputados eleitos, eram empresários.

<sup>135</sup> 7, dos 21 deputados eleitos pelo PDS, eram empresários (33%), enquanto que 4 dos 19 deputados eleitos pelo PMDB eram empresários (21%).

<sup>136</sup> 2 do PDS e 2 do PMDB.

<sup>137</sup> Francisco de Assis Filho é ainda protagonista de uma tumultuada candidatura à prefeitura de Florianópolis em 1985 que, inadvertidamente, envolveu denúncias de irregularidades relacionadas ao uso político do Besc em sua campanha. “Para garantir público no comício de Francisco de Assis, em 11 de novembro, o Besc pagou ônibus, alimentação e hospedagem para correligionários do PDS de todo o estado. A operação era bastante simples. Os gerentes regionais e gerentes gerais das maiores agências foram instados a lotar ônibus. Ao final, os gastos eram somados e a conta, enviada para a direção geral. A presidência do banco remetia doações às associações de empregados do Besc nas cidades respectivas, no valor exato da pajelança pré-comício. Centenas de páginas do relatório da comissão de inquérito incluem documentos com notas fiscais e recibos de depósitos comprovando a movimentação”. (Cf. MICK, Jacques. **Crimes impunes**: o lado oculto da intervenção no BESC. Florianópolis, Quorum, 1997, p. 61).

Por fim, Geovah Amarante (PMDB) também fará parte do SFP no governo Paulo Afonso. Entre julho de 98 e janeiro de 99 ele ocupará a vice-presidência da Direx<sup>138</sup> do Besc.

A título de se voltar a relacionar estes dados com a discussão que envolve o empresariado, dois dos quatro eleitos e acima citados possuíam atividades empresariais: Nagib Zattar (PDS) e Neuto de Conto (PMDB).

Um último deputado eleito em 82, também empresário, sem, porém, preencher cargos no SFP catarinense, mas que teve envolvimento direto em um episódio que ficou marcado na história do Besc, foi Roland Dornbusch.

Mick (1997, p.46), relatando este caso em sua obra “Crimes Impunes”, traz que

O dono da Cyrus era o deputado estadual Roland Harold Dornbusch. Eleito pelo PMDB, o deputado era adversário do governo do PDS na Assembléia Legislativa. A empresa estava em concordata preventiva desde maio. Dornbusch foi ao gabinete de Amin junto com um parlamentar da bancada governista.<sup>139</sup>

Adiante, continuando este relato,

O comitê de crédito da agência do Besc em Jaraguá do Sul havia rejeitado um pedido de empréstimo, em função da inadimplência da Cyrus em operações contraídas desde fevereiro de 1982. O comitê de crédito da direção geral do banco também vetara. Mas o pedido do governador superou barreiras técnicas. Depois dos Cr\$ 50 milhões, outro empréstimo, de Cr\$ 30 milhões, foi formalizado em 4 de novembro. Os Cr\$ 80 milhões, cerca de US\$ 70 mil, viraram prejuízo poucos meses depois, quando a Cyrus entrou em regime falimentar. As operações caíram no balanço do banco primeiro como créditos de liquidação duvidosa, depois como créditos em liquidação e, por fim, sumiram nos números sem identidade da contabilidade.<sup>140</sup>

Detectou-se também, após 1983, que semelhantes comportamentos relacionados ao Besc tiveram, como estrelantes, políticos/empresários não somente advindos da

---

<sup>138</sup> Diretoria Executiva.

<sup>139</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 46.

<sup>140</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 46-47.

Assembléia Legislativa. Servem para demonstrar este fato os casos que envolveram Rui Benvegnu Pimente, Ivan Bertaso e Nilson Wilson Bender.

O contabilista, advogado e empresário das comunicações Rui Benvegnu Pimentel, participante ativo da campanha de Amin em 82 e concomitantemente candidato a prefeito do município de Xanxerê naquele ano, possuía empréstimos junto ao Besc. Já durante a administração estadual do PDS, após negar veementemente o pagamento de suas dívidas, Benvegnu seria apresentado com a autorização de que o Besc “zerasse” suas obrigações.

Ivan Bertaso, que chegou a ser vereador (1970-73), vice-prefeito (1977-82) e uma liderança política e empresarial de Chapecó e Nilson Wilson Bender, ligado à empresa Tupy, vereador de Joinville (1962-1966 e 1992-1996), prefeito (1966-1970) e Secretário de Estado da Indústria e Comércio (1981-1982), estavam entre os maiores devedores do BESC no período investigado pela CPI que se instalou na Assembléia Legislativa de Santa Catarina no início de 1983<sup>141</sup>. Aliás, Bertaso e Bender incluíam-se em uma lista privilegiada de empréstimos que, segundo Aguiar (1995, p. 84), ao que tudo indica, possuía “cunho partidário, pois constatou-se que até o final de 1983, quase dois mil clientes deviam Cr\$ 9 bilhões, mas grande parte dos empréstimos beneficiaria menos de 100 pessoas”.<sup>142</sup>

Estas transgressões que se centralizaram no SFP catarinense, mais especialmente no Besc, e que envolvem, entre outros, os deputados Dornbusch, Chico Assis, o governador Amin e os políticos/empresários Pimentel, Bertaso e Bender refletem a continuidade de uma cultura política *sui generis* de tratamento para com o bem público.

O favorecimento de certas empresas, campanhas eleitorais e ações pessoais através do SFP continuou ocorrendo ao longo do tempo recortado pela pesquisa (1983-2002), ainda que estas práticas já haviam se enraizado há muito nas entranhas dos grupos políticos que governavam Santa Catarina.

Pode-se remeter esta afirmação há pelo menos 36 anos antes, em 1947, quando, a partir do Banco Inco, com Irineu Bornhausen, constroem-se estratégias para a tomada do poder político.

---

<sup>141</sup> Como consta no capítulo anterior, esta CPI do BESC teve o propósito de averiguar indícios de vinculação entre as eleições de 1982 e os procedimentos que esta instituição adotou anteriormente ao pleito deste ano.

<sup>142</sup> AGUIAR, Itamar, op. cit., p. 84.

## Capítulo 7 – 1983/1987: O SFP catarinense no governo Esperidião Amin (PDS)

Santa Catarina vivenciou um período de ininterruptas alternâncias administrativas, no governo estadual, entre as gestões públicas que se iniciaram em março de 1983 e terminaram em dezembro de 2002.

As acirradas eleições para governador e senador de Santa Catarina, em 15 de novembro de 1982, selariam o início de um retrato de disputas de longo prazo que se desenhariam entre duas das maiores forças políticas do Estado: o PDS<sup>143</sup> e o PMDB.

A partir de 13 de novembro de 1980, com a aprovação unânime da emenda constitucional que instituía as eleições diretas para governador e suprimia a representação de senador “biônico”, os grupos políticos organizados começaram a traçar estratégias mais consolidadas visando ocupar os espaços públicos almejados.

No contexto estadual, de acordo com Aguiar (1995, p.13),

As eleições de novembro de 82 propiciaram a possibilidade de “ruptura” no sistema político até então dominante em Santa Catarina, principalmente se levarmos em conta o surgimento de candidatura independente das forças tradicionais que sempre dominaram o Estado (...)<sup>144</sup>

Situando-se uma das forças políticas, o PDS, como representante dos tradicionais interesses sociais e econômicos herdados, chega-se a localizar, neste momento, um movimento conjunto entre as várias “elites” historicamente estabelecidas. A possibilidade de vitória oposicionista ameaçava, então, a reprodução de tais elites.

Tal possibilidade, obrigara a união de forças das elites (seus blocos mais tradicionais e modernizantes) em torno de projeto capaz de impedir a vitória das oposições cujas chances de êxito alcançavam níveis elevados. Dessa forma, as elites tiveram que se apegar com todas as armas (algumas delas

---

<sup>143</sup> O PDS (Partido Democrático Social) funde-se em 1993 com o PDC (Partido Democrata Cristão) fazendo nascer o PPR (Partido Progressista Renovador). Em 1995, o PPR fundiria-se com o PP (Partido Progressista) originando o PPB (Partido Progressista Brasileiro). Por sua vez, o PPB, em Convenção nacional no ano de 2003, decide alterar a sigla para PP (Partido Progressista).

<sup>144</sup> AGUIAR, Itamar, op. cit., p. 13.

bastante questionáveis), em torno da candidatura de Amin cuja vitória em 82 é até hoje questionada.<sup>145</sup>

Igualmente utilizando o conceito de “elite” para localizar os grupos políticos conservadores e desinteressados de transformar as estruturas públicas de governo, Costa (1998, p.150) expressa que “(...) Amin significaria uma continuidade no poder estadual, visto ter sido guinado ao posto de governador a partir das elites dominantes, e por isto não havia expectativa de grandes rupturas e modificações na estrutura administrativa estadual (...)”<sup>146</sup>

Esperidião Amin Helou Filho assume o governo catarinense em 15 de março de 1983. Silva (1996, p.288), fazendo uma breve síntese de sua gestão, afirma que

A gestão de Esperidião Amin foi marcada por muitos episódios, controvérsias e polêmicas a seu respeito. Entretanto, como todos os outros governos anteriores, dependeu recursos para várias “áreas prioritárias”. Amin, a partir de sua atuação na gestão do estado, conseguiu se qualificar no campo político. A sua política, embora populista, o consagrou como um grande político de Santa Catarina. Nesse sentido, percebe-se que suas estratégias de ação diante da gestão do Estado, está a todo momento sendo incorporada a sua imagem pessoal, como se fosse obra única e exclusivamente de sua personalidade: “quem fez, vai fazer”.<sup>147</sup>

É este personalismo na gestão da máquina pública que caracterizará a maior parte da administração Esperidião Amin.

A lei de organização básica da administração pública da gestão Amin manteve os clássicos sistemas burocráticos iniciados legalmente em 1975, a partir do governo Konder Reis. Ou seja, situam-se aqui, então, os órgãos de Pessoal Civil do Poder Executivo, de Planejamento e Orçamento, de Segurança e Informações, de Transportes Públicos, dos Serviços Gerais e de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria.

Quanto à última esfera apontada, relacionada então aos órgãos de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, a centralização administrativa se dava na Secretaria da Fazenda.

---

<sup>145</sup> AGUIAR, Itamar, op. cit., p. 13.

<sup>146</sup> COSTA, Rogério Santos da, op. cit., p. 150.

<sup>147</sup> SILVA, Valdir Alvim da, op. cit., p. 288.

Os dois primeiros Secretários da Fazenda nomeados por Amin foram Arno Nery Batschauer (15/03/1983 a 11/09/1983) e Nelson Amâncio Madalena (12/09/1983 a 14/03/1987).

Batschauer e Madalena eram representantes do empresariado industrial catarinense e, anteriormente às eleições de 1982, haviam se empenhado em favor da candidatura de Amin ao governo do Estado.

Apresentando estes episódios, GÜTHS (2006, p. 21) relata que:

(...) para as eleições estaduais de 1982, quando o regime militar ainda não havia terminado, identificou-se uma ampla articulação do empresariado *catarinense* para a candidatura de Esperidião Amin pela Arena, para o governo do Estado. Eleito, Amin recompensou vários setores industriais com cargos no seu governo (1983-86): Vitor Fontana (grupo Sadia, agroindústria Concórdia) foi vice-governador; Arno Batschauer (grupo Hansen-plástico Joinville) foi Secretário da Fazenda; Nelson Madalena (grupo Perdígão-agroindústria Chapecó) foi Secretário da Fazenda em substituição (...)<sup>148</sup>

Quanto à participação nas estruturas do Sistema Financeiro Público de Santa Catarina, entre 1983 e 2002, constata-se que Batschauer não teve outra função a não ser a de Secretário da Fazenda.

Já Nelson Amâncio Madalena, além de ocupar a pasta fazendária durante a gestão Amin, foi presidente do Conselho de Administração do BESC (entre abril de 1986 e fevereiro de 1987) e do BADESC (entre abril de 1986 e abril de 1987). Também ao final do governo Amin, entre maio de 1986 e março de 1987, Madalena compôs a suplência do Conselho Fiscal da CODESC. Posteriormente, já durante o governo Pedro Ivo, Madalena volta a integrar a suplência desta instituição (entre julho e dezembro de 1988).

Esta possibilidade de participação de Madalena em dois governos distintos é facilitada através do fato de que este sujeito só ira filiar-se a um partido político em 1995. Naquela oportunidade, esta filiação se deu com o Partido Progressista (PP).

---

<sup>148</sup> GÜTHS, Marisa Larsen. **A Ação Política do Empresariado Industrial Catarinense: O Caso da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE – O mundo empresarial e a questão social. (Grupo de Trabalho 02 – Organizações empresariais, representação de interesses e ação política)**. Porto Alegre, PUCRS, 2 a 5 de maio de 2006.

O preenchimento dos demais cargos de destaque nas instituições do Sistema Financeiro Público catarinense durante o governo Amin continuou demonstrando que os principais protagonistas de ocupação de espaços nestas empresas foram determinados sujeitos vinculados aos setores empresariais do Estado ou que possuíam antigas relações de amizade com o governador.

Carlos Passoni Júnior é um dos maiores exemplos que servem para ilustrar esta realidade.

Mick (1997, p. 25-26), retratando um pequeno trecho da biografia de Passoni, relata:

Paranaense de Ponta Grossa, começara a trabalhar no Banco do Brasil aos 20 anos. Na década de 60, experimentara o gosto da liderança, na presidência do Sindicato dos Bancários de Santa Catarina. Em 1970, fora colocado à disposição do governo de Santa Catarina para organizar a Caixa Econômica Estadual, recém-criada. De 71 a 82, fora diretor do Besc, do Badesc e secretário adjunto da Indústria e Comércio, nos governos Colombo Salles, Antônio Carlos Konder Reis e Jorge Bornhausen, respectivamente. Começara a dar aulas, no Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina e na Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Em fevereiro de 82, se licenciara dos quadros do estado para trabalhar no grupo Coca-Cola. Mas não abandonaria a política por muito tempo. Passoni havia sido professor de Esperidião Amin na Esag. No começo de 1982, foi convidado para participar do grupo de trabalho que, coletando depoimentos e propostas surgidas em reuniões realizadas pelo PDS em diversos municípios, organizou o documento "Carta aos Catarinenses", programa de mandato para a sucessão de Jorge Bornhausen. Passoni se considerava, sobretudo, um técnico auxiliando um amigo num projeto político ambicioso - a oxigenação do domínio oligárquico.<sup>149</sup>

Foi exclusivamente no governo Amin que Passoni participou de funções institucionais no Sistema Financeiro Público de Santa Catarina. Ele chegou a ser Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Besc, sendo que desta instituição Passoni ainda foi Presidente da Diretoria Executiva. Da mesma forma, no Badesc e na Codesc Passoni conquistou o cargo de Presidente do Conselho de

---

<sup>149</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 25-26.



Administração, levando em conta que, nesta última instituição, ainda alcançou o posto de Presidente da Diretoria Executiva.

Passoni orienta muitas das funções do Besc, Badesc e Codesc em um período em que se desenvolve um dos episódios mais polêmicos do Sistema Financeiro Estadual. Ou seja, fala-se aqui, então, de todo o processo que foi causa e efeito do RAET (Regime de Administração Especial Temporária), decretado pelo Banco Central em 25 de fevereiro de 1987.

O RAET funcionaria como uma espécie de intervenção branca: o banco continuaria funcionando, mas sua diretoria seria substituída por um corpo de técnicos do Banco Central que tratariam de saná-lo dali para a frente, enquanto outros técnicos vasculhassem irregularidades do passado, para punir os responsáveis pelo desequilíbrio. A sigla RAET foi substituída já nas primeiras notícias dos jornais pelo codinome ordinário de intervenção.<sup>150</sup>

Em Santa Catarina, este Regime aplicou-se ao Besc e ao Badesc no período que foi de 26/02/87 a 27/02/89. Portanto, tal mecanismo iniciou-se no final do governo Amin e prolongou-se durante grande parte do governo Pedro Ivo.

Há que se considerar, contudo, que a ocupação exclusiva da comissão interventora do Banco Central somente se deu até junho de 1988. Após este período houve uma concordância “(...) em manter nas funções alguns diretores da comissão interventora, por um período de “administração compartilhada”.<sup>151</sup>

No momento em que a nomeação dos dirigentes do Sistema Financeiro foi prerrogativa única do Banco Central, os principais postos de comando foram assumidos por João José Ballstaedt, Lindolfo Weber, Adalberto Martins, Domingos Tarço Murta Ramalho, Maurício Paulo Silva Furtado, Jorge Mauro do Rego Mergulhão, Francisco José Grossl e Sandra Beatriz Bairros Tavares. Apesar de que a grande maioria destes nomes eram originários de fora de Santa Catarina, o novo presidente do Sistema Financeiro, João José Ballstaedt, era catarinense. E isto não trouxe satisfação ao governador eleito em 15 de novembro de 1986, Pedro Ivo Campos. Ballstaedt “(...) era natural de Florianópolis e poderia ser volúvel às relações patrimonialistas que caracterizavam a gestão dos empregados”.<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 6.

<sup>151</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 37.

<sup>152</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 16.

Ainda em relação à ocupação dos principais cargos no Sistema Financeiro Catarinense durante o governo Amin, verifica-se que houve uma presença bastante diversificada de pessoas das mais variadas profissões e atividades.

Neste período administrativo, contribuíram para marcar o SFP a inserção de pessoas dos mais variados serviços e o aumento desnecessário de espaços a serem preenchidos em conselho. A Codesc, mais uma vez, é um dos casos que melhor ilustra esta situação.

“Face o crescente volume de atribuições da companhia”, expressão encontrada diversas vezes nas Atas de Assembléias Gerais da empresa em 1985 e 1986, foram sendo criados e ocupados cargos de membros do Conselho de Administração da Codesc – Conad. Ao final de 1985 eram nada mais, nada menos, do que 26 (vinte e seis) pessoas a ocupar tal cargo, sendo preciso, inclusive, uma grande mudança estatutária em novembro do mesmo ano para a acomodação de todo este pessoal, quando o Conad passou a ter no mínimo oito e no máximo trinta membros.<sup>153</sup>

Entre os membros, curiosamente se faz notar no Conad da Codesc o comparecimento de militar da reserva, empresários, padre e até juiz de futebol. Sem menosprezar a importância da contemplação em instâncias decisórias dos mais variados setores sociais, o que na verdade ocorre é a “(...) ampliação e utilização do espaço público para fins políticos ao governo Amin”.<sup>154</sup>

Esta é a época em que o SFP apresenta, por exemplo, em sua cúpula decisória, um juiz federal aposentado como vice-presidente do Conad do Besc. Hercílio Aldo da Luz Colaço foi vice-presidente do Conad do Besc entre março de 1983 e dezembro de 1985, sendo que ele foi o primeiro juiz titular da primeira Vara Federal do Estado de Santa Catarina, oficialmente instalada em 1967.

Já no Conselho Fiscal do Besc observa-se a presença do contabilista Gustavo Zimmer. Membro efetivo do Confis desde o governo Bornhausen até o final do governo Amin, Zimmer já tinha sido Presidente do CRCSC<sup>155</sup> por três vezes, nas décadas de 60 e 70.<sup>156</sup>

---

<sup>153</sup> COSTA, Rogério Santos da, op. cit., p. 160.

<sup>154</sup> COSTA, Rogério Santos da, op. cit., p. 159.

<sup>155</sup> Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

<sup>156</sup> Disponível na Internet: <[www.crcsc.org.br](http://www.crcsc.org.br)>. Acesso em 07/08/2006.

Outro membro efetivo do Confis do Besc desde a gestão Bornhausen até o término da administração Amin foi Waldir Busch. Busch foi o primeiro auditor do Tribunal de Contas de Santa Catarina e aquele que foi responsável por chefiar a comissão que organizou o regimento interno da nova instituição<sup>157</sup>. Busch também é encontrado fazendo parte do quadro de sócios da “Televisão Chapecó S/A” e da “Televisão Cultura Sociedade Anônima” de Florianópolis.<sup>158</sup>

Ao enfatizar o significado de se contar com a participação governamental de pessoas como Waldir Busch, Gustavo Zimmer, Hercílio Aldo da Luz Colaço, Passoni e Madalena, demonstra-se somente uma fração da forte rede política que se vai tecendo ao longo do tempo e das estruturas do aparelho estatal catarinense e que tem no SFP um “tentáculo” importante de sustentação dos objetivos políticos do grupo de Esperidião Amin.

Quanto aos mandatos exercidos pelo PMDB no estado, ver-se-á posteriormente que outras redes são tecidas, novos personagens aparecem, sendo que, todavia, o SFP continua resguardado como *locus* privilegiado de construção de estratégias políticas e instrumentalização de poder.

A presença de “homens de negócios” na política estadual, nacional e internacional não é fato novo e nem mesmo surpreende o ambiente acadêmico. “Os tradicionais líderes políticos catarinenses foram homens de negócios ou viveram em famílias em que ser comerciante, industrial ou grande proprietário de terras era a atividade principal.”<sup>159</sup>

Contudo, com o passar dos anos, a complexificação das relações entre o “público” e o “privado” vai encontrando em certos espaços governamentais os locais mais propícios para os eficientes procedimentos de ação política. E a partir do mandato de Amin como governador, intensifica-se ainda mais esta “via de mão dupla” entre empresariado e governo estadual. Por sua vez, é no SFP que se absorve muitas das estratégias desta intensificação na coordenação de forças políticas e econômicas.

Neste sentido, Meurer (1991, p. 152) apresenta que

Durante o governo Esperidião Amin vários empresários ocuparam cargos de

---

<sup>157</sup> Disponível na Internet: <[www.tce.sc.org.br](http://www.tce.sc.org.br)> Acesso em 03/05/06.

<sup>158</sup> Disponível na Internet: <[www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br)> Acesso em 19/11/2006.

<sup>159</sup> MEURER, Eriberto José. **Os empresários e os partidos políticos**. As eleições de 1986 em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991, p. 151.

destaque tais como Victor Fontana (Sadia) Vice-governador; Arno Batschauer (grupo Hansen) Secretário de Estado da Fazenda; Nelson Madalena (grupo Perdigão) também Secretário de Estado da Fazenda em substituição ao anterior; Paulo Gouveia da Costa (Grupo Artex) Secretário de Estado da Administração; e Antonio Carlos Konder Reis (Grupo WEG) Secretário de Estado da Reconstrução.<sup>160</sup>

Mesmo quando se começava a discussão de prováveis candidatos ao governo do estado a sucederem Amin no executivo, lembravam-se, por exemplo, de nomes como Plínio Arlindo de Nez e Norberto Ingo Zadrozny. Tanto um quanto outro eram empresários e ex-ocupantes de conselhos na Codesc. De Nez fez parte do primeiro Conselho Consultivo da empresa e Zadrozny participou do Conad da Codesc durante o governo de Jorge Bornhausen.

Deve-se frisar que, no período recortado pelo estudo, os principais integrantes do SFP catarinense foram aqueles personagens que ocuparam cargos de Presidentes da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e os que apresentaram circulação como membros de pelo menos duas, das três instituições analisadas (Besc, Badesc e Codesc).<sup>161</sup>

Diante disto, faz-se relevante analisar quem são estes integrantes, qual o perfil de atuação de cada um deles e quais conjuntos de relações são constituídas ao longo de cada uma das administrações governamentais catarinenses entre 1983 e 2002.

Durante o primeiro mandato de Esperidião Amin como governador (1983-1987), foram seis os indivíduos que ocuparam postos-chave no interior do SFP catarinense: Jair Francisco Hamms, Carlos Passoni Júnior, Nelson Amâncio Madalena, Conrado Morro, Evandro Müller de Castro e Aristorides Vieira Stadler.

Jair Francisco Hamms foi o presidente do Conad do Besc no período de transição entre o governo Bornhausen/Córdova e o governo Amin/Fontana. Ao final do governo Bornhausen/Córdova, Hamms já havia ocupado a cadeira de membro do Conad da Codesc.

Levando em conta que Amin inicia seu governo em 15/03/83 e que Hamms preside o Conad do Besc entre 07/02/83 e 23/03/83, deduz-se que este personagem teve

---

<sup>160</sup> *ibidem*, p. 152.

<sup>161</sup> Entre estas duas, das três instituições analisadas, uma delas concede ao integrante citado o cargo de Presidente (do Conad ou da Direx).

como missão servir de elo entre as duas gestões que dinamizavam o Besc e que seguiam a mesma corrente partidária, o PDS.

Envolvido com assuntos governamentais e eleitorais anteriores a 1983, Hamms foi secretário de comunicação do governo Konder Reis e fizera parte, intensamente, da Fundação Nereu Ramos e da ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), duas entidades que contribuíram estrategicamente para eleger Amin e Bornhausen no pleito de 1982.

Jornalista, publicitário e advogado, Jair Francisco Hamms sempre foi ligado à literatura<sup>162</sup> e, na área educacional, chegou a lecionar Direito na UFSC, sendo que nesta Universidade foi também chefe de gabinete do Reitor e Diretor de Intercâmbio e Extensão.

“Manezinho da ilha”<sup>163</sup> e desde cedo conhecedor de pessoas ilustres da política catarinense, Hamms é considerado um intelectual convidado a servir às lides governamentais no SFP catarinense no limiar de duas administrações.

Outro egresso do mundo acadêmico que faz parte do seletivo grupo de líderes do SFP catarinense durante o primeiro mandato de Amin é Carlos Passoni Júnior. Antes de presidir, no governo Amin, o Conad do Besc, do Badesc e da Codesc, assim como a presidência da Direx do Besc e da Codesc, Passoni já havia lecionado no Centro Sócio-Econômico da UFSC e na Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).<sup>164</sup> Contudo, um pretérito de experiências profissionais como funcionário do Banco do Brasil, presidente do Sindicato dos Bancários de Santa Catarina, organizador da Caixa Econômica estadual, diretor do Besc, Badesc e Secretário de Estado em três governos (Colombo Salles, Konder Reis e Bornhausen) abriu decisivamente as portas para que Passoni conquistasse o poder de controlar, durante a maior parte da administração Amin, aquela que seria uma das estruturas de estado mais cobiçadas pelos grupos políticos locais: o Sistema Financeiro.

Último aspecto importante a ser lembrado, e que tem sua parcela de contribuição na escolha do nome de Passoni para ocupar tais funções, deve-se à forte participação ativa deste último ao grupo político vencedor das eleições de 1982.

---

<sup>162</sup> Em outubro de 2004, Hamms tomou posse na Academia Catarinense de Letras.

<sup>163</sup> Denominação popularmente empregada ao se falar dos habitantes nativos de Florianópolis, S/C.

<sup>164</sup> Inclusive, Passoni foi professor de Amin na Escola Superior de Administração e Gerência da UDESC.

E, falando em participação ativa na campanha de 82, cabe aqui também citar Nelson Amâncio Madalena, mais um dos indivíduos ocupantes de postos-chave no SFP catarinense na primeira administração Amin.

Madalena (do grupo Perdigão), “retribuído” com espaços de controle institucional diante dos esforços pessoais e empresariais para ver alcançados os intentos do PDS em 82, foi nomeado, então, Secretário de Estado da Fazenda (12/09/83 – 15/03/1987) e integrante das três instituições financeiras públicas: Presidente do Conad do Besc, do Badesc e Suplente do Confis da Codesc.

Um detalhe importante em relação à participação de Madalena no SFP é que este indivíduo não se limitou a participar dos quadros da Codesc somente no governo Amin. Ou seja, no ano de 1988, em plena gestão de Pedro Ivo Campos (PMDB), ver-se-á Madalena preenchendo a Suplência do Confis da Codesc.

E, quando Bulcão Viana (PFL<sup>165</sup>) assume a prefeitura de Florianópolis a partir de 1990 no lugar de Esperidião Amin (PDS)<sup>166</sup>, Madalena é convidado e aceita o cargo de Secretário Municipal de Finanças.

Sendo ainda advogado e professor universitário, pode-se constatar o intenso trânsito intergovernamental que é oferecido ao representante do grupo empresarial Perdigão, Nelson Amâncio Madalena.

Outro membro importante do SFP catarinense, à época do primeiro mandato de Amin, foi Conrado Morro. Conselheiro efetivo do Conad do Badesc e presidente da Direx da mesma instituição, Morro já havia dado a sua contribuição anteriormente, durante o governo Bornhausen/Córdova, quando assumiu os encargos de Diretor de Crédito Especializado do Besc.

Conrado Morro foi um dos diretores investigados pelo Banco Central quando houve a intervenção desta instituição no SFP catarinense a partir do início de 1987.

Juntamente com mais nove ex-diretores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, Morro recebeu uma simples advertência formal quando “(...) o Banco Central começou a intimar e punir as dezenove pessoas que considerou responsáveis pelas irregularidades identificadas pela comissão de inquérito, no relatório concluído em outubro de 1988.”<sup>167</sup>

---

<sup>165</sup> Partido da Frente Liberal.

<sup>166</sup> Iniciando seu mandato de prefeito de Florianópolis em 1989, Amin deixa o cargo em 1990 para concorrer a uma vaga no Senado. Com isto seu vice, Bulcão Viana, assume o cargo de Prefeito.

<sup>167</sup> MICK, Jacques, op. cit., p. 86.

O quinto integrante que merece menção é Evandro Müller de Castro. Engenheiro de São Bento do Sul e Diretor da empresa têxtil Buddemeyer S.A.<sup>168</sup>, Castro ocupou as seguintes funções no SFP catarinense, todas elas no BADESC: Conselheiro Suplente e Efetivo do Conad e, na Direx, foi membro na qualidade de Diretor da Área Financeira, Vice-Presidente e Presidente.

Guardião de responsabilidades importantes do Badesc no governo Amin, Castro não mais ocupou função alguma no SFP catarinense após este período.

Por fim, um último indivíduo que integra o eixo do SFP neste período é Aristorides Vieira Stadler.

Polivalente em termos de inclusão social em variadas instituições e organizações das mais diferentes finalidades, Stadler é formado em Administração<sup>169</sup>, Farmácia e Bioquímica. No setor profissional, Stadler situa-se como industrial, sócio da empresa Eliane S/A Revestimentos Cerâmicos, presidente do Setransc<sup>170</sup> e participante de atividades ligadas ao setor imobiliário e da agroindústria.

Também passando pelo SFP somente na administração Amin, Stadler chegou a membro e presidente do Conad da Codesc e, igualmente nesta empresa, foi presidente da Direx.

Sua inclusão no SFP catarinense encontra-se no interior de um contexto de forte participação governamental e política relacionada às classes que procurava apoiar.

Desta forma, durante o mandato de Bornhausen/Córdova e na primeira administração Amin, Stadler foi o supervisor da Casan<sup>171</sup>, Celesc<sup>172</sup>, extinta eletrificação Rural de Santa Catarina (ERUSC) e da Imprensa Oficial do Estado. Foi, também, presidente da Casan no desenrolar do segundo governo Amin (1999-2002).

Em outubro de 1998, Stadler fez parte da chapa vencedora ao Senado da República. Ou seja, ele foi escolhido suplente do senador eleito Jorge Konder Bornhausen.

Outros integrantes que não preencheram o núcleo principal do SFP no primeiro governo Amin, mas que devem ser mencionados por transitarem em outros períodos administrativos, são os seguintes indivíduos: Antônio Carlos Vieira, Abílio Otávio do Canto, Júlio César Garcia, Celestino Roque Secco e João Corrêa Bitencourt.

---

<sup>168</sup> Atualmente, Castro é Diretor de Relações com investidores da Buddemeyer S/A. Também ocupa a vice-presidência da Associação Empresarial de São Bento do Sul.

<sup>169</sup> Com Pós-Graduação em Negócios pelo Instituto Europeu de Administração em Paris.

<sup>170</sup> Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Santa Catarina.

<sup>171</sup> Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

<sup>172</sup> Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## Capítulo 8 – 1987/1991: o SFP catarinense no governo Pedro Ivo/Casildo Maldaner (PMDB)

Eleito em 15 de novembro de 1986, Pedro Ivo Figueiredo de Campos assume o governo de Santa Catarina no ano seguinte<sup>173</sup>. Dezoito dias antes de sua posse, que se deu em 15 de março de 1987, o Banco Central havia decretado o Regime de Administração Especial Temporária (RAET) no Besc e no Badesc.

Instituído pelo Decreto Lei nº 2321, de 25 de fevereiro de 1987, consta no artigo 1º do referido Decreto:

O Banco Central do Brasil poderá decretar regime de administração especial temporária, na forma regulada por este decreto-lei, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, autorizadas a funcionar nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, quando nelas verificar:

- a) prática reiterada de operações contrárias às diretrizes de política econômica ou financeira traçadas em lei federal;
- b) existência de passivo a descoberto;
- c) descumprimento das normas referentes à conta de Reservas Bancárias mantida no Banco Central do Brasil;
- d) gestão temerária ou fraudulenta de seus administradores;
- e) ocorrência de qualquer das situações descritas no artigo 2º da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.<sup>174</sup>

Imediatamente os ânimos políticos se exaltaram entre os favoráveis e os contrários a tal decisão.

Em matéria jornalística de 27 de fevereiro de 1987, dois dias após a instituição do Decreto, Pedro Ivo afirma:

---

<sup>173</sup> Uma síntese da carreira política de Pedro Ivo: foi candidato a prefeito de Joinville por três vezes, sendo derrotado em 1965, quando era do PTB, e em 1967, já no MDB, e eleito em 1972. Eleito deputado à Assembléia Constituinte e à 6ª Legislatura, no ano de 1966. Eleito deputado federal por dois mandatos: 1971 a 1975 e 1979 a 1983. Finalmente, antes de ser eleito governador, concorre ao Senado em 1982 e perde por menos de dois mil votos de diferença para Jorge Konder Bornhausen.

<sup>174</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO-LEI Nº 2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987**. Disponível na Internet: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2321.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2321.htm)>. Acesso em 19/07/2006.



“O regime especial de administração provisória que a partir de hoje passa a sofrer o Besc, é um ato seqüente de todo um processo que foi denunciado durante a campanha.

Mais que denunciadas as irregularidades do BESC, foram provadas tanto nos programas do TRE como nos processos que foram instaurados. (...)”<sup>175</sup>

Em outra matéria do mesmo dia, porém de outro jornal, encontra-se a versão referente ao que defendia Amin:

Esperidião Amin está ingressando na Justiça com ação contra a decisão do governo federal de intervir no Banco do Estado de Santa Catarina. Ele fez o anúncio ontem à tarde, durante entrevista coletiva no Palácio Santa Catarina com a presença de Carlos Passoni Júnior, que desde ontem não exerce mais as funções de presidente do banco.

Amin considera que a intervenção é uma questão eminentemente política, destinada principalmente a prejudicar a imagem dos governadores que fazem oposição à Nova República – no caso, ele e Leonel Brizola, do Rio de Janeiro. A ação contra o governo federal e o Banco Central deve ser viabilizada através da Procuradoria-Geral do Estado.

“Vou questionar o mérito, a forma, a legitimidade dessa providência que possui caráter pernicioso, autoritário, arbitrário e politiqueiro” (...)”<sup>176</sup>

O SFP catarinense convive com as repercussões desta polêmica durante a maior parte do mandato de Pedro Ivo. O Besc e o Badesc sofrem o RAET entre 26/02/87 e 27/02/89, ou seja, o término deste Regime se dá exatamente um ano antes da morte de Pedro Ivo, que falece, então, vítima de câncer, em 27/02/1990.

O RAET foi implementado em duas fases. Em um período inicial houve exclusividade do Banco Central no que se refere à indicação e nomeação de uma comissão interventora que teria o objetivo de sanar as instituições e investigar as irregularidades sofridas. Este período foi de fevereiro de 1987 até junho de 1988.

Como o objetivo é analisar a composição de integrantes dos espaços públicos no Sistema Financeiro a partir dos interesses de cada administração estadual, faz-se

---

<sup>175</sup> A NOTÍCIA. **Pedro Ivo responsabiliza Amin pela situação do Besc**. Joinville: A Notícia, 27.02.87.

<sup>176</sup> O ESTADO. **Contra intervenção**. Florianópolis: O Estado, 27.02.87.

desnecessária aqui a explanação acerca dos indicados pelo Banco Central para participarem do Besc e do Badesc durante o RAET<sup>177</sup>.

Terminada esta fase, concordou-se com uma administração compartilhada entre os diretores e os indicados pelo governo do Estado para fazer parte de tal gestão. Este segundo período se deu entre junho de 1988 e fevereiro de 1989.

Entre os indicados pelo governo catarinense para ocuparem o SFP durante o regime compartilhado encontram-se Ingo Greuel, Paulo Prisco Paraíso, Dário Tomaselli Júnior, Luiz Felipe Clasen, Carlos Antônio Blosfeld, João Hamilton Luz, Gilberto Homero Pereira, Setembrino Victorino Zanchet, Sebastião Tavares Pereira, Nery Gonzaga Althoff, Edson Agi, Noel Reis e José Odir Mocelin.

Ingo Greuel é o presidente do Conselho Diretor do Besc e do Badesc na época do regime de administração compartilhada. Neste período, também ocupa a função de presidente da Direx da Codesc. Quando termina este regime, Greuel passará a ser vice-presidente do Conad do Besc, do Badesc e presidente da Direx do Besc e do Badesc.

Economista<sup>178</sup>, professor universitário e funcionário do Banco do Brasil, Greuel é empresário do setor de informática (ligado à empresa Cetil)<sup>179</sup>. Apesar de não se informar qual banco, consta também no currículo de Greuel um “período em que trabalhara numa instituição alemã.”<sup>180</sup>

Considerando que Greuel foi o principal personagem inserido no SFP catarinense ao longo de toda a administração Pedro Ivo/Casildo Maldaner, confirma-se o que se disse anteriormente a respeito do fato de que nem PDS, nem PMDB, prescindem da participação de fortes setores empresariais em seus governos.

Outros indicados pelo governo estadual para participar do RAET compartilhado, e que tem ligações com os setores empresariais, são os seguintes membros: Dario

---

<sup>177</sup> Até porque a citação destes nomes e o relato de certas minúcias já foram contemplados em páginas anteriores.

<sup>178</sup> Fez pós-graduação em Administração e Informática.

<sup>179</sup> Centro Eletrônico da Indústria Têxtil. Greuel ajudou a fundar a Cetil. Consta no site [www.cetil.com.br](http://www.cetil.com.br) (acesso em 04/08/2006) que “Em março de 1969, empresários do setor têxtil catarinense criaram em Blumenau a Cetil - Centro Eletrônico da Indústria Têxtil, para prestar serviços de processamento de dados para as companhias associadas. Foi a primeira empresa de informática de Santa Catarina. Em seguida, passou também a prestar serviços desta natureza para empresas de todo o país, notadamente no mercado financeiro”.

<sup>180</sup> Disponível na Internet: <200.221.3:800/2000/jun/03/0ecc.htm>. Acesso em 07/08/2006.

Tomaselli Júnior (ligado a atividades de Factoring e Fomento Mercantil)<sup>181</sup>; João Hamilton Luz (executivo de finanças)<sup>182</sup>; Edson Agi (empresário sem definição)<sup>183</sup> e Sebastião Tavares Pereira (empresário do setor de informática).

Em relação ao último nome mencionado, verifica-se que Sebastião Tavares Pereira e o já citado Ingo Greuel fizeram parte da primeira turma do Curso de Processamento de Dados da Furb<sup>184</sup>, iniciada em 1975. Ingo Greuel era professor e Sebastião era aluno. Aliás, Sebastião chegou a trabalhar no CETIL, empresa que Ingo ajudou a criar. E, em 1986, pouco antes de se encontrarem no SFP catarinense, Sebastião assumiu a Direção Comercial do CETIL em Blumenau<sup>185</sup>. Em vista disso, deduz-se que a ocupação simultânea de ambos nos aparelhos do governo catarinense, neste período condizente com o RAET, não se deu por mera coincidência.

Os demais indicados pelo governo do PMDB para compartilhar as responsabilidades no RAET eram bancários (José Olir Mocelim, Gilberto Homero Pereira, Setembrino Victorino Zanchet, Nery Gonzaga Althoff e Carlos Antônio Blosfeld<sup>186</sup>) ou profissionais advindos da área da administração (Paulo Prisco Paraíso, Luiz Felipe Clasen e Noel Reis).

E, quando se fala em governo do PMDB durante um momento tão dramático para o SFP catarinense, não se pode deixar de constatar a falta de coerência ideológica deste partido em relação àquilo que era pregado há muito tempo no sentido da transformação que seria necessária para tais instituições. A começar pela atitude posterior da principal liderança estadual no SFP catarinense na administração Pedro Ivo/Maldaner, o senhor Ingo Greuel.

---

<sup>181</sup> Em abril de 2005, os assinantes da GAZETA MERCANTIL, empresários e executivos, elegeram 115 líderes estaduais em 23 estados da Federação. Dário Tomaselli Júnior aparece como um dos cinco empresários mais votados no estado de Santa Catarina.

<sup>182</sup> Em dezembro de 2006 consta, a partir do site [www.aeronautas.org.br](http://www.aeronautas.org.br) que João Hamilton Luz é consultor.

<sup>183</sup> No Livro de Atas do Badesc, relacionado à “Ata da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Badesc, realizada em 7 de junho de 1988” consta simplesmente como “empresário” a definição profissional de Edson Agi. Não se especifica, portanto, qual o setor de mercado relacionado às suas atividades.

<sup>184</sup> Fundação Universidade Regional de Blumenau.

<sup>185</sup> Em 1985, quando Sebastião era Gerente Regional do CETIL em São Paulo, integrou equipe que gerou o primeiro Anteprojeto de Lei de Software. O projeto deu início às discussões, no executivo federal, sobre a futura Lei de Software 7646/87.

Em 1989, chefiou uma delegação de Empresários Brasileiros de Software à União Soviética. Sebastião também se destaca por ser ex-presidente, idealizador e concretizador do Blusoft – Blumenau Pólo de Software (projeto que inspirou, em âmbito nacional, o Softex).

<sup>186</sup> Consta no site [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br) que Carlos Antônio Blosfeld é, atualmente (2007), Diretor de Recursos Humanos da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Ou seja, transcorrida a eleição para governador em 03.10.90 e Paulo Afonso (PMDB) sendo derrotado na mesma para Wilson Kleinübing (PFL), Greuel simplesmente filia-se no partido do governador eleito. Sua filiação se deu apenas três meses após a referida eleição<sup>187</sup>.

Vê-se que o descomprometimento com um projeto coletivo de governo é tão grande que nem se espera o final de uma administração para se filiar naquele que foi o principal adversário na época, o PFL<sup>188</sup>, que, por sua vez, estava aliado ao PDS de Esperidião Amin, antagonista histórico do PMDB.

Quanto aos outros integrantes do SFP anteriormente citados consta, a partir de dados do TRE, que somente um dos indicados pelo governo do estado para participar do RAET era filiado ao PMDB. Setembrino Zanchet, este único filiado, congregou-se ao PMDB em 24.02.87, portanto um dia antes do governo federal decretar o RAET.

De forma geral, pelo fato de que Pedro Ivo, com o PMDB, foi o primeiro governador de oposição a eleger-se em Santa Catarina desde o início do regime militar, aguardava-se uma gestão pública que priorizasse mais intensamente as políticas sociais e a democratização dos espaços de poder. E isto, como se vê com um local potencialmente dinamizador como é o sistema financeiro, acabou não acontecendo. A construção de uma “nova Santa Catarina”, como era um dos lemas daquele governo, acabou se transformando em “lugar comum”.

Pode-se certificar esta realidade, no interior dos mecanismos do SFP, a partir da verificação do perfil dos principais representantes do Besc, Badesc e Codesc confirmados pelo governo peemedebista para participarem destas instituições após o término do RAET. Continuaram participando do SFP muitos dos componentes do RAET: Ingo Greuel, que se tornou presidente da Direx do Besc, vice-presidente do Conad do Besc, do Badesc e presidente da Direx do Badesc e da Codesc; Paulo Prisco Paraíso, que ocupou o cargo de vice-presidente e diretor de finanças da Direx do Besc e vice-presidente da Direx do Badesc; Carlos Antônio Blosfeld, que preenche as funções de membro da Direx do Besc, no cargo de Diretor de Recursos Humanos; Gilberto Homero Pereira, que se tornou membro do Confis do Besc; Sebastião Tavares Pereira, que ocupou o cargo de membro da Direx do Besc na qualidade de Diretor de Administração/Tecnologia; Nery Gonzaga Althoff, que preenche as funções de membro

---

<sup>187</sup> Permanecendo no PFL até 28.11.2002. (Dados obtidos a partir do Tribunal Regional Eleitoral – TRE – de Santa Catarina).

<sup>188</sup> Pois o fim do mandato do governo do PMDB se deu em 15.03.91, enquanto que Greuel se filiara ao PFL em 11.01.91.

da Direx do Besc, no cargo de Diretor de Câmbio e Operações Gerais e Diretor da Direx do Badesc; e José Olir Mocelin, que se torna membro da Direx do Besc, na função de Diretor Financeiro.

Constata-se então que o RAET não mais existia e, mesmo assim, sete dos treze indicados pelo governo naquele regime continuavam a exercer os encargos de algumas das fatias mais importantes do SFP catarinense.

A renovação de nomes para ocupar o eixo principal do SFP estadual foi infima e, quando houve, efetivamente deixou de contar com a presença dos setores mais necessitados da sociedade civil em seus quadros, como, por exemplo, representantes dos agricultores, pequenos empresários e da classe trabalhadora em geral.

Um dos novos nomes “de peso” pós-RAET foi o do porta-voz dos interesses comerciais e industriais da região do Médio Vale do Itajaí, o economista<sup>189</sup> e técnico em contabilidade Félix Cristiano Theiss. Trabalhando vinte anos em duas multinacionais<sup>190</sup> e dez anos na área pública<sup>191</sup>, Félix Theiss chegou a ocupar a presidência do Conad do Besc, do Badesc e da Codesc.

Como membro do Conselho da Acib<sup>192</sup>, Theiss é mais um integrante do eixo principal do SFP a possuir estreitas relações com as esferas empresariais.

Também possuindo conexão com o empresariado está o administrador de empresas Ildemar Cassias Pereira que, no governo Pedro Ivo/Casildo, ocupou a presidência da Direx da Codesc e foi membro desta mesma empresa no Conad. Possuindo pós-graduação em Administração Pública pela Esag e Mediação e Arbitragem de Conflitos pela UFSC, Ildemar também é formado em Política e Estratégia pela Escola de Governo de Santa Catarina/UDESC e ADESG/SC<sup>193</sup>.

Quanto às relações com o empresariado, Cassias chega a exercer a presidência da Câmara de Comércio Brasil-Costa Rica, da AMAESC<sup>194</sup>.

A carreira eletiva não foi o forte de Ildemar que, ao disputar mais tarde uma cadeira na Assembléia Legislativa em 2002, alcançou somente 905 votos, não se elegendendo pelo PMDB.

---

<sup>189</sup> Pós-graduado em Direito Ambiental e professor em Cursos de Pós-Graduação.

<sup>190</sup> Cia. de Cigarros Souza Cruz e Rigesa – Celulose, Papel e Embalagens.

<sup>191</sup> Foi presidente do IAPAS (Ministério da Previdência), Secretário de Finanças de Blumenau (governo Evelásio Vieira – 31.01.70 até 31.01.73), prefeito desta cidade (1973 até 1976) e Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina (30.03.90 até 15.03.91).

<sup>192</sup> Associação Comercial e Industrial de Blumenau.

<sup>193</sup> Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

<sup>194</sup> Associação dos Mediadores e Árbitros de Santa Catarina.

Dejandir Dalpasquale é o último a ser aqui identificado entre aqueles que fazem parte do núcleo decisório do SFP catarinense e que simultaneamente compunham o conjunto de indivíduos envolvidos com causas empresariais. No caso de Dalpasquale, seu ramo é o agronegócio.

Historicamente empenhado nas campanhas peemedebistas, o período pós-RAET deixou reservado para Dalpasquale os encargos de membro e vice-presidente do Conad do Badesc, presidente da Direx também do Badesc e membro do Conad do Besc.

Antes de adentrar ao SFP, Dalpasquale realizou uma trajetória política em que governou o município de Campos Novos (1966-1969) e foi eleito por duas vezes deputado estadual (em 1970 e 1974). Posteriormente à sua entrada no SFP, Dalpasquale ainda se elegeu para a Câmara Federal em 1990 e seria escolhido suplente na eleição de 1994.

Foi também em ocasiões posteriores à sua participação nas citadas instituições financeiras públicas estaduais que Dalpasquale viveu seus melhores e piores momentos pessoais e profissionais. Em 1993, Dalpasquale conseguiu o feito de ser nomeado Ministro da Agricultura do governo Itamar Franco e em 2001 foi denunciado por possuir em sua fazenda “Santa Catarina”, em Campos Lindos (TO), vinte e cinco trabalhadores vivendo em condições de escravidão<sup>195</sup>.

Os demais componentes do centro principal do SFP no momento pós-RAET do governo Pedro Ivo/Casildo foram bancários (Sayde José Miguel e Durval Vasel) e advogados (Altair José de Marco e Dalibar Dalil Mansur). Eles ocuparam as funções de vice-presidente do Conad e presidente da Direx do Besc (Sayde José Miguel); presidente da Direx e membro do Conad da Codesc e vice-presidente da Direx do Badesc (Durval Vasel); conselheiro e vice-presidente do Conad e presidente da Direx do Badesc (Altair José de Marco); vice-presidente do Conad e presidente da Direx do Badesc (Dalibar Dalil Mansur).

---

<sup>195</sup> Mais detalhes a respeito de outros fatos relacionados à fazenda de Dalpasquale mostram que vinha sendo implementado pelo governo de Tocantins, no município de Campos Lindos, um projeto que consistia na “(...) desapropriação de 105.000ha. de terras improdutivas que estão sendo repassados a empresários com experiência rural” (Cf. Gazeta Mercantil – Balanço Anual do Estado do Tocantins – 1999. Publicação Anual, Ano II, nº2, maio de 1999). Em outro momento foi divulgado na imprensa que, parte destes “empresários com experiência rural” eram, na realidade, pessoas íntimas de Siqueira Campos, governador Tocantinense. Pois bem, a revista “Época” que data de 12.03.2001, relata que Siqueira Campos contemplou com lotes em Campos Lindos, entre outras pessoas, os catarinenses Casildo Maldaner e Dejandir Dalpasquale. Casildo, (que naquele momento era senador e, no contexto do atual capítulo, vice-governador e governador) recebera 1550ha. e Dejandir Dalpasquale, junto com seu filho Luiz Otávio, receberam, então, 3.400ha.

Destes quatro integrantes listados no parágrafo anterior, três estavam filiados ao PMDB (Durval Vasel<sup>196</sup>, Altair José de Marco<sup>197</sup> e Dalibar Dalil Mansur) e Sayde José Miguel não consta como filiado a partido político algum. Dos três filiados, dois concorreram a cargos eletivos (Durval Vasel e Altair José de Marco). Durval Vasel chegou a ser prefeito de Jaraguá do Sul em duas eleições (1982 e 1992) e deputado estadual eleito em 1990 e suplente em 1998. Já Altair José de Marco foi eleito como suplente na chapa vitoriosa de Nelson Wedekin ao senado em 1986 e, nas eleições de 1994, conseguiu a suplência na Assembléia Legislativa.

Ligeiramente retornando ao período do RAET, cabe aqui ressaltar que o referido regime aplicou-se única e exclusivamente ao Besc e ao Badesc. Neste sentido, como a Codesc não sofre intervenção alguma, faz-se importante atentar para a presença, neste período, do advogado e ex-deputado estadual Murilo Sampaio Canto que, nesta instituição, ocupou as funções de membro do Conad e presidente da Direx da Codesc.

Preenchendo, portanto, importante espaço na Codesc, Murilo Canto é um político (PMDB) que, antes de ocupar tais postos nesta entidade, acumulara uma trajetória em que foi eleito deputado estadual em três ocasiões (1970, 1974 e 1978). Neste meio tempo, em 1976, candidatou-se e perdeu a corrida eleitoral para prefeito de Criciúma. Mais tarde, após participar das mencionadas funções na Codesc, candidatou-se a vereador pelo município de Florianópolis (em 1996) e também não conseguiu se eleger.

Podem ser destacados, não pela ocupação de postos-chave no SFP mas por transitarem nas referidas instituições financeiras nesta e em outras gestões administrativas do período recortado pelo estudo, os seguintes personagens: Nelson Amâncio Madalena, já descrito pessoalmente no capítulo anterior e que, nesta administração em foco, completa a suplência do Confis da Codesc; o economista Roberto Busch, membro suplente e efetivo do Confis do Besc<sup>198</sup>; o advogado Heitor Francisco do Livramento Steiner, membro efetivo do Confis do Badesc; o também

---

<sup>196</sup> Em 1990, Durval Vasel deixou o PMDB. Segundo pesquisa realizada junto ao TRE, Durval Vasel aparece filiado ao PTB entre 1992 e 1999. Em 15 de setembro de 1999, dois dias após desfiliar-se do PTB, filia-se ao PSDB.

<sup>197</sup> Segundo o TRE, consta que Altair José de Marco é filiado ao PMDB entre 1980 e 1999. Neste último ano, filia-se ao PFL, no contexto do primeiro ano do segundo governo Amin que, nesta época, estava coligado com o PFL. Por sua vez, no primeiro ano de mandato de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) como governador, em 2003, Altair volta a filiar-se ao PMDB.

<sup>198</sup> Roberto Busch também é professor universitário. Consta no site [www.univille.br/arquivos](http://www.univille.br/arquivos) que Roberto Busch foi estudante da primeira turma do primeiro curso superior de Joinville. Segundo informações do Jornal "A Notícia", de 06.11.98, Roberto Busch chegou a ser Secretário de Finanças da prefeitura de Joinville em 1998, no governo de Luiz Henrique da Silveira.

advogado Otto Entres Filho, membro do Conad da Codesc<sup>199</sup>; e Celestino Roque Secco, professor universitário, membro do Confis da Codesc na gestão Pedro Ivo/Casildo mas sempre muito mais ligado aos interesses do PDS e de Esperidião Amin.

Há que se aperceber ainda a presença de dois funcionários públicos que possuem posição saliente no governo Pedro Ivo/Casildo pelo fato de deliberarem questões fundamentais concernentes às finanças estaduais. São eles Fernando Ferreira de Mello Júnior e Paulo Afonso Evangelista Vieira.

Fernando Ferreira de Mello Júnior, sem filiação partidária, é o primeiro Secretário da Fazenda da administração Pedro Ivo/Casildo, ocupando este cargo entre 15.03.87 e 1.12.88.

Com formação em Administração e lecionando como professor universitário, Fernando Ferreira também ocupa nesta gestão a presidência do Conad da Codesc.

E, para completar a exposição acerca do conjunto dos principais personagens do SFP, surge o nome, no período pós-RAET, do sucessor de Fernando Ferreira na Secretaria de Estado da Fazenda: Paulo Afonso Evangelista Vieira.

Nomeado para este posto por Pedro Ivo em 05/12/1988, Paulo Afonso começa concretamente a impulsionar sua carreira política de sucesso no momento em que conquista o comando das finanças estaduais, primeiro na Secretaria da Fazenda e, depois, no comando do SFP, ocasião em que foi presidente do Conad do Besc, Badesc e da Codesc.

Formado em Direito pela UFSC (1976-1980) e em Ciência Política pelo MIT, Cambridge, Massachusetts (1981-1983)<sup>200</sup>, Paulo Afonso foi funcionário público, fiscal de tributos e professor universitário. Filiado ao PMDB desde 1979, sua primeira experiência política iniciou com as eleições de 1986, oportunidade em que foi eleito deputado estadual e Pedro Ivo governador.

Enfim, a inclusão do enredo das finanças públicas no currículo de Paulo Afonso foi relevante para fortalecer o seu nome e o fazê-lo cada vez mais conhecido nos recantos de todo o estado.

---

<sup>199</sup> Otto Entres Filho também teve participação no SFP catarinense ao longo de administrações que não estão contempladas pelo período 1983-2002. Ou seja, Otto Entres Filho é membro efetivo do Confis do Besc desde 17/04/03 até o presente momento e também participa da Diretoria Executiva da Codesc, na função de Diretor Administrativo e Financeiro, desde 07 de janeiro de 2003 até a atualidade.

<sup>200</sup> Mais tarde, entre janeiro de 1999 e janeiro de 2000, Paulo Afonso fez especializações em Madri, na Espanha, nas áreas de relações internacionais e direito tributário.



## Capítulo 9 – 1991/1994: o SFP no governo Kleinübing/Konder Reis (PFL/PDS)

Ainda que Paulo Afonso iniciasse os anos noventa como uma revelação da política e das estruturas burocráticas estaduais, especialmente no setor das finanças catarinenses, o ex-prefeito de Blumenau Vilson Pedro Kleinübing (PFL) começa esta década com uma popularização maior de seu próprio nome, já que acumulara, até aquela altura, uma experiência pública maior.

Sua trajetória política principia de forma espetacular em 1982, na ocasião em que é eleito para a Câmara Federal como o candidato mais votado de Santa Catarina.

Formado em engenharia<sup>201</sup>, mas atuando como Secretário de Estado da Agricultura do primeiro governo de Esperidião Amin, Vilson Kleinübing concorre como candidato a governador em 1986<sup>202</sup>. Não consegue seu intento, porém, fica em segundo lugar dentre cinco candidatos e alcança mais de 250 mil votos para além da votação obtida por Gazaniga (PDS), candidato preferido do então governador Amin.

A habilidade progressiva nos contatos sociais, e a força conquistada com os resultados dos pleitos que participara anteriormente, credenciam Kleinübing a se candidatar e ser escolhido prefeito de Blumenau em 1988.

Governou Blumenau por um período de 1 ano e 3 meses pois, em abril de 1990, afasta-se da prefeitura para poder concorrer novamente às eleições ao executivo catarinense.

Obtendo quase 1 milhão de votos, e perto de 400 mil votos a mais que Paulo Afonso, seu principal concorrente, Vilson Kleinübing se elege por uma ampla frente de partidos os quais se incluíam o PFL, PDS, PTB, PL, PSC e PDC. Seu vice, o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis (PDS), assumirá a administração barriga-verde

---

<sup>201</sup> O histórico acadêmico de Kleinübing contempla as formações em Engenharia Mecânica (UFRGS), Engenharia Econômica (UFSC), Administração de Empresas (UFSC) e Finanças Industriais (UFSC).

<sup>202</sup> “Vilson Kleinübing ficou na Secretaria da Agricultura durante dois anos e meio. Assumiu em março de 1983 e saiu em julho de 1985. Seu trabalho na Secretaria da Agricultura era elogiado por todos. Isto é: foi se transformando em candidato natural à sucessão do chefe. (...) Mas em 1986 houve uma séria divergência com Esperidião Amin. Amin não queria Kleinübing candidato ao governo. Sua opção era Amílcar Gazaniga. A convenção decidiu pela força de Amin. Kleinübing, desgastado, saltou fora. A convite do ex-governador Jorge Bornhausen, entrou para o PFL e, transformado em candidato, rachou as forças políticas tradicionalmente unidas”. Cf. DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina: 1739/1993**. 254 anos da história catarinense. Vilson Kleinübing – Briga com Amin e troca o PDS pelo PFL. Florianópolis: RBS Jornal, 25.11.93, p. 124.

a partir de abril de 1994 em virtude da renúncia de Kleinübing para concorrer ao cargo de senador da República nas eleições daquele ano.

Quanto às condições financeiras e às novas ordenações das finanças públicas e projetos governamentais que direta ou indiretamente diziam respeito ao SFP catarinense na gestão Kleinübing/Konder Reis, Ribas Júnior (2005, p.146) considera que

(...) a Secretaria da Fazenda passou a assumir um papel relevante (como órgão central dos sistemas de planejamento e de administração financeira, contabilidade e auditoria), recebendo as seguintes atribuições: a) formulação, elaboração, coordenação, acompanhamento, avaliação e controle das políticas e dos planos de desenvolvimento global, regionais e setoriais; b) definição de prioridades para a liberação de recursos financeiros na programação respectiva; c) coordenação de assuntos afins ou interdependentes de mais de uma Secretaria de Estado ou entidade da administração direta; d) coordenação da política de desenvolvimento regional; e e) elaboração de projetos de lei e outros atos relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, à proposta de Orçamento anual, e à tributação, arrecadação e fiscalização, bem como, à administração financeira, orçamentária, contábil e de auditoria e à despesa e dívida públicas. Além disso, atuava no contencioso administrativo e tributário. Outras competências da Pasta do Planejamento e da Fazenda estavam no campo da pesquisa, levantamento, coleta e processamento, bem como o tratamento, o armazenamento e a divulgação sistemática de dados estatísticos. A elaboração de trabalhos geográficos e cartográficos, bem como a identificação dos limites territoriais municipais e distritais, também eram da competência desta Pasta. E, finalmente, a supervisão, coordenação e acompanhamento do desempenho das entidades financeiras do Estado.<sup>203</sup>

Nos seus quatro anos, a administração Kleinübing/Konder Reis teve três secretários da Fazenda<sup>204</sup>, os quais eram Fernando Marcondes de Matos (15.03.91 a 04.11.92), Luiz Fernando Verdini Salomon (04.11.92 a 03.08.94) e Guilherme Júlio da Silva (03.08.94 a 31.12.94).

Por liderarem a pasta fazendária, todos os três ocupavam também a presidência do Conad do Besc, do Badesc e da Codesc. Todavia, os mesmos participaram do SFP somente na gestão Kleinübing/Konder Reis.

---

<sup>203</sup> RIBAS JÚNIOR, Salomão Antônio. **Retratos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Retratos, 2005.

<sup>204</sup> Nesta época, tal Pasta era denominada de “Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda”.

Dois, destes três secretários/integrantes do SFP, são filiados a partido político e em algum momento foram candidatos a cargo eletivo. Filiados ao PFL, Fernando Marcondes de Matos foi postulante a vice-governador na chapa de Vilson Kleinübing em 1986 e Guilherme Júlio da Silva foi candidato a vereador de Florianópolis em 1996, pouco depois de deixar suas funções no governo do Estado. Nenhum dos dois, no entanto, conseguiu se eleger.

No que diz respeito às influências empresariais ao longo do mandato Kleinübing/Konder Reis, o também professor e advogado Fernando Marcondes de Matos é quem tem maior afinidade com o empreendedorismo, se comparado aos outros dois secretários da Fazenda. Verdini Salomon, por exemplo, é engenheiro eletricista<sup>205</sup> e nesta gestão estadual também será nomeado Diretor Presidente da CELESC e Guilherme Júlio da Silva é economista e professor universitário<sup>206</sup>.

Neste governo, portanto, Fernando Marcondes de Matos é o único empresário a ocupar os encargos da pasta mais sensível aos interesses das finanças do estado, a Secretaria de Estado do Planejamento e Fazenda. Como já foi afirmado, esta posição o encarregava também da presidência do Conad das três instituições financeiras públicas estaduais. Matos, proprietário do Costão do Santinho Resort e da Indústria Inplac (setor de mercado de embalagens plásticas flexíveis) é personagem que desenvolve um exercício histórico de trabalhos voltados aos objetivos da FIESC.<sup>207</sup>

Analisando aspectos referentes à atuação da FIESC em relação ao seu contexto político e social, Güths (2006, p. 30) salienta que

Durante todo o governo de Kleinübing (1991-1994) a FIESC assumiu indiretamente a direção da Secretaria de Indústria e Comércio de Santa Catarina. As relações da FIESC com os poderes públicos se fortaleceram com a ocupação de cargos por parte de dirigentes da entidade na administração estadual, como o de Fernando Marcondes de Matos, Conselheiro Deliberativo e cargo administrativo da FIESC 1989/1998, que

---

<sup>205</sup> Posteriormente, no governo jofefense do tucano Fernando Melquíades Elias (2005- ), Salomon ocupará a Secretaria da Receita.

<sup>206</sup> Na área da educação, destaca-se pelo fato de, posteriormente, nos anos de 2006 e 2007, presidir a FEPESE (Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas).

<sup>207</sup> Na FIESC desde 1989, Marcondes de Matos ocupará a Câmara da Indústria do Turismo (Conselho das Câmaras Especializadas) em três diretorias (1995-1999, 1999-2002 e 2002-2005). Vê-se, desta forma, que seus interesses pessoais (na qualidade de empresário do setor turístico e hoteleiro) complementam os interesses de classe do qual faz parte.

foi Secretário da Planificação e da Fazenda do governo Wilson Pedro Kleinübing do PFL (1991/1994) (...) <sup>208</sup>

Prosseguindo, Güths menciona outro integrante do SFP catarinense que espelha intensa influência nas relações das estruturas da FIESC:

(...) Adolar Pieske, presente na lista de oposição a FIESC em 1986 e integrante da Direção adjunta da entidade no mandato 1989-1992 e do Conselho Deliberativo da FIESC nos mandatos 1992-95 e 1995-98, que foi presidente do BADESC (Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina) durante o governo de Wilson Kleinübing (1991/1994), todos próximos do grupo do presidente da FIESC Osvaldo Moreira Douat (1992-1999). <sup>209</sup>

Além desta função no SFP, ocupando a presidência do Badesc, Pieske ainda ocupou a vice-presidência do Conad do Badesc.

Formado técnico em contabilidade, engenheiro metalurgista e Doutor em Engenharia, Adolar Pieske já foi professor universitário e, na esfera empresarial, esteve ligado ao Grupo Tupy, à Refinadora Catarinense S.A. <sup>210</sup>, à Infragás S.A. <sup>211</sup> e à Douat <sup>212</sup>.

Destaque-se o fato de que, enquanto foi presidente do Badesc, Pieske acumulou por alguns meses (1991-1992) a função de representante catarinense na diretoria do BRDE em Porto Alegre (RS) e de coordenador, em Santa Catarina, da Agência do BRDE.

Ao verificar informações partidárias oriundas do TRE, torna-se curioso constatar que, pouco tempo após adentrar aos espaços do SFP, no Badesc, Adolar Pieske irá se filiar ao PFL, partido do então governador Kleinübing <sup>213</sup>.

Ligado ao grupo Bonato/Tecnicorp aparece aquele que na gestão Kleinübing/Konder Reis foi presidente da Direx e vice-presidente do Conad do Besc, Mércio Felsky.

No grupo empresarial Bonato/Tecnicorp, Felsky ocupou o cargo de Diretor Superintendente do Banco Tecnicorp S.A.. Também neste grupo, e no mesmo cargo,

---

<sup>208</sup> GÜTHS, Marisa L., op. cit., p.30.

<sup>209</sup> GÜTHS, Marisa L., op. cit., p.30.

<sup>210</sup> Empresa do grupo Portobello.

<sup>211</sup> Infragás, empresa privada, congrega 111 empresas (80% catarinenses e 20% paranaenses) que tem o objetivo de trazer gás natural para o sul do Brasil.

<sup>212</sup> Empresa ligada também à Osvaldo Moreira Douat, ex-presidente da FIESC.

<sup>213</sup> 1991 é o ano em que se dá sua entrada no SFP e a filiação ao PFL.

Felsky fez parte da empresa Tecnicorp Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Desta forma, observa-se que Felsky pode ser identificado como peça-chave de uma instituição bancária pública e duas privadas.

Advogado<sup>214</sup> e ex-secretário Jurídico e de Finanças da Prefeitura de Blumenau, Mércio Felsky ocuparia uma cadeira de conselheiro no CADE<sup>215</sup> três anos após deixar o SFP. A respeito deste fato, o jornal “A Notícia”, de 27.05.2000, registra que “vale lembrar que foi o senador Vilson Kleinübing que o indicou para o Cade, em 98. Mércio Felsky que foi o presidente do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) no seu período de governo.”<sup>216</sup>

Outro integrante importante da hierarquia do SFP no período em questão foi Luiz Fernando Francalacci. Preencheu, assim, as funções de vice-presidente do Conad do Badesc, Membro da Direx do Badesc nas áreas Administrativa/Financeira e presidente da Direx do Badesc.

Com formação em engenharia, Francalacci ocupa, na esfera empresarial privada, o encargo de diretor superintendente da Infragás. Percebe-se, por conseguinte, que a Infragás comporta, em sua estrutura, dois componentes do núcleo principal do SFP: Adolar Pieske e Luiz Fernando Francalacci.

Para completar o conjunto dos principais componentes do SFP no governo Kleinübing/Konder Reis deve-se mencionar Avelino Werner Filho e Airton Santos<sup>217</sup> que exercem, igualmente, as responsabilidades de membro do Conad e presidente da Direx da Codesc.

De todos os integrantes-chave que, nesta administração, pertencem à cúpula do SFP estadual, nenhum esteve presente em outras gestões governamentais relacionadas ao Besc, Badesc e Codesc. Coincidência ou não, o fato é que, com exceção de Luiz Fernando Francalacci<sup>218</sup>, nenhum outro integrante do núcleo do SFP da gestão Kleinübing/Konder Reis encontra-se filiado ao PDS, ou suas derivações, ou ao PMDB, durante algum momento ao longo de todo o período 83-2002<sup>219</sup>.

---

<sup>214</sup> Graduado em Direito Empresarial pela Universidade Regional de Blumenau.

<sup>215</sup> Conselho Administrativo de Defesa Econômica. O CADE é uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

<sup>216</sup> A NOTÍCIA. **Emplacada**. Joinville: A Notícia, **27.05.2000**.

<sup>217</sup> Airton Santos é funcionário da própria Codesc.

<sup>218</sup> Segundo dados do TRE, Francalacci irá se filiar em 1995 ao PP.

<sup>219</sup> Durante o período 83-2002, PDS (ou PPB, que é uma derivação sua) e PMDB revezam-se no controle político do estado catarinense. A exceção fica justamente com o governo pefelista de Vilson Kleinübing, que ocorreu entre 1991 e 1994.

Contudo, considerando os personagens que neste período não chegaram à presidência de Conselhos ou de Diretorias Executivas, mas que passaram pelo SF estadual desempenhando o papel de membros efetivos destes mesmos conselhos ou diretorias, alguns se destacam pelo fato de transitarem pelo Besc, Badesc e Codesc em diferentes momentos administrativos. São eles: Abílio Otávio do Canto, membro efetivo do Confis do Besc e que já havia participado do Conad do Besc no governo Amin; Ângelo Silvestre Bez, membro suplente e efetivo do Confis do Badesc e que, mais tarde, no segundo governo de Amin, será membro do Conad do Besc e da Codesc; Luiz da Costa Melim, membro da Direx do Badesc na função de diretor e que, na administração de Paulo Afonso, será membro suplente e efetivo do Confis do Badesc; Pedro Ananias Alves, vice-presidente da Direx do Badesc e, depois, na segunda administração Amin, será membro da Direx do Badesc na função de Diretor da Área de Operações; Rubens Clasen, membro da Direx do Badesc na função de Diretor da Área de Planejamento e Sistemas e das Áreas Administrativa e Financeira e também vice-presidente da Direx do Badesc, sendo que antes, no primeiro governo Amin, já havia sido membro da Direx do Badesc na função de Diretor da Área Financeira; Álvaro Danton Bértoli, membro do Conad do Badesc e participante do governo Paulo Afonso (como membro da Direx do Badesc na qualidade de Diretor da Área Financeira e da Área Administrativa e vice-presidente da Direx do Badesc) e do segundo mandato de Amin (como membro do Conad do Badesc); e João Corrêa Bittencourt, suplente no Confis do Besc, sendo que na primeira gestão de Amin era membro efetivo no Confis da Codesc.

Diferentemente do perfil predominante que se observa na cúpula do SFP durante a administração Kleinübing/Konder Reis, estes demais membros efetivos acima descritos não são originários das esferas empresariais. Três deles são administradores (Luiz da Costa Melim, Pedro Ananias Alves e Álvaro Danton Bértoli), um é advogado (Ângelo Silvestre Bez), um economista (Rubens Clasen), um funcionário do Besc (Abílio Otávio do Canto) e um é pecuarista (João Corrêa Bittencourt).

De qualquer maneira, em linhas gerais, chegado ao final de quatro anos de mandato, o governo Kleinübing /Konder Reis se mostrou estável no tocante às ações de governo na maioria das áreas de planejamento e execução, aí incluído o SFP. Obviamente que esta concepção de estabilidade consubstancia-se em uma ideologia política própria que, no caso desta administração, estava pautada por uma convicção ainda mais forte nos princípios liberais de gestão pública.

Dessa forma, o conceito de “estável”, aqui destacado, diz respeito especificamente às relações de concordância e conformidade entre o governo Kleinübing/Konder Reis e a opinião pública catarinense.

Todavia, não faz parte desta filosofia de governo, por exemplo, a priorização de uma representatividade maior dos vários setores da sociedade nos aparelhos de funcionamento do Estado, aí também considerado o SFP.

## Capítulo 10 – 1995/1998: o SFP no governo Paulo Afonso Vieira (PMDB)

No processo de desenvolvimento da gestão Kleinübing/Konder Reis, entre 91 e 94, foram se desgastando alguns fundamentos que estabeleceram os acordos que na eleição de 1990 tinham cedido a vitória da “União Por Santa Catarina” (PFL/PDS/PDC/PTB/PL/PSC).

A tradicional rivalidade entre Jorge Bornhausen e Esperidião Amin que, desde a metade do governo deste último, disputavam os espaços de liderança de cada um dos seus grupos de apoio, reproduziu nas eleições de 1994 um verdadeiro “racha” nos grupos políticos liberais e de tendência conservadora em Santa Catarina.

Desta forma é que, no contexto deste conflito, foram lançados os nomes de Ângela Amin, do PPR (partido derivado do antigo PDS), e Jorge Bornhausen, pelo PFL, como postulantes do cargo de governador do estado. Do outro lado estava Paulo Afonso Evangelista Vieira, candidato ao executivo já na eleição anterior e que ao longo do tempo foi tendo seu nome cada vez mais reconhecido e propagado em todo o território catarinense<sup>220</sup>.

Também nesta época começava a se fortalecer e popularizar no estado o campo político dos partidos de esquerda, sendo que o conjunto dos mesmos poderia redefinir estratégias e os resultados das próximas eleições. Especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), que crescia em número de filiados e municípios administrados, tinha acabado de vir de uma disputa nacional em que seu principal representante, Luiz Inácio Lula da Silva, chegara ao segundo turno nas eleições presidenciais de 1989. Em Santa Catarina, tanto na eleição de 1990 como na de 1994, o candidato que mais simbolizava os anseios dos partidos políticos de esquerda era Nelson Wedekin (PDT<sup>221</sup>). E, pelo fato do PT compor a chapa de Wedekin e novamente Lula ser o candidato deste partido à presidência da República<sup>222</sup>, a composição liderada pelo candidato pedetista ganhava, mais do que nunca, uma consideração muito grande dos seus adversários.

---

<sup>220</sup> Após sua derrota nas eleições estaduais de 1990, Paulo Afonso dedicou-se à educação superior, lecionando na UFSC entre 1991 e 1993.

<sup>221</sup> Partido Democrático Trabalhista.

<sup>222</sup> Diferentemente das eleições de 1982, 1986 e 1990, a partir de 1994 as eleições estaduais e senatoriais coincidiam com a eleição para presidente da República.



Com todos estes elementos em jogo, as eleições de 1994 ganhavam contornos progressivamente dramáticos.

Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, estabeleceu-se o sistema de eleição em dois turnos para presidente da República e governador. Contudo, as eleições para o governo do estado catarinense só começaram a conhecer o segundo turno exatamente em 1994, quando Ângela Amin, primeira colocada no primeiro turno, disputaria com Paulo Afonso o tão cobiçado Palácio Santa Catarina.<sup>223</sup>

Assim é que em 15.11.94, após intensa luta em busca dos eleitores de Bornhausen e Wedekin, Paulo Afonso viraria o pleito e alcançaria pouco mais de 1% de diferença em relação à sua oponente.<sup>224</sup>

Assumindo o governo do estado em 1º de janeiro de 1995, Paulo Afonso apresentou como seu lema a “Construção de um Estado de Qualidade”.

De acordo com Ribas Júnior (2005, p.147), “no plano da Administração Pública, o governo Paulo Afonso estruturou um novo organograma, alterando diversos aspectos operacionais da máquina burocrática”.<sup>225</sup>

Entre os empreendimentos governamentais desenvolvidos pela gestão Paulo Afonso destacam-se o início da via expressa sul<sup>226</sup>, o lançamento de estudos da ferrovia do frango, a ampliação da atenção ao atendimento dos municípios de menor porte e a criação do Programa Catarinense de Eletrificação Rural (VIVALUZ).

Já começando a adentrar na reflexão acerca dos mecanismos financeiros de Santa Catarina durante o governo Paulo Afonso, verifica-se que um instrumento adotado pelo Estado desde 1995 é o que foi estabelecido pela Lei Estadual nº 9.940, de outubro daquele ano.

Esta Lei autoriza a constituição da INVESC (Santa Catarina Participação e Investimentos S/A), instituição destinada à formação de recursos direcionados a investimentos públicos no território barriga-verde.

Esses recursos devem ser utilizados em investimentos que viabilizem empreendimentos, promovam a geração de novas oportunidades de trabalho e renda e proporcionem a melhoria da qualidade de vida da população

---

<sup>223</sup> No primeiro turno, em 03.10.94, Ângela ficaria com 45% dos votos válidos, Paulo Afonso 34%, Jorge Bornhausen 11% e Wedekin 9% (dados disponibilizados pelo TRE de Santa Catarina).

<sup>224</sup> Paulo Afonso obteve, no 2º turno, 50,8% dos votos válidos, contra 49,20% de Ângela Amin (dados disponibilizados pelo TRE de Santa Catarina).

<sup>225</sup> RIBAS JÚNIOR, Salomão Antônio, op. cit., p.147.

<sup>226</sup> Uma das principais obras rodoviárias de Florianópolis.

catarinense. A própria lei de criação estabeleceu que os recursos gerados somente poderiam ser aplicados em projetos prioritários (...)<sup>227</sup>

Em relação às instituições do SFP estadual, Santa Catarina começou a viver, a partir da Administração de Paulo Afonso, um dilema muito grande referente aos destinos que o governo federal de Fernando Henrique Cardoso desejava para os bancos oficiais.

Assim, encontravam-se cada vez mais presentes na “ordem do dia” temas como “liberalização da economia” e “privatização”. Fernando Henrique e Paulo Afonso começavam suas gestões no mesmo período e o contexto político e econômico nacional não deixaria de influenciar a unidade catarinense da federação.

Talvez o mais visível e polêmico componente das reformas liberalizantes da década de 90 seja a privatização. Collor iniciou o programa nacional de privatização no Brasil, mas as mais importantes privatizações, e de longe o maior número delas, aconteceram durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso.<sup>228</sup>

Incluídos neste planejamento voltado ao programa das medidas privatizantes de FHC estavam os bancos públicos estaduais, aí compreendido, por exemplo, o Besc.

De qualquer forma, chegado ao final do governo Paulo Afonso, o Besc acabou não sendo privatizado .

Em matéria de 23.12.98 do jornal “A Notícia”, portanto no apagar das luzes do mandato de Paulo Afonso, encontram-se as seguintes informações: “No programa de mudanças do sistema financeiro nacional implantado pelo governo federal, restaram apenas seis bancos estaduais estatais. O que se encontrava na época em situação mais sólida era o Besc”.<sup>229</sup>

Identificando aqueles personagens que foram os principais líderes no comando desta instituição no período 1995-1998, temos então presentes Neuto F. de Conto, Oscar Falk, Paulo Prisco Paraíso, Nelson Wedekin, Marco Aurélio A. Dutra, Fernando Ferreira de Mello Júnior, Júlio C. Pungan e José A. Bernardes.

---

<sup>227</sup> RIBAS JÚNIOR, Salomão Antônio, op. cit., p. 124.

<sup>228</sup> BAKER, Andy. **Reformas Liberalizantes e Aprovação Presidencial: A Politização dos Debates da Política Econômica no Brasil**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, (p. 77-98), 2002, p.84.

<sup>229</sup> A NOTÍCIA. **BESC: presente e futuro**. Joinville: A Notícia, 23.12.98.

Destes oito integrantes da cúpula do Besc acima citados, a grande maioria não possuía relações profissionais empresariais. As exceções ficavam por conta de Neuto F. de Conto, ligado a distribuidoras de veículos e uma transportadora, e Nelson Wedekin, que mantinha relações com a empresa APLUB<sup>230</sup> desde 1971. Como a prioridade é observar principalmente as relações empresariais e políticas que se dão simultaneamente à participação destes personagens nas estruturas do SFP, não vem ao caso enaltecer com a mesma relevância o destaque posterior que algum integrante do SFP possa ter exercido no meio empresarial. De qualquer forma, cabe registrar que um dos demais componentes anteriormente mencionados, Paulo Prisco Paraíso, inicia uma bem sucedida carreira na área dos negócios exatamente a partir do término do governo em que colaborou na administração<sup>231</sup>. Ou seja, o administrador de empresas Paulo Prisco Paraíso, que na gestão Paulo Afonso participou como Secretário de Estado da Fazenda, membro do Conad do Besc e Badesc e também foi presidente do Conad do Besc, Badesc e Codesc, passou a administrar o Figueirense Futebol Clube<sup>232</sup> a partir de 1999, momento em que esta organização desportiva se tornaria um “clube empresa”. Paulo Prisco Paraíso, nesse ambiente, ainda conquista o espaço de presidente da ADVB –SC (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Santa Catarina).

Os outros indivíduos que ocuparam cargos-chave no Besc eram profissionais que não possuíam vínculos empresariais. Tem-se, por conseguinte, um contabilista (Oscar Falk, que, além de presidente do Conad do Besc, Badesc e Codesc, preencheu a suplência do Confis do Badesc<sup>233</sup>); dois funcionários públicos estaduais com formação em administração de empresas (Fernando Ferreira de Mello Júnior, que era presidente da Direx do Besc e vice-presidente do Conad também do Besc<sup>234</sup> e Marco Aurélio Andrade Dutra, que no Besc foi membro e presidente do Conad e no Badesc ocupou a suplência do Confis e a presidência do Conad); um funcionário de carreira do Besc (Júlio C. Pungan, preenchendo no Besc a vice-presidência do Conad, a presidência da Direx e o cargo de Diretor Administrativo, também na Direx) e um advogado (José Alaor Bernardes, que no Besc ocupou a vice-presidência e a presidência da Direx e a

---

<sup>230</sup> APLUB – Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil. Segundo dados do endereço eletrônico da própria APLUB, “hoje, a APLUB é uma das dez maiores empresas de previdência privada aberta do país, com mais de 80 mil associados”. (Cf. [www.aplub.com.br](http://www.aplub.com.br)). A partir de 2003, Wedekin preside o grupo APLUB.

<sup>231</sup> A primeira assistência de Paulo Prisco Paraíso ao governador Paulo Afonso se deu como chefe de seu gabinete (01/01/95 até 20/01/97).

<sup>232</sup> O Figueirense Futebol Clube foi fundado em 12 de junho de 1921.

<sup>233</sup> Em 1998, ainda no governo Paulo Afonso, Oscar Falk foi Diretor Presidente da CELESC.

<sup>234</sup> Fernando Ferreira de Mello Júnior também se dedicou ao ensino universitário.

vice-presidência do Conad e no Badesc preencheu igualmente a vice-presidência e a presidência da Direx e a vice-presidência do Conad).

Entre os mesmos oito personagens que formavam a alta hierarquia do Besc durante a administração 95-98, cinco deles ocupavam estes espaços pelo fato de passarem pela gestão de Paulo Afonso como Secretários de Estado da Fazenda. Foram eles: Neuto Fausto de Conto (01.01.95 a 25.02.96), Oscar Falk (26.02.96 a 19.01.97)<sup>235</sup>, Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso (20.01.97 a 13.07.97), Nelson Wedekin (14.07.97 a 06.04.98) e Marco Aurélio de Andrade Dutra (07.04.98 a 31.12.98).

Quanto às relações partidárias, quatro destes cinco secretários da Fazenda eram filiados ao partido do governo, o PMDB. Nelson Wedekin, do PDT, era então a exceção. Entre os demais sujeitos que, juntamente com os secretários da Fazenda, participavam da cúpula do Besc neste período, dois estavam filiados ao PMDB (Júlio C. Pungan e Fernando Ferreira de Mello Júnior) e José Alaor Bernardes que segundo dados do TRE não tinha vinculação partidária na época, viria a se filiar em abril de 1999 também no PMDB.

Em relação à situação particular que dizia respeito à Nelson Wedekin, filiado ao PDT e perfazendo por esta sigla um histórico de disputas eleitorais contra o próprio Paulo Afonso, e que também por isso destoava da “regra geral” que predominava no então governo, alguns detalhes deste fato chamam especial atenção.

A explicação sobre a indicação e inserção de Wedekin no grupo governamental remonta ao enredo de um dos acontecimentos mais intrigantes da história catarinense.

Tudo começou com um processo de denúncia de irregularidades que envolvia o então governo estadual no que concerne à emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios. Juntamente com casos semelhantes ocorridos nos estados de Alagoas, Pernambuco e nas prefeituras de Campinas, Osasco e São Paulo, o acontecimento teve repercussão nacional e inspirou até mesmo a constituição de uma “CPI dos Precatórios” no Senado Federal, em 1997.

Internamente, após as respectivas investigações referentes aos precatórios e depois de muitas discussões e conflitos entre partidários e opositores de Paulo Afonso, a Assembléia Legislativa aprovou, no dia 30 de junho de 1997, a abertura de um processo de *impeachment* do governador. O Supremo Tribunal Federal (STF), entretanto,

---

<sup>235</sup> No ano de 2006 (governo estadual de Luiz Henrique da Silveira, do PMDB), Falk atuava como conselheiro do “Conselho Estadual de Contribuintes”, órgão consultivo da Secretaria de Estado da Fazenda.

concedeu uma liminar, instantes antes da derradeira votação, impedindo o afastamento de Paulo Afonso.

Contudo, esta foi uma decisão provisória já que até o final do mês seguinte Paulo Afonso poderia preparar sua defesa para que, neste mesmo prazo, a Assembléia votasse a respeito da procedência ou não das acusações existentes contra ele.

Paulo Afonso teria que conseguir, em tal ocasião, pelo menos quinze votos na Assembléia Legislativa.

Levando em conta que somente os onze deputados do PMDB eram os que se mostravam realmente dispostos a votar a favor do governador, iniciava a partir daí uma verdadeira engenharia estratégica para sustentar Paulo Afonso e assegurar a continuidade de seu governo.

A tática se iniciaria com a renúncia de Paulo Prisco Paraíso, um dos principais nomes daquela administração e dono das importantíssimas funções junto à Secretaria da Fazenda e ao SFP estadual.

A revista “IstoÉ”, ao relatar o prosseguimento deste episódio traz que

Na quarta-feira 2, a Assembléia não aprovou o processo de impeachment do vice-governador, José Augusto Hulse, também do PMDB. Numa sessão em que houve até troca de tapas entre parlamentares, os oito deputados do PFL se ausentaram do plenário e Jaime Mantelli, do PDT, votou a favor do governo. Assim, a oposição somou 20 votos, insuficientes para o início do processo de afastamento. Mantelli foi o relator da comissão que ofereceu a denúncia contra Paulo Afonso e Hulse. Agora, o PDT aposta que o ex-senador Nelson Wedekin será secretário de Paulo Afonso.<sup>236</sup>

Confirma-se o embarque de Wedekin na administração Paulo Afonso e a delimitação para o seu ingresso no governo se deu justamente no relevante espaço anteriormente ocupado por Paulo Prisco Paraíso, leia-se Secretaria de Estado da Fazenda e as respectivas funções no Besc, Badesc e Codesc.

Vê-se, logo, que o SFP mais uma vez pôde ser potencializado não somente como um fator de organização e dinamização econômica de uma unidade da federação, mas também como um *locus* de barganha política em um momento delicado de convivência representativa da sociedade catarinense.

---

<sup>236</sup> **SIMAS FILHO**, Mário. **Salvo pelo gongo**. Disponível na Internet: <<http://www.terra.com.br/istoe/politica/144922.htm>> Acesso em 07/07/06.

Wedekin, com o PDT, seria um dos trunfos utilizados no complexo jogo político e aí, então, se oferece uma explicação aceitável acerca da única exceção que o PMDB faria para a participação de outro partido na cúpula do Besc neste período.

Certamente o que facilitou a entrada de Wedekin no governo foi o fato de que a trajetória de sua vida política foi muito mais peemedebista do que pedetista. Apesar de suas duas últimas tentativas de chegar ao Palácio Santa Catarina com o PDT, Wedekin iniciou sua história na política sendo eleito vereador de Joaçaba em 1969 pelo MDB. Pela mesma agremiação, conseguiu a suplência da Assembléia Legislativa na eleição de 1978 e, após o MDB transformar-se em PMDB, foi eleito deputado federal em 1982, senador em 1986 e foi candidato a vice-prefeito de Florianópolis em 1988.

Curiosamente, consta no currículo de Wedekin que, muito antes de ir para a Secretaria da Fazenda e ocupar funções no SFP, seu primeiro emprego se deu no portoalegrense Banco Agrícola Mercantil.

Assim como Wedekin, outro personagem da era Paulo Afonso que contempla um percurso de passagem pelo SFP estadual, secretaria da Fazenda e cargos eletivos é Neuto F. de Conto. Este indivíduo é mais um dos peemedebistas históricos que, após eleger-se em numerosos pleitos, foi chamado a dar sua contribuição na Pasta fazendária e SFP catarinense (sendo presidente do Conad do Besc, Badesc e Codesc)<sup>237</sup>.

Após eleger-se vereador de São Miguel d'Oeste para os mandatos 1973-1977 e 1977-1983, Conto ainda foi escolhido deputado estadual nas eleições de 1982, deputado federal nos pleitos de 1990 e 1994, suplente de deputado federal em 1986 e 1998 e suplente do senador Leonel Pavan nas eleições de 2002<sup>238</sup>. Sua legenda sempre foi o MDB, passando para o PMDB com a alteração na nomenclatura do partido.

Voltando a particularizar as entidades do SFP no mandato 1995-1999, participaram do Badesc no núcleo principal desta instituição, além dos Secretários de Estado da Fazenda já citados, os seguintes personagens: José Alaor Bernardes, Júlio César Garcia, Ivo Vanderlinde, Nelson dos Santos, Arnaldo Schmitt Júnior e João Carlos de Borba.

O advogado José Alaor Bernardes ocupou a vice-presidência do Conad, da Direx e também a presidência da Direx do Badesc. Posteriormente à sua passagem pelo SFP

---

<sup>237</sup> Outros detalhes a respeito da presença de Neuto F. de Conto encontram-se no Capítulo 6.

<sup>238</sup> A partir de 2007, com previsão até 2011, Neuto F. de Conto ocupa efetivamente a cadeira de senador em virtude da eleição de 2006 que garantiu o cargo de vice-governador para Leonel Arcângelo Pavan, até então titular da vaga de Conto.

no governo Paulo Afonso, Bernardes iria se filiar no próprio PMDB e prestar importante subsídio ao também peemedebista Luiz Henrique da Silveira, de Joinville<sup>239</sup>.

O bancário Júlio César Garcia, que na gestão Paulo Afonso preencheu a vice-presidência do Conad e a presidência da Direx do Badesc, já havia passado pelo SFP no 1º governo Amin. Naquela época ele havia exercido as funções de membro da Direx do Besc na qualidade de “Diretor de Operações Gerais”. Importante destacar que a trajetória profissional de Garcia inicia no Besc em 1975, instituição da qual acabou se tornando funcionário de carreira. Quanto às relações de trânsito governamental e partidário, também cabe registrar que além de servir na hierarquia do SFP em administrações do PDS e do PMDB, Júlio C. Garcia ainda ajudou a fundar o PFL em Santa Catarina, no ano de 1985. No ano seguinte, foi eleito para o primeiro de um total de cinco mandatos de deputado estadual (1987-1991, 1991-1995, 1999-2003, 2003-2007, 2007-2011).

Ivo Vanderlinde, responsável no Badesc pelos encargos da vice-presidência do Conad e da Direx e também pela presidência da Direx, ocupou este importante espaço no SFP estadual somente durante o governo de Paulo Afonso. Todavia, antes de ocupar estas funções, Vanderlinde também acumulou uma participação política importante em sua legenda, o PMDB, chegando a ser o candidato a vice-governador de Paulo Afonso na eleição estadual de 1990, ocasião em que Wilson Kleinübing acabou se elegendo. Em outras duas oportunidades, Vanderlinde foi eleito deputado federal (1982 e 1986). Sua última disputa foi em 1992, quando concorreu à prefeitura de Rio do Sul, sem, no entanto, conseguir ser eleito. Depois que deixou o Badesc, Vanderlinde sempre continuou de alguma forma ligado aos setores influentes da política estadual. Todavia, as responsabilidades no Badesc foram seus últimos encargos públicos “de peso” na administração catarinense<sup>240</sup>.

Exercendo a presidência da Direx e a vice-presidência do Conad do Badesc, e não reaparecendo em nenhum outro período de governo no SFP estadual, consta o nome

---

<sup>239</sup> Após sua passagem pelo SFP no governo Paulo Afonso, José Alaor Bernardes auxiliou a administração municipal de Joinville no mandato de Luiz Henrique da Silveira (PMDB) como seu Secretário de Administração e Recursos Humanos (1999) e Procurador Geral da Prefeitura (2001). Consta ainda, segundo informações do site [www.sebrae-sc.com.br](http://www.sebrae-sc.com.br), que José Alaor Bernardes é atualmente (2007) Diretor Administrativo Financeiro do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

<sup>240</sup> Em 2001, Vanderlinde desfilia-se do PMDB e ingressa no PPS, ocupando no ano de 2004 a presidência deste partido em Itapema/SC. A partir de 2003, Vanderlinde torna-se diretor geral da Central de Abastecimento (CEASA – SC) e, segundo informações da coluna de 05.01.07 de Cláudio Prisco Paraíso, no “Portal AN”, Vanderlinde foi “confirmado para mais um mandato à frente do CEASA –SC” a partir do ano de 2007. (Cf. [www.an.com.br](http://www.an.com.br)).

do administrador de empresas e funcionário do Banco Central, Nelson dos Santos. Quanto a este integrante aqui apresentado, encontra-se uma notícia datada de 26 de maio de 1999 em que se destaca a seguinte informação:

(...) o Conselho de Política Financeira da Secretaria da Fazenda revogou resolução de agosto de 1996 e extinguiu a ajuda de custo que o Badesc dava a seu diretor-presidente quando não empregado e não residente na Grande Florianópolis. Tal ajuda, para aluguel residencial, só beneficiou o ex-presidente Nelson dos Santos, funcionário do Banco Central em Curitiba, que dirigiu o Badesc por um ano (...)<sup>241</sup>

Levando em conta que a partir de 1º de janeiro de 1999 assume a Secretaria da Fazenda e, em sua estrutura, um Conselho de Política Financeira afinado com um governo que já não é mais liderado por Paulo Afonso, procede-se a esta decisão acima descrita e em que Nelson dos Santos estava envolvido.

No que se refere à vinculação partidária e disputas em pleitos, não consta no banco de informações do TRE-SC que Santos tenha sido em algum momento filiado a algum partido político e eventualmente candidato a cargo eletivo.

Em 1997, penúltimo ano da gestão do PMDB, o engenheiro agrônomo Arnaldo Schmitt Júnior assume no Badesc a vice-presidência do Conad e a presidência da Direx. Prefeito de Itajaí nas gestões 1983-1988 e 1993-1996, Arnaldo foi eleito em 1978 deputado federal e em 1990 deputado estadual. Nas eleições de 1998, o PMDB escolheria Arnaldo para compor chapa com Paulo Afonso Vieira no pleito que definiria o governador do estado.

O último nome a ser apresentado entre os principais representantes do Badesc na administração 1995-1998 é o de João Carlos de Borba. Com formação em Administração, Borba é o último integrante a fazer parte do núcleo do Badesc no governo Paulo Afonso. Borba participa do SFP somente nesta gestão, ainda que mais tarde, no ano de 2003, fosse indicado pelo então presidente do Badesc, Renato Vianna (PMDB) para presidir a SCGenéricos, empresa controlada pelo Badesc.

Recortando as transformações pelas quais passou esta instituição, é no mandato de Paulo Afonso que se cria a Lei nº10.912, transformando o Badesc – Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – em “Agência de Fomento do Estado de

---

<sup>241</sup> A NOTÍCIA. **Corte**. Joinville: A Notícia, 26.05.99.



Santa Catarina S.A.”, sendo que o objetivo de tal decisão embasou-se no intuito de se assumir atividades relacionadas aos diagnósticos dos setores e regiões voltados a posteriores planejamento estatais e seus respectivos investimentos nas esferas produtivas e infra-estruturais.

Quanto à Codesc, o personagem que se encontra no centro decisório desta instituição na gestão Paulo Afonso é Heitor Francisco do Livramento Steiner.

Heitor Steiner, advogado e empresário do setor de equipamentos eletrônicos (empresa Viaflex), ocupa a função de membro do Conad e Presidente da Direx da Codesc. Além destas responsabilidades ao longo da gestão Paulo Afonso, Steiner já tinha passado pelo Badesc no decorrer do governo Pedro Ivo, também do PMDB. Ao se falar em questões partidárias, consta, a partir de informações disponibilizadas pelo TRE de Santa Catarina, que Steiner irá se filiar no PMDB justamente após ser efetivado Conselheiro do Confis do Badesc em 1989<sup>242</sup>.

Além dos já mencionados presidentes de Conselhos e diretorias executivas do Besc, Badesc e Codesc, considera-se que também foram personagens-chave deste período, pelo fato de transitarem por estas instituições em pelo menos mais um governo, os seguintes indivíduos: João Hamilton Luz, membro da Direx do Besc, no cargo de Diretor Operações (e ex-participante do Besc, Badesc e Codesc na gestão Pedro Ivo); Roberto Busch, vice-presidente da Direx do Besc (e ex-integrante do Confis do Besc no governo Pedro Ivo); Ildemar Cassias Pereira, membro efetivo do Confis do Besc (e componente da Codesc no mandato de Pedro Ivo, sendo que futuramente, após participar do governo Paulo Afonso, também cooperou com o Confis do Besc no segundo governo Amin); Otto Entres Filho, membro efetivo do Confis do Badesc (e membro do Conad da Codesc no governo Pedro Ivo); Luiz da Costa Melim, membro suplente e efetivo do Confis do Badesc (e membro da Direx do Badesc na gestão Kleinübing); Álvaro Danton Bértoli, membro da Direx do Badesc, na qualidade de Diretor da Área Administrativa (sendo que também exerceu a vice-presidência da Direx do Badesc na administração de Kleinübing e na segunda gestão Amin foi membro do Conad do Badesc); e, por fim, Murilo Sampaio Canto, membro suplente do Confis do Badesc (e no governo Pedro Ivo exerceu os encargos de membro do Conad e presidente da Direx da Codesc).

---

<sup>242</sup> Steiner entra no Confis do Badesc em 01.08.89 e, em 28.03.90, se dá a filiação de Steiner no PMDB.

Considerando a filiação partidária dos sete indivíduos citados no parágrafo anterior, somente Álvaro Danton Bértoli é quem se encontrava vinculado ao partido dos principais adversários de Paulo Afonso, o PPB (partido do qual derivou o PP). Além disso, ao observar que Bértoli também participou do SFP no governo do pefelista Kleinübing, constata-se o trânsito facilitado deste sujeito em administrações com siglas de diferentes tendências partidárias.

No contexto geral, o governo Paulo Afonso no SFP chega ao seu final com um predomínio quase absoluto de integrantes filiados ou muito relacionados com o PMDB. Parte dos que amenizaram seu teor crítico, como o PDT, também encontraram direito a voz ao término desta gestão.

A causa preponderante que levou a esta configuração específica das forças políticas teve como principal motivo o desenrolar de tudo o que envolveu o “caso dos precatórios”. Toda esta situação polarizou intensamente os debates existentes entre partidários e opositores do governo Paulo Afonso.

Não obstante este acirramento de antigas rivalidades partidárias que aos poucos preparavam o terreno da próxima disputa eleitoral, o SFP estadual continuou sendo encarado como um espaço privilegiado para se resguardar os interesses dos grupos políticos que controlavam a máquina pública estadual.

## Capítulo 11 – 1999/2002: o SFP no segundo governo Amin (PPB)

Diante do progressivo conflito político que ao longo da administração Paulo Afonso foi tornando nítida a posição de cada uma das legendas e suas respectivas lideranças partidárias, delimitaram-se os agrupamentos que concorreriam ao pleito estadual de fins de 1998.

Ao contrário da última eleição estadual, a de 1994, a corrida política de 1998 reeditava a “União por Santa Catarina”<sup>243</sup>, agora, é claro, através de um novo *slogan*, a “Mais Santa Catarina”. Ou seja, se em 1994 os grupos de Amin e Bornhausen não chegaram a um consenso e divergiram no sentido de lançarem candidato único ao governo do estado, em 1998 houve uma ampla coligação que, além do PPB e do PFL, reuniam o PTB, PSL, PST, PL, PAN, PSDC, PRN, PRTB, PGT, PSDB e o PT do B. O nome escolhido para representar este conjunto de siglas foi o do então senador e ex-governador Esperidião Amin (PPB). O deputado federal Paulo Bauer (PFL), por sua vez, foi o nome definido para vice na chapa de Amin.

Buscando a reeleição e construindo uma composição sem coligações, as conversações internas do PMDB decidiram pelos candidatos Paulo Afonso Vieira e Arnaldo Schmitt Júnior como os postulantes a governador e vice.

Completando a lista de candidatos, constam também os nomes de Milton Mendes de Oliveira (PT) pela coligação denominada “Frente Popular”<sup>244</sup>, Joaquina de Oliveira Johnson (PSTU), Rogério Portanova (PV) e Carlos Alberto Machado (PSC).

Desenhado o jogo político, em 4 de outubro de 1998 ocorreram as eleições estaduais e Esperidião Amin alcançaria mais de 50% dos votos válidos, elegendo-se em primeiro turno.

Mesmo que mais tarde o Supremo Tribunal Federal absolvesse todos os acusados relacionados ao polêmico acontecimento que envolveu os precatórios<sup>245</sup>, o nome de Paulo Afonso acabou ficando desgastado perante toda a discussão desencadeada pela opinião pública. Considera-se então que este tenha sido o principal ingrediente da vitória de Amin, o maior adversário de Paulo Afonso.

---

<sup>243</sup> Lema da Coligação que congregou PFL e PDS na chapa que lançou o candidato a governador eleito em 1990 (Vilson Pedro Kleinübing).

<sup>244</sup> A “Frente Popular” congregou em uma mesma aliança o PT, PDT, PCB, PPS, PSN, PMN, PSB e PC do B.

<sup>245</sup> Esta referida decisão sucedeu-se em 11 de agosto de 2004.

De maneira efetiva, Goularti Filho (2005, p. 646) resgata, em linhas gerais, o Plano de Governo do segundo mandato de Amin e o perfil ideológico da equipe que estava por trás deste programa de intenções:

No segundo Governo Amin (1999-02), foi elaborado o Plano de Governo: **Santa Catarina: Estado Vencedor**. Na introdução do Plano, é reforçada a idéia do Modelo Catarinense de Desenvolvimento, afirmando: “Neste século, as gerações que nos antecederam construíram um Estado que honra o Brasil e que dignifica o seu povo” (Helou Filho; Bauer, 1999, p. 3). Como na **Carta dos Catarinenses**, este plano do Governo Amin estava pautado em fundamentos subjetivos, sem nenhuma articulação com a realidade concreta, com objetivo de transformá-la. Afinal, o Plano foi elaborado por liberais para ser executado por um Estado liberal.<sup>246</sup>

Partindo para análises mais centradas nos órgãos do aparelho governamental da administração 1999-2002, Ribas Júnior (2005, p. 147) salienta que Amin

Manteve a estrutura básica da administração estadual. Lançou um programa rigoroso de ajuste orçamentário e financeiro. (...) O planejamento (controle e execução) foi centrado no Gabinete do Governador e nas Secretarias da Fazenda e do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul.<sup>247</sup>

Neste contexto, o SFP durante o segundo mandato de Amin estaria em consonância com estes fatores e com todo um projeto de radicalização das medidas neoliberais empreendidas pelo governo reeleito de Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, esta busca de consonância com um planejamento nacional de atendimento aos reclames do mercado seguia um processo em que o governo anterior, de Paulo Afonso, não ficava totalmente imune. Isto porque já em seu Plano de Governo, ficaria evidenciado

(...) que não se poderia dar mais continuidade ao “(...) modelo tradicional de Estado, responsável exclusivo pela execução de todos os serviços demandados pela sociedade”. O Plano preconizava a “implantação de um Governo mais eficiente e eficaz” por meio de parcerias e sem defender a sua

---

<sup>246</sup> GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, (p. 627-660), jun. 2005.

<sup>247</sup> RIBAS JÚNIOR, Salomão Antônio, op. cit., p.147.

diminuição ou a privatização de alguns serviços (Vieira; Hülse, 1994, p. 2).<sup>248</sup>

Apesar de que se deve perceber os acontecimentos sócio-políticos como o resultado de um processo que tem sempre relações com o passado e o futuro, há que se respeitar, portanto, as devidas proporções das medidas liberais mais ou menos radicais implementadas por diferentes gestões governamentais.

Neste sentido é que, no interior do SFP estadual, o Besc estaria na mira de profundas transformações em sua estrutura funcional a partir do início do segundo mandato de Amin.

Uma matéria do jornal “A Notícia” de 26.03.99 retrata bem a situação pela qual passava o Besc e a tendência de que o banco acabasse sendo vendido para uma instituição financeira privada:

Com o argumento do sigilo bancário ou de evitar pânico no mercado, o governo estadual adotou a mesma prática do Banco Central na divulgação confusa de números. O BC é hoje a principal ferramenta com a qual o governo federal conta para levar à cabo as privatizações no sistema financeiro, defendidas abertamente por um dos mais representativos aliados do governo Esperidião Amin (PPB), senador Jorge Bornhausen (PFL).<sup>249</sup>

Ao longo do segundo governo Amin, dois dos principais integrantes da alta hierarquia do Besc foram, simultaneamente, secretários da fazenda. Ou seja, Antônio Carlos Vieira (na Pasta fazendária entre 01.01.99 e 06.05.02) e José Abelardo Lunardelli (na Pasta fazendária entre 07.05.02 e 31.12.02) buscaram atuar junto ao Besc em um momento crucial para os destinos do banco.<sup>250</sup>

Participando de importantes funções nas três instituições do SFP e gozando de grande confiança da família Amin através das responsabilidades delegadas, aparece

---

<sup>248</sup> GOULARTI FILHO, Alcides, op. cit., p. 645. As citações que GOULARTI FILHO faz se referem ao documento “VIERA, Paulo Afonso; HÜLSE, José Augusto. **Proposta de Governo: Viva Santa Catarina.** Florianópolis: 1994. 93p.”

<sup>249</sup> A NOTÍCIA. **BC mantém os dados em sigilo.** Joinville: A Notícia, 26.03.99.

<sup>250</sup> A partir do primeiro ano do segundo mandato de Amin, iniciou-se o processo de Federalização do Besc. Então, a partir da Lei nº 11.177, de 15 de novembro de 1999, houve a autorização para que o Chefe do Poder Executivo transferisse à União o controle acionário do Besc, suas coligadas e controladas, e contratasse operações de crédito. Em agosto de 2000 ocorreu efetivamente a transferência do controle acionário do Besc para a União. Isto estava fundamentado no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações, acordado entre a União e o Estado em 1999. Importante destacar que a Assembléia-geral extraordinária dos acionistas, realizada em agosto de 2000, mudou o artigo 6º do estatuto da Codesc, abrindo mão do controle acionário do banco em favor do Estado.

Antônio Carlos Vieira, o “Vieirão”, um personagem que, ao longo do tempo, irá desenvolver, cada vez mais, importantes laços políticos com “os donos do poder” local. Economista formado pela UFSC e técnico em Contabilidade, “Vieirão” é nomeado vice-presidente da Direx do Besc entre maio de 1983 e julho de 1985. Antes disso, também na Direx do Besc, “Vieirão” assumiu a Diretoria Financeira. O Besc terá “Vieirão” de volta à sua composição logo que Esperidião Amin volta a assumir, por mais uma gestão, o posto de governador de Santa Catarina. Amin é eleito em outubro de 1998, assume em janeiro de 1999 e, no mesmo mês, “Vieirão” é escolhido presidente do Conad do Besc. Quando se dá a Federalização do Besc, em agosto de 2000, “Vieirão” sai de presidente e passa a Conselheiro do Conad, ficando nesta função até abril de 2002. Também no segundo governo Amin, “Vieirão” ocupará a presidência do Conad do Badesc a partir de janeiro de 1999, ficando nesta função até abril de 2002. E por fim, também entre janeiro de 1999 e abril de 2002, a presidência do Conad da Codesc é ocupada por “Vieirão”.

Filiado desde 1995 no PP, na época PPB, “Vieirão” ainda acumula em seu currículo cargos como os de presidente da COMCAP<sup>251</sup>, entre janeiro de 1989 à agosto do mesmo ano, época em que Amin era prefeito de Florianópolis; Diretor Econômico-Financeiro da CELESC, entre março de 1991 à dezembro de 1994 (governo Kleinübing); Assessor Técnico do Senado entre abril de 1995 e dezembro de 1996, época que faz parte do mandato de senador de Esperidião Amin; Secretário de Finanças de Florianópolis entre janeiro de 1997 e julho de 1998, durante a gestão municipal de Ângela Amin como prefeita; Secretário da Fazenda de Santa Catarina entre janeiro de 1999 e abril de 2002, portanto durante quase todo o segundo mandato de Esperidião Amin à frente do governo barriga-verde.

Em 2002 “Vieirão” foi candidato a deputado estadual pela primeira vez, tendo sido eleito com mais de 32 mil votos.

O outro Secretário da Fazenda em foco, José Abelardo Lunardelli, era funcionário de carreira da Secretaria de Estado da Fazenda. Prestes a completar setenta anos quando assumiu a Pasta da Fazenda, Lunardelli estava filiado desde 1995 no PFL. Isto, porém, não foi empecilho para que assumisse esta importantíssima missão no governo, já que PFL e PPB estavam mais unidos do que nunca neste período administrativo. Haja vista o fato de que, na maior parte da segunda gestão Amin,

---

<sup>251</sup> Companhia de Melhoramentos da Capital.

Lunardelli foi adjunto de Antônio Carlos Vieira, do PPB, na Secretaria da Fazenda. Quando Vieira sai da Fazenda para disputar cargo eletivo em 2002, Lunardelli, do PFL, preenche o espaço de seu antigo superior.

No SFP, Lunardelli ocupa a função de Conselheiro do Conad do Besc e presidente do Conad do Badesc e da Codesc. Todavia, ainda que ocupasse papéis-chave ao longo deste segundo governo Amin, a presença de Lunardelli no SFP catarinense não foi constatada em outras gestões administrativas.

Os demais integrantes que compunham a cúpula do Besc ao longo do segundo mandato de Amin foram Victor Fontana, Alberto de Almeida Pais, Arno Meyer, Carlos Eduardo Ferreira, Luiz Carlos de Brito Lourenço, Natalício Pegorini e João Máximo Iurk.

Veja-se como o primeiro dos personagens citados, Victor Fontana, é um indivíduo que carrega uma trajetória de contribuições basilares voltadas aos grupos aos quais se incluía. Antes de mais nada, porém, deve-se considerar que tanto em sua primeira administração como na última, Esperidião Amin fez questão de ter ao seu lado pessoas que representavam grande conhecimento da máquina burocrática estatal e mesmo privada. Logicamente que os fortes interesses empresariais e políticos é o que estavam sempre na “ordem do dia”. Neste sentido, a prioridade na escolha dos nomes que integrariam a estrutura de governo deveria ser concedida àqueles que fossem apoiados pela maior parte dos grupos empresariais e industriais do estado. Ou mesmo, se possível, que os próprios dirigentes ou proprietários dos meios de produção fossem “encaixados” no quadro governamental catarinense.

Figura proeminente como Victor Fontana, por exemplo, ilustra bem esta realidade, pois o mesmo acabou sendo incumbido de missões relevantes no interior do grupo de governo e no próprio aparelho de Estado.

Presidente da CELESC e vice de Amin em sua primeira gestão, Fontana representou mais do que simplesmente um substituto do governador.

Nascido em 1916 e possuindo um currículo extenso, Fontana é engenheiro químico, pioneiro da agroindústria catarinense e executivo da empresa Sadia S/A, com cargo de direção.

Na política, Fontana é nomeado Secretário da Agricultura nos anos 70, durante o mandato de Antônio Carlos Konder Reis. Chegando a ser cogitado para suceder este último, Fontana tem seu nome desconsiderado pelo Planalto, que prefere Jorge

Bornhausen, primo de Konder Reis. Lança-se, então, candidato à Câmara Federal, elegendo-se para o período 1979/1982.

Antigo filiado da ARENA e depois do PDS, Fontana foi para o PFL em maio de 1986 ficando neste partido até julho de 2003. Eleitoralmente, além de vencer as eleições para deputado federal e para governador na chapa de Amin, entre 1983 e 1987, Fontana ainda alcança mais um mandato na Câmara Federal entre 1987 e 1990.

Quanto ao SFP, Fontana foi vice-presidente do Conad do Besc entre janeiro de 1999 e junho de 2000 sendo que, no mesmo período, foi presidente da Direx do Besc. Quando assume estas funções no SFP, durante o segundo governo Amin, Fontana já estava com 82 anos de idade.

Nestes termos, ao falar sobre parte da trajetória biográfica de Fontana, incluindo o convite para assumir a presidência do Besc, Moacir Pereira registra que a reaproximação entre Amin e Fontana

(...) aconteceu com a coligação Mais Santa Catarina. Victor Fontana engajou-se na campanha, atuando de um lado como representante liberal na reeleição de Fernando Henrique e, de outro, trabalhando pela vitória de Esperidião Amin e Jorge Bornhausen.

Dizendo-se motivado até pelo clima natalino e movido pelo desejo de montar uma equipe de alto nível, qualificada, séria, legalista e representativa, Amin decidiu homenagear seu ex-vice. E convidou Victor Fontana para a presidência do Besc. Convite feito, convite aceito.<sup>252</sup>

Com exceção de José Abelardo Lunardelli, os demais integrantes do núcleo decisório do Besc até aqui mencionados fizeram parte de suas respectivas funções no período ainda anterior à federalização.

Carlos Eduardo Ferreira, nesta gestão de Amin, é o único componente que participa da cúpula do Besc antes e depois de sua federalização. Empregado de carreira do Besc, Ferreira nunca havia preenchido anteriormente a este período um espaço na alta hierarquia do SFP.

---

<sup>252</sup> A NOTÍCIA. **O reencontro no governo**. Joinville: A Notícia, 16.12.98.



Alberto de Almeida Pais, Arno Meyer, Luiz Carlos de B. Lourenço, Natalício Pegorini e João Máximo Iurk fazem parte do núcleo principal do Besc exclusivamente após a federalização da empresa.

Natalício Pegorini e João Máximo Iurk apresentam em seus currículos profissionais unicamente o ofício de funcionários do Banco Central. Pegorini ocupa a função de membro do Conad do Besc e presidente da Direx do Besc e Iurk preenche os encargos de conselheiro do Conad do Besc, presidente da Direx do Besc e membro da Direx do Besc na função de Diretor de Planejamento.

Alberto de Almeida Pais, advogado, administrador de empresas e executivo com larga experiência nas áreas econômica e financeira, iniciou sua carreira no Banco do Brasil. Contudo, passou também por diversas funções no Banco Central e no Ministério da Fazenda, chegando a ser delegado regional do Bacen<sup>253</sup> no Rio de Janeiro (1980-1991) e secretário executivo do Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais no Ministério da Fazenda (1993-1997). Atuando no Besc neste momento diferenciado que a empresa começa a viver com a federalização, Pais é o integrante que ocupa a presidência do Conad do Besc há mais tempo. Ou seja, desde agosto de 2000, quando foi efetivado o início deste processo de federalização, Pais foi o único encarregado da presidência deste conselho<sup>254</sup> e aquele que permaneceu por maior período nesta função em toda a história da instituição.

Ocupando o papel de substituto de Alberto de Almeida Pais desde o início da federalização até fevereiro de 2003, aparece o economista Arno Meyer. Graduado e mestre em economia pela UnB, Meyer já foi Consultor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Também já coordenou o Centro de Estudos Fiscais de Economia do Setor Público da FUNDAP<sup>255</sup> em São Paulo. Estando no Ministério da Fazenda desde 1996, neste período chegou a ocupar os cargos de Secretário-Adjunto de Assuntos Internacionais, Secretário-Adjunto de Política Econômica e de Secretário (efetivo) de Política Econômica.

Luiz Carlos de Brito Lourenço é o último nome relacionado a esta lista de integrantes-chave do Besc que foram exclusivos do período da federalização. Administrador formado pela UFRJ e especializado em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela mesma universidade, Lourenço é mais um participante do

---

<sup>253</sup> Banco Central.

<sup>254</sup> Até o presente momento em que esta dissertação foi concluída, Pais continua ocupando a presidência do Conad do Besc.

<sup>255</sup> Fundação do Desenvolvimento Administrativo.

Besc que possui um histórico de passagem pelo Banco do Brasil. Ou seja, pelo Banco do Brasil Lourenço foi Chefe do Departamento de Promoção e Mercados (1989), Gerente Adjunto para o Leste Europeu (1990) e Diretor da Área Internacional (1990-1995). No Besc, Lourenço ocupou a presidência da Direx e foi conselheiro do Conad.

Nenhum destes cinco personagens principais do Besc citados acima é domiciliado em Santa Catarina. Este fato é perfeitamente compreensível, já que a especificidade deste período refere-se ao momento em que a decisão acerca de quem iria assumir as funções da alta hierarquia do banco dizia respeito ao governo federal. Todavia, esta situação impossibilita o diagnóstico da filiação partidária, pois o acesso a essas informações só pode ser disponibilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral condizente com o local de residência de cada eleitor.

Ao se examinar o Besc, nota-se que as transformações vivenciadas pelo banco, ao longo do segundo governo Amin, relacionavam-se, por sua vez, às mudanças estatutárias executadas no âmbito da Codesc. Detalhando este dado, o fato é que, na manhã do dia<sup>256</sup> em que se começou a colocar em prática a federalização do Besc, foi alterado um artigo do estatuto da Codesc que, desta forma, desvinculava-se do controle das ações do Banco do Estado e as deixava a disposição do governo de Santa Catarina. Na parte da tarde, então, foi transferido o controle acionário do Estado para a União.

Assim como o Besc, têm-se, portanto, no segundo governo Amin, dois períodos de análise relacionados à conformação de membros e presidentes de Conselhos e Diretorias na Codesc: um momento anterior e outro posterior ao já citado processo de federalização. Entretanto, como a federalização foi uma transformação que objetivou alterações na funcionalidade especialmente do Besc, utiliza-se esta referência para a Codesc no sentido de se situar os principais integrantes desta instituição nos momentos anteriores e posteriores à mudança estatutária anteriormente mencionada.

Deste modo, além dos já citados Antônio Carlos Vieira e José Abelardo Lunardelli, participavam das principais funções executadas pela Codesc, nesta gestão administrativa, Guilherme da Silva Grillo (anteriormente à mudança estatutária) e Edson Caporal (após a mudança estatutária).

Guilherme da Silva Grillo, economista e empresário, ocupou a presidência da Direx e foi membro do Conad da Codesc.

---

<sup>256</sup> 30 de agosto de 2000.

Quase vinte anos antes, entre 1982 e 1983, Grillo já tinha ocupado o SFP estadual como chefe de gabinete da presidência do Besc Crédito Imobiliário e chefe de assessoria de Marketing da mesma empresa.

Ainda que não tenha idade avançada<sup>257</sup>, Guilherme Grillo apresenta uma trajetória de forte envolvimento com a atividade empresarial, sendo que, a partir de 1989, assumiu a Diretoria da Construtora Meridiana<sup>258</sup>. As outras ocupações empresariais de Grillo vêm desde o período 1985-1988, quando assumiu a Diretoria da Hoepcke S/A Negócios Imobiliários. E em seguida, em 1988, começou a ocupar a Diretoria da Holding Carlos Hoepcke Administração, Participações e Empreendimentos.

A estreita relação de Grillo com as “empresas Hoepcke” explica-se em grande parte pelo seu parentesco com o controlador da “Casa Bancária Hoepcke”, o ex-governador Aderbal Ramos da Silva. Grillo é neto, por parte de mãe, de Aderbal, sendo que, a título de lembrança, a citada “Casa Bancária” deste último chegou a ser depositária do governo do estado na época em que administrava Santa Catarina.

Por sua vez, por parte de pai, Guilherme da Silva Grillo é filho de Francisco Grillo, ex-deputado estadual pela ARENA<sup>259</sup>.

Pessoalmente, Guilherme Grillo se encontra filiado desde dezembro de 1995 no PPB<sup>260</sup>, sendo que em 2004 candidatou-se por este partido (então transformado em PP) à Câmara de Vereadores de Florianópolis, alcançando a incrível marca de 6.338 votos e elegendo-se como o segundo candidato mais votado para o legislativo municipal.

Em síntese, evidencia-se em Grillo um personagem que encarna fortes relações empresariais e políticas ao longo de seu histórico pessoal e social nas instituições das quais participou.

Quanto ao outro integrante-chave da Codesc, Edson Caporal, este se fez presente após a mudança estatutária de agosto de 2000.

Além de membro do Conad e Presidente da Direx da Codesc, Caporal ainda ocupou nesta gestão administrativa a função de membro do Conad do Besc e suplente do Confis do Besc.

Economista, Edson Caporal foi Secretário de Planejamento no governo municipal de Ângela Amin em Florianópolis, ficando neste cargo entre 1998 e 2000.

---

<sup>257</sup> Nasceu em 05.06.1963

<sup>258</sup> Empresa situada em Florianópolis S/C.

<sup>259</sup> Eleito em 15.11.1970.

<sup>260</sup> Dados disponibilizados pelo TRE-SC.

Em 2000, então, deixou o governo de Ângela Amin para participar da gestão de seu marido, Esperidião Amin, nas funções do SFP anteriormente mencionadas. Por sua vez, quando se conclui o mandato de Esperidião, Caporal volta a ocupar a Secretaria de Planejamento, agora no governo reeleito de Ângela Amin.

Ao contrário de Guilherme Grillo, Edson Caporal participa de importantes funções na Codesc e no Besc exclusivamente em uma única administração, a de Esperidião Amin, em seu segundo mandato.

A respeito do Badesc, última das três instituições aqui retratadas, faz-se importante lembrar que, ao final do governo de Paulo Afonso, esta instituição havia tido sua denominação alterada. Ao passar de “Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina” para “Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina”, o Badesc procurava expressar melhor o sentido de sua missão: “Constituir-se no principal instrumento financeiro e de informações ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, através da aplicação de recursos financeiros e tecnológicos para a modernização da estrutura produtiva e da infra-estrutura”<sup>261</sup>.

Nesta gestão, em relação ao Badesc, o comerciante Arno Garbe foi o único participante do núcleo decisório desta empresa além dos já apresentados secretários de Estado da Fazenda.

Garbe ocupa a presidência da Direx e a vice-presidência do Conad do Badesc.

Não se verifica qualquer tipo de participação deste personagem em outros períodos administrativos observados. Todavia, em relação ao momento em que cumpriu papel importante no Badesc, Garbe foi posteriormente interpelado ao pagamento de uma multa de R\$27 mil<sup>262</sup> após uma auditoria ter apurado irregularidades em sua gestão à frente desta instituição. As despesas consideradas irregulares referiam-se à aquisição de brindes, patrocínios a desportistas e eventos de esportes, apoio financeiro à “Festa das Etnias”, dispêndios com a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina, dispêndios com atividades culturais, patrocínios de festas, encontros e congressos e patrocínios de programas de rádio e televisão.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> *Missão* do Badesc, Disponível na Internet:

<[http://www.badesc.gov.br/central\\_conteudo.php?ID=12&IDLink=1](http://www.badesc.gov.br/central_conteudo.php?ID=12&IDLink=1)>. Acesso em 10/10/2006.

<sup>262</sup> Decisão tomada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) no final de 2005.

<sup>263</sup> As informações sobre as citadas “despesas consideradas irregulares” em suas especificidades foram obtidas a partir do site [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br).

Considerando que a punição a que se referiu anteriormente partiu do Tribunal de Contas de Santa Catarina, entidade que não é completamente isenta de influências políticas<sup>264</sup>, deve-se relativizar a total neutralidade de tal decisão.

Ainda que não ocupassem, no segundo mandato de Amin, funções de presidências em conselhos ou nas Diretorias Executivas, alguns integrantes do Besc, Badesc e Codesc de outros períodos governamentais voltam a se fazer presentes nestas três instituições.

É o caso do administrador Ildemar Cassias Pereira, membro efetivo do Confis do Besc (e que no governo Pedro Ivo/Casildo foi membro do Conad e Presidente da Direx da Codesc e no governo Paulo Afonso foi conselheiro do Confis do Besc); do advogado Ângelo Silvestre Bez, membro do Conad do Besc e da Codesc (e que no mandato de Vilson Kleinübing foi membro suplente e efetivo do Confis do Badesc); do administrador Pedro Ananias Alves, membro da Direx do Badesc, na função de Diretor da Área de Operações (e que no governo Kleinübing foi vice-presidente da Direx do Badesc); e do também administrador Álvaro Danton Bértoli, membro do Conad do Badesc (e que na gestão Kleinübing igualmente participou como membro do Conad do Badesc e no governo Paulo Afonso foi membro da Direx do Badesc, na qualidade de Diretor da Área Financeira e da Área Administrativa e também preencheu a vice-presidência da Direx do Badesc).

---

<sup>264</sup> Dos sete conselheiros do TCE, três são escolhidos pelo governador, com a aprovação da Assembléia Legislativa. Quanto aos outros quatro conselheiros, cabe à Assembléia Legislativa escolher.

## Capítulo 12 – Conclusão

A partir de um estudo acerca de como o sistema financeiro público catarinense foi conformado pelos interesses sócio-políticos que predominavam no estado barrigaverde entre o período governamental que se iniciou em 1983 e terminou em 2002, foi possível trazer elementos e traçar reflexões acerca deste conjunto específico de relações constituídas.

Ao se perceber que o momento recortado pela pesquisa é especialmente caracterizado pela alternância do poder entre as principais forças políticas que geriram o estado catarinense a partir de seus respectivos partidos políticos (PDS, PMDB e PFL), constata-se que as instituições financeiras públicas estaduais (Besc, Badesc e Codesc) que estruturaram o SFP catarinense neste período também sentiram os efeitos da contínua redefinição de preenchimento dos espaços públicos ocupados.

Há que se salientar que esta referida “contínua redefinição de preenchimento dos espaços públicos” foi constantemente orientada por pressupostos ideológicos advindos principalmente dos tradicionais grupos empresariais e burocráticos que comandavam o estado.

Observando o contexto de criação e desenvolvimento das três instituições do SFP mencionadas, tais grupos e seus representantes simbolizavam, sobremaneira, a reprodução de uma cultura de instrumentalização do aparelho governamental em prol dos interesses específicos das elites que os sustentavam.

Estas elites se constituíam e se solidificavam através de fatores de tradição familiar, como no caso das rivalidades políticas históricas entre os Ramos e os Konder-Bornhausen, mas, igualmente, se cristalizavam através do estreito vínculo entre grupos empresariais e políticos e os cargos de mando na estrutura burocrática do estado que permitiram acesso privilegiado a estes setores.

O resultado cabal de tal processo foi a configuração de um período (1983-2002) em que se desenhou uma intermitente disputa entre personagens que, a despeito de lutarem por espaços de poder, não se distinguiram no que diz respeito à execução de alterações nos modelos de gestão em suas respectivas instituições.

Dentro desta trajetória de desenvolvimento das relações políticas e econômicas representadas por indivíduos legalmente constituídos em suas funções, aqui especialmente considerados os encargos de presidentes de diretorias executivas e

conselhos administrativos do SFP, atenta-se para um panorama de gestão governamental onde o que prepondera é a modernização de procedimentos onde o trato para com a “coisa pública” coloca-se à mercê dos interesses das elites socialmente estabelecidas.

Por fim, fazendo um apanhado conclusivo no intuito de se poder visualizar de maneira geral como o SFP catarinense foi conformado ao longo do período estudado, torna-se fundamental destacar que uma das principais percepções que este trabalho pode conceder é que muitos dos atores-chave que em algum momento foram representantes públicos, tiveram também passagem (ns) pelo SFP como ocupantes de suas respectivas funções.

Outro aspecto que merece saliência é o diagnóstico de que no currículo dos principais integrantes do Besc, Badesc e Codesc, no espaço de tempo prioritariamente demarcado, houve uma nítida predominância de personagens com formação em cursos superiores culturalmente eleitos pelo seu *status* de “maior relevância” social. Assim, no topo desta lista acadêmica, avistam-se especialmente as formações em administração, direito, economia, engenharia e contabilidade.

De qualquer forma, os determinantes que condicionam a conformação do SFP catarinense entre março de 1983 e dezembro de 2002 derivam de uma combinação de propriedades específicas do contexto sócio-político estudado e que, ao longo dos capítulos desenvolvidos, tivemos oportunidade de compreender.

## REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. **Amanhã o Besc pode voltar a ser público.** Joinville: A Notícia, 29/08/99.

A NOTÍCIA. **BC mantém os dados em sigilo.** Joinville: A Notícia, 26.03.99.

A NOTÍCIA. **BESC: presente e futuro.** Joinville: A Notícia, 23.12.98.

A NOTÍCIA. **Corte.** Joinville: A Notícia, 26.05.99.

A NOTÍCIA. **História.** Joinville: A Notícia, 11/09/99.

A NOTÍCIA. **O reencontro no governo.** Joinville: A Notícia, 16.12.98.

A NOTÍCIA. **Pedro Ivo responsabiliza Amin pela situação do Besc.** Joinville: A Notícia, 27.02.87.

A NOTÍCIA. **Tripé.** Joinville: A Notícia, 26/04/03.

AGUIAR, Itamar. **Violência e golpe eleitoral:** Jaison e Amin na disputa pelo governo catarinense. Blumenau, Editora da Furb, 1995.

ANDRADA, Fernandino Caldeira de. **Um comandante de bancos:** vida e obra de Avelino Vieira. Curitiba: Banco Bamerindus do Brasil S.A., 1982.

ANDRADE, Adriano Soares e JAFELICE, Rosana Sueli da Motta. **A História do Café no Brasil.** Publicação FAMAT em Revista, Uberlândia, n. 4, (p. 241-253), abril de 2005.

BAER, Werner; BANG, James T. **Privatization and equity in Brazil and Russia.** CIBER Working papers, 2002. Disponível na Internet:  
<<http://www.cba.uiuc.edu/research/02100ciberpaper.pdf>> Acesso em: 24 set. 2002.

BAKER, Andy. **Reformas Liberalizantes e Aprovação Presidencial: A Politização dos Debates da Política Econômica no Brasil.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, (p. 77-98), 2002.

BARRETO, Cristiane Manique. **Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX.** In.: RAMPINELLI, Waldir José. **História e Poder.** Florianópolis, Editora Insular, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 8ª. Ed., Brasília: Editora da UnB, 1995.

CARNEIRO, Eduardo Victor Pontes. **Impactos da Regulamentação do Art. 192 da Constituição Federal sobre o modelo institucional do Banco Central do Brasil.**



Monografia apresentada ao III Curso de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1990.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Sistema financeiro no Brasil: uma breve análise de sua evolução**. Revista BAHIA ANÁLISE & DADOS, Salvador, v. 12, n. 3, (p. 199-210), 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI**. Texto para Discussão, IE/UNICAMP, Campinas, n. 106, mar. 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da & DEOS, Simone Silva de. **Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira**. Texto para discussão IE/UNICAMP, Campinas, n. 109, abr. 2002.

COSTA, Rogério Santos da. **Sistema Financeiro Público Estadual: A trajetória da Codesc** (poder, espaço público e ciclo institucional). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos Oficiais no Brasil: Origem e aspectos de seu Desenvolvimento**. Banco Central do Brasil: Brasília, 2004.

DIÁRIO CATARINENSE. **Governadores de Santa Catarina – 1739/1993: 254 anos da história catarinense**. Florianópolis: RBS Jornal, 25.11.93.

**Entrevista com o historiador Carlos Gabriel Guimarães**. Disponível na Internet: <[www.revistatemalivre.com](http://www.revistatemalivre.com)>. Acesso em 22/08/2006.

FACHEL, José. Apontamentos encontrados em GUIMARÃES, Álvaro. **Um banco brota do charque**. Disponível na Internet: <[www.reginahelena.com/ler.php?id\\_materia=51&id=3](http://www.reginahelena.com/ler.php?id_materia=51&id=3)>. Acesso em 07/08/2006.

FALCI, Miridan Britto Knox e MELO, Hildete Pereira de. **Riqueza e emancipação: Eufrásia Teixeira Leite. Uma análise de gênero**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2001.

FARHAT, Eleide Margarethe Pereira. **Inovações tecnológicas de gestão e as transformações decorrentes do seu uso em um hospital geral privado de médio porte**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas, Área de Concentração: Avaliação de Inovação Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.

**FIESC 50 anos: uma história voltada para a industrialização catarinense**. Florianópolis: Expressão, 2000.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na década de 1930.** Disponível na Internet: <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/maringa2.pdf>> Acesso em 29/08/2006.

FRAGOSO, João. Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 29, 2002.

GAERTNER, Rosinete. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968:** da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau. Tese (Doutorado em Educação Matemática), Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 2004.

GAZETA MERCANTIL – **Balço Anual do Estado do Tocantins** – 1999. Publicação Anual, Ano II, nº2, maio de 1999.

GOMES, Mônica Chirstien Rihl. **Imigração, Educação e Mudança Tecnológica: estudo de caso nas indústrias de Blumenau.** Dissertação em Educação em Políticas Públicas e Sistemas Educativos da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

GOULARTI FILHO, Alcides. **O planejamento estadual em Santa Catarina de 1955 a 2002.** Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 26, n. 1, (p. 627-660), jun. 2005.

GRANEMANN, Roney de Oliveira. **Inadimplência na área de habitação da Caixa Econômica Federal, no âmbito do escritório de negócios institucional de Florianópolis: um estudo de caso.** – Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

GÜTHS, Marisa Larsen. **A Ação Política do Empresariado Industrial Catarinense: O Caso da FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE – O mundo empresarial e a questão social. (Grupo de Trabalho 02 – Organizações empresariais, representação de interesses e ação política).** Porto Alegre, PUCRS, 2 a 5 de maio de 2006.

HELOU FILHO, Esperidião Amin; BAUER, Paulo. **Santa Catarina: estado vencedor.** Florianópolis: 1999. 10p.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento.** Blumenau, Ed. da Furb, 1987.

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina (1945-1960).** Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1985. p. 143. In.: CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina: 1945-1979.** Florianópolis, Ed da UFSC, 1990.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e Políticos de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1983.

MARKOWITZ, Michele Andrea. **Bancos e banqueiros, empresas e famílias no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARSON, Elzio dos Reis. **Historiografia paranaense na metade do século XX: o “Paraná tradicional” e o “Paraná moderno”**. (p. 227-236). In: ARIAS NETO, José Miguel; DE BONI, Maria Ignês Mancini; SOUZA, Silvia Cristina Martins de (Orgs.). **150 anos de Paraná: História e historiografia; Anais do VIII Encontro Regional de História**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

Disponível na Internet: <<http://www.anpuh.uepg.br/anpuh/Anais2002b.pdf>>. Acesso em 05/08/2006.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961 - 1970)**. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 1998.

MEURER, Eriberto José. **Os empresários e os partidos políticos**. As eleições de 1986 em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.

MICK, Jacques. **Crimes impunes: o lado oculto da intervenção no BESC**. Florianópolis, Quorum, 1997.

MILLS, Charles Right. **A elite do poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo: ANPOCS, 1988.

NASCIMENTO, Durbes Martins. **A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia**. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Pará: UFPA, 2000.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **Expansão do Crédito e Industrialização no Brasil; 1930-1945**. Boletín de Fuentes América Latina em la História Económica, México DF, n. 6, (p. 81-90), julho-dezembro de 1996.

PEDRO, Luiz Antônio. **A Contribuição da Intranet para a Construção do Conhecimento** – Uma análise em uma empresa do setor financeiro paranaense, baseado no modelo de Nonaka e Takeuchi. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), UFSC, 2001.

PEREIRA, Robson Mendonça. **O Municipalismo de Washington Luís em sua Atuação em Batatais (1893-1900): Aspectos da modernização urbana do interior paulista na República Velha**. Dissertação (Faculdade de História, Direito e Serviço Social), UNESP, Franca, 1998.

PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. **Bancos e Banqueiros, Sociedade e Política: O Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994)**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), UFSC, Florianópolis, 2006.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de Crédito – História da Evolução Normativa no Brasil**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2006. Disponível na Internet:  
<[http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cooperativas\\_credito\\_2007.pdf](http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cooperativas_credito_2007.pdf)>. Acesso em 06/12/2006.

POLEZA, Maristela Macedo. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983**. Dissertação (apresentada ao Colegiado do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional de Blumenau), Blumenau, 2003.

REIS, Sara Regina Poyares dos. **Carl Hoepcke – A marca de um pioneiro**. Florianópolis, Insular, 1999.

Relatório Final da CPI do Besc. Diário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 26/09/1984, p. 4-15.

Relatório Final da CPI do Procape. Diário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 11/09/1984.

RIBAS JÚNIOR, Salomão Antônio. **Retratos de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora Retratos, 2005.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **A moeda, o crédito e o financiamento da produção**. Revista *Estudos Avançados*, São Paulo, v.15, n. 41, (p. 77-90), Jan./Apr. 2001.

SANTOS, Norma Ely Silva. **Utilização da análise de “Filière” com a variável ambiental “efluentes líquidos e estações de tratamento” no estudo de comportamento das indústrias têxteis do Vale do Itajaí - SC**. Dissertação de Mestrado, PPGE/UFSC, 1996.

SARETTA, Fausto. **Octavio Gouvêa de Bulhões**. Revista *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, (p. 111-125), Jan./Apr. 2001.

SCHMITZ, Sérgio. **Bancos privados e públicos em Santa Catarina: a trajetória do BDE – contribuição à história bancária catarinense**. Tese (Doutorado em História Econômica), São Paulo: USP/FFLCH, 1991.

SCHMITZ, Sérgio. **O sonho acabou: o caso Inco**. Trabalho apresentado ao Concurso de Professor Titular de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim**. Blumenau, Editora da Furb, 1982.

SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, Política e Ascensão Social: um exemplo teuto-brasileiro**. Revista MANA, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, (p. 61-88), outubro de 1999.

SILVA, Valdir Alvim da. **Poder político e políticas públicas**: Inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma História de dominação de classe. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 1996.

SIMAS FILHO, Mário. **Salvo pelo gongo**. Disponível na Internet:  
<<http://www.terra.com.br/istoe/politica/144922.htm>> Acesso em 07/07/06.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. In.: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930**. Disponível na Internet:  
<<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/maringa2.pdf>>  
Acesso em 29/08/2006.

VASCONCELOS, Frederico. **O empreendedor que apostou no pluralismo e criou a Folha moderna**. Disponível na Internet:  
<[www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81323.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81323.shtml)> Acesso em 15/05/2006.

VENTURA, Roberto. **Euclides da Cunha e a República**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, v. 10, n. 26, (p. 275-291), 1996.

VIERA, Paulo Afonso; HÜLSE, José Augusto. **Proposta de Governo**: Viva Santa Catarina. Florianópolis: 1994. 93p.

WAIBEL, Leo. **A Teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização de terra**: sua aplicação à Costa Rica. In.: BAVARESCO, Paulo Ricardo: **Os Ciclos Econômicos do Extremo Oeste Catarinense**: modernização, progresso e empobrecimento. Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2003.

## APÊNDICE A –

**Integrantes do SFP e Administrações Catarinenses (1983-2002)**

## **APÊNDICE B –**

**Integrantes do SFP, representantes da cúpula do SFP,  
atividades/profissões e eleições**

## **ANEXO A –**

**Membros da Diretoria Executiva (DIREX) da Codesc, entre 1983 e  
2002**



**DIRETORIA EXECUTIVA – 15 de março de 1983 (2 anos)**

Carlos Passoni Júnior - Presidente

Diretores: Ivan Luiz de Mattos e Antônio Getúlio Westrupp

**DIRETORIA EXECUTIVA – 02 de abril de 1985 (2 anos)**

Carlos Passoni Júnior - Presidente

Paulo Roberto dos Santos – Vice-Presidente

Diretor responsável pela área de informática – Otávio Ferrari Filho

Diretor responsável pela área administrativa e financeira – Antônio Getúlio Westrupp

Diretor responsável pela área planejamento – Ivan Luiz de Mattos

Em 15 de maio de 1985 – Otávio Ferrari Filho renuncia e é eleito Márcio Nei Ferrari

Em 14 de abril de 1986 – Carlos Passoni Júnior renuncia e é eleito Aristides Vieira Stadler

**DIRETORIA EXECUTIVA – 18 de março de 1987 (2 anos)**

Murilo Sampaio Canto - Presidente

Diretor responsável pela área de informática – René da Silva

Diretor responsável pela área administrativa e financeira – Maurity Dal Grande Borges

Em 14 de julho de 1988 Murilo Sampaio Canto renuncia e é eleito Ingo Greuel

Em 14 de julho de 1988 René da Silva renuncia e é eleito Edson Agi

Em 01 de fevereiro de 1989 Ingo Greuel renuncia e é eleito Durval Vassel

Em 01 de fevereiro de 1989 René da Silva renuncia e fica o cargo vago

Em 01 de fevereiro de 1989 Maurity Dal Grande Borges renuncia e é eleito Aldo Piazero

Em 20 de abril de 1989 Aldo Piazero assume como Diretor Geral

Em 08 de maio de 1989 Durval Vassel renuncia e é eleito Ildemar Cassias Pereira

Em 04 de janeiro de 1990 Aldo Piazero renuncia e é eleito Volnei Tércio Sousa

**DIRETORIA EXECUTIVA – 14 de março de 1990 (1 ano)**

Ildemar Cassias Pereira – Presidente

Volnei Tércio Sousa – Diretor Geral

**DIRETORIA EXECUTIVA – 18 de março de 1991 (2 anos)**

Airton Santos – Presidente

Luiz Heitor Simone Ferrari – Diretor Geral

Em 24 de abril de 1992 Airton Santos renuncia e é eleito Avelino Werner Filho

**DIRETORIA EXECUTIVA – 16 de março de 1993 a 31 de dezembro de 1994**

Avelino Werner Filho – Presidente

Luiz Heitor Simone Ferrari – Diretor Geral

**DIRETORIA EXECUTIVA – 02 de janeiro de 1995 (2 anos)**

Heitor Francisco do Livramento Steiner – Presidente

Genésio Cláudio Suene – Diretor de Planejamento

Walter Alves – Diretor Administrativo e Financeiro

**DIRETORIA EXECUTIVA – 02 de janeiro de 1997 (2 anos)**

Heitor Francisco do Livramento Steiner – Presidente

Genésio Cláudio Suene – Diretor de Planejamento

Walter Alves – Diretor Administrativo e Financeiro

**DIRETORIA EXECUTIVA – 04 de janeiro de 1999 (2 anos)**

Guilherme da Silva Grillo – Presidente

Luiz Carlos Santos – Diretor Administrativo e de Planejamento

Débora Cani Bauer – Diretora Financeira

Florindo Testoni Filho – Diretor de Loterias e Desenvolvimento do Desporto

Em 20 de setembro de 2000 Guilherme da Silva Grillo renuncia e é eleito Edson Caporal

**DIRETORIA EXECUTIVA – 20 de dezembro de 2000 (2 anos)**

Edson Caporal – Presidente

Luiz Carlos Santos – Diretor de Planejamento

Débora Cani Bauer – Diretora Administrativa e Financeira

Florindo Testoni Filho – Diretor de Loterias e Desenvolvimento do Desporto

**DIRETORIA EXECUTIVA – 2 anos**

Içuriti Pereira da Silva – Presidente (02 de janeiro de 2003)

Otto Entres Filho – Diretor Administrativo e Financeiro (07 de janeiro de 2003)

José Thadeu Mosmann Rodrigues – Diretor de Planejamento (20 de fevereiro de 2003)

Aroldo Boschetti Soster – Diretor de Loterias e Desenvolvimento do Desporto (02 de janeiro de 2003)

Todos reeleitos em 22 de dezembro de 2004

**ANEXO B –**

**Membros do Conselho de Administração (CONAD) da Codesc, entre  
1983 e 2002**

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>
<b>25 DE JANEIRO DE 1983</b> Paulo da Costa Ramos em substituição ao conselheiro Paulo Konder Bornhausen
<b>14 DE MARÇO DE 1983</b> Carlos Passoni Júnior / Ivo Silveira / Eggon João da Silva / Nilson Wilson Bender / Ivan Oreste Bonato / Paulo Roberto dos Santos / Antenor Manoel Napolini / Márcio Luiz Guimarães Collaço / Sérgio Waltrick
<b>04 DE MAIO DE 1983</b> João Maurício Gonçalves Cândido – representante dos empregados da CODESC, através da ADESC (Associação)
<b>01 DE JULHO DE 1983</b> Nilson José Cherem
<b>23 DE MARÇO DE 1984</b> Aquilino Antônio dos Santos
<b>02 DE MAIO DE 1984</b> Arthur João Scur / Ivo Szpoganicz / Wilson Filomeno
<b>02 DE FEVEREIRO DE 1985</b> Altair Guidi em lugar de Nilton José Cherem
<b>28 DE FEVEREIRO DE 1985</b> Altair Guidi em substituição do conselheiro Nilton José Cherem
<b>02 DE ABRIL DE 1985</b> Carlos Passoni Junior / Eggon João da Silva / Ivo Silveira / Nilson Wilson Bender / Ivan Oreste Bonato / Ivo Szpoganicz / Altair Guidi / Carlos Antônio Bonetti / Paulo Roberto dos Santos / Antenor Manoel Napolini / Marcio Luiz Guimarães Collaço / Sergio Waltrick / Wilson Filomeno / Aquilino Antônio dos Santos / João Maurício Gonçalves Cândido / Eda Thereza Arruda Scur / August Hinrich Purnhagen / Ernesto Bernardino
<b>03 DE JUNHO DE 1985</b> Carlos Roberto Blumenberg em lugar de João Maurício Gonçalves Cândido
<b>01 DE JULHO DE 1985</b> César Antônio Prazeres / Renee Gonçalves
<b>02 DE SETEMBRO DE 1985</b> Olavo Marquardt / Luiz Frederico Domning / Iconomus Atherino / Celso Dorval

Bozzano Orlando Bernardino da Silva
<b>01 DE NOVEMBRO DE 1985</b>
Júlia da Silva Milis
<b>02 DE MAIO DE 1986</b>
Aristorides Vieira Stadler / Nadir Antônio Pegoraro / Getúlio de Brito Andrade tendo em vista a renúncia dos conselheiros Luiz Frederico Domning / Ivan Oreste Bonato / Nilson Wilson Bendeer / Carlos Passoni Júnior
<b>02 DE JULHO DE 1986</b>
Aristides Bernardi em substituição do conselheiro Wilson Filomeno Waldo Bayestorff / Cloduardo Amaral
<b>14 DE MARÇO DE 1987</b>
Fernando Ferreira de Mello Junior / Aloysio Gentil Costa / Maurity Dal Grande Borges / Cesar Locks / René Pires Machado / Alberto Bornschein / Danilo Aronovich Cunha / Anita Maria Silveira Pires / João Henrique Blasi / Rogério Duarte Queiroz
<b>25 DE SETEMBRO DE 1987</b>
Renuncia dos conselheiros César Locks e Anita Maria Silveira Pires Eleitos Murilo Sampaio Canto / João Ramos Roussenq / João Sônego e Nestor Delfino Antunes
<b>28 DE DEZEMBRO DE 1988</b>
Paulo Afonso Evangelista Vieira / Otto Entres Filho
<b>11 DE ABRIL DE 1989</b>
Paulo Afonso Evangelista Vieira / Otto Entres Filho / Maurity Dal Garnde Borges / Aloysio Gentil Costa / René Pires Machado / João Henrique Blasi / Durval Vasel / João Ramos Roussenq
<b>07 DE JUNHO DE 1989</b>
Ildemar Cassias Pereira em substituição ao conselheiro Durval Vasel
<b>12 DE ABRIL DE 1990</b>
Félix Christiano Theiss tendo em vista a renúncia do conselheiro Paulo Afonso Evangelista Vieira
<b>30 DE ABRIL DE 1992</b>
Avelino Werner Filho em substituição ao conselheiro Airtton Santos
<b>05 DE JANEIRO DE 1993</b>
Luis Fernando Verdini Salomon em substituição do conselheiro Fernando Marcondes

de Mattos
<b>30 DE ABRIL DE 1993</b>
Luis Fernando Verdini Salomon / Ivan Luiz de Mattos / Nelson de Souza Infeld / Arno Gartner / Sebastião Heidmann / Aristorides Vieira Stadler / Lena de Mello Rego Drolshagen / Avelino Werner Filho /
<b>28 DE FEVEREIRO DE 1994</b>
Osmar Luiz Caetano em substituição a conselheira Lena de Mello Rego Drolshagen
<b>27 DE SETEMBRO DE 1994</b>
Guilherme da Silva Grillo em substituição ao conselheiro Luiz Fernando Verdine Salomon
<b>02 DE JANEIRO DE 1995</b>
Neuto Fausto de Conto / Neri dos Santos / Aloísio Acácio Piazza / Noemi dos Santos Cruz / Antônio Araújo Guerreiro / Valentin Nardelli / Idoir Miguel Zatti / Heitor Francisco do Livramento Steiner
<b>08 DE MARÇO DE 1996</b>
Oscar Falk em substituição do conselheiro Neuto Fausto de Conto
<b>02 DE JANEIRO DE 1997</b>
Oscar Falk / Néri dos Santos / Aloísio Acácio Piazza / Noemi dos Santos Cruz / Antônio Araújo Guerreiro / Valentim Nardelli / Idoir Miguel Zatti / Heitor Francisco do Livramento Steiner
<b>05 DE FEVEREIRO DE 1997</b>
Paulo Sergio Gallotti Prisco Paraíso em substituição ao conselheiro Oscar Falk
<b>25 DE JULHO DE 1997</b>
Nelson Wedekin em substituição ao conselheiro Paulo Sergio Gallotti Prisco Paraíso
<b>29 DE AGOSTO DE 1997</b>
Alcebiades Padilha em substituição ao conselheiro Néri dos Santos
<b>04 DE JANEIRO DE 1999</b>
Antônio Carlos Vieira / Celestino Roque Secco / Alcides Hermógenes Ferreira / Conrad Gessner / Antônio Ceron / Angelo Silvestre Bez / Maria Marita Campos da Silva / Guilherme da Silva Grillo
<b>18 DE MAIO DE 1999</b>
Rycharde Farah em substituição ao conselheiro Alcides Hermógenes Ferreira
<b>08 DE FEVEREIRO DE 2000</b>
Julibyo Jupy Barreto em substituição ao conselheiro Celestino Roque Secco

**20 DE DEZEMBRO DE 2000**

Edson Caporal / Jurandir Henrique Hostins / Flávia Heinzen de Castro

**26 DE ABRIL DE 2002**

José Abelardo Lunardelli



## **ANEXO C –**

**Membros do Conselho Fiscal (CONFIS) da Codesc, entre 1983 e 2002**

**CONSELHO FISCAL**

**25 DE MARÇO DE 1977**

**TITULARES:** Cláudio Andrade Ramos / Marcos Francisco Heusi / Alfredo Russi

**SUPLENTES:** Luiz Mário Machado / Nilson Carioni / Eugênio Victor Schmoka

**25 DE ABRIL DE 1978**

**TITULARES:** Aroldo Joaquim Camillo / Mário Olinger / Marcos Francisco Heusi /

**SUPLENTES:** Flávio Brandalise / Klaus Eduardo Meyer / Ruy Klein Homrich

**16 DE MARÇO DE 1979**

**TITULARES:** Mário Olinger / João Correia Bittencourt / Renato John / Mário Carvalho e Silva Garcia / Armando Campos de Faria

**SUPLENTES:** Aroldo Joaquim Camillo / Marcos Francisco Heusi / Ruy Klein Homrich / Flávio Brandalise / José Meirelles

**30 DE ABRIL DE 1980**

**TITULARES:** Renato John / Mário Carvalho e Silva Garcia / João Correia Bittencourt / Mário Olinger / Armando Campos de Faria

**SUPLENTES:** José Meirelles / Ruy Klein Homrich / Marcos Francisco Heusi / Aroldo Joaquim Camillo / Flávio Brandalise /

**30 DE ABRIL DE 1981**

**TITULARES:** Renato John / Mário Carvalho e Silva Garcia / João Correia Bittencourt / Mário Olinger / Armando Campos de Faria

**SUPLENTES:** José Meirelles / Ruy Klein Homrich / Marcos Francisco Heusi / Aroldo Joaquim Camillo / Flávio Brandalise /

**16 DE MARÇO DE 1982**

**TITULARES:** Renato John / Mário Carvalho e Silva Garcia / João Correia Bittencourt / Mário Olinger / Armando Campos de Faria

**SUPLENTES:** Aroldo Joaquim Camillo / Ruy Klein Homrich / Flávio Brandalise / José Meirelles / Marcos Francisco Heusi

**14 DE MARÇO DE 1983**

**TITULARES:** Mário Olinger / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Victor Fernando Sasse /

**SUPLENTES:** Aroldo Joaquim Camillo / Ruy Klein Homrich / Flávio Brandalise / José Meirelles

**14 DE MARÇO DE 1983**

**TITULARES:** Mário Olinger / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Victor Fernando Sasse /

<p><b>SUPLENTE:</b> Aroldo Joaquim Camillo / Ruy Klein Homrich / Flávio Brandalise / José Meirelles</p>
<p><b>01 DE JULHO DE 1983</b></p> <p><b>TITULAR:</b> João Correa Bittencourt</p>
<p><b>30 DE ABRIL DE 1984</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Victor Fernando Sasse / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Mário Olinger / João Correa Bittencourt</p> <p><b>SUPLENTE:</b> Aroldo Joaquim Camillo / Ruy Klein Homrich / Flávio Brandalise / José Meirelles</p>
<p><b>04 DE MAIO DE 1984 (RE-RATIFICAÇÃO)</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Victor Fernando Sasse / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Mário Olinger / João Correa Bittencourt</p> <p><b>SUPLENTE:</b> Joceli de Souza / Aroldo Joaquim Camillo / Ruy Klein Homrich / Flávio Brandalise / José Meirelles</p>
<p><b>02 DE MAIO DE 1985</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Victor Fernando Sasse / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Alda Jacinto / Mauro Pereira dos Santos</p> <p><b>SUPLENTE:</b> José Meirelles / Ruy Klein Homrich / Aroldo Joaquim Camillo / Flávio Brandalise / Mário Roberto Cavallazzi</p>
<p><b>03 DE JUNHO DE 1985</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Aroldo Joaquim Camilo / Mário Olinger / Marcos Francisco Heusi</p> <p><b>SUPLENTE:</b> Flávio Brandalise / Klaus Eduardo Meyer / Ruy Klein Homrich</p>
<p><b>02 DE MAIO DE 1986</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Victor Fernando Sasse / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Alda Jacinto / Mauro Pereira dos Santos</p> <p><b>SUPLENTE:</b> José Meirelles / Ruy Klein Homrich / Nelson Amâncio Madalena / Flávio Brandalise / Sérgio Sachet</p>
<p><b>14 DE MARÇO DE 1987</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Erasmo Szpoganicz / Gilberto Homero Pereira / Ernédio Migliorini / João Hamilton Luz / Raul Furlan</p> <p><b>SUPLENTE:</b> Aldir Alvim de Souza / Genir José Destri / Nei Viana de Albuquerque / Rubens Miguel de Souza / Alfredo Muller Júnior</p>
<p><b>11 DE JULHO DE 1988</b></p> <p><b>TITULARES:</b> Victor Fernando Sasse / Celestino Roque Secco / Klaus Eduardo Meyer / Alda Jacinto / Mauro Pereira dos Santos</p> <p><b>SUPLENTE:</b> José Meirelles / Ruy Klein Homrich / Nelson Amâncio Madalena / Flávio Brandalise / Sérgio Sachet</p>

**28 DE DEZEMBRO DE 1988**

**TITULARES:** José Aleixo Dellagnello / Osmar Klauberg e Aldir Alvim de Souza em substituição aos conselheiros João Hamilton Luz / Gilberto Homero Pereira e Raul Furlan

**SUPLENTES:** Vaiani Kotzias Pizani

O conselho passa a vigorar com os seguintes nomes:

**TITULARES:** Erasmo Szpoganicz / José Aleixo Dellagnello / Osmar Klauberg / Aldir Alvim de Souza / Ernídio Migliorini

**SUPLENTES:** Vaiani Kotzias Pizani / Genir José Destri / Ney Vianna de Albuquerque / Rubens Miguel de Souza / Alfredo Muller Júnior

**11 DE ABRIL DE 1989**

**TITULARES:** Osmar Klauberg / José Aleixo Dellagnello / Aldir Alvim de Souza

**SUPLENTE:** Vaiani Kotzias Pizani / Rubens Miguel de Souza / Alfredo Muller Júnior

**12 DE ABRIL DE 1990**

**TITULARES:** Osmar Klauberg / José Aleixo Dellagnello / Aldir Alvim de Souza

**SUPLENTES:** Vaiani Kotzias Pizani / Rubens Miguel de Souza / Alfredo Muller Júnior

**18 DE MARÇO DE 1991**

**TITULARES:** Armando Hosang / Elaine Maria Amin Helou / Lilio Chaves Cabral

**SUPLENTES:** Luiz Antônio Grubba / Arli João da Silva / Moacir Gervásio Thomazzi

**30 DE ABRIL DE 1992**

**TITULARES:** Lilio Chaves Cabral / Elaine Maria Amin Helou / Armando Hosang

**SUPLENTES:** Luiz Antônio Grubba / Arli João da Silva / Moacir Gervásio Thomazzi

**30 DE ABRIL DE 1993**

**TITULARES:** Lilio Chaves Cabral / Elaine Maria Amin Helou / Armando Hosang

**SUPLENTES:** Luiz Antônio Grubba / Arli João da Silva / Moacir Gervásio Thomazzi

**29 DE ABRIL DE 1994**

**TITULARES:** Armando Hosang / Elaine Maria Amin Helou / Lilio Chaves Cabral

**SUPLENTES:** Luiz Antônio Grubba / Arli João da Silva / Moacir Gervásio Thomazzi

**28 DE ABRIL DE 1995**

**TITULARES:** Cosme Polese / Neomar Rogério Muck / José Luiz Sardá

**SUPLENTES:** Adenor Piovesan / Jucélio dos Santos / Tânia Mara Carvalho de Souza

**30 DE ABRIL DE 1996**

**TITULARES:** Cosme Polese / José Luiz Sarda / Adenor Piovesan

**SUPLENTES:** Jucélio dos Santos / Tânia Mara Carvalho de Souza / Renê da Silva

**30 DE ABRIL DE 1997**

**TITULARES:** Cosme Polese / José Luiz Sarda / Adenor Piovesan

**SUPLENTES:** Jucélio dos Santos / Tânia Mara Carvalho de Souza / René da Silva

**30 DE ABRIL DE 1998**

**TITULARES:** Cosme Polese / José Luiz Sarda / Adenor Piovesan

**SUPLENTES:** Jucélio dos Santos / Tânia Mara Carvalho de Souza / René da Silva

**15 DE DEZEMBRO DE 1999**

**TITULARES:** José Carlos Soares / Maria Cecília Heinzen de Novaes / Maria Roseni Segatta Spengler

**SUPLENTES:** Flávio Schmitz / Ailton Laudelino Andrade / Wilson Cascaes Lisboa

**27 DE JUNHO DE 2000**

**TITULARES:** José Carlos Soares / Maria Cecília Heinzen de Novaes / Maria Roseni Segatta Spengler

**SUPLENTES:** Flávio Schmitz / Ailton Laudelino Andrade / Wilson Cascaes Lisboa

**30 DE ABRIL DE 2001**

**TITULARES:** José Carlos Soares / Maria Cecília Heinzen de Novaes / Maria Roseni Segatta Spengler

**SUPLENTES:** Flávio Schmitz / Laudelino Andrade / Wilson Cascaes Lisboa

**23 DE MAIO DE 2002**

**TITULARES:** José Carlos Soares / Maria Cecília Heinzen de Novaes / Maria Roseni Segatta Spengler

**SUPLENTES:** Flávio Schmitz / Laudelino Andrade / Wilson Cascaes Lisboa

## **ANEXO D –**

**Composição dos Conselhos de Administração (CONAD) e Fiscal  
(CONFIS) do Badesc, entre 1983 e 2002**

Ata da 8ª Assembléia Geral Ordinária e da 16ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 15 de março de 1983.

Conselho de Administração

Presidente Eleito: Carlos Passoni Júnior.

Conselheiros Efetivos Eleitos: Conrado Morro, Osvaldo Dela Giustina, Gilberto Leal de Meirelles, Fernando Antônio Medeiros Beck.

Conselheiros Suplentes Eleitos: Tarquino Morillas de Pádua, Ubiratan Costódio, Antônio Getúlio Westrupp, Evandro Müller de Castro .

Foram eleitos para o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato até a data de realização da Assembléia Geral Ordinária de 1984:

Membros Efetivos: Zany Gonzaga, Francisco de Assis Filho, Antônio Félix de Souza Amorim Neto, Ary Kardec Bosco de Melo.

Membros Suplentes: Rogério Stoeterau, Ernani Bayer, Hélio Mário Guerreiro, Hamilton Langaro Dipp.

Ata da 18ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 20 de dezembro de 1983.

“(…) ficando em decorrência do que, assim composto o Conselho de Administração da Sociedade, para o período de gestão a se encerrar em 15.03.1985:

Presidente: Carlos Passoni Jr.

Conselheiros Efetivos: Conrado Morro, Osvaldo Dela Giustina, Fernando Antônio Medeiros Beck.

Conselheiros Suplentes: Tarquino Morillas de Pádua, Antônio Getúlio Westrupp, Evandro Muller de Castro.

Ata da 9ª Assembléia Geral Ordinária e da 19ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada cumulativamente em 30 de abril de 1984.

“(…) ficando, em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato até a data de realização da Assembléia Geral Ordinária de 1985:

Membros Efetivos: Gastão de Campos, Francisco de Assis Filho, Antônio Felix de Souza Amorim Neto, Ari Kardec Bosco de Melo.

Membros Suplentes: Rogério Stoeterau, Ernani Bayer, Hélio Mário Guerreiro, Hamilton Langaro Dipp.

Ata da 20ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 31 de agosto de 1984.

Eleição que se destinava a recompor o Conselho de Administração da Sociedade, em face da renúncia do senhor Conrado Morro ao cargo de Conselheiro Efetivo.

Eleito para o Conselho de Administração da Sociedade como Conselheiro Efetivo e para completar o mandato de seu antecessor, a se findar em 15 de março de 1985, o senhor Evandro Müller de Castro.

Eleito membro suplente do Conselho de Administração da Sociedade, para completar o mandato do seu antecessor, a se findar em 15 de março de 1985, o senhor Cândido Zimmermann Damásio.

Ata da 10ª Assembléia Geral Ordinária e da 21ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 19 de abril de 1985.

“(…) ficando, em decorrência do que, assim constituído o Conselho de Administração do Banco, para o período de gestão a se encerrar em 19.04.1987:

Presidente: Carlos Passoni Jr.

Conselheiros Efetivos: Evandro Müller de Castro, Osvaldo dela Giustina, Sílvio Juliano Luchi.

Conselheiros Suplentes: José Orlando Battistoti, Antônio Getúlio Westrupp, José Carlos Meinert.

“(…) ficando, em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato até a data de realização da Assembléia Geral Ordinária de 1986:

Membros Efetivos: Gastão de Campos, Francisco de Assis Filho, Antônio Felix de Souza Amorim Neto, Ari Kardec Bosco de Melo, Luiz Flávio de Azevedo.

Membros Suplentes: Rogério Stoeterau, Ernani Bayer, Antenor Manoel Napolini, Wilson Filomeno, Hamilton Langaro Dipp.

Ata da 11ª Assembléia Geral Ordinária e da 22ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC – realizadas cumulativamente em 30 de abril de 1986.

“(…) ficando, em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato até a data de realização da Assembléia Geral Ordinária de 1987:

Membros Efetivos: Gastão de Campos, Antônio Félix de Souza Amorim Neto, Ari Kardec Bosco de Melo, Luiz Flávio de Azevedo.

Membros Suplentes: Rogério Stoeterau, Antenor Manoel Napolini, Wilson Filomeno, Hamilton Langaro Dipp.

“(…) Recomposição do Conselho de Administração da Sociedade, através do provimento dos cargos de Presidente, Conselheiro Efetivo e Conselheiro Suplente, vagos em decorrência das renúncias dos senhores Carlos Passoni Júnior, Osvaldo Dela Giustina e José Carlos Meinert”.

Eleitos para o Conselho de Administração da Sociedade e para completar o mandato de seus antecessores, a se findar em 19.04.87, como seu Presidente, o senhor Nelson Amâncio Madalena; como Conselheiro Efetivo, o senhor Antônio Getúlio Westrupp e como Conselheiro Suplente, o senhor Celso Mário Zipf; como Conselheiro Suplente e



para completar o mandato do seu antecessor, a se findar em 19.04.87, o senhor Cândido Zimmermann Damásio.

Ata da 12ª Assembléia Geral Ordinária e da 24ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 30 de abril de 1987.

Regime de Administração Especial Temporária (RAET).

Ata da 28ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC realizada em 27 de fevereiro de 1989.

Eleitos para o Conselho de Administração da Sociedade, para um mandato de dois anos, como seu Presidente: Paulo Afonso Vieira;  
Vice-Presidente: Ingo Greuel  
Conselheiros: Saulo Vieira, Emanuel Campos e Cândido Zimmermann Damásio.

Ficando, em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato de 1 ano:

Membros Efetivos: José Francisco Salm, José Aleixo Dallagnelo, Adolfo Martins Camilli

Membros Suplentes: Norberto Cubas da Silva, Gabriel Bogoni, Tito Lívio Baião.

Prazo de mandato dos eleitos:

27.02.89 a 27.02.91: Conselho de Administração

27.02.89 a 27.02.90: Conselho Fiscal

Ata da 29ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada de 07 de abril de 1989.

Deliberar sobre a recomposição do Conselho de Administração da Sociedade, através do provimento do cargo de Vice-Presidente, vago em decorrência da renúncia do senhor Ingo Greuel.

Eleito para o Conselho de Administração da Sociedade, como Conselheiro Vice-Presidente, o senhor Dejandir Dalpasquale.

Ata da 30ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 01 de agosto de 1989.

(...) o senhor presidente comunicou aos presentes que estava de posse das cartas de renúncia que foram encaminhadas pelos senhores José Francisco Salm e Norberto Cubas da Silva, o primeiro membro efetivo, e o segundo, suplente, do Conselho Fiscal da Sociedade.

Eleitos para completar o mandato de seus antecessores, a se findar quando da realização da AGO de 1990, como Conselheiro Efetivo o senhor Heitor Francisco do Livramento Steiner e como Conselheiro Suplente o senhor Roberto Ferreira Filho.

Ata da 15ª Assembléia Geral Ordinária e da 32ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 3 de abril de 1990.

ficando assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato até a AGO de 1991:

Membros Efetivos: Milton Fett  
José Aleixo Dallagnelo  
Adolfo Martins Camilli

Membros Suplentes: Roberto Ferreira Filho  
Gabriel Bogoni  
Tito Lívio Baião

eleitos para o Conselho de Administração da Sociedade e para completar o mandato de seus antecessores, a se findar em 27.02.91

O Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Felix Christiano Theiss

Vice-Presidente: Altair José de Marco

Conselheiros: Dejandir Dalpasquale, José Henrique Carneiro de Loyola e Cândido Zimmermann Damásio.

Ata da 33ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 5 de setembro de 1990.

O Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Felix Christiano Theiss;

Vice-Presidente: Dalibar Dalil Mansur;

Conselheiros: José Henrique Carneiro de Loyola, Cândido Zimmermann Damásio e Altair José de Marco.

Ata da 16ª Assembléia Geral Ordinária e da 34ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 14 de março de 1991.

O Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Fernando Marcondes de Mattos

Vice-Presidente: Adolar Pieske

Conselheiros: Alcides Abreu  
Júlio Cesar Zago Sobrinho

Álvaro Danton Bertoli

ficando assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1992:

Membros Efetivos: Ladir Pedro Cherubini  
João Henrique Bortoluzzi  
Adolfo Martins Camilli  
Membros Suplentes: Ângelo Silvestre Bez  
Sebastião Heidmann  
Tito Lívio Baião.

Ata da 17ª Assembléia Geral Ordinária e da 37ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 23 de abril de 1992.

ficando assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1993:

Membros Efetivos: João Henrique Bortoluzzi  
Adolfo Martins Camilli  
Ângelo Silvestre Bez  
Membros Suplentes: Sebastião Heidmann  
Frederico Antônio Bullus Melo  
Tito Lívio Baião.

Ata da 39ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 30 de novembro de 1992.

Com a eleição do seu novo membro que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Luiz Fernando Verdine Salomon  
Vice-Presidente: Adolar Pieske  
Conselheiros: Júlio Cesar Zago Sobrinho e Álvaro Danton Bertoli.

Ata da 18ª Assembléia Geral Ordinária e da 40ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 12 de abril de 1993.

ficando assim constituído o Conselho de Administração do Banco, para um mandato até a realização da Assembléia Geral Ordinária de 1995:

Presidente: Luiz Fernando Verdine Salomon  
Vice-Presidente: Adolar Pieske  
Conselheiros: Júlio Cesar Zago Sobrinho, Álvaro Danton Bertoli

ficando assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1994:

Membros Efetivos: João Henrique Bortoluzzi, Paulo Luiz Bastos Silva, Angelo Silvestre Bez

Membros Suplentes: Sebastião Heidmann, Frederico Antônio Bullus Melo, Rômulo Haberbeck de Oliveira.

Ata da 41ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 14 de setembro de 1993.

“(…) com a eleição do seu novo membro que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Luiz Fernando Verdine Salomon

Vice-Presidente: Adolar Pieske

Conselheiros: Júlio César Zago Sobrinho, Álvaro Danton Bertoli, Frederico Antônio Bullus Melo

“(…) com a eleição do seu novo membro que acabara de se processar, o Conselho Fiscal Permanente da Sociedade, passaria a ter, então, a seguinte constituição:

Membros Efetivos: João Henrique Bortoluzzi, Angelo Silvestre Bez, Paulo Luiz Bastos Silva.

Membros Suplentes: Sebastião Heidmann, Milton Pompeu da Costa Ribeiro, Rômulo Haberbeck de Oliveira.

Ata da 19ª Assembléia Geral Ordinária e da 43ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 26 de abril de 1994.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1995:

Membros Efetivos: João Henrique Bortoluzzi, Angelo Silvestre Bez, Paulo Luiz Bastos Silva

Membros Suplentes: Sebastião Heidmann, Milton Pompeu da Costa Ribeiro, Rômulo Haberbeck de Oliveira.

Ata da 44ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 30 de agosto de 1994.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Guilherme Júlio da Silva

Vice-Presidente: Luiz Fernando Francalacci

Conselheiros: Júlio Cesar Zago Sobrinho, Álvaro Danton Bertoli e Frederico Antônio Bullus Melo.

Ata da 45ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 02 de janeiro de 1995.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, em obediência ao Estatuto Social, a seguinte composição:

Presidente: Neuto Fausto de Conto

Vice-Presidente: Júlio Cesar Garcia

Conselheiros: Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso, Edilon Gaidzinski Pereira e Neri dos Santos.

Ata da 20ª Assembléia Geral Ordinária e da 46ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 26 de abril de 1995.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Neuto Fausto de Conto

Vice-Presidente: Júlio Cesar Garcia

Conselheiros: Neri dos Santos, Paulo Sérgio Prisco Paraíso e Jorge Alberto Luderitz Saldanha.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1996:

Membros Efetivos: João Henrique Bortoluzzi, Otto Entres Filho, Paulo Luiz Bastos Silva

Membros Suplentes: Oscar Falk, Murilo Sampaio Canto, Rômulo Haberbeck de Oliveira.

Ata da 47ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 18 de julho de 1995.

“(…) com a eleição do seu novo membro que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, em obediência ao Estatuto Social, a seguinte composição:

Presidente: Neuto Fausto de Conto

Vice-Presidente: Ivo Vandelinde

Conselheiros: Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso, Neri dos Santos e Jorge Alberto Luderitz Saldanha.

Ata da 21ª Assembléia Geral Ordinária e da 48ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 22 de março de 1996.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1997:

Membros Efetivos: João Henrique Bortoluzzi, Renato Luiz Hinnig, Luiz Carlos Filomeno

Membros Suplentes: Marco Aurélio de Andrade Dutra, Pedro Thadeu Furlan, Nelson Pamplona da Rosa.

“com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, em obediência ao Estatuto Social, a seguinte composição:

Presidente: Oscar Falk

Vice-Presidente: Nelson dos Santos

Conselheiros: Paulo Prisco Paraíso, Neri dos Santos e Jorge Alberto Luderitz Saldanha.

Ata da 49ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 17 de fevereiro de 1997.

“(…) com a eleição do seu novo membro que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Paulo Prisco Paraíso

Vice-Presidente: Nelson dos Santos

Conselheiros: Neri dos Santos e Jorge Alberto Luderitz Saldanha.

Ata da 22ª Assembléia Geral Ordinária e da 50ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 25 de abril de 1997.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Paulo Prisco Paraíso

Vice-Presidente: Arnaldo Schmitt Júnior

Conselheiros: Noemi dos Santos Cruz, Hans Fritsche e Manoel Camilo de Negreiros Neto.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1998:

Membros Efetivos: Gécio Humberto Meller, Renato Luiz Hinnig, Ricardo Pimentel Carioni

Membros Suplentes: Marco Aurélio de Andrade Dutra, Pedro Thadeu Furlan, Luiz da Costa Melim.

Ata da 51ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 11 de agosto de 1997.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Nelson Wedekin

Vice-Presidente: Arnaldo Schmitt Júnior

Conselheiros: Noemi dos Santos Cruz, Reno Augusto da Silva e Manoel Camilo de Negreiros Neto.

Ata da 23ª Assembléia Geral Ordinária e da 52ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 28 de abril de 1998.

“(…) com a eleição dos seus novos conselheiros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Marco Aurélio Dutra

Vice-Presidente: José Alaor Bernardes

Conselheiros: Noemi dos Santos Cruz, Reno Augusto da Silva e Manoel Camilo de Negreiros Neto.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 1999:

Conselheiros Efetivos: Salésio Rocha Machado, Francisco Vitor Alves, Luiz da Costa Melim

Conselheiros Suplentes: Fernando de Mello Vianna, Eraldo da Silva Mafra, Ricardo Pimentel Carioni.

Ata da 54ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 04 de janeiro de 1999.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, em obediência ao Estatuto Social, a seguinte composição:

Presidente: Antônio Carlos Vieira

Vice-Presidente: Arno Garbe

Conselheiros: Antônio Ceron, Luiz Carlos Schmidt de Carvalho e Manoel Camilo de Negreiros Neto.

Ata da 24ª Assembléia Geral Ordinária e da 58ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, em transformação para Agência de Fomento, realizadas cumulativamente em 28 de abril de 1999.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: Antônio Carlos Vieira

Vice-Presidente: Arno Garbe

Conselheiros: Antônio Ceron e Afonso Borghesan

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 2000:

Conselheiros Efetivos: Milton Pompeu da Costa Ribeiro, Nagib Zattar, Wilfredo Amorim  
Conselheiros Suplentes: Luiz Antônio Grubba, Zany Estael Leite, Nestor Garcia.

Ata da 61ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizada em 10 de dezembro de 2001.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 2002:  
Conselheiros Efetivos: Nelson Pamplona da Rosa, Newton Fernandes Brüggemann, Francisco de Assis Cordeiro  
Conselheiros Suplentes: Luciano Bartolomeu, Zany Estael Leite, Marcelo Albuquerque Mello Rego.

Ata da 25ª Assembléia Geral Ordinária e da 60ª Assembléia Geral Extraordinária do BADESC, realizadas cumulativamente em 27 de abril de 2000.

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 2001:  
Conselheiros Efetivos: Milton Pompeu da Costa Ribeiro, Nagib Zattar, Baltazar Carioni  
Conselheiros Suplentes: Luiz Antônio Grubba, Zany Estael Leite, Francisco de Assis Cordeiro.

Ata da 26ª Assembléia Geral Ordinária do BADESC, realizada em 26 de abril de 2001.

“Ficando, em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade, com mandato tampão, até a realização da próxima Assembléia Geral Extraordinária:  
Conselheiros Efetivos: Nelson Pamplona da Rosa, Hélio da Silva Winckler e Baltazar Carioni.  
Conselheiros Suplentes: Luciano Bartolomeu, Zany Estael Leite e Francisco de Assis Cordeiro.

“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade passaria a ter, então, a seguinte composição:  
Presidente: Antônio Carlos Vieira  
Vice-Presidente: Arno Garbe  
Conselheiros: Antônio Ceron e Álvaro Danton Bertoli.

Ata da 27ª Assembléia Geral Ordinária do BADESC, realizada em 30 de abril de 2002.



“(…) com a eleição dos seus novos membros que acabara de se processar, o Conselho de Administração da Sociedade, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2003, passaria a ter, então, a seguinte composição:

Presidente: José Abelardo Lunardelli

Vice-Presidente: Arno Garbe

Conselheiros: Luiz Gomes e Álvaro Danton Bertoli

“(…) ficando em decorrência do que, assim constituído o Conselho Fiscal da Sociedade com mandato até a data da realização da Assembléia Geral Ordinária de 2003:

Conselheiros Efetivos: Nelson Pamplona da Rosa, Newton Fernandes Brüggemann, Francisco de Assis Cordeiro

Conselheiros Suplentes: Luciano Bartolomeu, Zany Estael Leite, Luiz Carlos da Silva.

## **ANEXO E –**

### **Composição das Diretorias do Badesc entre 1983 e 2002**

Ata da 65ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC – realizada em 15/03/83 e termo de posse de Diretores

Termo de posse:

“... compareceram para tomarem posse os senhores

Conrado Morro: Diretor Presidente

Lourival Batista Filho: Diretor da Área Financeira

Ubiratan Custódio: Diretor das Áreas Administrativa, de Operações Industriais e Especiais e Operações Rurais.”

Em face de não ter sido provido o cargo de Diretor Vice-Presidente, ficava designado para substituir Conrado Morro, nas suas ausências e impedimentos, o Diretor Lourival Batista Filho que, na ocorrência dessas situações deverá responder pelos encargos da Presidência.

O Senhor Diretor Presidente enfatizou que caberia também ficar registrado que, como só havia 2 diretores além dele a integrar a atual Diretoria, a substituição eventual de um deles, em suas ausências e impedimentos, seria feita pelo outro e vice-versa.

Ata da 67ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 16 de agosto de 1983, e termo de posse de diretores

Termo de posse

“... compareceram para tomarem posse os senhores

Ubiratan Custódio: Diretor Vice-Presidente

Rolf Buddemeyer: Diretor da Área de Operações Industriais e Especiais”.

O Diretor Ubiratan Custódio fez a indicação do nome do diretor Lourival Batista Filho para, nas suas ausências e impedimentos, responder pelos encargos da vice-Presidência e das Áreas Administrativa e de Operações Rurais; O Diretor Lourival Batista Filho que, por sua vez, indicou o diretor Rolf Buddemeyer para, nas circunstâncias aventadas, responder pela Área Financeira; e, finalmente, o Diretor Rolf Buddemeyer que procedeu a indicação do nome do diretor Lourival Batista Filho para responder, na ocorrência das situações apontadas, pela Área de Operações Industriais e Especiais; tendo a Diretoria, por consenso de todos os seus membros, manifestado sua concordância a esse respeito.

Ata da 68ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 04 de outubro de 1983 e termo de posse de diretor.

“... compareceu para tomar posse o senhor Evandro Muller de Castro: Diretor da Área Financeira”.

O Diretor Ubiratan Custódio fez a indicação dos nomes dos Diretores Evandro Muller de Castro e Rolf Buddemeyer para, nas suas ausências e impedimentos, responderem, o

primeiro, pelos encargos da Vice-Presidência e da Área Administrativa, e, o segundo, pelos da Área de Operações Rurais; o Diretor Evandro Muller de Castro que, por sua vez, indicou o Diretor Rolf Buddemeyer para, nas circunstâncias aventadas, responder pela Área Financeira; e, finalmente, o Diretor Rolf Buddemeyer que procedeu a indicação do nome do diretor Evandro Muller de Castro para responder, na ocorrência das situações apontadas, pela Área de Operações Industriais e Especiais; tendo a Diretoria, por consenso de todos os seus membros, manifestado sua concordância a esse respeito.

Ata da 70ª Reunião Extraordinária da diretoria do BADESC, realizada em 16 de março de 1984, e termo de posse de Diretores

Termo de posse

“... compareceram para tomarem posse os senhores

Evandro Müller de Castro: Diretor Vice-Presidente

Marco Aurélio Garcia: Diretor das Áreas Administrativa e de Operações Rurais”

O Diretor Evandro Müller de Castro fez a indicação do nome do Diretor Marco Aurélio Garcia para responder pelos encargos da Vice-Presidência, e o nome do Diretor Rolf Buddemeyer, pelos da Área Financeira; o diretor Marco Aurélio Garcia que, por sua vez, indicou o Diretor Evandro Muller de Castro para, nas situações aventadas, responder pela Área Administrativa, e o Diretor Rolf Buddemeyer, pela área de Operações Rurais; e, finalmente, o Diretor Rolf Buddemeyer que procedeu a indicação do nome do diretor Evandro Müller de Castro para responder pelos encargos da Área de Operações Industriais e Especiais; tendo a Diretoria, por consenso de todos os membros, manifestado sua concordância a esse respeito.

Ata da 76ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 15 de março de 1985 e termo de posse de diretores

Termo de posse

“... compareceram para tomarem posse os senhores

Evandro Müller de Castro: Diretor Presidente

Marco Aurélio Garcia: Diretor das Áreas Administrativa, Financeira e de Operações Rurais

Rolf Buddemeyer: Diretor Vice-Presidente e da Área de Operações Industriais e Especiais”.

O Diretor Presidente declarou que caberia ficar registrado que, como só havia 2 diretores, além dele, a integrar a atual diretoria, a substituição eventual de um deles em suas ausências e impedimentos seria feita pelo outro e vice-versa, tendo a diretoria, por consenso de todos, manifestado sua concordância a respeito.

Ata da 78ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 16 de setembro de 1985 e termo de posse de diretores.

Termo de posse

“... compareceram para tomarem posse os senhores

Evandro Müller de Castro: Diretor Presidente

Marco Aurélio Garcia: Diretor designado para as Áreas Administrativa e de Operações Rurais

foi dito que caberia ao Diretor Marco Aurélio Garcia continuar respondendo pelos encargos da Área de Operações Industriais e Especiais, até que se desse o retorno de Rolf Buddemeyer do exterior, assim como pelos da Área Financeira, enquanto não ocorrer a investidura do Diretor César Anibal Condeixa Cabral

Ata da 79ª Reunião Extraordinária do BADESC, realizada em 20 de setembro de 1985 e termo de posse de diretor

Termo de posse

“... compareceu para tomar posse o senhor

Rolf Buddemeyer: Diretor Vice-Presidente e também da Área de Operações Industriais e Especiais”

Como só havia 2 diretores, além do Diretor Presidente, a integrar atualmente a Diretoria, a substituição eventual de um deles em suas ausências e impedimentos seria feita pelo outro e vice-versa, tendo a Diretoria, por consenso de todos, manifestado sua concordância.

Ata da 80ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 18 de outubro de 1985 e termo de posse de diretor

Termo de posse

“... compareceu para tomar posse o senhor

Cesar Annibal Condeixa Cabral: Diretor da Área Financeira”

O Diretor Presidente enfatizou que caberia a cada Diretor indicar à Deliberação da Diretoria, dentre os seus demais membros, aquele que, nas suas ausências e impedimentos, haveria de substituí-lo no decurso do atual período de gestão.

O Diretor Rolf Buddemeyer fez a indicação do nome de Marco Aurélio Garcia para responder pelos encargos da vice-Presidência e da Área de Operações Industriais e Especiais; o Diretor Marco Aurélio Garcia, por sua vez, indicou Rolf Buddemeyer e Cesar Condeixa Cabral para, nas situações aventadas, substituí-lo na Área de Operações

Rurais e na Área Administrativa, respectivamente; e Cesar Condeixa Cabral fez a indicação de Marco Aurélio Garcia para responder pelos encargos da Área Financeira; tendo a Diretoria, por consenso de todos, manifestado sua concordância.

Ata da 84ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 26 de agosto de 1986.

Termo de posse

“... compareceram para tomarem posse os senhores

Marco Aurélio Garcia: Diretor Vice Presidente e da Área de Operações Industriais e Especiais

Rubens Clasen: Diretor da Área Financeira”

O Diretor Presidente enfatizou que caberia a cada Diretor indicar à Deliberação da Diretoria, dentre os seus demais membros, aquele que, nas suas ausências e impedimentos, haveria de substituí-lo no decurso do atual período de gestão.

Marco Aurélio Garcia fez a indicação de Rubens Clasen para responder pelos encargos da Vice-Presidência e das Áreas Administrativa, de Operações Industriais e Especiais e de Operações Rurais; Rubens Clasen indicou Marco Aurélio Garcia para responder pelos encargos da Área Financeira, ficando desta forma revogadas todas as decisões sobre o assunto tomadas anteriormente, tendo a Diretoria, finalmente, por consenso de todos, manifestado sua concordância a esse respeito.

Em atendimento ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, transcreve-se o seguinte documento:

“O Banco Central do Brasil, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

com fundamento nos artigos 1º e 18 do Decreto-Lei nº 2321, de 25 de fevereiro de 1987, combinado com o artigo 51 da Lei nº 6024, de 13 de março de 1974, e considerando haver decretado, nesta data, RAET, no BESC S.A., estabelecer idêntico regime, pelo prazo de 12 meses, no BADESC S.A., nomeando, para integrar o Conselho Diretor, os membros abaixo:

Adalberto Martins

Domingos Tarço Murta Ramalho

João José Ballstaedt

Jorge Mauro do Rego Mergulhão

Sandra Beatriz Bairros Tavares

Dessa forma, o Conselho Diretor acima mencionado passa a desempenhar, de imediato, as funções inerentes à Administração da Sociedade, com plenos poderes de gestão, ficando afastados os atuais integrantes do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

Em atendimento ao que determina o artigo 5º do Decreto-Lei nº 2321/87, os membros do Conselho Diretor resolvem:

I: eleger como seu Presidente o membro João José Ballstaedt.

II: designar para substituir o Presidente, nas eventuais ausências, o membro Domingos Tarço Murta Ramalho

III – que todos os atos necessários à administração do BADESC serão praticados pelo Presidente e/ou demais membros do Conselho Diretor

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 1º de abril de 1987

O Banco Central do Brasil resolve nomear para integrar o Conselho Diretor do BADESC as pessoas a seguir relacionadas:

1. Lindolfo Weber
2. Maurício Paulo Silva Furtado

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 28 de maio de 1987.

O Banco Central do Brasil resolve nomear para integrar o Conselho Diretor do BADESC as pessoas a seguir relacionadas:

Francisco José Grossl

Ata da 17ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 04 de agosto de 1987.

O Banco Central do Brasil resolve nomear o sr. Jorge Ribeiro Chagas para integrar o Conselho Diretor do BADESC

O Bacen resolve dispensar, a pedido, a sra Sandra Beatriz, das funções de membro do Conselho Diretor do BADESC, nomeando, em substituição, o sr. Luís Mário Lepka

Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 17 de maio de 1988.

“... o Banco Central resolve dispensar, a pedido, o Sr. Maurício Paulo Silva Furtado das funções de membro do Conselho Diretor do BADESC”

Ata da 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 1 de junho de 1988.

“... o Banco Central resolve dispensar o Sr. Jorge Mauro do Rego Mergulhão das funções de membro do Conselho Diretor do BADESC”

Ata da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 3 de junho de 1988

“O Banco Central resolve nomear o Sr. Ingo Greuel para integrar o Conselho Diretor do BADESC”

Termo de Posse

Compareceu o Senhor Ingo Greuel para tomar posse no cargo de membro do Conselho Diretor do Sistema Financeiro Estadual

Ata da 6ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 07 de junho de 1988.

“O Banco Central resolve dispensar, a pedido, das funções de Membro do Conselho Diretor do BADESC, as pessoas a seguir relacionadas:

- Adalberto Martins;
- Domingos Tarço Murta;
- Jorge Chagas;
- Lindolfo Weber.”

“O Banco Central resolve nomear, para integrar o Conselho Diretor do BADESC, as pessoas a seguir relacionadas:

- Dario Tomaselli Junior
- Paulo Prisco Paraíso
- Luiz Felipe Clasen
- Carlos Antônio Blosfeld
- José Olir Mocelim
- João Hamilton Luz
- Gilberto Homero Pereira
- Setembrino Victorino Zanchet
- Sebastião Tavares Pereira
- Nery Gonzaga Althoff
- Edson Agi”

“... ficando, destarte, resolvido o que é a seguir transcrito:

I – Presidente do Conselho Diretor, em substituição ao Senhor João José Ballstaedt:

Ingo Greuel;

II – Eventual substituição do Presidente: Paulo Prisco Paraíso”



Ata da 7ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 15 de julho de 1988.

“O Banco Central resolve dispensar, a pedido, o sr. João José Ballstaedt das funções de Membro do Conselho Diretor do BADESC”

Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 18 de agosto de 1988.

“O Banco Central resolve nomear Noel Reis para integrar o Conselho Diretor do BADESC”

Termo de posse

“... compareceu o sr. Noel Reis para tomar posse no cargo de membro do Conselho Diretor do Sistema Financeiro Estadual, para o qual foi nomeado pelo Banco Central.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do BADESC, realizada em 9 de dezembro de 1988.

“Banco Central  
Ato de 17 de novembro de 1988

O Presidente do Banco Central resolve dispensar, a pedido, o sr. Luiz Felipe Clasen das funções de membro do Conselho Diretor do BADESC”.

“Banco Central – Ato de 27 de fevereiro de 1989

O Presidente do Banco Central resolve declarar cessado, a partir desta data, o Regime de Administração Especial Temporária a que foi submetido o BADESC e, em consequência, dispensar das funções de Membro do Conselho Diretor da mencionada instituição as pessoas a seguir relacionadas:

- Francisco José Grossl
- Luís Mário Lepka
- Ingo Greuel
- Dario Tomaselli Júnior
- Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso
- Noel Reis
- Carlos Antônio Blosfeld

- José Olir Mocelim
- João Hamilton Luz
- Setembrino Victorino Zanchet
- Sebastião Tavares Pereira
- Nery Gonzaga Althoff
- Edson Agi
- Gilberto Homero Pereira

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1989”

Termo de posse da Diretoria Executiva, realizada no dia 28 de fevereiro de 1989

“... foi procedido nesta data, o ato de posse dos membros da Diretoria Executiva desta Sociedade, eleitos em reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 1989, a seguir nominados e qualificados:

Presidente: Ingo Greuel

Vice-Presidente: Paulo Sérgio Prisco Paraíso

Diretor: Nery Gonzaga Althoff

Florianópolis, 28 de fevereiro de 1989.”

Termo de posse

“... compareceu o sr. Dejandir Dalpasquale e tomou posse no cargo para o qual fora eleito em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 1989, para compor a Diretoria do BADESC como seu Diretor Presidente,

Florianópolis, 26 de abril de 1989.”

Termo de posse

“ compareceu Fábio Carpes da Costa e tomou posse no cargo para o qual fora eleito pelo Conselho de Administração, em reunião em 11 de maio de 1989, para compor a Diretoria\* Executiva do BADESC

Florianópolis, 11 de maio de 1989.”

\* (foi empossado como Diretor)

Termo de posse

“... compareceu Durval Vassel e tomou posse no cargo para o qual fora eleito em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 1989, para compor a Diretoria do BADESC como seu Diretor Vice-Presidente

Florianópolis, 17 de agosto de 1989.”

Termo de posse

“... compareceu Altair José de Marco e tomou posse no cargo para o qual fora eleito, para compor a Diretoria do BADESC, como seu Diretor Presidente.

Florianópolis, 27 de março de 1990.”

Termo de posse

“... compareceu Raimundo Lacerda Filho e tomou posse no cargo para o qual fora eleito, para compor a Diretoria Executiva do BADESC.

Florianópolis, 27 de março de 1990.”

Termo de Posse

“... compareceu o sr. Dalibar Dalil Mansur e tomou posse no cargo para o qual fora eleito, para compor a Diretoria do BADESC, como seu Diretor Presidente

Florianópolis, 25 de junho de 1990.”

Ata da 19ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 19 de março de 1991.

Termo de Posse

“... compareceram os srs. Adolar Pieske, Pedro Ananias Alves e Rubens Clasen para tomarem posse nos cargos para os quais foram eleitos... o primeiro como Diretor Presidente, o segundo como Diretor Vice-Presidente e o último como Diretor

Florianópolis, 19 de março de 1991”

“ficava determinado para responder pela Área de Operações, o Diretor Vice-Presidente, Pedro Ananias Alves e pela Área de Planejamento e sistemas, o Diretor Rubens Clasen. Disse, o Diretor Presidente, que as funções inerentes às áreas administrativa e financeira, serão exercidas provisoriamente, até a posse do Diretor eleito Luiz Fernando Francalacci, também pelo Diretor Rubens Clasen, cumulativamente.

Florianópolis, 19 de março de 1991”.

Ata da 20ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 03 de maio de 1991.

Termo de posse

“... compareceu o sr. Luiz Fernando Francalacci para tomar posse no cargo de Diretor

Florianópolis, 3 de maio de 1991”

“... ficava determinado que, a partir desta data, o Diretor recém-empossado, passaria a responder pelas funções inerentes às Áreas Administrativa/Financeira.

Florianópolis, 3 de maio de 1991”.

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 15 de julho de 1993.

Termo de Posse

“... compareceram os srs. Adolar Pieske, Pedro Ananias Alves, Rubens Clasen, Luiz Fernando Francalacci para tomarem posse nos cargos para os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração da Sociedade, para comporem a diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, o segundo como Diretor Vice-Presidente e os dois últimos como Diretores.

Florianópolis, 15 de julho de 1993”

“... ficava determinado para responder pela área de operações, o Diretor Vice-Presidente, Pedro Ananias Alves, pela área de planejamento e sistemas, o Diretor

Rubens Clasen e pela Área Administrativa e Financeira o Diretor Luiz Fernando Francalacci.

Florianópolis, 15 de julho de 1993”.

Ata da 38ª Reunião Extraordinária da diretoria do BADESC, realizada em 10 de agosto de 1994.

Termo de Posse

“... compareceram os srs. Luiz Fernando Francalacci, Rubens Clasen e Luiz da Costa Melim para tomarem posse nos cargos para os quais foram remanejados e eleito pelo Conselho de Administração da Sociedade, o primeiro como Diretor Presidente, o segundo como Diretor Vice-Presidente e este último como Diretor

Florianópolis, 10 de agosto de 1994”.

“... ficava determinado para responder pela área de Pessoal, Sistemas e Serviços, o Diretor Vice-Presidente, Rubens Clasen, pela Área Financeira, o Diretor Luiz da Costa Melim e pela área de Operações, o Diretor Pedro Ananias Alves

Florianópolis, 10 de agosto de 1994.

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 2 de janeiro de 1995

Termo de Posse

“... compareceram Ivo Vanderlinde, Augusto Guilherme Fett, Álvaro Danton Bertoli para tomarem posse: o primeiro como Diretor Vice-Presidente, e os dois últimos como Diretores

Florianópolis, 2 de janeiro de 1995.”

Ata da 42ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 3 de fevereiro de 1995.

Termo de posse

“... compareceu Júlio Cesar Garcia para tomar posse para compor a Diretoria Executiva do Banco, como seu Diretor Presidente

Florianópolis, 03 de fevereiro de 1995”

“ficava determinado para responder pela Área Administrativa, o Diretor Vice-Presidente Ivo Vanderlinde, pela Área Financeira, o Diretor Álvaro Danton Bértoli e pela Área de Operações, o Diretor Augusto Guilherme Fett.

Florianópolis, 03 de fevereiro de 1995”

Ata da 45ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 5 de julho de 1995.

Termo de Posse

“... compareceram Ivo Vanderlinde, Augusto Guilherme Fett, Álvaro Danton Bertoli para tomarem posse para comporem a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Vice-Presidente, e os dois últimos como Diretores.

Florianópolis, 05 de julho de 1995”

Ata da 46ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 18 de julho de 1995.

Termo de Posse

“... compareceram Ivo Vanderlinde, Edegar Giordani para tomarem posse para comporem a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, e o segundo como Diretor Vice-Presidente

Florianópolis, 18 de julho de 1995.”

“... ficava determinado para responder também pela Área Administrativa, o Diretor Vice-Presidente Edegar Giordani, permanecendo inalteradas as atribuições acometidas aos diretores Augusto Guilherme Fett e Álvaro Bertoli

Florianópolis, 18 de julho de 1995.”

Ata da 49ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 8 de março de 1996

Termo de Posse

“... compareceram Nelson dos Santos, Augusto Guilherme Fett para recomposem a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, e o segundo como Diretor Vice-Presidente

Florianópolis, 8 de março de 1996.”

“... ficava determinado para continuar a responder pela área de Operações, o Diretor Vice-Presidente Augusto Guilherme Fett, e, além da Financeira, responder também, pela Área Administrativa, o Diretor Álvaro Bertoli

Florianópolis, 8 de março de 1996.”

Ata da 53ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 15 de maio de 1997

Termo de Posse

“... compareceram Arnaldo Schmitt Júnior, Augusto Guilherme Fett e Álvaro Danton Bertoli para tomarem posse para recomposem a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, o segundo como Diretor Vice-Presidente e o terceiro como Diretor

Florianópolis, 15 de maio de 1997.”

“... ficava determinado para continuar a responder pela Área de Operações, o Diretor Vice-Presidente Augusto Fett, e, além da Financeira, responder também, pela Área Administrativa, o Diretor Álvaro Danton Bertoli

Florianópolis, 15 de maio de 1997.”

Ata da 56ª Reunião Extraordinária da diretoria do BADESC, realizada em 1º de setembro de 1997.

Termo de Posse

“... compareceu José Alaor Bernardes para tomar posse para recompor a Diretoria do Banco, no cargo de Diretor Vice-Presidente

Florianópolis, 1º de setembro de 1997.”

“... ficava determinado para responder pela Área Administrativa, além da Vice-Presidência, o sr. José Bernardes

Florianópolis, 1º de setembro de 1997”.

Ata da 60ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 15 de maio de 1998.

Termo de Posse

“... compareceram José Alaor Bernardes e Álvaro Danton Bertoli para tomarem posse para recompor a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, e o segundo como Diretor Vice-Presidente

Florianópolis, 15 de maio de 1998.”

“... ficava determinado para, também, além da Área de Operações, responder também, pela Área Administrativa, o Diretor Augusto Fett

Florianópolis, 15 de maio de 1998”.

Ata da 64ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 14 de setembro de 1998.

Termo de Posse

“... compareceu João Carlos de Borba para tomar posse para recompor a Diretoria do Banco, como Diretor Presidente.

Florianópolis, 14 de setembro de 1998.”

Ata da 67ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 04 de janeiro de 1999.

Termo de Posse

“... compareceram Arno Garbe, Paulo Alberto Duarte, Pedro Ananias Alves e Osmar Eduardo Santos para tomarem posse para recompor a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, o segundo como Diretor Vice-Presidente e os dois últimos como Diretores.

Florianópolis, 4 de janeiro de 1999.”



“... ficava determinado para responder pela Área Administrativa, o Diretor Vice-Presidente, Paulo Alberto Duarte; pela Área Financeira, o Diretor Osmar Eduardo Santos e pela Área de Operações, o Diretor Pedro Ananias Alves.

Florianópolis, 4 de janeiro de 1999.”

Ata da 79ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 1º de junho de 2000.

Termo de Posse

“... compareceu Lothar Stein para tomar posse para recompor a Diretoria da Agência, como Diretor

Florianópolis, 1º de junho de 2000.”

“... já na condição de Diretor recém-empossado, por ele ficava determinado para responder pela Área Financeira”

Florianópolis, 1º de junho de 2000.

Ata da 86ª Reunião Extraordinária da Diretoria do BADESC, realizada em 6 de agosto de 2001.

Termo de Posse

“... compareceram Arno Garbe, Paulo Alberto Duarte, Pedro Ananias Alves e Lothar Stein para tomarem posse para recompor a Diretoria do Banco, o primeiro como Diretor Presidente, o segundo como Diretor Vice-Presidente e os dois últimos como Diretores

Florianópolis, 6 de agosto de 2001.”

“... ficava determinado para responder pela Área Administrativa, o Diretor Vice-Presidente, Paulo Alberto Duarte; pela Área Financeira, o Diretor Lothar Stein e pela Área de Operações, o Diretor Pedro Ananias Alves

Florianópolis, 6 de agosto de 2001”.

## **ANEXO F –**

**Composição do Conselho de Administração (CONAD) do Besc, entre  
1981 e 2002.**

Empresa: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC  
 Órgão Estatutário: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CONAD

Marcos Henrique Buechler	Presidente	27/04/81 a 01/02/82
Victor Osvaldo Konder Reis	Vice-Presidente	27/04/81 a 29/01/82
Antônio Getúlio Westrupp	Membro	27/04/81 a 19/02/84
Tito Daniel Pereira	Membro	27/04/81 a 24/05/83
Paulo Konder Bornhausen	Presidente	11/02/82 a 10/12/82
Nilson José Boeing	Vice- Presidente	11/02/82 a 31/08/83
Jair Francisco Hamms	Presidente	07/02/83 a 23/03/83
Carlos Passoni Júnior	Presidente	23/03/83 a 17/04/86
Carlos Passoni Júnior	Vice- Presidente	30/04/86 a 25/02/87
Hercílio Aldo da Luz Colaço	Vice-Presidente	14/03/83 a 05/12/85
José A. Marques Vieira	Membro	09/12/83 a 25/02/87
Abílio Otávio do Canto	Membro	09/12/83 a 14/05/86
Nelson Amâncio Madalena	Presidente	30/04/86 a 25/02/87
<b>Administração Especial Temporária de 26/02/87 a 03/06/88</b>		
João José Ballstaedt	Presi - Cons. Diretor BACEN	26/02/87 a 15/07/88
Domingos Tarço Murta Ramalho	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 07/06/88
Adalberto Martins	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 07/06/88
Jorge Mauro do Rego Mergulhão	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 01/06/88
Sandra Beatriz Bairros Tavares	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 04/08/87
Lindolfo Weber	Membro Cons. Dir. BACEN	01/04/87 a 07/06/88
Maurício Paulo Silva Furtado	Membro Cons. Dir. BACEN	01/04/87 a 17/05/88
Francisco José Grossl	Membro Cons. Dir. BACEN	28/05/87 a 03/06/88
Jorge Ribeiro Chagas	Membro Cons. Dir. BACEN	04/08/87 a 07/06/88
Luís Mário Lepka	Membro Cons. Dir. BACEN	04/08/87 a 03/06/88
<b>fim administr. especial temporária (03/06/88)</b>		
<b>início administração compartilhada de 03/06/88 a 28/02/89</b>		
Ingo Greuel	Presidente Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Dario Tomaselli Júnior	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Luiz Felipe Clasen	Conselho Diretor	07/06/88 a 09/12/88
Carlos Antônio Blossfeld	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
José Olir Mocelin	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
João Hamilton Luz	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Gilberto Homero Pereira	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Setembrino Victorino Zanchet	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Sebastião Tavares Pereira	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Nery Gonzaga Althoff	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Edson Agi	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Noel Reis	Conselho Diretor	18/08/88 a 28/02/89
Francisco José Grossl	Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
Luís Mário Lepka	Conselho Diretor	14/08/87 a 28/02/89

<b>fim administração compartilhada (28/02/89)</b>		
Paulo Afonso Evangelista Vieira	Presidente	28/02/89 a 09/05/90
Ingo Greuel	Vice-Presidente	28/02/89 a 27/03/90
Saulo Vieira	Membro	28/02/89 a 10/04/90
Emanoel Campos	Membro	28/02/89 a 10/04/90
Jamir Abreu	Membro	28/02/89 a 10/04/90
Félix Cristiano Theiss	Presidente	16/04/90 a 18/03/91
Dejandir Dalpasquale	Membro	16/04/90 a 18/05/90
Paulo Leonardo Medeiros Vieira	Membro	09/05/90 a 18/03/91
Aloysio Gentil Costa	Membro	16/04/90 a 11/12/97
Sayde José Miguel	Vice- Presidente	27/06/90 a 16/04/91
Fernando Marcondes de Matos	Presidente	08/03/91 a 18/11/92
Mércio Felsky	Vice- Presidente	18/03/91 a 31/12/94
Colombo Machado Salles	Membro	18/03/91 a 31/ 12/94
Ivo Silveira	Membro	08/03/91 a 20/06/91
Honorato Antônio Tomelin	Membro	12/07/91 a 31/12/94
Luiz Verdini Salomon	Presidente	18/11/92 a 30/08/94
Guilherme Júlio da Silva	Presidente	30/08/94 a 31/ 12/94
Neuto Fausto de Conto	Presidente	02/01/95 a 18/03/96
Fernando Ferreira de Mello Júnior	Vice-Presidente	02/01/95 a 30/07/97
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso	Membro	02/01/95 a 03/02/97
Milton Martini	Membro	02/01/95 a 04/01/99
Saulo Vieira	Membro	02/01/95 a 04/01/99
Oscar Falk	Presidente	18/03/96 a 03/02/97
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso	Presidente	03/02/97 a 30/06/97
Júlio César Pungan	Vice-Presidente	O 1/08/97 a 23/07/98
Marco Aurélio Andrade Dutra	Conselheiro	03/02/97 a 04/05/98
Nelson Wedekin	Presidente	28/07/97 a 03/04/98
Vânio Boing	Membro	11/12/97 a 30/08/00
Marco Aurélio Andrade Dutra	Presidente	04/05/98 a 04/01/99
Paulo Eli	Membro	04/05/98 a 04/01/99
José Alaor Bernardes	Vice- Presidente	01/08/98 a 04/01/99
<b>FEDERALIZAÇÃO</b>	<b>30.08.2000</b>	
Antônio Carlos Vieira	Presidente	04/01/99 a 30.08.00
Victor Fontana	Vice-Presidente	04/01/99 a 14/06/00
Carlos Eduardo Ferreira	Vice- Presidente	27/06/00 a 30/08/00
Ângelo Silvestre Bez	Membro	04/01/99 a 30/08/00
Juarez de Magalhães Rigon	Membro	04/01/99 a 08/02/00
Luiz Carlos Schmidt Carvalho	Membro	04/01/99 a 16/04/99
Valmor Leonel Batista	Membro	16/04/99 a 30/08/00
Alberto de Almeida Pais	Presidente	30/08/00 a 26/04/02
Alberto de Almeida Pais	Presidente	26/04/02 a 20/04/04
Arno Meyer	Substituto do Presidente	30/08/00 a 07/02/03

Luiz Carlos de Brito Lourenço	Conselheiro	30/08/00 a 07/02/02
Natalício Pegorini	Conselheiro	07/02/02 a 18/12/02
João Maximo Iurk	Conselheiro	18/12/02 a 07/02/03
Ricardo Luiz Tortorella	Conselheiro	30/08/00 a 22/09/00
Antônio Carlos Vieira	Conselheiro	30/08/00 a 26/04/02
José Abelardo Lunardelli	Conselheiro	26/04/02 a 07/02/03
Edson Caporal	Conselheiro	30/08/00 a 07/02/03
Pedro César Lima Farias	Conselheiro	23/11/00 a 09/01/03

## **ANEXO G –**

**Composição do Conselho Fiscal (CONFIS) do Besc, entre 1981 e 2002**

Empresa: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC  
 Órgão Estatutário: CONSELHO FISCAL - CONFIS

José Meirelles	Efetivo	27/04/81 a 25/02/87
Gustavo Zimmer	Efetivo	27/04/81 a 25/02/87
Alfredo Russi	Efetivo	27/04/81 a 19/04/82
Alfredo Russi	Efetivo	04/10/83 a 30/04/84
José Egypto Pereira Barbosa Lima	Efetivo	14/03/83 a 04/10/83
Alfredo Russi	Suplente / Efetivo	19/04/82 a 30/04/85
Alfredo Russi	Efetivo	30/04/85 a 25/02/87
Waldir Busch	Efetivo	27/04/81 a 25/02/87
Otto Henrich Entres	Efetivo	27/04/81 a 14/03/83
Alfredo Muller Júnior	Suplente	19/04/82 a 25/02/87
César Locks	Suplente	27/04/81 a 30/04/84
Valmir Gentil Aguiar	Suplente	27/04/81 a 30/04/84
Egydio Amorim	Suplente	27/04/81 a 19/04/82
José Kurtz	Suplente	27/04/81 a 19/04/82
Dauro Rodrigues Redaelli	Suplente	27/04/81 a 30/04/84
Egídio Amorim	Efetivo	19/04/82 a 25/02/87
Cantalício Dionísio Siqueira	Suplente	30/04/84 a 29/04/85
Odilon Furtado Filho	Suplente	30/04/84 a 29/04/85
Antenor Manoel Napolini	Suplente	30/04/84 a 29/04/85
Aquilino Antônio dos Santos	Suplente	30/04/84 a 29/04/86
<b>administração especial temporária de 26/02/87 a 03/06/88</b>		
João José Ballstaedt	Presi - Cons. Diretor BACEN	26/02/87 a 15/07/88
Domingos Tarço Murta Ramalho	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 07/06/88
Adalberto Martins	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 07/06/88
Jorge Mauro do Rego Mergulhão	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 01/06/88
Sandra Beatriz Bairros Tavares	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 04/08/87
Lindolfo Weber	Membro Cons. Dir. BACEN	01/04/87 a 07/06/88
Maurício Paulo Silva Furtado	Membro Cons. Dir. BACEN	01/04/87 a 17/05/88
Francisco José Grossl	Membro Cons. Dir. BACEN	28/05/87 a 03/06/88
Jorge Ribeiro Chagas	Membro Cons. Dir. BACEN	04/08/87 a 07/06/88
Luís Mário Lepka	Membro Cons. Dir. BACEN	04/08/87 a 03/06/88
<b>fim administr. especial temporária</b>		
<b>início administração compartilhada de 03/06/88 a 28/02/89</b>		
Ingo Greuel	Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Dario Tomaselli Júnior	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Luiz Felipe Clasen	Conselho Diretor	07/06/88 a 09/12/88
Carlos Antônio Blosfeld	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
José Olir Mocelin	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
João Hamilton Luz	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Gilberto Homero Pereira	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89

Setembrino Victorino Zanchet	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Sebastião Tavares Pereira	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Nery Gonzaga Althoff	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Edson Agi	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Noel Reis	Conselho Diretor	18/08/88 a 28/02/89
Francisco José Grossl	Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
Luiz Mário Lepka	Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
<b>fim administração compartilhada</b>		
José Francisco Salm	Efetivo	27/02/89 a 24/06/89
José Aleixo Dellagnelo	Efetivo	27/02/89 a 08/03/91
Roberto Busch	Suplente	27/02/89 a 20/11/89
Gabriel Bogoni	Suplente	27/02/89 a 08/03/91
Marco T edesco	Efetivo	27/02/89 a 20/11/89
Norberto Cubas da Silva	Suplente	27/02/89 a 20/11/89
Nazarino Tancredo Knabben	Efetivo	20/11/89 a 08/03/91
Roberto Busch	Efetivo	20/11/89 a 08/03/91
João Roberto Dutra	Suplente	20/11/89 a 08/03/91
Moacir José Arcari	Efetivo	20/11/89 a 08/03/91
Abílio Otávio do Canto	Efetivo	08/03/91 a 18/04/91
Aldo Belarmino da Silva	Efetivo	08/03/91 a 18/04/91
Gilberto Homero Pereira	Efetivo	08/03/91 a 30/04/91
Evaristo Francisco Splenger	Suplente	08/03/91 a 27/04/95
Plácido Gaissler	Suplente	08/03/91 a 20/06/91
Lauro Augusto de Souza	Suplente	08/03/91 a 20/06/91
Lauro Augusto de Souza	Efetivo	20/06/91 a 27/04/95
Plácido Gaissler	Efetivo	20/06/91 a 27/04/95
Felippe Orofino La Porta	Suplente	20/06/91 a 27/04/95
João Corrêa Bitencourt	Suplente	15/04/93 a 29/04/94
Manoel Porto do Lago	Suplente	15/04/93 a 29/04/94
Jaime José Mora	Suplente	29/04/94 a 27/04/95
Antônio Rothermel Júnior	Efetivo	27/04/95 a 13/08/99
Ildemar Cassias Pereira	Efetivo	27/04/95 a 01/10/99
Lauro Augusto de Souza	Efetivo	27/04/95 a 20/03/98
Lírio Rosso	Suplente	27/04/95 a 23/03/00
Ivo Sostisso	Suplente	27/04/95 a 23/03/00
Jaime José Mora	Suplente	27/04/95 a 09/09/99
Carlos Alberto Alves Rodrigues	Efetivo	20/03/98 a 09/09/99
João Carlos de Carvalho	Efetivo	23/03/00 a 27/06/00
Bruno Jeremias Medeiros	Efetivo	23/03/00 a 27/06/00
Ney Brasil Machado da Silva	Efetivo	23/03/00 a 27/06/00
Roberto Domingues	Suplente	23/03/00 a 27/06/00
José Antônio Mattos Neto	Suplente	23/03/00 a 27/06/00
José Elias Neto	Suplente	23/03/00 a 27/06/00
João Carlos de Carvalho	Efetivo	27/06/00 a 30.08.00
Bruno Jeremias Medeiros	Efetivo	27/06/00 a 30.08.00
Ney Brasil Machado da Silva	Efetivo	27/06/00 a 30.08.00



Edson Caporal	Suplente	27/06/00 a 30.08.00
José Antônio Mattos Neto	Suplente	27/06/00 a 30.08.00
José Elias Neto	Suplente	27/06/00 a 30.08.00
<b>FEDERALIZAÇÃO</b>	<b>30.08.2000</b>	
Edgard Lincoln de Proença Rosa	Presidente	30.08.00 a 26.04.02
Charles Carvalho Guedes	Substituto do Presidente	30.08.00 a 26.04.02
Charles Carvalho Guedes	Presidente	26/04/02 e 17/04/03 a 20/04/04
Oswaldo Marcolino Alves Filho	Substituto do Presidente	26.04.02 a 31/07/03
Maria de Lourdes da F. B. F. da Silva	Efetivo	30/08/00 a 17/04/03
João Carlos de Carvalho	Efetivo	30/08/00 a 17/04/03
Bruno Jeremias Medeiros	Efetivo	30/08/00 a 17/04/03
Francisco Lúcio Pereira Filho	Suplente	30/08/00 a 27/04/01
Francisco Tarino da Rocha Neto	Suplente	30/08/00 a 27/04/01
Flávio Cals Dolabella	Suplente	27/04/01 a 26/04/02
José Henrique Fernandes Borges	Suplente	30/08/00 a 17/04/03
João de Deus Passos	Suplente	30/08/00 a 17/04/03
José Antônio de Mattos Neto	Suplente	30/08/00 a 17/04/03
Aline Dieguez B. de Meneses Silva	Suplente	26/04/02 a 20/04/04
Agostinho do Nascimento Netto	Suplente	27/04/01 a 25/08/03

## **ANEXO H –**

**Composição da Diretoria Executiva (DIREX) do Besc, entre 1981 e 2002**

Empresa: BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC

Órgão Estatutário: DIRETORIA EXECUTIVA - DIREX

Victor Osvaldo Konder Reis	Presidente	16/03/81 a 29/01/82
Nilson José Boeing	Vice-Presidente	29/01/82 a 15/03/83
José Egypto Pereira Barbosa Lima	Vice-Presidente	16/03/81 a 15/03/83
Marco Aurélio Garcia	Diretor Crédito Rural	16/03/81 a 15/03/83
Conrado Morro	Diretor Crédito Especializado	16/03/81 a 15/03/83
Antônio Alves Filho	Diretor Administrativo	16/03/81 a 15/03/83
Joaquim Fiuza Ramos	Diretor Regional (RJ)	16/03/81 a 15/03/83
Nilson José Boeing	Diretor Crédito Geral	16/03/81 a 29/01/82
Carlos Roberto Amorim	Diretor Recursos Humanos	06/08/82 a 15/03/83
Carlos Passoni Júnior	Presidente	11/03/83 a 25/02/87
Antônio Carlos Vieira	Vice-Presidente	24/05/83 a 01/07/85
José Orlando Battistoti	Vice-Presidente	05/03/86 a 25/02/87
Antônio Carlos Vieira	Diretor Financeiro	11/03/83 a 24/05/83
Júlio César Garcia	Diretor Operações Gerais	11/03/83 a 24/01/85
Genésio Mazon	Diretor Crédito Rural	11/03/83 a 05/02/85
Luiz Alberto de Cerqueira Cintra	Diretor Administrativo	11/03/83 a 28/02/86
José Orlando Battistoti	Diretor Pequenos Negócios	11/03/83 a 05/03/86
Wilson Filomeno	Diretor de Recursos Humanos	19/09/83 a 01/07/86
Ivan Luiz de Mattos	Diretor Financeiro	06/10/83 a 29/05/86
Mário Roberto Cavallazzi	Diretor Crédito Rural	13/03/85 a 14/02/86
Maurílio Santos	Diretor Financeiro	01/07/85 a 19/11/85
Renato Heusi de Almeida	Diretor Financeiro	05/03/86 a 17/11/86
Waldemar Henrique Dias	Diretor Crédito Rural	05/03/86 a 25/02/87
Ernesto Augusto Ferreira	Diretor Recursos Humanos	05/03/86 a 25/02/87
Celso Mário Zipf	Diretor Crédito Geral/Câmbio	05/03/86 a 25/02/87
<b>Administração especial temporária de 26/02/87 a 03/06/88</b>		
João José Ballstaedt	Presi - Cons. Diretor BACEN	26/02/87 a 15/07/88
Domingos Tarço Murta Ramalho	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 07/06/88
Adalberto Martins	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 07/06/88
Jorge Mauro do Rego Mergulhão	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 01/06/88
Sandra Beatriz Bairros Tavares	Membro Cons. Dir. BACEN	26/02/87 a 04/08/87
Lindolfo Weber	Membro Cons. Dir. BACEN	01/04/87 a 07/06/88
Maurício Paulo Silva Furtado	Membro Cons. Dir. BACEN	01/04/87 a 17/05/88
Francisco José Grossl	Membro Cons. Dir. BACEN	28/05/87 a 03/06/88
Jorge Ribeiro Chagas	Membro Cons. Dir. BACEN	04/08/87 a 07/06/88
Luís Mário Lepka	Membro Cons. Dir. BACEN	04/08/87 a 03/06/88
<b>fim administr. especial temporária</b>		
<b>início administração compartilhada de 03/06/88 a 28/02/89</b>		
Ingo Greuel	Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Dario Tomaselli Júnior	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89

Luiz Felipe Clasen	Conselho Diretor	07/06/88 a 09/12/88
Carlos Antônio Blossfeld	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
José Olir Mocelin	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
João Hamilton Luz	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Gilberto Homero Pereira	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Setembrino Victorino Zanchet	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Sebastião Tavares Pereira	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Nery Gonzaga Althoff	Conselho Diretor	07/06/88 a 28/02/89
Edson Agi	Conselho Diretor	01/06/88 a 28/02/89
Noel Reis	Conselho Diretor	18/08/88 a 28/02/89
Luís Mário Lepka	Conselho Diretor	14/08/87 a 28/02/89
Francisco José Grossl	Conselho Diretor	03/06/88 a 28/02/89
<b>fim administração compartilhada</b>		
Ingo Greuel	Presidente	28/02/89 a 27/03/90
Sayde José Miguel	Presidente	10/05/90 a 18/03/91
Paulo Sérgio Gallotti Prisco Paraíso	Vice-Presidente Finanças	07/06/88 a 04/04/89
Zeno Heinig	Diretor (Adm)	27/04/89 a 18/03/91
Zeno Heinig	Vice-Presidente	27/04/89 a 18/03/91
Carlos Antônio Blossfeld	Diretor Recursos Humanos	28/02/89 a 18/03/91
José Olir Mocelin	Diretor Financeiro	28/02/89 a 18/03/91
Sebastião Tavares Pereira	Diretor Adm / Tecnologia	28/02/89 a 04/04/89
Nery Gonzaga Althoff	Diretor Câmbio + Op. Gerais	28/02/89 a 07/05/90
Alvício Lino Thiesen	Diretor Créd. Rural/Oper.	27/04/89 a 18/03/91
Mércio Felsky	Presidente	18/03/91 a 02/01/95
Valdemar Sauchuk	Vice-Presidente/Op. Gerais	18/03/91 a 02/01/95
Dijalma de Amorim	Diretor Financeiro	18/03/91 a 02/01/95
Almir Saturnino de Britto	Diretor de Agências	18/03/91 a 02/01/95
Hélio César Gama do Nascimento	Diretor Créd. Rural/IHabit.	20/11/92 a 02/01/95
Mário de Freitas Olinger	Diretor Adm/RH	18/03/91 a 02/01/95
Jorginho dos Santos Mello	Diretor de Tecnologia	13/05/91 a 30/03/94
João Romário Carvalho	Diretor Crédito Rural/Habit.	12/07/91 a 18/11/92
Arnaldo Ferreira dos Santos	Diretor RH	20/11/92 a 02/01/95
Fernando Ferreira de Mello Júnior	Presidente	02/01/95 a 01/08/97
Júlio César Pungan	Presidente	01/08/97 a 30/07/98
José Alaor Bernardes	Presidente	30/07/98 a 04/01/99
Roberto Busch	Vice- Presidente	02/01/95 a 16/12/96
José Alaor Bernardes	Vice- Presidente	21/01/97 a 01/08/97
Francisco José Grossl	Vice-Presidente	01/08/97 a 23/07/98
Geovah J. de Freitas Amarante	Vice- Presidente	23/07/98 a 04/01/99
Ricardo J. Araujo de Oliveira	Vice-Presi Executivo/Diretor	02/01/95 a 30/07/97
Milton Vicente Citton Filho	Vice- Presi Executivo/Diretor	01/08/97 a 11/12/97
Francisco José Grossl	Vice-Presidente Executivo	14/04/97 a 01/08/97
Adir Faccio	Vice-Presidente Executivo	01/08/97 a 11/12/97
Francisco José Grossl	Diretor Financeiro	02/01/95 a 01/08/97
Francisco José Grossl	Diretor Financeiro	23/07/98 a 28/12/98

Sérgio Nicolau Schwinden	Diretor Operações	02/01/95 a 31/01/97
Pedro Thadeu Furlan	Diretor Crédito Rural	02/01/95 a 17/05/95
Miguel Ximenes de Melo Filho	Diretor Habitação	02/01/95 a 26/04/95
Ricardo José Araujo de Oliveira	Diretor Ag. Mark. Planej.	02/01/95 a 30/07/97
Alvício Lino Thiesen	Diretor Recursos Humanos	02/01/95 a 17/05/95
Antônio Bonanomi Neto	Diretor Recursos Humanos	17/05/95 a 01/08/97
Júlio César Pungan	Diretor Administrativo	17/05/95 a 01/08/97
Cosme Polese	Diretor Habitação	17/05/95 a 20/01/97
Frederico Antônio Büchele	Diretor Habitação	21/01/97 a 01/08/97
João Hamilton Luz	Diretor Operações	03/02/97 a 01/08/97
Luiz Sartori	Diretor Administrativo	01/08/97 a 23/07/98
César Locks	Diretor Tecnologia	01/08/97 a 23/07/98
Arthur Edmundo Arruda Scur	Diretor Habitação	01/08/97 a 23/07/98
Luiz Carlos Silvino Costa	Diretor Recursos Humanos	01/08/97 a 23/07/98
Milton Vicente Citton Filho	Diretor Ag. Mark. Planej	11/12/97 a 24/03/98
Milton Vicente Citton Filho	Diretor de Fundos	24/03/98 a 23/07/98
Adir Faccio	Diretor Operações	11/12/97 a 04/01/99
Carlos Antônio Blosfeld	Diretor Recursos Humanos	23/07/98 a 04/01/99
Diogo Martins Collaço	Diretor Habitação	23/07/98 a 04/01/99
Gabriel Vaz Pires	Diretor Fundos	23/07/98 a 04/01/99
Lázaro Lauri de Lima	Diretor Administrativo	23/07/98 a 04/01/99
Victor Fontana	Presidente	04/01/99 a 14/06/00
Carlos Eduardo Ferreira	Presidente	14/06/00 a 30/08/00
Gervásio José Maciel	Vice-Presidente	04/01/99 a 30/05/00
Marcos Antônio Moser	Diretor Financeiro	04/01/99 a 15/08/00
Hélio César Gama do Nascimento	Diretor Rec. Humanos	04/01/99 a 27/06/00
Hélio César Gama do Nascimento	Vice- Presidente/Fundos	27/06/00 a 30/08/00
Carlos Eduardo Ferreira	Diretor Fundos	04/01/99 a 14/06/00
Arnaldo Ferreira dos Santos	Diretor Ditep/Dirad/Direh	04/01/99 a 30/08/00
Antônio Alberto Vieceli	Diretor Administrativo	04/01/99 a 01/10/99
José Lúcio Borini	Diretor Operações	04/01/99 a 30/08/00
<b>FEDERALIZAÇÃO</b>	<b>30.08.2000</b>	
Luiz Carlos de Brito Lourenço	Presidente	30/08/00 a 07/02/02
Natalício Pegorini	Presidente	07/02/02 a 18/12/02
João Maximo Iurk	Presidente	18/12/02 a 14/02/03
Antonio Carlos Rosa	Diretor Adm. Rec. Terceiros	30/08/00 a 25/07/03
Antonio Joaquim Filho	Diretor Finanças e Controle	30/08/00 a 16/08/02
Carlos Dario Martins Pereira	Diretor de Administração	30/08/00 a 19/08/02
João Carlos Zaniolo Costa	Diretor de Planejamento	30/08/00 a 07/02/02
João Máximo Iurk	Diretor de Planejamento	07/02/02, depois em 26/04/02 a 29/09/03
Carlos Eduardo Ferreira	Diretor Relações Institucionais	30/08/00 a 14/03/03
Carlos Eduardo Ferreira	Diretor Comercial	05/12/02 a 01/08/03 cfe. RCA 18//08/03
Helio Cesar Gama do Nascimento	Dir. Op.Comerciais/Comercial	30/08/00 a 19/11/02
Luís Mário Lepka	Diretor Finanças e Controle	19/08/02 a 20/04/04

Luiz Gastão de Lara	Diretor de Administração	19/08/02 a 25/07/03
---------------------	--------------------------	---------------------

# Integrantes SFP/1ºGov Amin

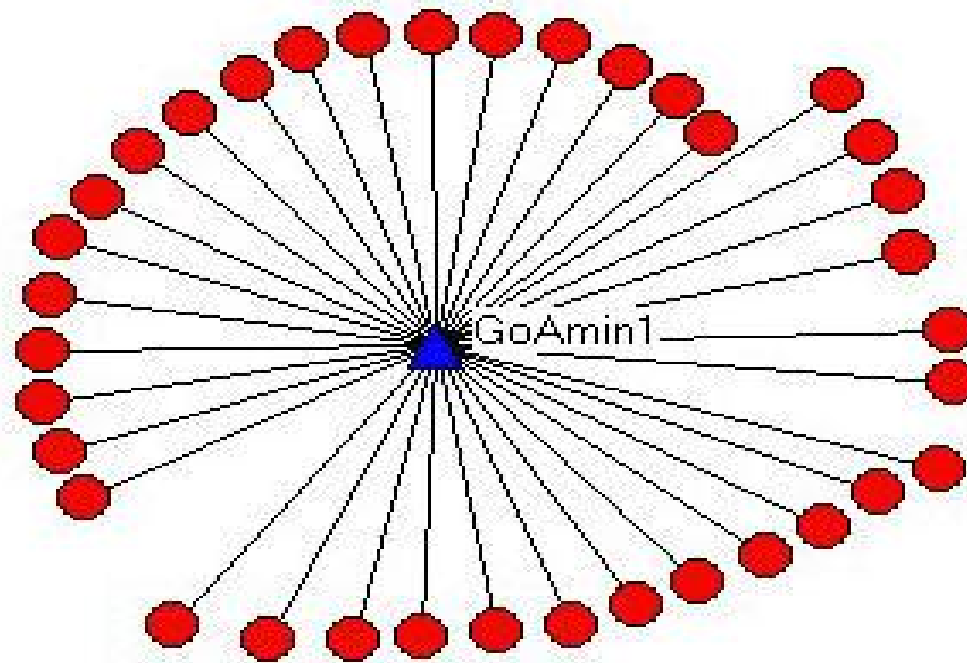


Figura 1.

# Integrantes SFP/ 1°Gov Amin + Gov Pedro Ivo

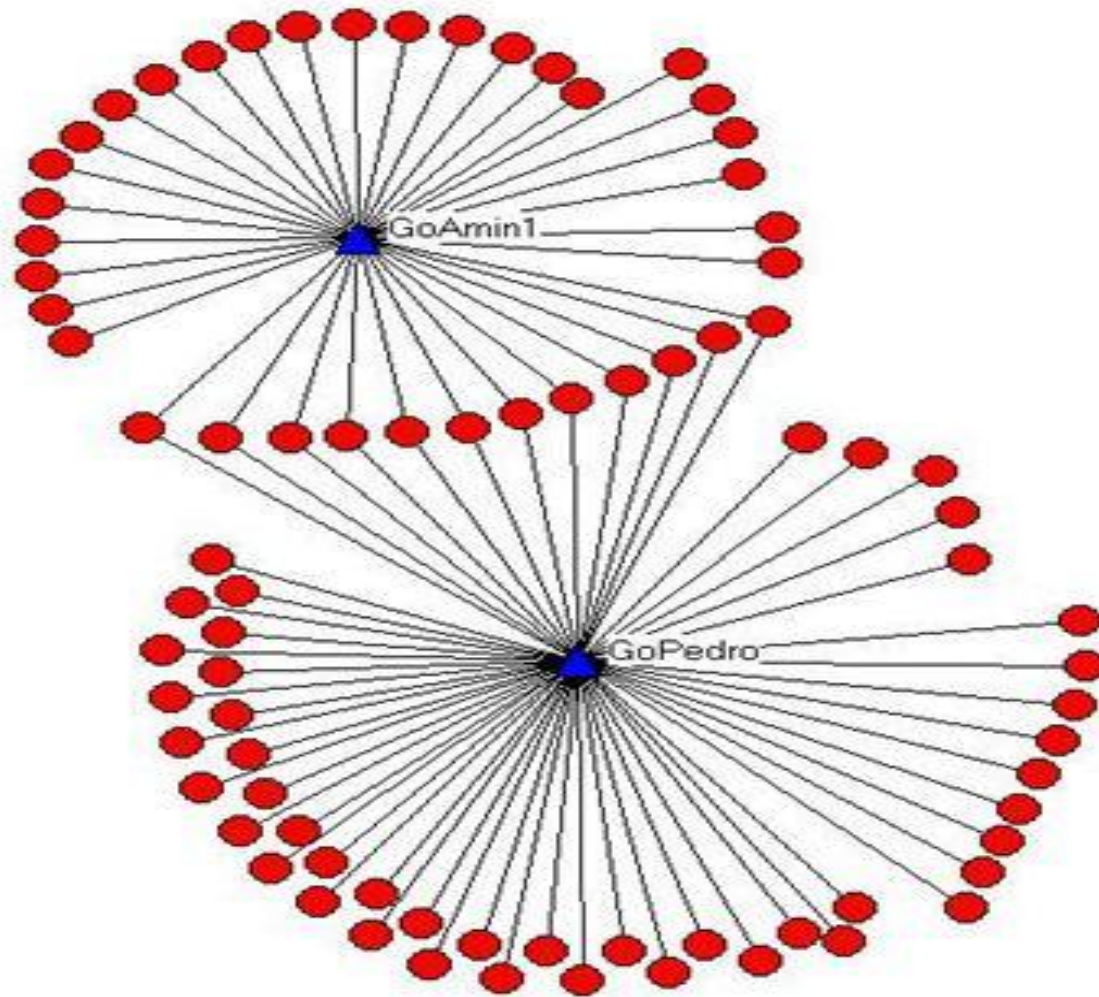


Figura 2.



# Integrantes SFP/ 1°Gov Amin + Gov Pedro Ivo + Gov Kleinübing

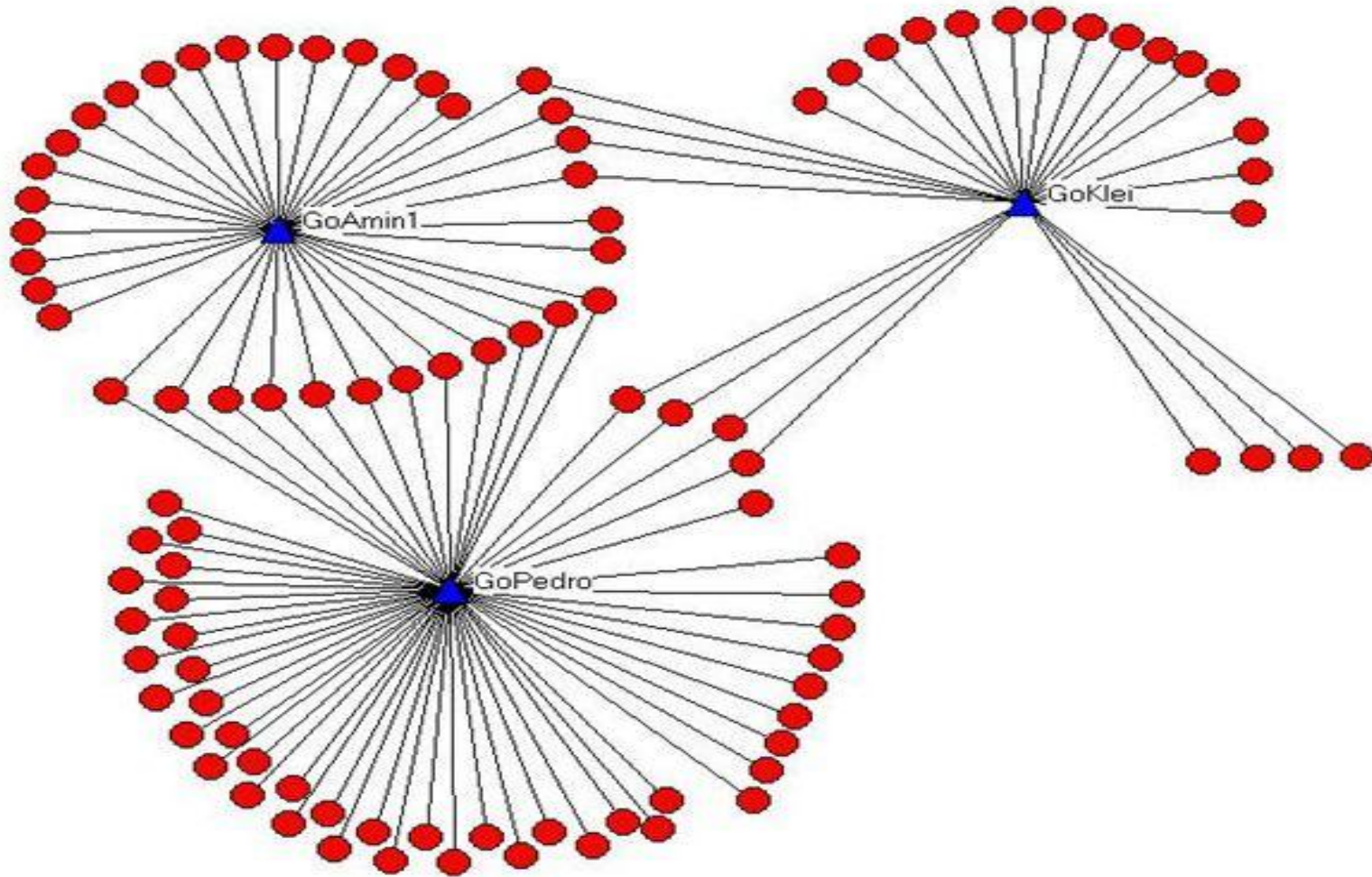


Figura 3.

# Integrantes SFP/ 1ºGov Amin + Gov Pedro Ivo + Gov Kleinübing + Gov Paulo Afonso

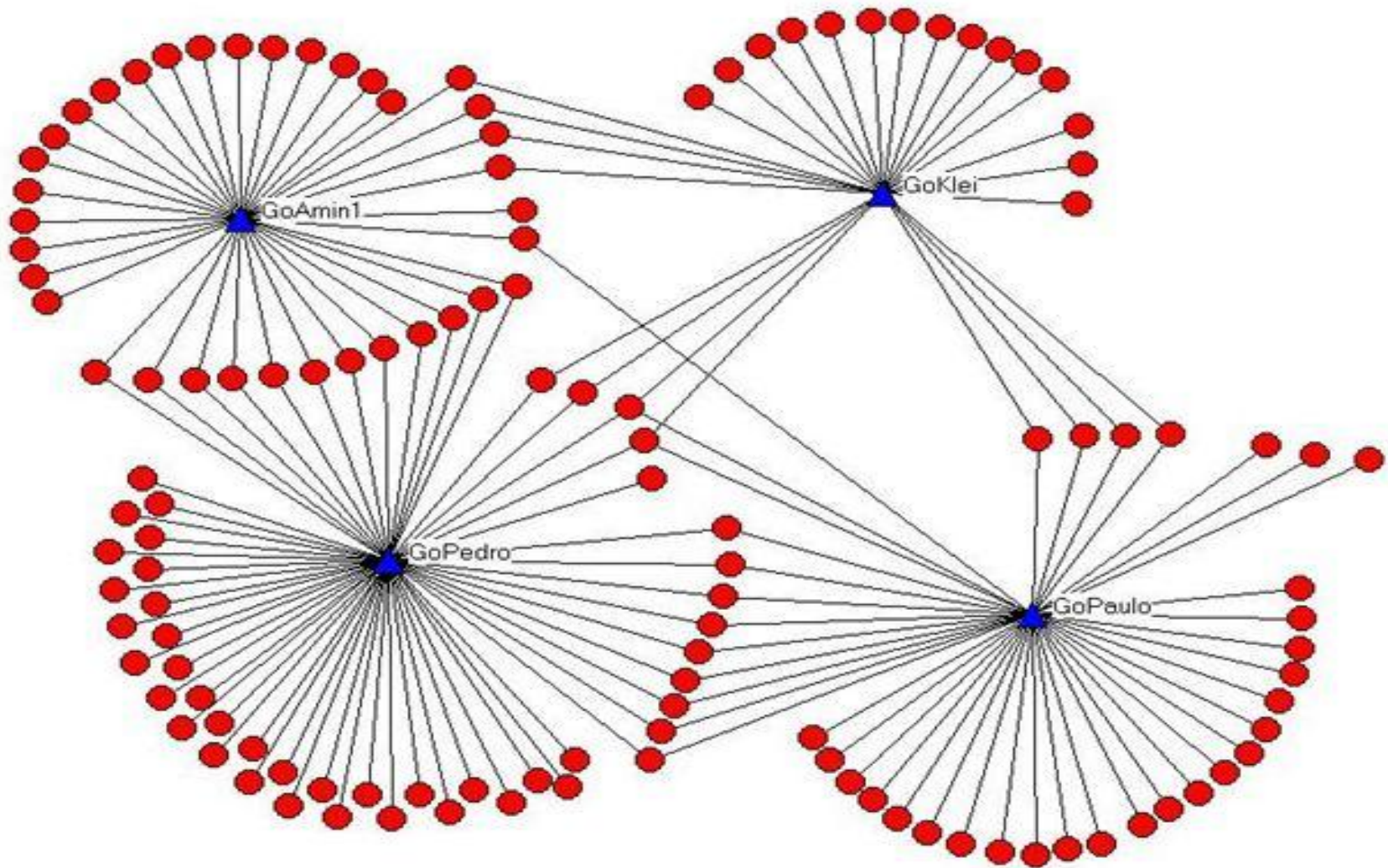


Figura 4.



Integrantes SFP/ 1°Gov Amin + Gov Pedro Ivo + Gov Kleinübing + Gov Paulo Afonso + 2°Gov Amin

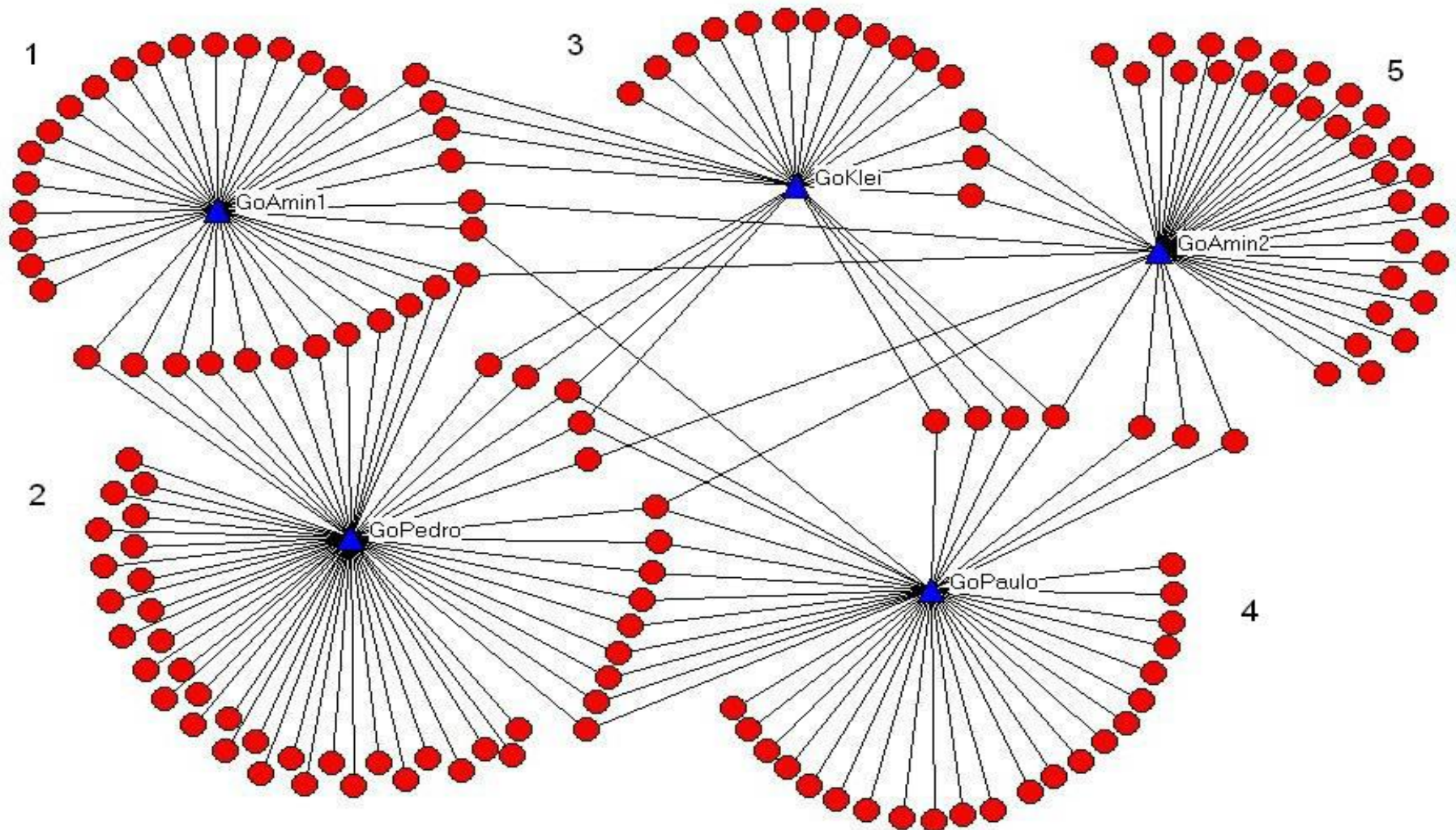
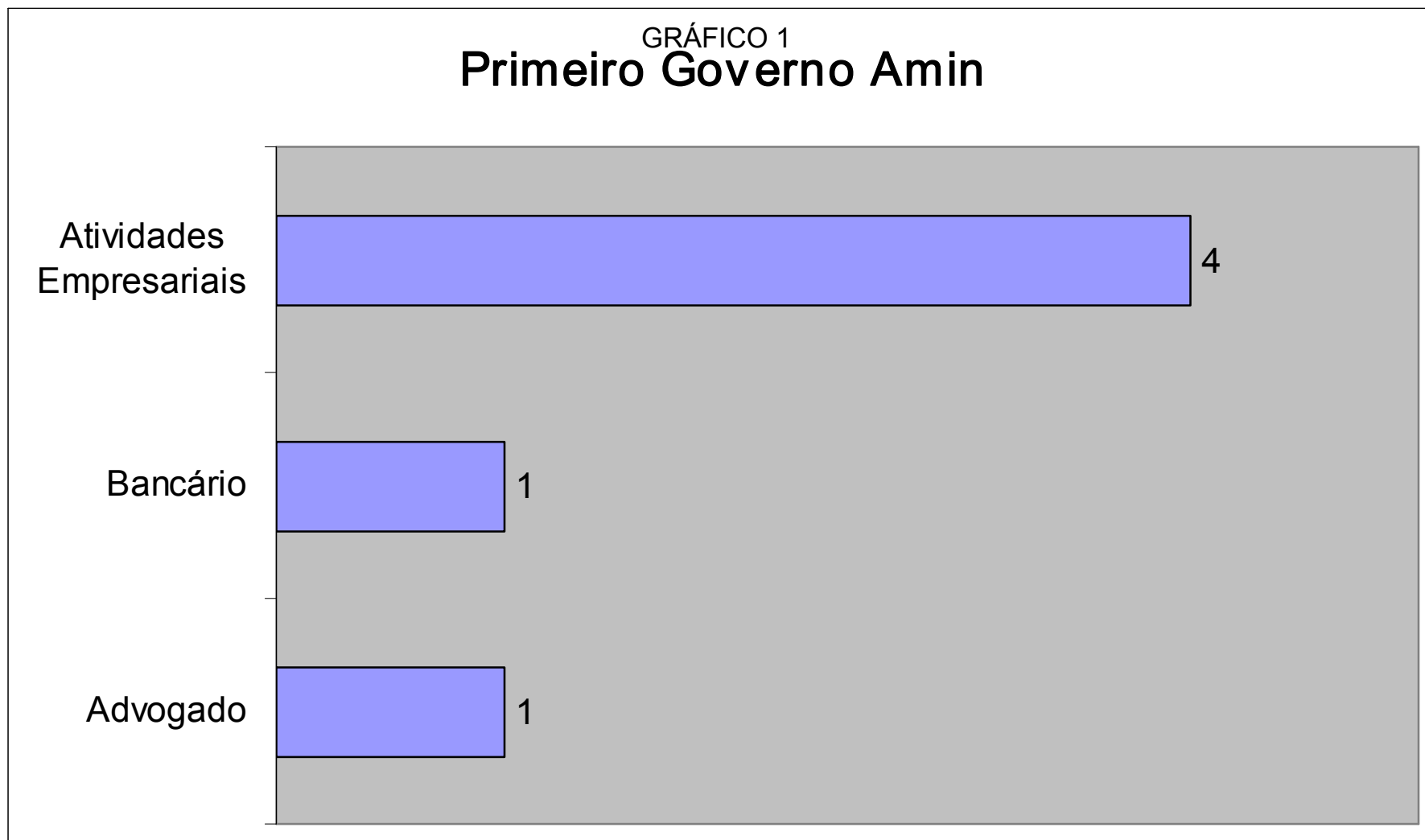


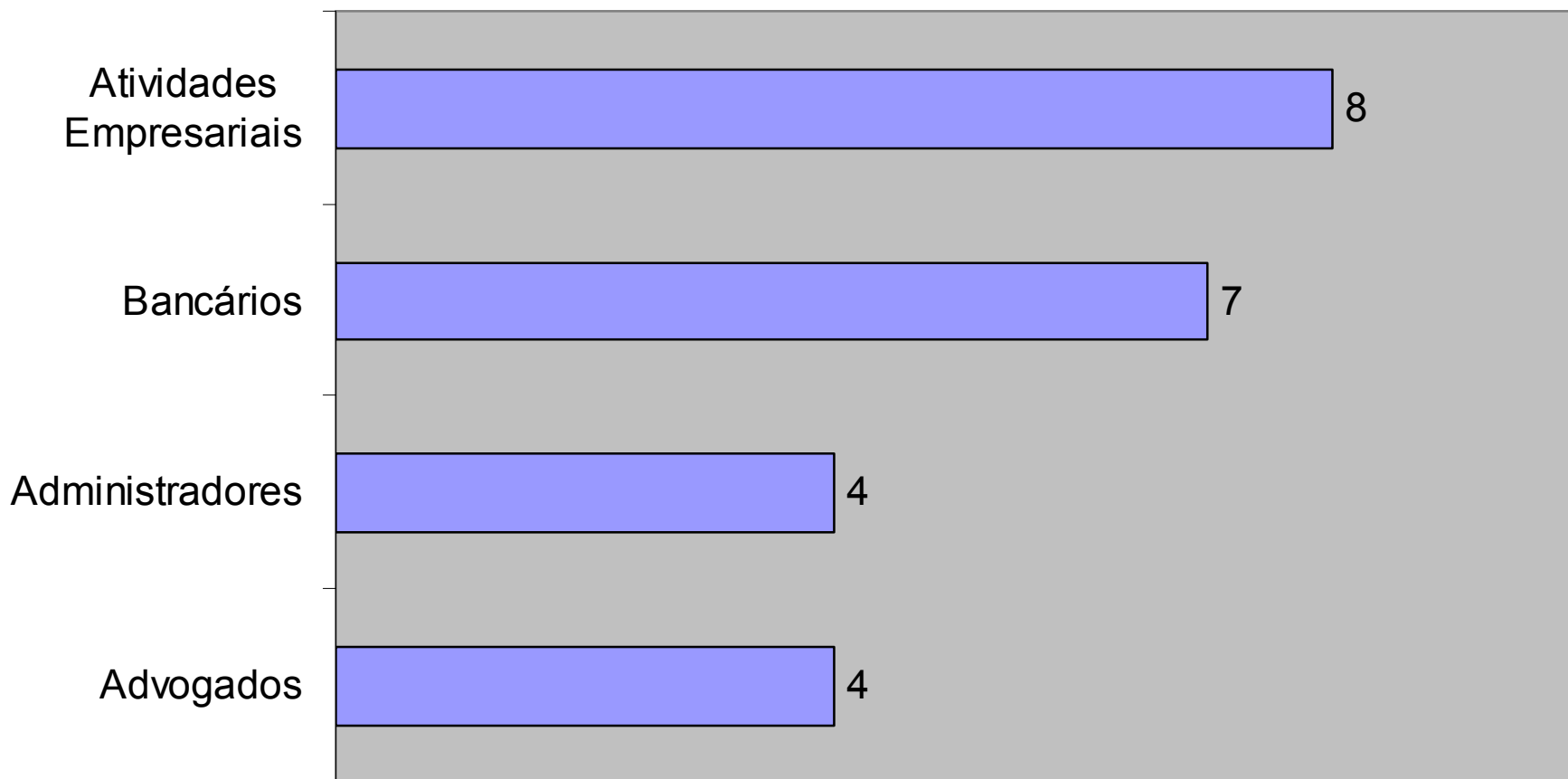
Figura 5.

Examinando especificamente cada um dos governos, dos 36 integrantes da primeira gestão Amin, 6 preenchem a cúpula de algum dos espaços analisados (presidência da Direx ou Conad) do SFP.



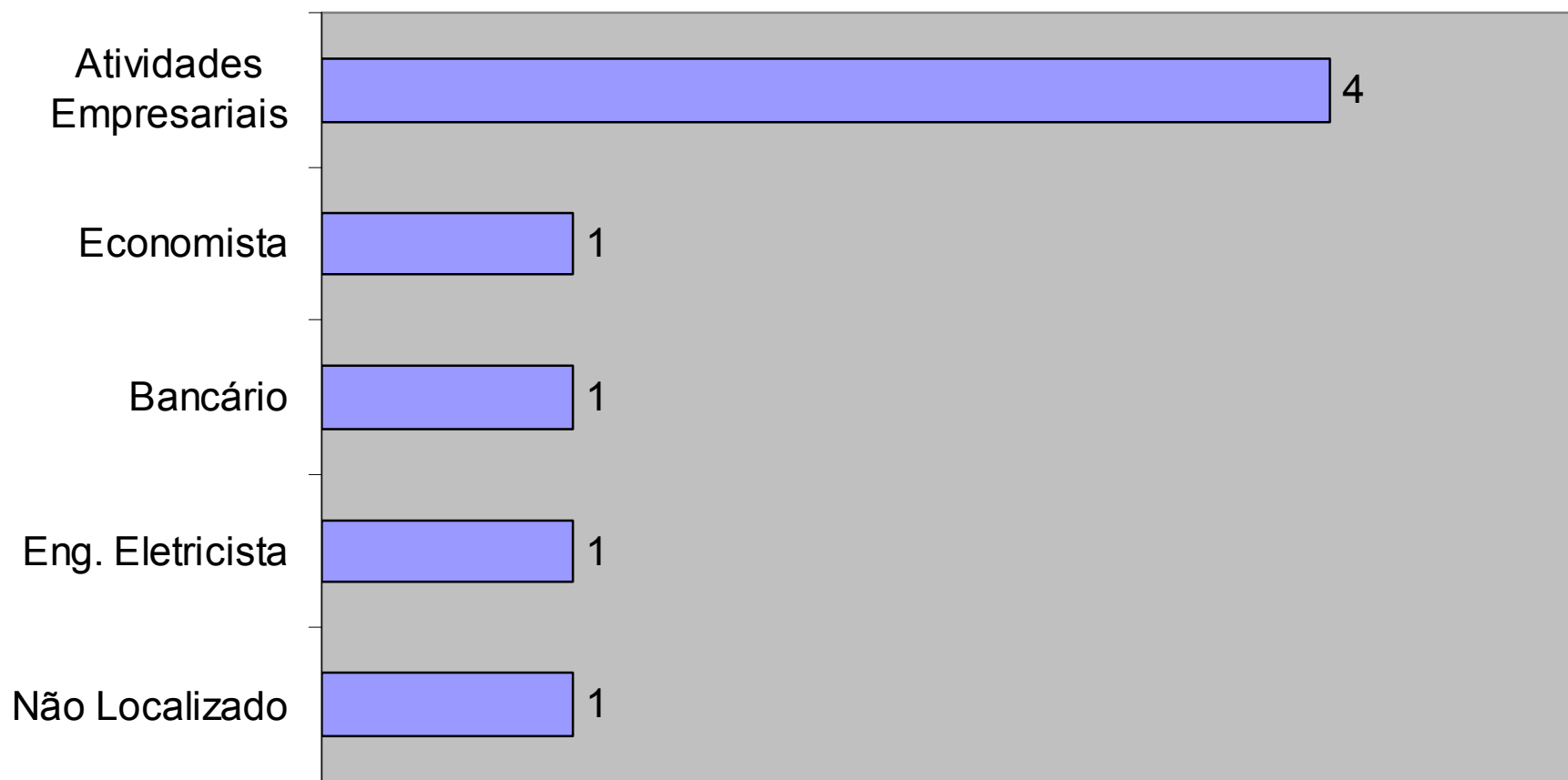
Quanto ao governo Pedro Ivo, dos 58 participantes do Besc, Badesc e Codesc nesta gestão, 23 preencheram o núcleo decisório do SFP.

GRÁFICO 2  
**Governo Pedro Ivo**



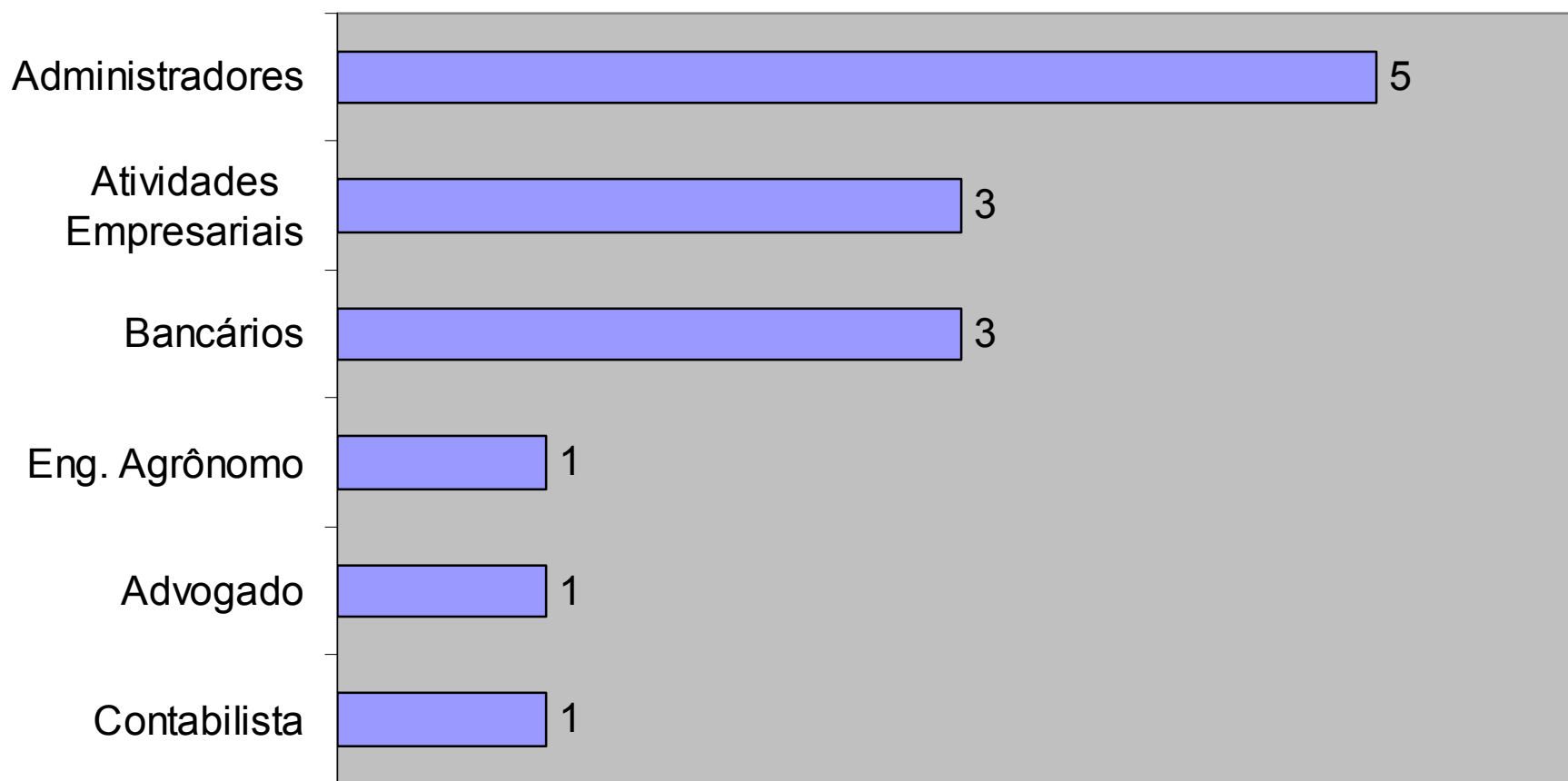
Dos 27 participantes do SFP no governo Kleinübing, 8 pertenciam à cúpula das respectivas instituições.

GRÁFICO 3  
**Governo Kleinübing**



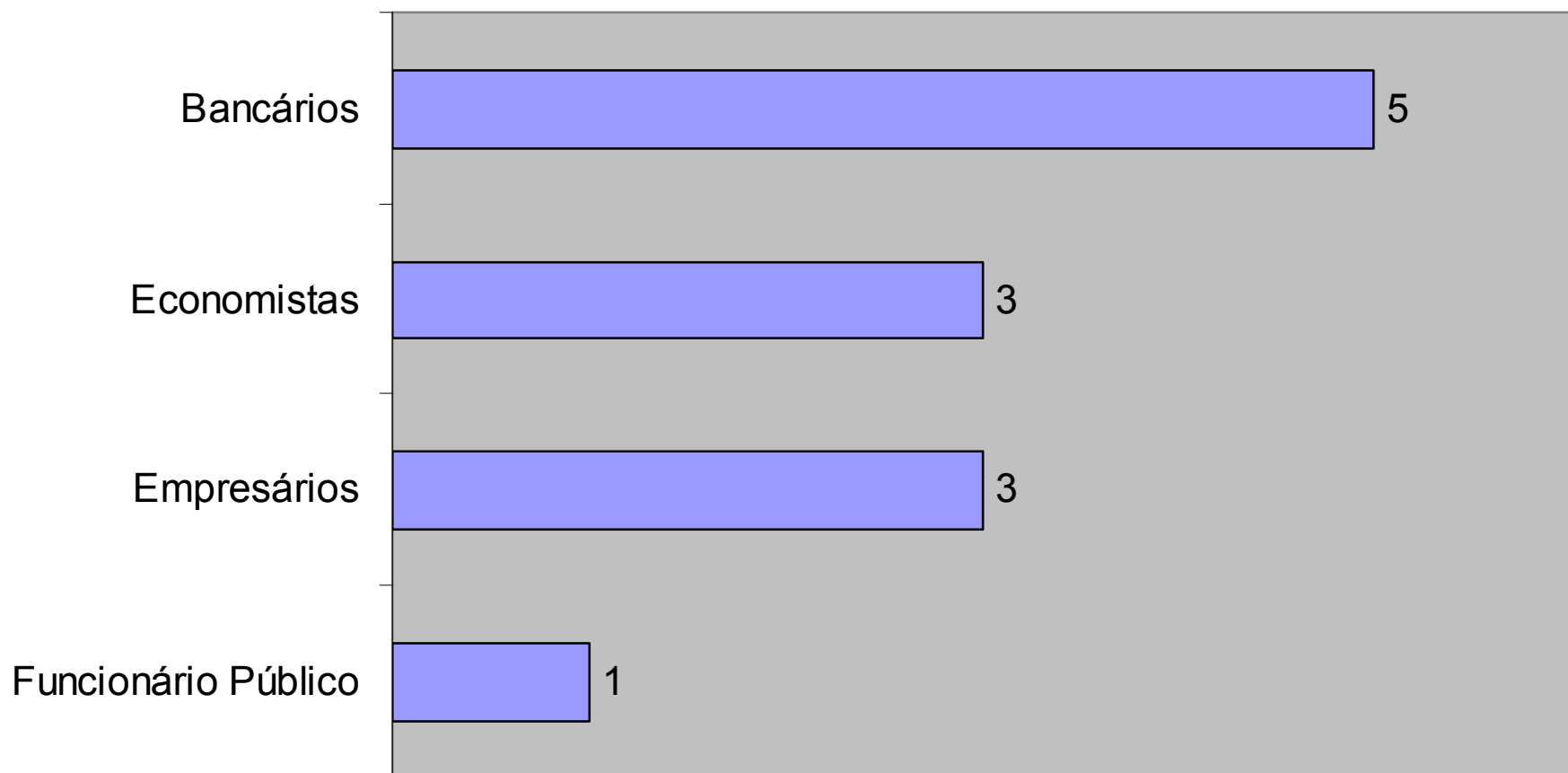
No governo Paulo Afonso, dos 41 integrantes do SFP, 14 participavam da cúpula das instituições analisadas.

GRÁFICO 4  
**Governo Paulo Afonso**



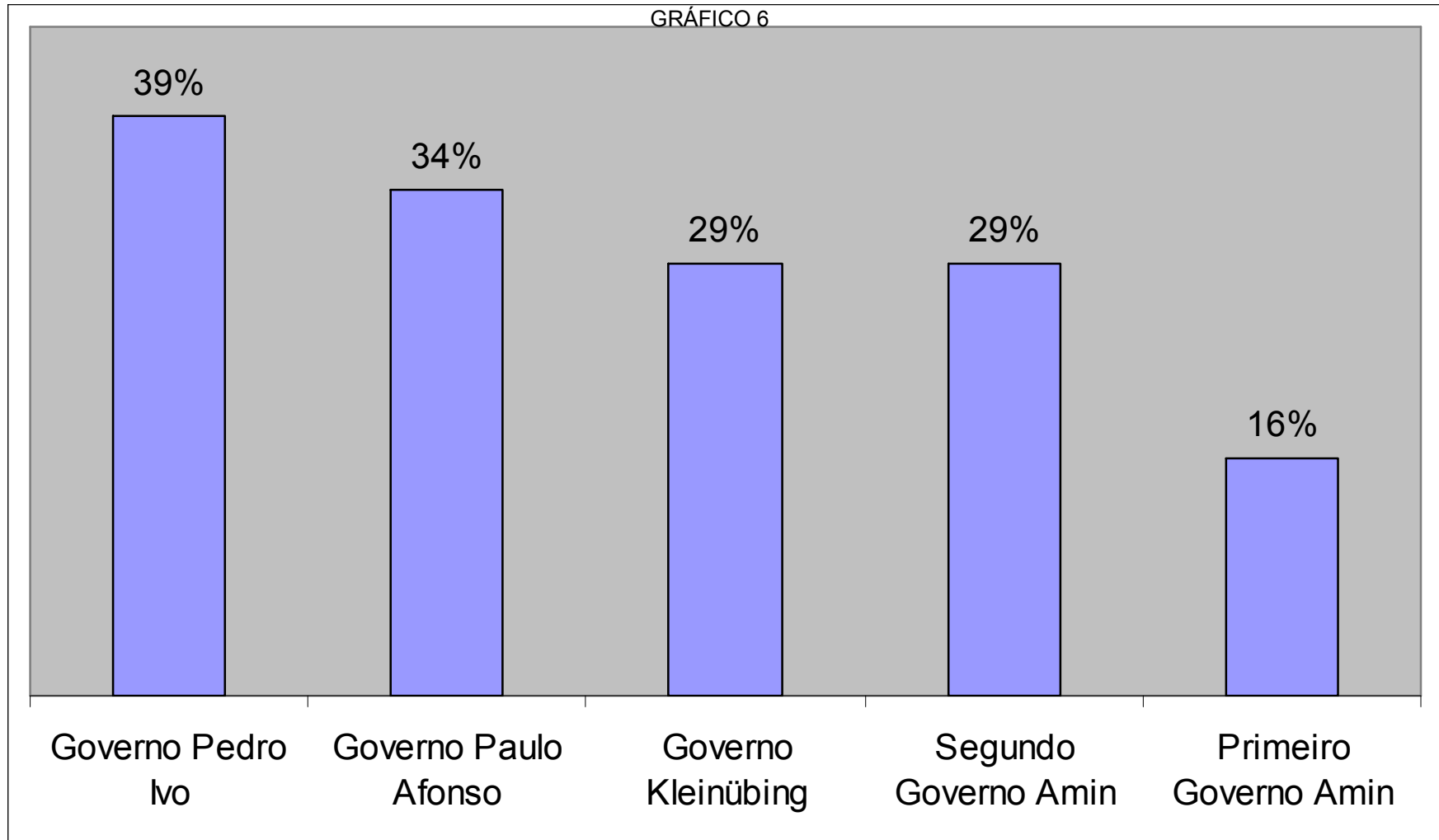
Por fim, dos 41 participantes do SFP no segundo governo Amin, 12 integravam a cúpula das instituições mencionadas.

GRÁFICO 5  
**Segundo Governo Amin**

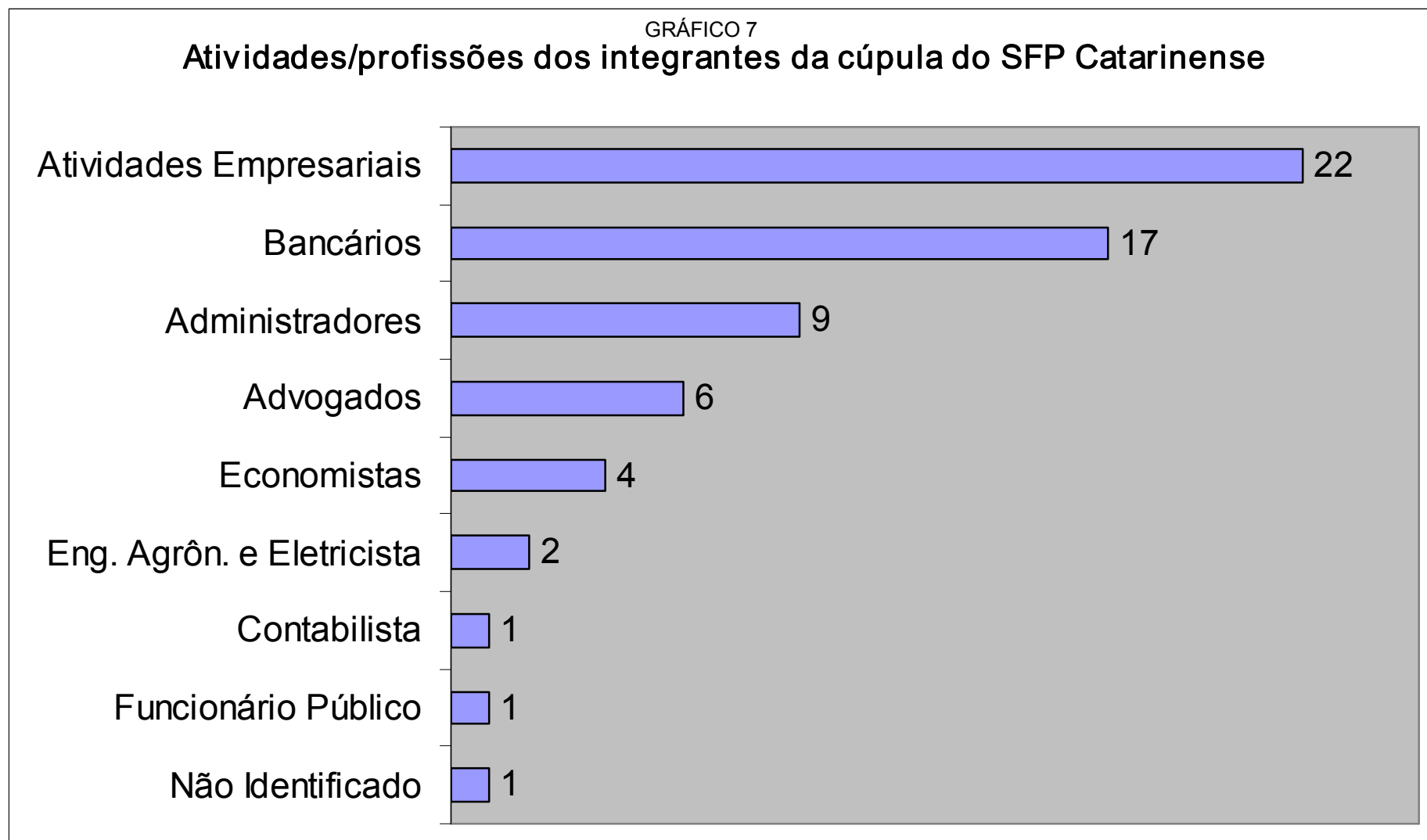




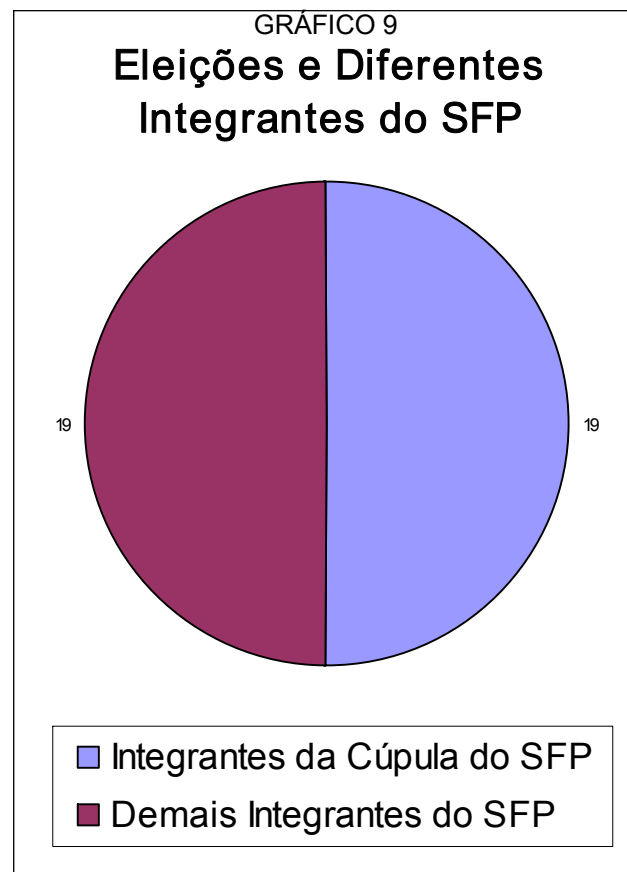
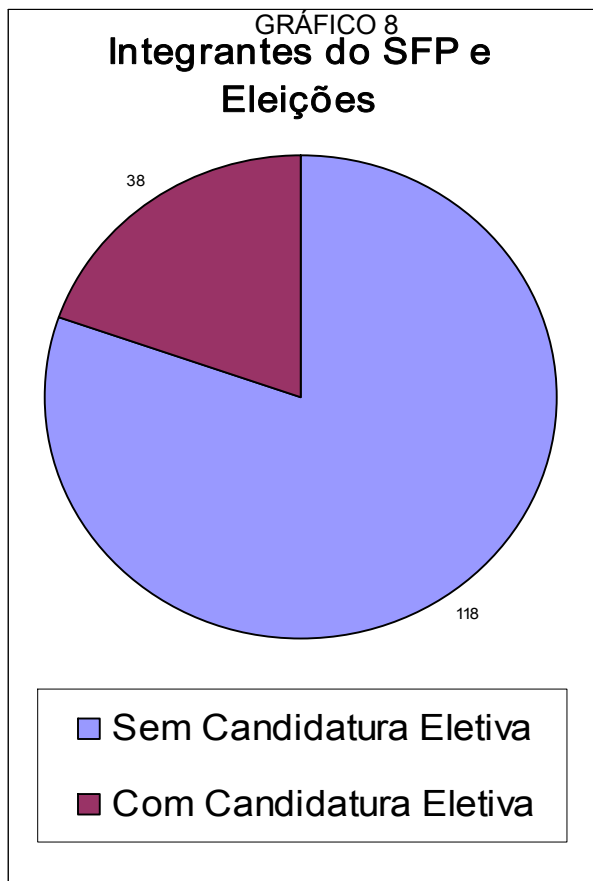
Participantes do SFP que, ao terem passado pelo Besc, Badesc e/ou Codesc, acabaram ocupando funções de Presidente da Direx ou do Conad.



No que se refere ao fator atividade/profissão, a partir do recorte de tempo estudado (1983/2002), a totalização dos dados indica que os indivíduos que possuem ocupações empresariais são os que predominam em termos de preenchimento dos espaços da cúpula do SFP catarinense.



Entre o universo geral de 156 integrantes do SFP catarinense, 38 deles chegaram em algum momento a se candidatar a cargo público eletivo. Destes 38 personagens, 19 eram aqueles que chegaram a ocupar o espaço da cúpula do SFP (presidência da Direx e/ou Conad).



Dos 19 integrantes da cúpula/candidatos eleitorais, 13 foram eleitos em algum momento para algum cargo público. Dos 19 demais integrantes do SFP/candidatos eleitorais, 8 deles conseguem se eleger em algum momento para algum cargo público.

